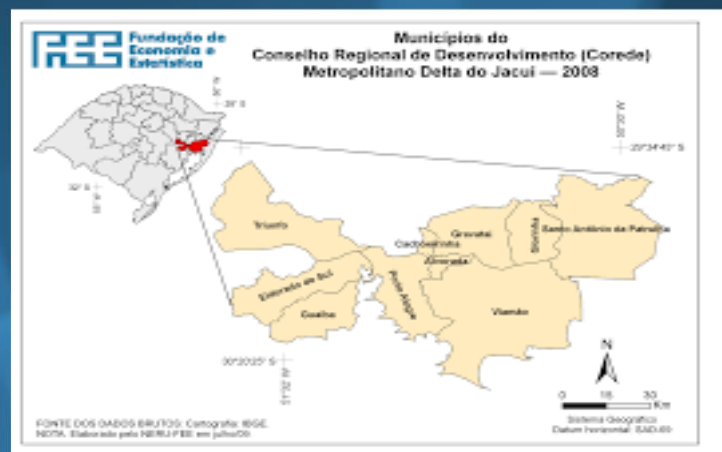
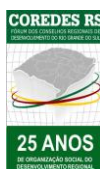


Plano Estratégico de Desenvolvimento Região Metropolitana Delta do Jacuí 2015-2030



Corede Metropolitan Delta do Jacuí



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Santa Ângela - Penha - Gramado - Cachoeirinha
Punta Alegre - Trissolito - Guaiçuba - Eldorado do Sul - Arroio do Meio - Venâncio

**CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA DELTA DO JACUÍ**

**PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: COREDE MDJ
RIO GRANDE DO SUL**

GUAÍBA

2016

Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS

Presidente: Paulo Roberto Oliveira Fernandes

Conselho Regional de Desenvolvimento – Metropolitano Delta do Jacuí

Presidente: Julio Souza Machado

Plano de Desenvolvimento Estratégico

Coordenação: Adm. Marco Antonio Caselani

Organização: Biol. MSc. Lisiane Becker

Equipe Técnica: Lisiane Becker, Biol. MSc.; Maximiliano Finkler Neto, Eng. Ftal.; Marco Miller Trainini, Adm.; Victor Zucchetti, Acad. de Biologia, PUC-RS; Marlene Justina Trindade Vieira, Acad. de Gestão Ambiental, ULBRA; Gelcira Teles, Jornal., revisora.

Empresa Contratada: LA Lacerda & Aires Ltda.

Responsável: Arq. Reginaldo Leocádio de Melo Lacerda

Colaboradores: Álvaro Werlang, Administrador MSc., Coordenador da Região Funcional 1; Marco Miller Trainini, Administrador Esp., Consultor; Dirigentes e integrantes dos 10 COMUDES; Prefeitos, Vice-prefeitos e Câmaras de Vereadores; Representantes dos Comitês de Bacias hidrográficas Baixo Jacuí, Caí, Sinos e Guaíba; Representantes de clubes de serviço Lions e Rotary Club; Instituto MIRA-SERRA (ONG), Professores e alunos das IES e escolas públicas e privadas de ensino médio; Representantes de organizações classistas CDL e ACIS; Representantes dos diversos Conselhos municipais.

Órgão financiador: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)

Convênio: SEPLAN Nº. 1636/2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755p	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Delta do Jacuí. Plano estratégico participativo de desenvolvimento regional : COREDE MDJ Rio Grande do Sul / Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Delta do Jacuí. – Guaíba, 2016. 296 p. : il. ; 27 cm. Marco Antonio Caselani (coordenador), Lisiane Becker (organizadora). Equipe técnica: Lisiane Becker, Maximiliano Finkler Neto, Marco Miller Trainini, Victor Zucchetti, Marlene Justina Trindade Vieira, Gelcira Teles (revisora). 1. Planejamento estratégico. 2. Desenvolvimento regional – Delta Do Jacuí (Rio Grande do Sul). 3. Investimento regional. 4. Planejamento participativo. I. Título. II. COREDE. CDU 332.14(816.5)
-------	--

Bibliotecária Responsável
Deisi Hauenstein CRB-10/1479

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento (PED) do Conselho Regional de Desenvolvimento Metropolitano Delta do Jacuí (Corede MDJ), inserido na Região Funcional de Desenvolvimento 1 do Rio Grande do Sul (RF1). Mais de 44% do total do PIB do Estado provêm desta Região Funcional, sendo o MDJ o mais desenvolvido entre os cinco Coredes que a compõem.

A sequência de informações, aqui disposta, utilizou o termo de referência disponibilizado nas capacitações, oportunizadas aos selecionados no pertinente edital.

Cabe salientar que o presente não se constitui em uma atualização de planejamento anterior e, sim, é trabalho inédito para o Corede MDJ.

Neste contexto, o primeiro capítulo trata do processo de planejamento estratégico, com seus objetivos, abrangência e aspectos da metodologia.

A segunda parte contém o diagnóstico técnico que engloba, principalmente, dados secundários – porém, sem descuidar de observações a campo. Nele estão caracterizados a região em suas dimensões demográfica, ambiental, sociocultural, de infraestrutura e de gestão pública, bem como econômica e institucional.

Na sequência, são analisados os indicadores e sua contextualização situacional.

Em um segundo momento, foram realizadas audiências públicas, possibilitando a participação de membros de cada comunidade integrante deste Corede, sob coordenação e sistematização da Lacerda & Ayres – Arquitetura e Construções Ltda., com a colaboração do Instituto MIRA-SERRA (ONG). Nestes eventos, os presentes foram instigados a construir a visão de futuro através da avaliação da situação atual. A consolidação desta etapa, com o estabelecimento de diretrizes e criação de uma carteira de projetos, para o período 2015-2030, compreende o capítulo 7. Para sua elaboração, ocorreram várias reuniões com parceiros técnicos qualificados da região e com os integrantes dos demais Coredes que integram a RF1. Igualmente foram recebidas diversas contribuições através de questionário distribuído a colaboradores voluntários e pessoas representativas em

suas comunidades. Além disto, tal tema foi debatido nas reuniões ordinárias previstas pelo Corede e pelo Fórum dos Coredes, obtendo como primeiro resultado a formatação das estratégias da região. Estas, foram entabuladas nas cinco dimensões e, após a revisão e a reformatação dos referenciais estratégicos (onde constam a visão, vocação e os valores compartilhados pelos habitantes da região), se visou estabelecer o curso do desenvolvimento.

A soma de contribuições resultou na formatação da carteira de projetos que também considerou as posições obtidas nas últimas consultas populares, bem como a contribuição dada por este Corede quando da constituição do PPA do Estado. Um destaque especial deve ser registrado para as Prefeituras Municipais da região onde os secretários municipais, em sua maioria, apresentaram propostas a serem incluídas nos projetos registrados

As propostas constantes na carteira de projetos seguem uma priorização hierárquica que teve a ferramenta técnica de gestão “GUT” para seu enquadramento

Também cabe destacar a proposta do modelo de gestão relacionado as três instâncias e sua implementação, que necessita contar com recursos advindos da área públicas nas esferas federal, estadual e municipal e complementados pela iniciativa privada.

A proposta para execução deste PED conta com a integral participação da direção executiva deste Corede que pretende liderar a Governança do mesmo e sua implementação na região tendo como prioritárias no curto prazo as propostas hierarquizadas pela Região Funcional 1 aprovada pelos representantes dos cinco Coredes que a compõem.

Cabe frisar que este PED foi desenvolvido antes da mudança de nome da Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN-RS) para Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Sendo assim, as menções e referências das publicações da antiga Secretaria foram preservadas no texto, bem como o uso da sigla SEPLAN-RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inserção do Corede MDJ no território gaúcho (Fonte: FEE)	26
Figura 2 – O Corede MDJ na Região Funcional de Planejamento (Fonte: Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental)	26
Figura 3 – Hipsometria, com destaque para o Corede MDJ, que não ultrapassa os 100m de altitude (Fonte: SEPLAG/DEPLAN)	30
Figura 4 – Mapa dos grupos de solos do RS (Fonte: UFSM)	31
Figura 5 – Ecótono observado na área da nascente do Arroio Passo Fundo/Guaíba (Fonte: Lisiane Becker)	47
Figura 6 – Aspecto de vegetação ciliar (elementos de restinga e floresta estacional semidecidual, ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica) contígua à orla do Guaíba (Foto: Lisiane Becker)	47
Figura 7 – Matriz FOFA (Fonte: Treasy Planejamento e Consultoria)	130
Figura 8 – Organograma Modelo de Gestão.....	250

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contribuições: Dimensão Ambiental	130
Quadro 2 – Contribuições: Dimensão Sociocultural	131
Quadro 3 – Contribuições: Dimensão Econômica	132
Quadro 4 – Contribuições: Dimensão Institucional	133
Quadro 5 – Dimensão Ambiental	134
Quadro 6 - Dimensão Sociocultural	135
Quadro 7 - Dimensão Econômica	136
Quadro 8 - Dimensão Institucional	138
Quadro 9 - Matriz FOFA: Regional	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais dos municípios do Corede MDJ 28 (Fonte: FEE, 2014)	29
Tabela 2 – População por faixa etária (15-44 anos) nos municípios do Corede MDJ (Fonte: FEE, 2014)	42
Tabela 3 – População por faixa etária (45-ou mais anos) nos municípios do Corede MDJ (Fonte: FEE, 2014)	43
Tabela 4 – INPP-I, sua participação no Estado e evolução, Indapp-I e VAB da Indústria (percentual por potencial poluidor), por municípios, Rio Grande do Sul – 2009 (Fonte: FEE/CIE/NISA)	53
Tabela 5 – Índice de Dependência das Atividades Potencialmente Poluidoras da Indústria (Indapp-I), por município, no Rio Grande do Sul – 2002 a 2009 (Fonte: FEE/CIE/NISA)	53
Tabela 6 – Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Corede MDJ, cadastradas no ICMBio (Fonte: ICMBio)	55
Tabela 7 – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) – 2013. Bloco Educação (Fonte: FEE)	60
Tabela 8 – Programas de Graduação, por município no RS (Fonte: FEE)	66
Tabela 9 – Programas de Pós-Graduação, por município no RS – 2012 (Fonte: MEC/CAPES)	68
Tabela 10 – Analfabetismo no Corede MDJ (Fonte: FEE)	70
Tabela 11 – Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Corede MDJ (Fonte: FEE)	71
Tabela 12 – EJA: Matrícula inicial (Fonte: FEE)	72
Tabela 13 – EJA: Número de estabelecimentos (Fonte: FEE)	74
Tabela 14 – Educação profissional e tecnológica (Fonte: FEE)	78
Tabela 15 – Idese Saúde / Condições Gerais e Longevidade (Fonte: FEE)	86
Tabela 16 – Idese Saúde / Materno Infantil (Fonte: FEE)	87
Tabela 17 – Indicadores Criminais, ano 2015 (Fonte: SSP/RS - Extração em 06.01.16)	90
Tabela 18 – Efetivo carcerário e capacidade de estabelecimento penal (Fonte: FEE)	90

Tabela 19 – Déficit Habitacional no Corede MDJ (Fonte: Latus Consultoria)	91
Tabela 20 – Déficit Habitacional no Corede MDJ, total por município (Fonte: Latus Consultoria)	92
Tabela 21 – Eventos em cultura e desporto no Corede MDJ (Fonte: Sites Municipais)	94
Tabela 22 – Recursos repassados pelo programa Bolsa Família (Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br)	97
Tabela 23 – Participação no PIB total e per capita (Fonte: FEE)	98
Tabela 24 – Saneamento Básico Estratificado no Corede MDJ/2010 (Fonte: FEE)	108
Tabela 25 – Idese / Bloco Renda (Fonte: FEE)	112
Tabela 26 – VAB Agropecuária (Fonte: FEE)	112
Tabela 27 – Área Plantada (hectares) e Quantidade Produzida (toneladas): Culturas Temporárias em 2014	113
Tabela 28 – Área Plantada (hectares) e Quantidade Produzida (toneladas): Culturas Permanentes	115
Tabela 29 – Efetivo dos Rebanhos/Cabeças em 2014 (Fonte: FEE)	117
Tabela 30 – Produção leiteira em 2014 (Fonte: FEE)	118
Tabela 31 – VAB Indústria (Fonte: FEE)	119
Tabela 32 – VAB de Serviços (Fonte: FEE)	120
Tabela 33 – VAB Administração Pública (Fonte: FEE)	121
Tabela 34 – Novo Idese (Fonte: FEE, 2016)	128
Tabela 35 – Idese (Fonte: FEE, 2013)	128

LISTA DE ABREVIATURAS

ALL	América Latina Logística
ANA	Agência Nacional das águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BACEN	Banco Central
CACON	Centro de Alta Complexidade em Oncologia
CadÚnico	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATSUL	Catamarãs do Sul
CEF	Caixa Econômica Federal
CETAS	Centros de Triagem de Animais Silvestres
CGBH	Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica
CME	Comissão Municipal de Emprego
CMI	Coeficiente de Mortalidade Infantil
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMUDE	Conselho Municipal de Desenvolvimento
CONDERPA	Conselho de Desenvolvimento Rural e Políticas Agrícolas
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
Corede MDJ	Conselho Regional de Desenvolvimento Metropolitano Delta do Jacuí
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRAS	Centros de Recuperação de Animais Silvestres
CRH	Conselho de Recursos Hídricos
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DEAMs	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DRH	Departamento de Recursos Hídricos
EAD	Educação a Distância

EJA Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE Fundação de Economia e Estatística
FEEVALE Faculdade do Vale dos Sinos
FEPAM Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
FIERGS Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FJP Fundação João Pinheiro
GUT Gravidade X Urgência X Tendência
HAB Habitantes
IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade
ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias
Idese Índice de Desenvolvimento Econômico e Social
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IES Instituição de Ensino Superior
IGP Instituto Geral de Perícia
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Indapp-I Índice de Dependência do Potencial Poluidor da Indústria
INEA Instituto Estadual do Ambiente
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inpp-I Índice de Potencial Poluidor da Indústria
IPEA Índice de População Economicamente Ativa
IPI Impostos sobre Produtos Industrializados
IPRJ Imposto de Renda Pessoa Jurídica
IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRGA Instituto Riograndense do Arroz
ISSQN Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITBI Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
MCIDADES Ministério das Cidades
MGB-IPH Modelo Hidrológico de Grandes Bacias
NEPI Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação
OMM Organização Meteorológica Mundial

OMS Organização Mundial de Saúde
ONG Organização Não Governamental
PAC Programa de Aceleração do Crescimento
PED Plano Estratégico de Desenvolvimento
PEHIS Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PERS Plano Estadual de Resíduos Sólidos
PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB Produto Interno Bruto
PNAD Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNSB Plano Nacional de Saneamento Básico
PPA Plano Plurianual
PPCI Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio
PRF Programa de Reordenação Fundiária
RF Região Funcional de Desenvolvimento
RFP Região Funcional de Planejamento
RFP1 Região Funcional de Planejamento 1
RMPA Região Metropolitana de Porto Alegre
RPPN Reserva Particular do Patrimônio Natural
SDECT Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SEDAE Secretaria de Desenvolvimento de Assuntos Internacionais
SEDEC Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEHABS Secretaria de Estado da Habitação e Saneamento
SEM Sistema Estadual de Museus
SEMA Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN-RS Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
SEUC-RS Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SIGA-RS Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPGG Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
SPH Superintendência de Portos e Hidrovias

SRI Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais

Susepe Superintendência dos Serviços Penitenciários

TRENSURB Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

UC Unidade de Conservação

UERGS Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFSM Universidade Federal de Santa Maria

ULBRA Universidade Luterana do Brasil

UNIJUI Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

VAB Valor Acrescentado Bruto

ZEE Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	16
1. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	18
1.1. Objetivos do plano	19
1.2. Abrangência do plano	20
1.3. Explicitação da metodologia.....	21
2. DIAGNÓSTICO TÉCNICO.....	24
2.1 Caracterização da região	25
2.1.1 Aspectos físico-naturais.....	27
2.2 Aspectos históricos	32
2.3 Dimensão demográfica	37
2.4 Dimensão ambiental	44
2.4.1 Qualidade do ar	44
2.4.2 Recursos hídricos.....	44
2.4.3 Flora	46
2.4.4 Fauna	48
2.4.5 Paleontologia.....	51
2.4.6 Indicadores de potencial poluidor da indústria	51
2.4.7 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas.....	53
2.4.8 Áreas de risco.....	56
2.5 Dimensão social e cultural	57
2.5.1 Educação	58
2.5.2 Saúde.....	81
2.5.3 Segurança	88
2.5.4 Habitação e urbanismo.....	91
2.5.5 Cultura e eventos	93
2.5.6 Equidade e inclusão social	96
2.6 Dimensão infraestrutural e de gestão pública.....	99
2.6.1 Logística, transporte e mobilidade	99
2.6.2 Energia e comunicações	103
2.6.3 Saneamento básico.....	105
2.7 Dimensão econômica.....	109

2.7.1	Setor agropecuário	109
2.7.2	Setor industrial.....	119
2.7.3	Setor de serviços.....	119
2.7.4	Finanças públicas.....	120
2.8	Dimensão institucional	121
3.	ANÁLISE DE INDICADORES E SITUACIONAL	123
4.	MATRIZ FOFA.....	129
4.1	Matriz Fofa: Contribuições por Dimensões.....	130
4.2	Matriz Fofa: Análise das dimensões.....	134
4.3	Matriz regional e diretrizes do planejamento estratégico	139
5.	ESTRATÉGIAS REGIONAIS	144
6.	REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS (VISÃO, VOCAÇÃO E VALORES)	147
7.	CARTEIRA DE PROJETOS.....	148
7.1	Listagem dos projetos ligados as diretrizes por suas dimensões e postados em ordem hierarquizada	148
7.2	Carteira de projetos ligadas as diretrizes por suas dimensões	151
7.2.1	Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Ambiental	152
7.2.2	Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Econômica	168
7.2.3	Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Infraestrutura e Gestão Pública.....	192
7.2.4	Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Institucional	212
7.2.5	Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Social e Cultural	228
8	PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA A RF1 (5 COREDES).....	245
9	MODELO DE GESTÃO	247
10	IMPLEMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	250
10.1	Fontes de recursos	251
	CONCLUSÃO.....	252
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	254
	APÊNDICE - MATRIZ FOFA.....	259
1.	GUAÍBA (16/09/2016)	259
2.	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (06/10/2016).....	269
3.	GLORINHA (20/10/2016)	274
4.	GRAVATAÍ (25/10/2016).....	278
5.	CACHOEIRINHA (04/11/2016).....	282
	ANEXO - EVENTOS REALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DOS CAPÍTULOS 5 A 8	288

INTRODUÇÃO

Conforme CARGNIN¹, uma política que merece destaque é a que se refere ao desenvolvimento regional gaúcho vinculada à estruturação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), utilizada – inclusive - como referência para as experiências de regionalização de outras unidades da Federação. Os Coredes foram constituídos no início da década de 90, a partir da aproximação entre governo e instituições regionais, em especial as universidades, e se consolidaram de forma efetiva em 21 regiões, no ano de 1994.

Atualmente, o Estado conta com 28 Coredes.

Os Coredes são instâncias que reúnem representantes da sociedade civil, que como descrito por aquele autor, organizam a participação junto ao processo de planejamento governamental e promovem debates acerca do desenvolvimento das regiões. Assim, em pleno século XXI, ainda se tem como atual a afirmação dada por CARGNIN (2014):

“A Política de Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul de 1998 pode ser considerada como um dos instrumentos formais mais completos para a redução das desigualdades regionais já elaborado no Estado. Assentada em uma proposta de intervenção multiescalar, definia os recortes de intervenção de acordo com as regiões-problema, tendo como objetivo central alcançar um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões e contribuindo, com isso, para a redução das desigualdades regionais”. (pág. 18-19)

Dentro desta lógica para o desenvolvimento regional equilibrado, o Corede MDJ elabora seu planejamento. Devido à excepcionalidade em que se encontra, os recursos financeiros para o desenvolvimento do processo em tela, foram providos através do Fórum dos Coredes, pelo convênio SEPLAN Nº.1636/2015.

A composição municipal deste Corede é heterogênea sob vários aspectos, como costumam ser as regiões metropolitanas. Até mesmo a intervenção sobre os recursos naturais é díspar, o que nos leva à reflexão sobre o futuro desejado. Deste

¹ CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1. ed. – Brasília, DF : Ministério da Integração Nacional, 2014.

modo, acompanhando a conjuntura atual de mudanças climáticas, com forte interface sobre a socioeconomia, há que se articular os aspectos mais tradicionais com a dimensão ambiental visando um efetivo desenvolvimento sustentável.

1. O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para DUTRA et al. (2013)², a premissa básica do processo de planejamento deve ser a transformação da realidade atual em uma nova realidade, buscando garantir ou aperfeiçoar os aspectos favoráveis da situação atual e reduzir ou eliminar os problemas existentes ou futuros. Planejar, portanto, não deve resumir-se a propor soluções para problemas atuais.

Os autores destacam que o processo de planejamento deve ter a realidade atual como ponto de partida e uma visão de futuro como ponto de chegada. A visão de futuro representa uma nova realidade, desejada e viável, considerando as condições locais, a conjuntura existente, os recursos disponíveis, as oportunidades de desenvolvimento e os riscos a serem enfrentados e superados. Portanto, é fundamental que se defina claramente a situação atual, para o início das transformações, e a visão de futuro, como o cenário a ser alcançado ou, em outras palavras, o objetivo para o processo de desenvolvimento a ser obtido em um prazo determinado. O processo de planejamento deve, além disso, estabelecer as diretrizes de desenvolvimento, as estratégias e ações necessárias para se alcançar a visão de futuro, ou seja, explicitar a proposta de plano a ser implementada.

Salientam, ainda, que as ações necessárias para provocar essas mudanças são da competência de diferentes níveis de governo, além daquelas promovidas pelos setores privado e comunitário. Portanto, sobre um mesmo território acontecem decisões e ações que precisam harmonizar-se em favor do interesse coletivo.

É neste contexto que o Corede MDJ elabora o seu primeiro plano regional de desenvolvimento, diferentemente de outros Conselhos que estão atualizando seus planejamentos estratégicos.

Para tanto, dez audiências públicas garantiram a presença de vários representantes setoriais, de modo a construir a matriz FOFA (SWOT) para cada município.

² DUTRA, Cláudia Martins et al. (organizadores). **Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da mata Atlântica**. Brasília: MMA. 2013.

Visando garantir a participação igualitária, foi aplicada técnica visual seguida de dinâmica de análise e aprofundamento, adotando-se o flanelógrafo adaptado para uso de tarjetas.

A cada dimensão, todo participante pode escrever sua percepção para todos os elementos da matriz FOFA. A consolidação destas manifestações resultou em material avaliado e validado, o qual segue para o encontro da Região Funcional de Planejamento 1 (RFP1).

Este esforço deve resultar em uma carteira de projetos, a serem executados em ambos os níveis (Corede/RFP1), conforme a composição hierárquica.

Os participantes das audiências receberam certificados de modo a constar sua importante contribuição no processo de caracterização da atual situação e planejamento para o futuro da sua região.

1.1. Objetivos do plano

O planejamento estratégico de base regional, assim como qualquer outro instrumento de gestão, objetiva definir ações que consolidem uma visão de futuro. O desejável desenvolvimento sustentável, alicerçado na equidade social, econômica e ambiental, requer participação organizada da comunidade e dos órgãos públicos para deixar de ser utopia.

Portanto, outro objetivo é partir da análise da situação atual, identificando as principais condicionantes, problemas e potencialidades para atingir o cenário futuro, idealizado pelos atores sociais. Este cenário com identidade local, no entanto, deve ser compatibilizado com outras instâncias onde as comunidades se inserem – o que se constitui novo desafio.

Com um horizonte de 15 anos (2016-2030), o planejamento proposto aos Coredes inova ao contemplar uma carteira de projetos, devidamente hierarquizada.

Finalmente, o processo em curso visa à qualificação da participação regional no macro planejamento e na sua inserção em políticas públicas.

1.2. Abrangência do plano

Regionalizar não é apenas o ato de agrupar municípios. É construir um ambiente democrático, harmônico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade. É promover a integração e cooperação intersetorial, com vistas à sinergia na atuação conjunta entre todos os envolvidos direta e indiretamente.

Assim, o que se busca é subsidiar a estruturação e qualificação desse Corede para que ele possa assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, inclusive possibilitando a consolidação de projetos com competitividade. Para tanto, é necessário perceber a região como um processo capaz de gerar postos de trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social. Reduzir as desigualdades negativas e aprender com as experiências positivas.

O planejamento visa subsidiar políticas públicas que alavanquem o desenvolvimento do Estado, como um todo, alicerçadas nas especificidades regionais e articuladas em prol da efetiva gestão territorial.

O modelo adotado pretende favorecer as boas práticas, como a transparência da gestão pública e o monitoramento pelo cidadão.

O processo de elaboração do planejamento estratégico é inerentemente participativo e deve resultar em definição de projetos viáveis e de ações prioritárias, tanto as de atenção à vulnerabilidades diversas, quanto as de replicação e/ou fortalecimento de experiências exitosas ou inovadoras.

Para atingir o proposto, há que se envolver representantes da sociedade da Região Metropolitana Delta do Jacuí, tais como Conselhos Municipais de Meio Ambiente, universidades, prefeitos e vereadores, deputados da região, sindicatos urbanos e rurais, CDLs, COMUDEs, ONGs, ROTARYs, LIONs, respectivos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, Coordenadorias Regionais do Estado e da

União, EMATER, Promotoria de Justiça, Segurança Pública (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Brigada Militar).

Todo este esforço repercutirá nos próximos 15 anos, em ações a serem implementadas no Corede MDJ, nas suas diversas instâncias (a exemplo das Consultas Populares), bem como na interface com a Região Funcional de Planejamento em que está inserida, e desta com o território gaúcho (especialmente com o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE).

1.3 Explicitação da metodologia

A metodologia utilizada se constitui de cinco etapas principais: 1) A mobilização dos diferentes atores sociais; 2) diagnóstico da situação atual; 3) definição da visão de futuro; 4) formulação do plano de ação e 5) divulgação/implementação e monitoramento.

Na primeira etapa, são identificados e contatados os atores sociais relevantes ao processo, tanto no setor público como na iniciativa privada e na sociedade organizada. Objetiva a mobilização para o diálogo com a sociedade sobre os objetivos e conteúdo do planejamento.

O diagnóstico da situação atual visa caracterizar e analisar, de maneira objetiva, a situação presente em cada município e na região. Na construção deste diagnóstico, são utilizados dados secundários pertinentes ao requerido no convênio. Nesta etapa se identificam os principais aspectos positivos ou vantagens atuais (pontos fortes) e aspectos negativos ou limitações (pontos fracos) existentes, entendidos como fatores favorecedores ou dificultadores. Para tal, será adotada a Matriz FOFA (SWOT) em conjunto com a dinâmica do flanelógrafo (adaptado). O agrupamento desses aspectos positivos e negativos, em temas de importância para o planejamento, facilitando a análise e orientando as etapas seguintes do processo de elaboração do plano estratégico.

Na sequência, são analisados os fatores externos ao município, isto é, fora da sua governabilidade, e que podem impactar, positiva ou negativamente - se

constituindo em oportunidades ou ameaças ao município/região. A identificação desses fatores facilita a construção de cenário futuro.

A construção do cenário futuro pretendido é feita a partir dos resultados do diagnóstico da situação atual. Para tanto, são analisados os diferentes aspectos observados na realidade atual do município e na sua relação com o mundo exterior, destacando os principais deles, que foram classificados como pontos fortes e fracos (análise interna), oportunidades e ameaças (análise externa). Em seguida, faz-se a verificação dos aspectos a serem mudados ou a serem mantidos na transição da situação atual para a situação desejada, sempre se valendo das oportunidades e vantagens identificadas e buscando a superação das fragilidades existentes com redução dos riscos para essa transição. Considera-se as condicionantes locais e os recursos disponíveis em um determinado intervalo de tempo estabelecido para a promoção da mudança desejada. O importante é considerar as probabilidades de se alcançar a nova situação, considerados os recursos disponíveis, as condições locais e regionais e o horizonte temporal estabelecido para se chegar a essa nova situação.

Objetivos, projetos e ações são definidos na quarta etapa, ou seja, é o momento em que se elabora o plano de ação ou carteira de projetos. O plano de ação explicita o “quê fazer” e “onde” para atingir esse objetivo. Os projetos tem identificados, minimamente: objetivos, justificativas, metas, ações, responsáveis, cronograma/prazos, estimativa custos e fonte de recursos para execução. Cabe destacar que o agrupamento desses aspectos positivos e negativos, em temas de importância para o planejamento, facilitaram a análise e orientaram as etapas seguintes do processo de elaboração do plano estratégico com análise dos fatores externos ao município, isto é, fora da sua governabilidade, e que podem impactar, positiva ou negativamente se constituindo em oportunidades ou ameaças ao município/região, tais informes facilitaram a construção de cenário futuro considerando as probabilidades de se alcançar a nova situação e para tanto se elabora o plano de ação ou carteira de projetos. O plano de ação explicita o “que fazer” e “onde” para atingir esse objetivo. Os projetos dentro das dimensões, diretrizes e estratégias foram identificados com um título, localização, valor estimado, tempo de duração do projeto, responsáveis pela implementação, escopo,

objetivo, justificativas, beneficiários, resultados pretendidos, produtos com suas metas, órgãos intervenientes, requisitos para execução, fontes de recursos, investimentos, despesas e cronograma e integrada a esta as últimas etapas onde se estabeleceu o modelo de gestão para garantir a execução do plano considerando três instâncias, sendo elas o Fórum dos Coredes, a região funcional de desenvolvimento e o Corede MDJ que deve com sua direção executiva, organizar suas comissões setoriais e nomear gerentes de projetos.

A última etapa está focada na divulgação deste planejamento de modo a implementá-lo e monitorá-lo ,através da ampla participação da sociedade, das instituições públicas e privadas que atuam na região, visando garantir a execução do processo e a obtenção dos resultados aqui descritos.

2. DIAGNÓSTICO TÉCNICO

“A experiência e a trajetória dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) desencadeada a partir de meados dos anos 1990 no Estado do Rio Grande do Sul configura-se como uma estratégia pioneira de organização regional no Brasil, onde a estrutura institucional, os mecanismos de participação social, as formas de encaminhamento das demandas regionais, o amadurecimento dos processos e relações entre governo e sociedade foram sendo aperfeiçoados ao longo do tempo. Criados a partir de iniciativa articulada do governo do Estado do RS com as respectivas regiões, os Coredes são definidos como espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões”³.

Neste contexto, o Corede MDJ apresenta, no diagnóstico, uma compilação e análise dos principais indicadores socioeconômicos, ambientais e culturais - elaborados por instituições credenciadas, como a Fundação de Economia e Estatística (FEE) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como já citado anteriormente, este Corede não dispunha de planejamento anterior, sendo que os dados secundários tabelados, abrangem basicamente a série histórica 2010-2014. Entre estes, se destacam os grupos para educação, saúde, segurança, emprego e renda pelos setores da economia, mobilidade, energia e comunicação. Salienta-se a incorporação de informações na dimensão ambiental, que estiveram mais conspícuas durante as discussões nas audiências públicas.

Desta sorte, a sistematização dos dados quali-quantitativos, aliados às informações obtidas nas audiências públicas municipais, oportunizaram a construção de um panorama da realidade regional. Com a utilização de metodologia para construção de Matriz FOFA (SWOT) foi, ainda, possível vislumbrar peculiaridades municipais tão singulares que, talvez, não possam encontrar paralelo em outra região do Estado. Assim, a elaboração do diagnóstico e sua interpretação resultaram em temas principais para definição de estratégias plausíveis, que contribuam para o

³ COREDES. Pro-RS IV. **Propostas Estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul** (2011-2014). Passo Fundo: Passografic, 2010. 117p.

desenvolvimento numa perspectiva de sinergia e otimização de benefícios ao Corede MDJ e à sua Região Funcional.

2.1 Caracterização da região

O Corede MDJ é um dos principais polos urbanos gaúchos de serviços e de industrialização. Situado na região Leste do Estado, sua abrangência territorial compreende, além de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, os municípios de: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Triunfo, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. (Fig.1)

Este Corede está subsumido na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, uma das sete do Estado, sendo formada pela união de 98 municípios agrupados em seis microrregiões – pertencendo à microrregião de Porto Alegre.

O Corede MDJ, junto com os Coredes Vale do Rio dos Sinos, Vale do Caí, Centro Sul e Paranhana Encosta da Serra formam a Região Funcional 1 (Fig. 2). Esta abriga 4.338.702 habitantes, que correspondem a 41% da população total do Estado, sendo que, desta, 95% residem na área urbana e 5% na área rural. Distingue-se por agrupar municípios com características metropolitanas, com funções que extrapolam os limites geográficos do Estado. Assim, em todos os Coredes que integram a Região Funcional, existem municípios que pertencem à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Além de ser um dos Coredes com maior representatividade econômica do Estado, o Metropolitano Delta do Jacuí apresenta indicadores de desenvolvimento socioeconômico iguais ou superiores aos resultados verificados pelo Rio Grande do Sul.

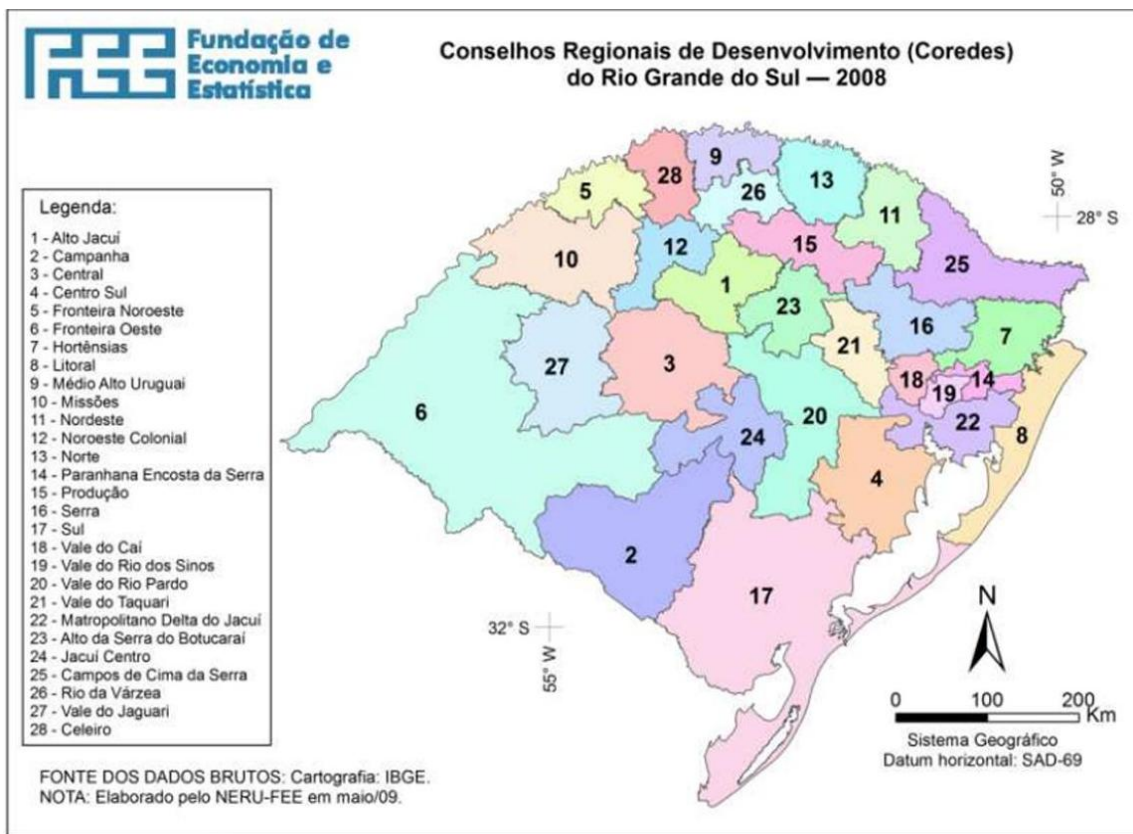


Figura 1 – Inserção do Corede MDJ no território gaúcho (Fonte: FEE)

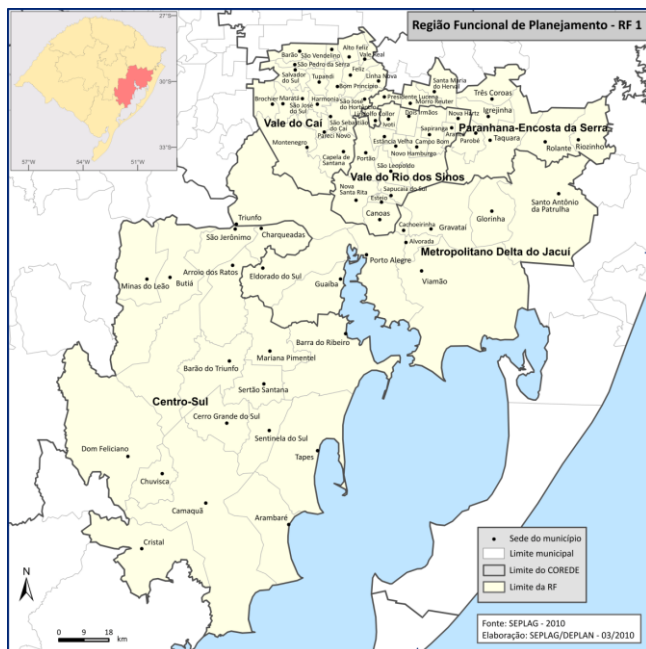


Figura 2 – O Corede MDJ na Região Funcional de Planejamento (Fonte: Estado do Rio Grande do Sul Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional Departamento de Planejamento Governamental) (Fonte: FEE)

Entre outros indicadores, o Corede MDJ apresenta os seguintes:⁴

População Total (2014): 2.558.885 habitantes.

Área (2015): 5.651,4 km²

Densidade Demográfica (2013): 434,9 hab/km²

Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 2,96 %

Expectativa de Vida ao Nascer (2000): 72,07 anos

Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013): 8,98 por mil nascidos vivos

Exportações Totais (2014): U\$ FOB 4.885.351.814

Os municípios que compõem o Corede MDJ possuem diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico, sendo necessária uma análise mais detalhada dos indicadores de desenvolvimento humano dos integrantes deste Conselho, com o intuito de identificar quais são as áreas que necessitam de um maior aporte de recursos públicos⁵. (Tabela 1)

2.1.1 Aspectos físico-naturais

Os municípios do Corede MDJ estão inseridos na Zona Climática Subtropical Sul, pelos paralelos entre 25° e 35° S, localizada na costa oriental do continente sul-americano. O tipo de clima dominante, de acordo com a classificação de Köppen, é o Cf (subtropical úmido), subtipo climático Cfa, cuja característica é indicada pelas temperaturas médias compreendidas entre -3°C e 18°C no mês mais frio (C) e superiores a 22°C para o mês mais quente (a) - com temperatura média anual de 19,4°C.⁶. Salienta-se que Triunfo apresenta a

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2016.

⁵ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

⁶ PREFEITURA DE GUAÍBA. **Documentos municipais**. Disponível em: http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.html. Acesso em: 12 ago. 2016.

temperatura média mais alta (25,9C). Santo Antônio da Patrulha e Glorinha são os municípios com temperatura média anual mais baixa (18,9°C)⁷.

As normais pluviométricas anuais são superiores a 1300 mm, com pequena concentração no inverno. A regionalização climática, com base em parâmetros hídricos, identifica para esta região geográfica, os climas úmido e subúmido⁸.

A velocidade média geral dos ventos oscila entre 1,5m/s e 2,0 m/s, soprando predominantemente do setor Sudeste (SE), para Noroeste (NW).⁷

É comum observar, durante intervalos de poucos dias, a sucessão de “condições de tempos típicos” de cada uma das massas de ar atuantes no estado. A condição de tempo estável, sob o domínio da Massa Tropical Marítima (Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul), caracteriza a condição climática desfavorável à dispersão de poluentes sobre a Região da Grande Porto Alegre incluindo a cidade de Guaíba. Isto porque durante a sua permanência sobre a região, provoca um ressecamento da atmosfera de cima para baixo, mantendo o céu desprovido de nuvens com vento fraco dando condição para formação de inversões térmicas próximas da superfície e de nevoeiros pela manhã.

A situação se modifica à medida que a pressão do ar vai diminuindo e com isso vai estabilizando a atmosfera permitindo o aumento gradativo da temperatura. A passagem das frentes frias provoca chuvas fortes que depois são sucedidas por chuvas fracas e intermitentes. Essa condição atmosférica é altamente favorável à dispersão de poluentes sobre toda Região Metropolitana de Porto Alegre.

⁷ CLIMATE-DATA.ORG. **Dados climáticos para cidades mundiais**. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org>> Acesso em: 12 ago. 2016.

⁸ PREFEITURA DE GUAÍBA. **Documentos municipais**. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.

Tabela 1 - Características gerais dos municípios do Corede MDJ

	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí
População Total	211.097 habitantes	127.943 habitantes	37.166 habitantes	7.396 habitantes	272.948 habitantes
Área	71,3 km ²	44,0 km ²	509,7 km ²	323,6 km ²	463,5 km ²
Densidade Demográfica	2.807,1 hab/km ²	2.757,7 hab/km ²	70,5 hab/km ²	22,2 hab/km ²	565,3 hab/km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010)	3,93 %	2,94 %	4,18 %	8,08 %	3,20 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2010)	77,41 anos	76,42 anos	75,66 anos	76,54 anos	76,74 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2013)	9,55 por mil nascidos vivos	5,69 por mil nascidos vivos	17,48 por mil nascidos vivos	0,00 por mil nascidos vivos	7,80 por mil nascidos vivos
Exportações Totais (2014)	US\$ FOB 4.077.778	US\$ FOB 49.742.367	US\$ FOB 3.351.259	US\$ FOB 6.810.081	US\$ FOB 578.200.882
PIB (2013)	R\$ mil 1.992.342	R\$ mil 5.648.490	R\$ mil 959.833	R\$ mil 358.176	R\$ mil 10.197.232
PIB <i>per capita</i> (2013)	R\$ 9.730,61	R\$ 45.379,61	R\$ 26.003,99	R\$ 48.638,83	R\$ 37.904,83
	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Data de criação	17/9/1965 – (Lei n.º. 5026)	9/11/1965 – (Lei n.º. 5090)	8/6/1988 - (Lei n.º. 8649)	4/5/1988 - (Lei n.º. 8590)	11/06/1880 – (Lei n.º. 1247)
Município de origem	Viamão	Gravataí	Guaíba	Gravataí	Porto Alegre
	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
População Total	100.586 habitantes	1.480.967 habitantes	42.220 habitantes	26.373 habitantes	252.189 habitantes
Área	376,9 km ²	496,7 km ²	1.049,8 km ²	818,8 km ²	1.497,0 km ²
Densidade Demográfica	254,9 hab/km ²	2.868,3 hab/km ²	38,4 hab/km ²	32,5 hab/km ²	162,6 hab/km ²
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010)	3,83 %	2,28 %	9,05 %	6,51 %	4,19 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2010)	74,99 anos	76,42 anos	76,97 anos	77,35 anos	76,95 anos
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2013)	8,90 por mil nascidos vivos	9,27 por mil nascidos vivos	8,68 por mil nascidos vivos	13,62 por mil nascidos vivos	8,23 por mil nascidos vivos
Exportações Totais (2014)	US\$ FOB 164.486.252	US\$ FOB 2.253.593.941	US\$ FOB 6.098.610	US\$ FOB 1.812.521.832	US\$ FOB 6.468.812
PIB (2013)	R\$ mil 4.174.309	R\$ mil 57.379.337	R\$ mil 886.392	R\$ mil 5.900.492	R\$ mil 2.680.846
PIB <i>per capita</i> (2013)	R\$ 42.298,04	R\$ 39.091,64	R\$ 21.318,25	R\$ 215.393,60	R\$ 10.722,18
Data de criação	14/10/1926 Decreto n.º . 3697	23/08/1808 Alvará de	07/10/1809 Provisão de	25/10/1831 Decreto Regencial s/n.º .	11/06/1880 Lei n.º . 1247
Município de origem	Porto Alegre	Um dos 4 municípios iniciais do RS	Um dos 4 municípios iniciais do RS	Porto Alegre e Rio Pardo	Porto Alegre

(Fonte: FEE)

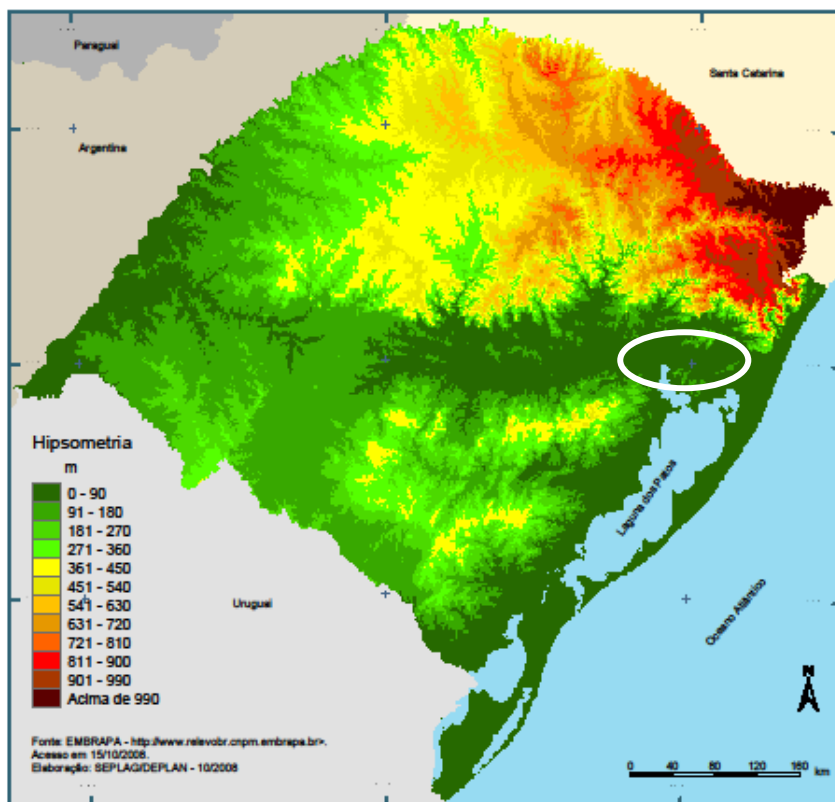


Figura 3 – Hipsometria, com destaque para o Corede MDJ, que não ultrapassa os 100m de altitude (Fonte: SEPLAG/DEPLAN)

Conforme o Levantamento de Recursos Naturais da Folha Porto Alegre Folhas SH.21/22 e SI.22, elaborado pelo Projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1986), o relevo da RMPA é caracterizado por três grandes domínios morfoestruturais: Depósitos Sedimentares; Bacias e Coberturas Sedimentares; Embasamento em Estilos Complexos.⁹

Quanto aos solos, nesta região, predominam os Neossolos, Argissolos e Planossolos. Na prática, isto representa a aptidão para uso do solo: áreas com alta suscetibilidade à erosão e, portanto com maior investimento em corretivos / fertilizantes e sistemas de manejo para alcançar rendimentos satisfatórios, seja

⁹ SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). Disponível em: < www.cprm.gov.br > . Acesso em 2 de ago.2016.

em campo nativo seja em lavoura; locais com pedregosidade e afloramento de rochas, que por apresentarem fortes restrições para culturas anuais, priorizam a conservação ambiental e, àquelas propícias ao plantio de arroz irrigado e, com sistema de drenagem¹⁰.

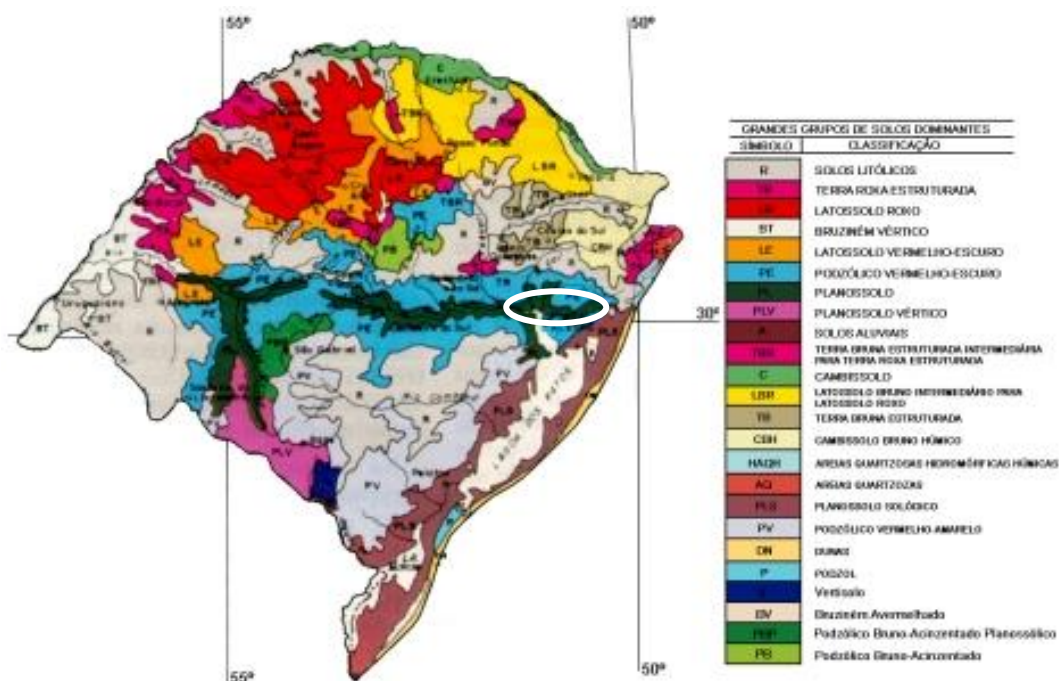


Figura 4 - Mapa dos grupos de solos do RS (Fonte: UFSM)

Para caracterizar a geologia regional, considerou-se a área da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, onde existem quatro domínios tectono-estruturais, compartimentados a partir de suas características quanto à origem, ambiente deposicional, características litoestruturais e idade (CPRM, 1998): Dorsal de Canguçu, Cinturão Dom Feliciano, Bacia do Paraná (com as seguintes unidades estratigráficas: Grupo Guatá, Grupo Passa Dois, Grupo Rosário do Sul, Grupo São Bento) e Planície Costeira e Aluviões.¹⁰

¹⁰ SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). Disponível em: < www.cprm.gov.br >. Acesso em 2 de ago.2016.

2.2 Aspectos históricos

Quatro são os municípios iniciais que deram origem aos demais que compõem o Corede MDJ. Deste modo, Gravataí, Guaíba, Triunfo e Viamão se originaram do município de Porto Alegre, sendo que Triunfo ainda contou com parte do território original de Rio Pardo. Por sua vez, a partir do desmembramento de Gravataí, surgiram Cachoeirinha e Glorinha. Alvorada e Eldorado do Sul, por sua vez, tiveram origem nos municípios de Viamão e Guaíba, respectivamente.¹¹

A partir das páginas eletrônicas dos municípios^{12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19} deste Corede, foi possível construir um cenário da formação da região e sua trajetória até a atualidade.

Um aspecto imemorial importante é a presença indígena - que foi marcada pelas incursões de tribos como os Patos, os Minuanos, Charruas, Guarani e Tapes. Uma prova desta ocupação está no atual território do município de Guaíba, onde há sítios arqueológicos representativos da cultura Guarani. Segundo Laroque²⁰, a Tradição (conjunto de materiais com

¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹² PREFEITURA DE ALVORADA. Disponível em: <<https://www.alvorada.rs.gov.br/historia-da-cidade/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹³ PREFEITURA DE CACHOEIRINHA. Disponível em: <<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/plano-ambiental-municipal>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁴ PREFEITURA DE GLORINHA. Disponível em: <http://www.glorinha.rs.gov.br/glorinha_rs/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁵ PREFEITURA DE ELDORADO DO SUL. Disponível em: <http://www.eldorado.rs.gov.br/pagina/78_Historia.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁶ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/?p_secao=3>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁷ PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Disponível em: <<http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁸ PREFEITURA DE TRIUNFO. Disponível em: <<http://www.triunfo.rs.gov.br/site/home/pagina/id/64>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

¹⁹ PREFEITURA DE VIAMÃO. Disponível em: <http://www.viamao.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=3>. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁰ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico – Arqueológico do Rio Grande do Sul**. Guaíba. Ed. do Autor, 2002. 192p.

características semelhantes, reunindo em geral diversas fases, dentro de um espaço físico e temporal) Umbu, conhecida também, como o povo da flecha é a primeira e a mais antiga localizada nos campos abertos ao longo da borda dos rios Sinos, Caí, Taquari, Pardo, Jacuí e Laguna dos Patos. Estas populações indígenas teriam vivido entre 10.000 e 6.000 A.C.

Com a chegada dos portugueses, os índios foram abandonando suas terras e marinando pelos rios, subindo às suas nascentes e estabelecendo-se às suas margens. Ocorreram muitos confrontos entre índios e colonizadores, tanto espanhóis como portugueses. Estas populações sofreram violenta redução demográfica, lutaram por seu espaço. Porém, o avanço colonial e nacional os empurrou para a desestruturação cultural e a redução física de seu território, causando sérias consequências que atingem seus descendentes até hoje.²¹

Vinculado à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas (1494)²², o território do Rio Grande do Sul foi cenário de lutas constantes entre portugueses e espanhóis desde a fundação da Colônia do Sacramento (1680), à margem do Rio da Prata (hoje território do Uruguai). O intento português era desviar a prata extraída pelos espanhóis e transportada para Espanha através de Buenos Aires. Seria vital aos portugueses manter uma linha de ligação ocupando o território espanhol de Laguna (final da linha de Tordesilhas) até Sacramento. Com isso, a Coroa Portuguesa estaria estendendo seus domínios até o Rio da Prata e desenvolvendo uma nova atividade no processo de exploração: a preia do gado xucro. Neste período, a carne não era considerada um bem econômico. Consumia-se somente o necessário para subsistência da ocasião, deixando-se apodrecer o restante. O que interessava era a comercialização do couro. Esta atividade movimentou a região e atraiu o interesse pela pecuária sulina.²⁰

Para frear a ação portuguesa, a coroa espanhola fundou a partir de 1682 os sete povos das missões, onde a presença jesuítica deveria defender a posse da região e conservar o gado xucro estabelecido na “Vacaria Del Mar”. Tal ação

²¹ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Conheca_Guaiba/>. Acesso em: 12 ago. 2016.

²² HISTÓRIA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-pre-colonial/tratado-de-tordesilhas/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

jesuítica consistiu em separar parte do rebanho para a região nordeste e formar uma nova reserva, a “Vacaria dos Pinhais”.²³

No início do século XVIII, o eixo econômico da colônia Brasil desloca-se do nordeste açucareiro para região central. Frente a isso, o ouro, o principal produto colonial necessitaria de transporte interno da região das minas até o litoral.²⁴

Para efetuar o abastecimento dos mineradores e transportar o ouro, paulistas e lagunistas se deslocaram para o território do Rio Grande do Sul objetivando capturar o gado xucro, em especial o gado luar. Com isso estancieiros começaram a se estabelecer na região para invernar o gado. Surgiu assim uma nova atividade no contexto sulino: os tropeiros, responsáveis pelo transporte do gado.²⁵

Os desentendimentos das Coroas Ibéricas no Sul da América fizeram com que as duas monarquias firmassem em 1750 o “Tratado de Madri” estabelecendo que Portugal entregaria sacramento à Espanha e receberia em troca os sete povos das missões. Entretanto, a demarcação dos limites foi interrompida pelos índios missioneiros que se recusavam a entregar suas terras, motivando a “Guerrilha Guaranítica” (1754-1763).²⁶

Em 1732 é feita a doação da primeira sesmaria “Estância das Conchas” nas imediações de Tramandaí, a Manoel Gonçalves Ribeiro. Posteriormente a 1733, lagunistas se mudam para o Sul com suas famílias e procuram legalizar suas terras. São tropeiros que se transformam em estancieiros.²⁴

A partir de 1734, Cristóvão Pereira de Abreu começa a abrir a Estrada Real, que partindo de Viamão, passava por Santo Antônio da Patrulha, seguindo

²³ PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Disponível em: <<http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁴ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico – Arqueológico do Rio Grande do Sul. Guaíba**. Ed. do Autor, 2002.192p.

²⁵ PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Disponível em: <<http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁶ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Conheca_Guaiba/>. Acesso em: 12 ago. 2016.

pelo vale do Rio Rolante e, subindo a serra, encontrando-se com a estrada dos Conventos, que do vale do Rio Araranguá se dirigia para Curitiba e São Paulo.^{27,28}

No segundo semestre de 1737 foi instalado, à margem esquerda do Rio dos Sinos, o “curral da contagem”. A guarda tinha a função de registrar as pessoas e as tropas que do Rio Grande do Sul se deslocavam para Curitiba e também para efetuar a prisão de desertores. Em 1739 passa a ter a função de cobrar taxas dos animais capturados no Sul para serem vendidos em Sorocaba.

A distribuição das sesmarias foi um sistema utilizado pela coroa portuguesa durante o Brasil Colônia, para que terras devolutas, no Sul do Brasil, fossem ocupadas.

O sesmeiro, de origem portuguesa ou açoriana, deveria ocupar as terras com a criação do gado vacum, cavalar e muar, erguer a sede da sesmaria e fazer benfeitorias como olaria, charqueadas, galpões, senzalas, capela, cemitério e arvoredos. Além de organizar economicamente suas terras, deveria também defendê-las militarmente a favor de Portugal a fim de evitar a ocupação espanhola e guarani. “Depois da vitória sobre os espanhóis (1776), todo o território ao Sul do Rio Jacuí foi ocupado pelos portugueses, até os limites determinados, em 1777, pelo Tratado de Santo Idelfonso. Foram distribuídas sesmarias em toda esta área.”²⁹

Atualmente, as janelas tipo guilhotina e as casas junto às calçadas evidenciam nas construções, a praticidade e a aristocracia que outrora reinou, trazidas e vividas pelos açorianos nestas terras. Em alguns municípios deste COREDE, os habitantes têm em comum com aqueles ilhéus a melancolia, o gosto pelas águas e pela pesca, a religiosidade, o gosto pela natureza, etc.³⁰

²⁷ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico – Arqueológico do Rio Grande do Sul. Guaíba**. Ed. do Autor, 2002.192p.

²⁸ RS VIRTUAL - RIO GRANDE. Disponível em: http://www.riogrande.com.br/rio_grande_do_sul_como_surgiram_quem_eram_e_o_papel_dos_tropeiros-03217.html. Acesso em: 12 ago. 2016.

²⁹ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em: http://www.guaiba.rs.gov.br/Conheca_Guaiba/. Acesso em: 12 ago. 2016.

³⁰ PREFEITURA DE TRIUNFO. Disponível em: <http://www.triunfo.rs.gov.br/site/home/pagina/id/64>. Acesso em 12 ago. 2016.

O conflito entre as coroas de Portugal e Espanha somente teve fim em 1801 com o “Tratado de Badajós”. Consolidada a posse portuguesa na região, o Príncipe Regente, D. João (futuro D. João VI), em 07 de outubro de 1809, criou quatro grandes municípios - Rio Grande, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha - para firmar, definitivamente, o domínio português no território sulino. Estes municípios deveriam ser instalados com as Câmaras de Vereadores, que iriam administrar os territórios.³¹

Envolvido em diversas revoltas, o século XIX marcou o seu povo, após uma longa guerra por independência contra o Império Português. A chamada Guerra dos Farrapos se iniciou com um enfrentamento ocorrido em Porto Alegre, nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835.³²

No município de Guaíba, na outra margem do lago de mesmo nome, líderes farroupilhas se reuniram na antiga sesmaria de Antônio Ferreira Leitão, para as últimas tratativas referentes à tomada de Porto Alegre, por ser um local estratégico militar. Na casa de Gomes Jardim (herdeiro por casamento com a filha de Antônio Leitão e, mais tarde vice-presidente da República Riograndense) foram acertados os planos para a invasão da capital da província, o que ocorreu às 23 horas da noite do dia 19 para 20 de setembro de 1835. Gomes Jardim, liderando 60 homens, partiu da conhecida Praia da Alegria para atravessar o Lago Guaíba e unir-se às forças de Onofre Pires que já esperavam na margem esquerda³³.

Mesmo sufocado, foi este conflito que gravou na história o mito do gaúcho e é até hoje cantado em hino, comemorado em desfiles anuais e homenageado

³¹ PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Disponível em: <<http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

³² PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/?p_secao=3>. Acesso em 12 ago. 2016.

³³ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Conheca_Guaiba/index.html>. Acesso em: 14 ago. 2016.

com nomes de ruas e parques. A corrente imigratória reiniciou com o término da Guerra Farroupilha, em 1845.³⁴

2.3 Dimensão demográfica

Estudos³⁵ demonstram que a taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, teve um crescimento marcante nas últimas cinco décadas. A população urbana, de 67,5% em 1980, passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6% em 2000 e a 85,1% em 2010.

“Entre os anos de 1960 e 1970, as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão, para o qual contribuiu o intenso processo de modernização da agricultura, que ganhou força nos anos 1960, juntamente com o processo de repartição da pequena propriedade, expulsando um significativo número de agricultores, principalmente do Norte do Estado, em direção às regiões industriais e às novas fronteiras agrícolas do País”.³⁶

O contingente populacional rural, entre 2000 e 2010, se reduziu em 276 mil habitantes, sendo que a média anual de crescimento da população rural foi de -1,59%.

“Outro aspecto da repartição da população entre o rural e o urbano é a sua distribuição no território. Enquanto algumas regiões registram taxas de urbanização próximas a 98%, como no Corede MDJ, outras apresentam elevados percentuais de população vivendo em suas áreas rurais”.³⁷

“O saldo migratório – diferença entre o número de entradas e o de saídas de população – tem sido historicamente negativo no Rio Grande do Sul. Esses valores, entretanto, apesar de negativos, vinham decaindo, acompanhando a tendência nacional de predominância dos movimentos de migração intraestaduais em detrimento dos movimentos interestaduais. Nos anos 70, o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano, nos anos 80 esse número caiu para 10 mil e, na década de 90, as perdas foram de menos de 3 mil pessoas. Também nesse caso, os movimentos migratórios interestaduais que predominaram no Rio Grande do Sul estiveram ligados à expansão da

³⁴ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>. Acesso em: 14 ago. 2016.

³⁵ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

³⁶ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134057-20150323173554perfil-rf6-27-02>>. Acesso em 14 ago. 2016.

³⁷ FEE. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/201412092_fee-dinamicas-territoriais_site1.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

fronteira agrícola, que ocorreu a partir da década de 1960, a qual enviou grandes contingentes migratórios em direção ao Centro-Oeste e Norte do País.”³⁸

“Porém, os Censos Demográficos das duas últimas décadas mostraram uma reversão dessa tendência de queda nas emigrações do Rio Grande do Sul. A perda populacional do Rio Grande do Sul por migração, principalmente para outros estados da Federação, entre os anos 1995-2000, foi de 39.495 e, entre 2005-2010, alcançou 74.650 pessoas.”

“Há uma grande disparidade quando essa projeção é analisada por faixa etária. O contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e, a partir de então, iniciará um processo de redução. Por fim, a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas. Esse tipo de comportamento do crescimento populacional indica que estamos passando por uma transição demográfica na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos somados a mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor. Em relação ao comportamento da população por faixas etárias, o Corede MDJ segue o padrão estadual, isto é, o processo de envelhecimento populacional. Ao longo dos últimos 40 anos, observa-se uma menor proporção de crianças e jovens e uma maior participação de adultos e idosos na composição da população. Fatores como a taxa de fecundidade e a expectativa de vida contribuem para esse fenômeno. O Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade entre os estados brasileiros e a quarta maior expectativa de vida do Brasil. O Corede Metropolitano não foge a esse padrão. Na última década, a população na faixa de 0 a 14 anos do Corede sofreu uma retração de 13,8%. As faixas de 15 a 65 anos e acima de 65 anos tiveram um incremento de, respectivamente, 9,9% e 35%.“³⁹ (Tabelas 2 e 3).

“A totalidade dos municípios do Corede, seguindo uma tendência de redução do crescimento populacional, teve, em período mais recente (2000-2010), taxas de crescimento demográfico inferiores se comparadas ao período anterior (1991-2000). Com exceção de Eldorado do Sul e Porto Alegre, que se mantiveram praticamente nas mesmas posições, municípios como Alvorada, Gravataí e Viamão, que, na década anterior, apareciam como primeiros no ranking estadual, atualmente não lideram mais. Os municípios do Corede que mais cresceram no período 2000-2010 foram Eldorado do Sul (2,33% a.a.), Glorinha (1,94% a.a.) e Triunfo (1,53% a.a.). No outro extremo, com taxas de crescimento inferiores a 1% ao ano, estão Gravataí, Cachoeirinha, Santo Antônio da Patrulha, Alvorada, Viamão, Porto Alegre e Guaíba. A pesquisa realizada pelo Censo 2010 indica o número de habitantes de cinco anos ou mais de idade que não residiam no município em agosto de 2005. Analisando-se esses dados em relação à população total dessa faixa etária, observa-se que o município de Glorinha foi o que obteve o maior valor, não só no Corede

³⁸ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134056-20150323173522perfil-rf1-27-02-2015>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

³⁹ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134056-20150323173522perfil-rf1-27-02-2015>>. Acesso em 14 ago. 2016.

como no Estado. Do total de sua população de cinco anos ou mais, 20,6% não residiam no município em 2005. Eldorado do Sul apareceu em segundo lugar no Corede, com 16%, e posteriormente Triunfo, com 12,4%. A seguir, com percentuais entre 6 e 11%, apareceram Porto Alegre, Guaíba, Santo Antônio da Patrulha, Alvorada e Gravataí.”⁴⁰

O Corede MDJ é o mais populoso do Rio Grande do Sul, apresentando 2.558.885 habitantes em 2014, o que corresponde a 22,7% da população total gaúcha (de 11.247.972 habitantes), considerando a estimativa IBGE para 2015 (baseada no censo de 2010). A sua densidade demográfica é a segunda maior do Estado, com 434,9 habitantes por km. No período 2000-2010, a Região Funcional 1 de Planejamento - onde o Corede MDJ está subsumido - apresentou uma taxa de crescimento demográfico de 0,66% ao ano, sendo a quarta Região Funcional de Planejamento (RFP) com maior crescimento populacional do Estado.

Este Corede ocupou o segundo lugar no Estado em relação ao número absoluto de crescimento da população, mas quanto à taxa de crescimento demográfico, obteve a décima primeira maior, atrás dos Coredes Vale do Rio Pardo, Centro Sul, Produção, Vale do Rio dos Sinos, Vale do Taquari, Hortênsias, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí, Serra e Litoral. A população cresceu no período 2000-2010 a uma taxa de 0,52% ao ano, um pouco superior à média estadual, que ficou em 0,49%. Dentre as 27 capitais, Porto Alegre foi a que apresentou o menor crescimento populacional, segundo o IBGE. A população da capital gaúcha aumentou de 1.467.816 para 1.472.482 habitantes, um crescimento de 4.666 pessoas — 0,32%. A estimativa reflete a população no começo de julho de 2014. A Região possui basicamente três classes no que se refere à população dos municípios. Porto Alegre é o maior município, ocupando a primeira classe. Uma segunda classe, composta pelos municípios de Gravataí, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha, possui populações entre 100 e 300 mil habitantes. Por último, Santo Antônio da Patrulha, Eldorado do Sul, Triunfo, Guaíba e Glorinha, com população de até 100 mil habitantes.⁴¹

⁴⁰ FEE. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/viewFile/3745/3637>>. Acesso em 14 ago. 2016.

⁴¹ Idem

A taxa de urbanização atinge 100% em Porto Alegre, Alvorada e Cachoeirinha. Glorinha tem a menor taxa, com 30%, seguida por Triunfo (65,4%), Santo Antônio da Patrulha (70,9%) e Eldorado do Sul (89,7%). Gravataí (95,2%), Viamão (94%) e Guaíba (70,8%) ocupam os percentuais intermediários. Deste modo, 81,6% da população do Corede MDJ residiria em área urbana, um percentual inferior ao da Região Funcional 1, que correspondendo a 41% da população total do Estado, apresenta 95% residindo na área urbana e 5% na área rural.

Da população presente no Corede MDJ, 12.212,542 são homens e 13.463,43 são mulheres. O percentual de urbanização entre os sexos (homens-mulheres) encontra a menor taxa em Glorinha (26,8%-31,3%), seguido por Triunfo (64,4%-66,3%), Santo Antônio da Patrulha (60,4%-72,3%) e Eldorado do Sul (88,9%-680,4%). Gravataí, Guaíba e Viamão apresentam taxas de urbanização acima de 90% em ambos os sexos; Porto Alegre, Cachoeirinha e Porto Alegre tem 100%.⁴²

Destaca-se a situação de Glorinha, município que se diferencia dos demais, pois além de ser o menos populoso, é o único que possui baixa urbanização.

Os dados divulgados pelo Censo 2010 do IBGE revelaram algumas tendências demográficas para o Rio Grande do Sul - que já haviam sido detectadas nos últimos censos e pesquisas. Essa observação, aliada às projeções recentes elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística, confere importantes consequências para o planejamento, que podem ser inferidas ao Corede MDJ. Entre essas tendências, podemos destacar o aumento das taxas da população urbana e a redução da taxa de crescimento populacional, que tende a ocasionar um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas.⁴³

⁴² FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: < <http://dados.fee.tche.br/> >
Acesso em: 15 out. 2016

⁴³ RIO GRANDE DO SUL/SEPLAC. Disponível em:
<<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134056-20150323173522perfil-rf2-27-02>>. Acesso em 14 ago. 2016.

O fator preponderante nesse processo pode ser a diminuição da taxa de fecundidade, como a apresentada pelo Estado: a média de filhos por mulher para 2010 estava em 1,8, valor que já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional, que é de dois filhos.

Merece atenção especial os efeitos do adensamento populacional: a alta concentração da população e da produção, nessa Região Funcional e, mais particularmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, traz como contrapartida uma série de problemas característicos das grandes metrópoles, com grande impacto ambiental, como falta de saneamento, habitação, mobilidade urbana e demanda por atendimento a serviços mais especializados, principalmente na área da saúde. Para equacionar essas questões, a atuação do Estado necessita ter uma orientação corretiva, atuando no sentido de superação dos gargalos existentes; e outra, mais preventiva, buscando fortalecer esses serviços em centros regionais de porte médio.

Tabela 2 - População por faixa etária (15-44 anos) nos municípios do Corede MDJ (Fonte: FEE, 2014)

MUNICÍPIO	DE 15 A 19 ANOS		DE 20 A 24 ANOS		DE 25 A 29 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alvorada	10307	9937	8948	8963	8204	8208
Cachoeirinha	5097	5053	5022	5066	5087	5252
Eldorado do Sul	1770	1685	1556	1574	1390	1376
Glorinha	339	286	308	298	311	259
Gravataí	11593	11217	11009	11041	11144	11533
Guaíba	4286	4074	4084	3950	4004	4008
Porto Alegre	53457	53042	54571	56734	60256	63667
Santo Antônio da Patrulha	1748	1576	1617	1537	1504	1481
Triunfo	1180	1124	1126	1055	1006	945
Viamão	11630	11241	10306	10168	9707	9635
Total	101407	99235	98547	100386	102613	106364
	DE 30 A 34 ANOS		DE 35 A 39 ANOS		DE 40 A 44 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alvorada	8119	8669	7288	7859	6650	7085
Cachoeirinha	5402	5637	4700	4938	4238	4614
Eldorado do Sul	1481	1616	1322	1432	1285	1273
Glorinha	282	284	273	238	254	241
Gravataí	12111	12190	10224	10231	8794	9179
Guaíba	4061	4261	3565	3728	3258	3486
Porto Alegre	63512	69009	52494	58467	45003	50526
Santo Antônio da Patrulha	1537	1557	1301	1442	1397	1493
Triunfo	984	991	896	871	836	804
Viamão	9675	10123	8633	9253	8144	8666
Total	107164	114337	90696	98459	79859	87367

Tabela 3 - População por faixa etária (45-ou mais anos) nos municípios do Corede MDJ (Fonte: FEE, 2014)

MUNICÍPIO	DE 45 A 49 ANOS		DE 50 A 54 ANOS		DE 55 A 59 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alvorada	6415	7069	5743	6535	4642	5441
Cachoeirinha	4217	4694	4006	4469	3225	3828
Eldorado do Sul	1186	1206	1095	1256	990	974
Glorinha	233	234	234	243	208	228
Gravataí	8390	9120	7974	9159	7375	8403
Guaíba	3099	3431	3180	3632	2753	3269
Porto Alegre	42328	50807	43841	55162	38877	51336
Santo Antônio da Patrulha	1551	1575	1451	1469	1274	1259
Triunfo	880	908	881	894	703	702
Viamão	7652	8438	7435	8253	6258	7120
Total	75951	87482	75840	91072	66305	82560
	DE 60 A 64 ANOS		DE 65 A 69 ANOS		DE 70 A 74 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alvorada	3615	4349	2472	3135	1434	2133
Cachoeirinha	2492	2897	1669	2265	1116	1594
Eldorado do Sul	728	803	520	558	304	387
Glorinha	251	170	175	182	131	126
Gravataí	6017	6866	4126	4862	2388	3076
Guaíba	2132	2615	1574	1851	954	1230
Porto Alegre	31488	43800	23197	34376	15615	25086
Santo Antônio da Patrulha	1056	1113	950	938	687	742
Triunfo	618	608	512	469	334	300
Viamão	5133	5965	3616	4632	2395	3131
Total	53530	69186	38811	53268	25358	37805
	DE 75 A 79 ANOS		80 ANOS OU MAIS			
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Alvorada	833	1406	505	1394		
Cachoeirinha	736	1145	531	1094		
Eldorado do Sul	181	248	159	264		
Glorinha	72	93	84	84		
Gravataí	1331	2094	1060	2230		
Guaíba	541	879	460	915		
Porto Alegre	10814	20273	11375	28406		
Santo Antônio da Patrulha	453	549	368	632		
Triunfo	194	287	187	310		
Viamão	1478	2312	1255	2463		
Total	16633	29286	15984	37792		

2.4 Dimensão ambiental

O desenvolvimento econômico e social de forma ambientalmente segura requer uma gestão ambiental que proteja a saúde e bem-estar das populações e mantenha uma boa qualidade do ambiente natural. Neste aspecto, há que considerar:

2.4.1 Qualidade do ar

Segundo a Resolução CONAMA 003/90, aplicável à região do Corede MDJ, a qualidade do ar segue os Padrões Secundários (concentrações de poluentes abaixo das quais se prevê o mínimo efeito adverso sobre o bem-estar da população, assim como o mínimo dano à fauna, aos materiais e ao meio ambiente em geral), exceto para as áreas industriais – onde as concentrações de poluentes que, ultrapassadas, poderão afetar a saúde da população (Padrões Primários). Para a região do Corede, há influência da emissão de gases e particulados advindos de indústrias siderúrgica, têxtil e petroquímica, da extração de carvão, bem como dos veículos automotores⁴⁴.

2.4.2 Recursos hídricos

O Corede MDJ integra a Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba⁴⁵, a qual totaliza uma área de 84.763,54 km². Nessa área, vivem mais de 6 milhões de habitantes, que ocupam 30% do território gaúcho. A densidade média de população da região hidrográfica do Guaíba é de 84 hab/km. Este fator é de grande importância para as ações de planejamento social, econômico e ambiental, e adquire maiores proporções considerando-se os baixos índices de atendimento de esgoto e a grande carga poluidora de efluentes industriais lançados sem tratamento na região⁴⁶.

⁴⁴ PREFEITURA DE CACHOEIRINHA. Disponível em:
<<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/plano-ambiental-municipal>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

⁴⁵ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em:
<http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.htm>. Plano Ambiental. Acesso em 12 ago. 2016.

⁴⁶ PREFEITURA DE ACHOEIRINHA. Disponível em:
<<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/plano-ambiental-municipal>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Os municípios do Corede em tela estão inseridos total ou parcialmente nas bacias hidrográficas do Sinos (Cachoeirinha, Santo Antônio da Patrulha), Caí (Triunfo), Guaíba (Eldorado do Sul, Guaíba, Porto Alegre, Triunfo e Viamão), Gravataí (Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha) e Baixo Jacuí (Triunfo). Neste aspecto, é importante ressaltar a possibilidade de conflito no planejamento integrado, visto que significativa parte da legislação federal, considera a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento.

De modo geral, os recursos hídricos superficiais encontram-se em estágio crítico de poluição, resultante da crescente utilização desses recursos e lançamento de efluentes líquidos (esgotos sanitários, industriais, rurais e outras fontes) nos corpos d'água sem o tratamento adequado.

A Região Hidrográfica da Bacia do Guaíba, além de ser a área mais densamente ocupada do Rio Grande do Sul, concentra a maioria das atividades industriais e comerciais.

O diagnóstico da disponibilidade de água superficial contempla uma análise genérica da disponibilidade quantitativa de água da Região Hidrográfica do Guaíba, identificando regiões com deficiência de água atual ou potencial. A bacia hidrográfica do lago Guaíba não está entre as áreas de criticidade para a disponibilidade da água superficial, como está a do Gravataí.

A análise dos dados de vazão, coletados nas estações fluviométricas, mostram que a maior parte da Região Hidrográfica do Guaíba não apresenta problemas de falta de água para atender os usos e a demanda requerida. A análise genérica, dos dados hidrometeorológicos disponíveis, conduz a avaliações também genéricas que induzem a um panorama otimista com relação à disponibilidade de água. À medida que se aumenta a escala de análise dos dados disponíveis, a partir das redes de monitoramento instaladas em cursos de água que drenam grandes áreas, percebe-se que o balanço disponibilidade/demanda se mostra progressivamente desfavorável. A crescente escassez da água e os conflitos de uso decorrentes geram também a necessidade de serem estabelecidos mecanismos para o seu gerenciamento.

Quanto às águas subterrâneas, na Região Hidrográfica do Guaíba, os aquíferos não fornecem grandes volumes de água, salvo em áreas muito

localizadas, e o rendimento depende do comportamento do tipo litológico sobre o qual o poço foi perfurado. A “Distribuição Espacial da Produção Hídrica dos Aquíferos da Região”, genericamente, apresenta a margem direita do lago Guaíba como “área crítica 2”, com vazões de 1 a 3, e a esquerda, como “área pouco favorável 2” (vazões de 3 a 10). As regiões mais suscetíveis à contaminação dos aquíferos são àquelas onde há alta concentração populacional e de parques industriais, onde não existe tratamento adequado dos efluentes. Portanto, a maioria dos municípios do Corede MDJ estão localizados em área de alta criticidade para o abastecimento por água subterrânea. Os demais estão em área de média criticidade. Este é fato a ser relevado quando do planejamento para o abastecimento e nos processos para licenciamento de atividades de impacto ambiental local⁴⁷.

2.4.3 Flora

Os municípios o Corede MDJ estão situados, em sua maioria, em área de tensão ecológica, caracterizada pelo contato entre Savana / Floresta Estacional Semidecidual e Área de Formação Pioneira da influência fluvial⁴⁸. Deste modo, a paisagem apresenta remanescentes da cobertura original no domínio do bioma Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual), patrimônio nacional, e áreas características do bioma Pampa.

⁴⁷ PRÓ-GUAÍBA. Disponível em: <www.proguaiba.rs.gov.br> Acesso em: 15 ago. 2016.

⁴⁸ MMA. Mapa de Aplicação da Lei Federal nº 11.428 /2006 e Decreto nº 6.660/2008. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/mapa_de_aplicao_da_lei_11428_mata_atlantica.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.



Figura 5 - Ecótono observado na área da nascente do Arroio Passo Fundo/Guaíba (Fonte: Lisiane Becker)

Nas extensas várzeas, onde predominam planossolos, mal ou imperfeitamente drenados, predomina a vegetação herbácea de características hidromórficas. Nas paisagens de elevações graníticas, com formas suavemente arredondadas, apresentam como vegetação característica a floresta, predominantemente influenciada pelas condições do solo. O clima desempenha um papel secundário, pelo que, a formação pertence ao clímax edáfico.

Há presença de espécies exóticas com grande potencial invasor, como balsamíneas, pinheiro-americano (*Pinus sp*) e aspargo-samambaia (*Asparagus setaceus*), que podem comprometer a paisagem e os processos ecológicos. O capim Anonni é uma espécie que deve ser alvo de atenção imediata, pois é de difícil erradicação. Outrossim, em alguns pontos com menor intervenção antropogênica, é possível perceber bioindicadores vegetais da boa qualidade ambiental, como a *Tillandsia usneoides* (Barba-de-velho) e uma grande variedade de epífitas.



Figura 6 - Aspecto de vegetação ciliar (elementos de restinga e floresta estacional semidecidual, ecossistemas associados ao bioma Mata Atlântica) contígua à orla do Guaíba. (Fonte: Lisiane Becker)

Ocorrem espécies integrantes da lista de espécies ameaçadas, como *Tillandsia aëranthos* e *Tillandsia geminiflora* (Cravos-do-mato) e *Tillandsia usneoides* (Barba-de-velho), *Dyckya choristaminea* (BROMELIACEA), *Erythrina crista-galli* (Corticeira-do-banhado - FABACEAE) e *Ephedra tweediana* (Efedra - EPHEDRACEAE).

As famílias que apresentam as maiores riquezas florísticas são Asteraceae, Fabaceae, Poaceae, Cyperaceae.

2.4.4 Fauna⁴⁹

A região do Corede MDJ se caracteriza por ser uma área de tensão ecológica, com a presença de uma variedade de usos do solo (banhados, áreas úmidas, florestas, lavouras, campos, orla lacustre, plantações de espécies arbóreas, urbanismo), que ainda possibilita um planejamento para o desenvolvimento harmônico. Isto se traduz, conseqüentemente, por uma diversidade de habitats e seus respectivos elementos faunísticos.

⁴⁹ GUAÍBA. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.html>. Acesso em 12 ago. 2016.

É possível inferir sobre a qualidade ambiental regional através da presença de bioindicadores, tais como a diversidade de Lepidópteros/borboletas (como *Adelpha syma* e *Morpho epistrophus catenaria* – espécie característica de alguns ecossistemas da Mata Atlântica) e de Odonatos/Libélulas, bem como a ocorrência do crustáceo *Parastacus defossus* (Lagostim-de-água-doce).

A diversidade de espécies de peixes de água doce tem significativa importância na geração de emprego, renda e na subsistência. É registrada a ocorrência de representantes das famílias ERYTHRINIDAE (Traíra), CHARACIDAE (vários gêneros de Lambaris), CRENUCHIDAE (Canivete), CURIMATIDAE (Biru), PROCHILODONTIDAE (Grumatã), ANOSTOMIDAE (Piava, Voga), AUCHENIPTERIDAE (Porrudo), PIMELODIDAE (Pintado, Mandinho), HEPTAPTERIDAE (Jundiá-cipó, Mandim), PSEUDOPIMELODIDAE (Bagrinho), CALLICHTHYDAE (Tamboatá, Limpa-fundo), LORICARIIDAE (Viola, Limpa-vidro, vários gêneros para Cascudo e Violinha), ASPREDINIDAE (Guitarreiro), CICHLIDAE (Carás e Joanas), ENGRAULIDAE (Manjuba), ATHERINOPSIDAE (Peixes-rei), SYNBRANCHIDAE (Muçum), MUGILIDAE (Tainha), ANAPLEBIDAE (Barrigudinho), PARALICHTHYDAE (Linguado), entre outras. As Corvinas *Pachyurus bonariensis* e *Micropogonias furnieri* (SCIAENIDAE) realizam a desova na região.

Os levantamentos realizados registraram a ocorrência de espécies de anfíbios, abundantes e de ampla distribuição geográfica, como a rã-de-barriga-amarela (*Elachistocleis bicolor*), perereca-chica (*Dendropsophus anborni*), rã-chorona (*Physalaemus biligonigerus*) e sapo-cururu (*Chaunus ictericus*) - características de áreas abertas e tolerantes a modificações ambientais, podendo habitar locais com alta atividade antrópica.

Entre as serpentes da família Viperidae, merecem ser destacadas a cruzeira (*Bothrops alternatus*) e a jararaca-pintada (*Bothrops neuwiedi*), duas espécies de porte grande que atingem cerca de 1,5 m. São agressivas e possuem peçonha bastante tóxica, motivo de acidentes por vezes fatais. A abundância dessas duas espécies na composição da herpetofauna regional é significativa. Entre os lagartos, destaca-se a ocorrência do teiú-verde (*Teius oculatus*) e do lagarto-de-papo-amarelo (*Salvator merianae*), teídeos terrestres que normalmente ocorrem em áreas abertas e são relativamente tolerantes a

alterações ambientais – especialmente o *S. merianae*, conhecido por manter populações em áreas urbanas. O jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), espécie constante da lista de ameaçadas, também ocorre na região, mesmo em locais distantes do lago Guaíba.

A avifauna é expressiva, sendo razoavelmente fácil o encontro de espécies das famílias TINAMIDAE, PODICIPEDIIDAE, PHALACROCORACIDAE, ANHINGIDAE, ARDEIDAE, CICONIDAE, THRESKIORNITHIDAE, ACCIPITRIDAE, CATHARTIDAE, FALCONIDAE, ANATIDAE, ANHIMIDAE, CRACIDAE, ARAMIDAE, RALLIDAE, CARIAMIDAE, CHARADRIDAE, JACANIDAE, LARIDAE, RECURVIROSTRIDAE, SCOLOPACIDAE, COLUMBIDAE, PSITTACIDAE, CUCULIDAE, STRIGIDAE, TYTONIDAE, NYCTIBIIDAE, TROCHILIDAE, TROGONIDAE, ALCEDINIDAE, PICIDAE, DENDROCOLAPTIDAE, FURNARIDAE, FORMICARIIDAE, TYRANNIDAE, HIRUNDINIDAE, MOTACILLIDAE, TROGLODYTIDAE, MIMIDAE, MUSCICAPIDAE, EMBERIZIDAE, PARULIDAE, ICTERIDAE, FRINGILLIDAE, ESTRILDIDAE e PASSERIDAE (estas duas últimas representadas por espécies exóticas adaptadas). Algumas espécies, como o *Turdus subalaris* (Sabiá-ferreiro), *Coccyzus melacoryphus* (Papa-lagarta-verdadeiro), *Porphyrio Martinica* (Frango-d'água-azul) e *Mycteria americana* (Cabeça-seca), nidificam no Rio Grande do Sul. Há espécies constantes da lista de ameaçadas, como Veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), Noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*), Macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*), Curiango-do-banhado (*Eleothreptus anomalus*) e o *Leucopternis polionotus* (Gavião-pombo-branco).

O comércio e a posse ilegais de exemplares da avifauna são uma preocupação constante dos órgãos ambientais de fiscalização, assim como a sua adequada destinação. Inexistem Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) e Centros de Recuperação de Animais Silvestres (CRAS) em quantidade/ qualidade.

Entre as espécies da mastofauna registradas para a área de interesse, e constantes na lista de ameaçadas (MARQUES et al., 2003)⁵⁰, destacam-se o Morcego *Myotis ruber*, o Coati (*Nasua nasua*), a Lontra (*Lontra longicaudis*), o Veado-virá (*Mazama gouazoubira*), o Cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*), a Cotia (*Dasyprocta azarae*), o Jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), Tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), Gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*) e Gato-do-mato-grande (*Oncifelis geoffroyi*).

2.4.5 Paleontologia⁵¹

É importante lembrar que fauna e flora também se encontram sob a forma fóssil. As duas formações, Rio do Rasto e Sanga do Cabral, que afloram em áreas da região, são reconhecidamente altamente fossilíferas, representando depósitos permianos (250 m.a.) e triássicos (230 m.a.), respectivamente. Registros de fósseis de animais e vegetais reportados para estas formações são abundantes, principalmente na depressão central, atestando a natureza fossilífera destas unidades. A inexistência desses registros pode ser devido à pouca prospecção paleontológica na área. É provável que futuras prospecções possam vir a revelar afloramentos fossilíferos, gerando emprego e renda.

2.4.6 Indicadores de potencial poluidor da indústria⁵²

Os indicadores do potencial poluidor das atividades industriais no Rio Grande do Sul abrangem o Índice de Potencial Poluidor da Indústria (Inpp-I), o Índice de Dependência do Potencial Poluidor da Indústria (Indapp-I) e os percentuais do Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial por nível de potencial poluidor (alto, médio e baixo).

O Inpp-I do Corede MDJ supera os demais Coredes, com valor de 23,3721 (o que corresponde a 26,64% de participação no Estado). Na

⁵⁰ MARQUES, Ana A. B.; FONTANA, C.S.; VÉLEZ,, Eduardo; BENCKE, Glayson A.; SCHNEIDER, Maurício e REIS, Roberto E. dos. **Lista de Referência da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul**. Decreto no 41.672, de 11 junho de 2002. Porto Alegre: FZB/MCT-PUCRS/PANGEA, 2002. 52p. (Publicações Avulsas FZB, 11)

⁵¹ PREFEITURA DE GUAÍBA. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.html>. Plano Ambiental. Acesso em 12 ago. 2016

⁵² FEE. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indicadores-ambientais/apresentacao/>>. Acesso em 16 ago.2016.

sequência, Vale do rio dos Sinos (23,28%) e Serra (16,76%). O Vale do Jaguari (0,10%) e o Alto da Serra do Botucaraí (0,13%) apresentam os menores índices.

Dentro do Corede MDJ, Eldorado do Sul, Porto Alegre, Cachoeirinha e Triunfo tiveram evolução negativa do Inpp-I, no período de 2002 a 2009 (Tabela 4), apesar de se manterem entre os primeiros colocados para o índice de Valor Adicionado Bruto de alto potencial poluidor. Glorinha, Guaíba e Alvorada se destacam pela sua evolução no período com 467,6%, 109,2% e 101,5% - respectivamente.

Em relação aos demais municípios do Estado, Triunfo esteve no topo do ranking com Canoas e Caxias do Sul na sequência, desde 2002 até 2007. Em 2008, Canoas passou à frente de Triunfo, mantendo essa posição em 2009 e aumentando sua diferença em relação aos demais municípios da lista. Em relação à quarta posição no ranking, essa foi ocupada por Porto Alegre até 2006; a partir de 2007, contudo, essa posição passou a ser de Gravataí. Destaca-se, de qualquer maneira, que a concentração territorial do risco relativo ao potencial poluidor industrial ocorre principalmente em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, correspondente à área mais densamente povoada do Rio Grande do Sul.

O Indapp-I revela alterações sutis na série histórica, compreendida entre 2002 e 2009 (Tabela 5), nos municípios do Corede MDJ. Exceções são os municípios de Eldorado do Sul, com redução do Indapp-I de 0,155, e Glorinha com queda de 0,131. Vale lembrar que Glorinha é o município menos populoso e com menor taxa de urbanização neste Corede.

Tabela 4 - INPP-I, sua participação no Estado e evolução, Indapp-I e VAB da Indústria (percentual por potencial poluidor), por municípios, Rio Grande do Sul - 2009 (Fonte: FEE/CIE/NISA)

MUNICÍPIO	INPP-I	PARTICIPAÇÃO INPP-I DO MUNICÍPIO SOBRE ESTADO (%)	EVOLUÇÃO DO INPP-I DO MUNICÍPIO COM BASE 2002 (%)	INDAPP-I	VAB DA INDÚSTRIA POR POTENCIAL POLUIDOR (%)		
					Alto	Médio	Baixo
Rio Grande do Sul	87,7393	100,0000	-0,6	0,8507	73,2	23,8	3,0
Alvorada	0,1804	0,2057	101,5	0,8582	74,6	22,4	3,0
Cachoeirinha	1,0776	1,2281	-4,9	0,7555	55,5	40,2	4,4
Eldorado do Sul	0,2543	0,2898	-73,8	0,8185	67,7	28,4	4,0
Glorinha	0,1262	0,1438	467,6	0,5934	20,0	78,7	1,3
Gravataí	5,8698	6,6900	36,0	0,9555	92,8	5,6	1,7
Guaíba	1,9578	2,2314	109,2	0,9771	96,1	3,2	0,7
Porto Alegre	4,6679	5,3202	-21,5	0,8532	75,9	18,8	5,3
Santo Antônio da Patrulha	0,1982	0,2259	11,1	0,6995	41,0	58,0	1,1
Triunfo	8,5163	9,7063	-2,9	0,9984	99,8	0,1	0,1
Viamão	0,5237	0,5969	3,9	0,9279	86,8	12,0	1,2

Tabela 5 - Índice de Dependência das Atividades Potencialmente Poluidoras da Indústria (Indapp-I), por município, no Rio Grande do Sul – 2002 a 2009 (Fonte: FEE/CIE/NISA)

MUNICÍPIO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rio Grande do Sul	0,8252	0,8379	0,8327	0,8391	0,8487	0,8522	0,8598	0,8507
Alvorada	0,8559	0,8688	0,8874	0,8955	0,8964	0,8815	0,8758	0,8582
Cachoeirinha	0,7689	0,7713	0,8014	0,8133	0,8190	0,8139	0,8733	0,7555
Eldorado do Sul	0,9739	0,9782	0,9776	0,9826	0,9891	0,9741	0,8375	0,8185
Glorinha	0,7244	0,7287	0,6053	0,5910	0,6097	0,5460	0,5830	0,5934
Gravataí	0,8990	0,8964	0,8942	0,8940	0,8997	0,9351	0,9551	0,9555
Guaíba	0,9513	0,9483	0,9294	0,9235	0,9177	0,9700	0,9767	0,9771
Porto Alegre	0,8461	0,8680	0,8722	0,8387	0,8586	0,8525	0,8299	0,8532
Santo Antônio da Patrulha	0,6772	0,6852	0,7011	0,6979	0,7428	0,8065	0,7972	0,6995
Triunfo	0,9996	0,9996	0,9995	0,9995	0,9995	0,9985	0,9990	0,9984
Viamão	0,9488	0,9395	0,9425	0,9498	0,9462	0,9460	0,9395	0,9279

2.4.7 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC-RS) registra 23 Unidades de Conservação (UCs) estaduais sob administração pública. Destas, três estão localizadas no Corede MDJ: 1) A **Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande** abrange parte dos biomas Pampa e Mata Atlântica e ocupa 2/3 da bacia hidrográfica do rio Gravataí. A vegetação original é composta predominantemente de banhados e matas de restinga, sobre o solo arenoso da Coxilha das Lombas, que é uma região de paleodunas

remanescente das transgressões e regressões marinhas. Atualmente, a APA possui em seu território áreas urbanas e de atividades agropastoris, predominando o cultivo de arroz. O objetivo da criação da APA é a proteção dos banhados formadores do rio Gravataí (Banhado Grande, Banhado do Chico Lomã e Banhado dos Pachecos), compatibilizando o desenvolvimento socioeconômico com a proteção dos ecossistemas naturais preservados e recuperando as áreas degradadas. Municípios: Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha. 2) A **Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual Delta do Jacuí** compartilha, aproximadamente, 62% de seu território com o Parque Estadual Delta do Jacuí. Ela apresenta áreas de influência fluvial, ecossistemas de banhados, restingas e floresta estacional decidual. Esses ambientes permitem a ocorrência de uma rica fauna e flora fortemente associadas aos ecossistemas aquáticos. Inserida na Região Metropolitana de Porto Alegre, essa unidade busca atingir seus objetivos de conservação compatibilizando as atividades humanas a suas características ambientais, garantindo a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional⁵³. Municípios: Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas. 3) O **Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos** foi formado por uma área cedida pelo INCRA à SEMA-RS em 2002. Seus ecossistemas estão relacionados ao bioma Pampa, sendo que nos ambientes de banhados encontram-se, particularmente, importantes nascentes do rio Gravataí e áreas de fundamental importância para o abrigo da fauna residente e migratória. Diversas aves de interesse especial para conservação ocorrem na UC, entre as quais o veste-amarela (*Xanthopsar flavus*), a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*), o macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*) e o curiango-do-banhado (*Eleothreptus anomalus*). Além disso, no RVSBP ainda permanecem os últimos indivíduos do cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) sobreviventes em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Município: Viamão.

Das 22 UCs municipais, registradas no SEUC, quatro estão no Corede MDJ. São elas: 1) **Parque Natural Municipal Dr. Tancredo Neves**, em Cachoeirinha, com 17,7 ha; 2) **Parque Natural Municipal Manoel de Barros**

⁵³ RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/>. Acesso em 16 ago.2016.

Pereira, em Santo Antônio da Patrulha, com área de 24,61 ha; 3) **Parque Natural Municipal Morro do Osso**; 4) **Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger**, ambas em Porto Alegre, possuindo 127 ha e 179,7 ha – respectivamente⁵⁴, e 5) **Parque Natural Municipal Morro José Lutzenberger** (24 ha), em Guaíba.

Para o território do Corede MDJ, o ICMBio⁵⁵ tem cadastradas, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), somente as da categoria Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – Tabela 6.

Tabela 6 - Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Corede MDJ, cadastradas no ICMBio (Fonte: ICMBio)

NOME	Proprietário	Município	Área
RPPN Rincão das Flores	Carlos Alberto Zanella	Porto Alegre - RS	15,46
RPPN Jardim da Paz	Cemitério Parque Jardim da Paz	Porto Alegre - RS	1,75
RPPN Sítio Porto da Capela	Denise Laurinda Souza de Abreu	Porto Alegre - RS	14,00
RPPN Costa do Serro	Nairo Honorio Santurio Guerisoli	Porto Alegre - RS	8,00
RPPN Farroupilha	Associação Beneficente e Educacional de 1858	Viamão - RS	9,98
RPPN Reserva Particular Professor Delmar Harry dos Reis	Delmar Harry dos Reis	Viamão - RS	10,00
RPPN Chacara Sananduva	Jaime Antunes da Cunha	Viamão - RS	3,00

As APAs do Banhado Grande e a do Delta do Jacuí, também, se constituem em Zonas de Amortecimento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica⁵⁶.

Considerando os Indicadores de Potencial Poluidor da Indústria (2.4.6), bem como as demais atividades humanas impactantes citadas anteriormente, a criação e manutenção de Unidades de Conservação e Corredores de Biodiversidade se torna imprescindível para uma boa qualidade de vida humana e ambiental. Inclusive, as áreas protegidas (incluindo as Áreas de Preservação

⁵⁴ SEMA. UCs Municipais Cadastradas. Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/upload/UCs%20MUN%20CADASTRADAS_site_30042014.pdf. Acesso em 17 ago. 2016.

⁵⁵ ICMBio. Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - Rio Grande do Sul. <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/RS/>. Acesso em 17 ago. 2016.

⁵⁶ RBMA. Revisão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - Fase VI/2008. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_08_ucs.asp. Acesso em 25 ago. 2016.

Permanente) seriam ferramentas para atender a Base Estratégica do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 para a Região Funcional de Planejamento⁵⁷, em sua Dimensão infraestrutura e ambiente/ “Otimização dos procedimentos para uso adequado dos recursos naturais” e na sinergia com a Iniciativa Promissora / “Manutenção das atividades rurais”, preservando os espaços abertos (agrícolas e naturais).

2.4.8 Áreas de risco

A ocupação de áreas de várzeas, áreas sujeitas à inundação, áreas com elevadas declividades ou sujeitas a processos erosivos ou ainda a implantação de loteamentos em zonas de solos com baixa capacidade de carga, em que foram desprezadas as condições do meio físico, faz com que as populações fiquem sujeitas à ocorrência de eventos catastróficos como inundações, escorregamentos de terra, perdas do solo e equipamentos urbanos, ocorrência de processos erosivos intensos etc. São situações, portanto, que caracterizam as chamadas áreas de risco, onde devido a fenômenos físicos de ordem natural ou provocados pelo homem pode ocorrer perdas econômicas, sociais e ambientais além de um valor considerado normal ou aceitável⁵⁸.

Digno de nota que o município de Eldorado do Sul integra o Projeto Mapeamento "Dados e Análise da Vulnerabilidade a Desastres Naturais para Elaboração de Mapas de Risco e Apresentação de Proposta de Intervenções para Prevenção de Desastres", do Ministério da Integração Nacional. Este Projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC - em 275 municípios dentre os mapeados pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM - por meio da "Ação Emergencial de Setorização de Áreas de Risco". O mapeamento de riscos de Deslizamentos e Inundações em municípios

⁵⁷ SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO RS. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2016.

⁵⁸ VALENTE, Antônio Luís Schifino. **Uma Metodologia para determinação de Áreas de Risco, através de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto**. Anais VIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Salvador, Brasil, 14-19 abril 1996, INPE, p. 417-420.

prioritários do Governo Federal está sendo feito no Projeto "Setorização Emergencial de Áreas de Risco", conduzido pela CPRM⁵⁹.

2.5 Dimensão social e cultural

Segundo Mendes⁶⁰, "há algum tempo, a sustentabilidade social era utilizada para encobrir o interesse sobre a sustentabilidade ecológica, sustentando que a pobreza seria a causadora da agressão à natureza, causada por falta de recursos em adquirir técnicas preservacionistas. Outro problema seria o crescimento populacional entre os extratos mais pobres. Autores tem argumentado sobre o círculo vicioso da pobreza, onde uma região com fraca dotação de recursos, baixo nível de formação e sem capital disponível, geraria pobreza que, por sua vez, se traduziria em capacidade de poupança limitada que levaria novamente a um pequeno nível de investimento e de formação. Nesta visão, a pobreza está relacionada com a má distribuição de renda, de formação e de oportunidades, resultando em uma exploração equivocada dos recursos naturais. Este círculo vicioso da pobreza, no entanto, é questionável, pois há que considerar que a mobilização e ação social podem proporcionar desenvolvimento. Neste sentido, a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como liberdade, no qual o desenvolvimento deve ser visto como forma de expansão de liberdades substantivas, para tanto, "requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (Sen, 2000, p.18 apud Mendes⁶¹). Sob esta ótica, a dimensão social pode ser entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento

⁵⁹ MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – Projeto Mapeamento. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/projeto-mapeamento>>. Acesso em 16 ago. 2016.

⁶⁰ MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, Curitiba, v. 7, n. 2, p.49-59, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

⁶¹ MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, Curitiba, v. 7, n. 2, p.49-59, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

orientado por outra visão, a da boa sociedade. O objetivo é construir uma civilização do "ser", em que exista maior equidade na distribuição do "ter" (renda), de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados, resultando na diminuição do índice de Gini.

Para o mesmo autor, a dimensão cultural, em muitos aspectos, confunde-se com a social, tendo em vista que cultura e sociedade são, muitas vezes, elementos indissociáveis. Fazem parte desta concepção: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores regionais, bem como acompanhar suas transformações. Para buscar essa dimensão, é um caminho válido o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais.

A Base Estratégica do PPA 2016-2019, para a Região Funcional de Planejamento 1⁶², na Dimensão Social, sugere: 1) Melhorar o acesso e a qualidade na prevenção e promoção da saúde; 2) Conquistar um novo patamar de qualidade educacional gerando oportunidades para todos; 3) Fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade; 4) Fortalecer e ampliar políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e à diversidade.

2.5.1 Educação

O Idese Bloco Educação utiliza cinco indicadores que se dividem em quatro sub-blocos, de acordo com faixas etárias: população entre quatro e cinco anos (taxa de matrícula na pré-escola), população entre seis e 14 anos (nota da Prova Brasil 5º e 9º ano do ensino fundamental), população entre 15 e 17 anos (taxa de matrícula no ensino médio) e população com 18 anos ou mais (percentual da população adulta com pelo menos ensino fundamental completo).

⁶² SECRETARIA DE PLANEJAMENTO RS. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>. Acesso em 18 ago. 2016.

Em 2013, o Corede MDJ teve um IDESE, no bloco Educação, compreendido no intervalo 0,600 - 0,699, entendido como uma taxa abaixo da média do Rio Grande do Sul, que foi de 0,679.⁶³

No período de 1991 a 2010⁶⁴, a dimensão, cujo índice mais cresceu em termos absolutos, foi a Educação, registrando os seguintes crescimentos: Alvorada (0,319), Eldorado do Sul (0,3570), Cachoeirinha (0,333), Glorinha (0,415), Gravataí (0,304), Guaíba (0,338), Porto Alegre (0,208), Santo Antônio da Patrulha (0,313), Triunfo (0,362) e Viamão (0,310). A capital teve o menor crescimento e Glorinha, o maior. Na UF, por sua vez, também foi a educação a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos em todos municípios do Corede MDJ.

O IDESE⁶⁵ do Corede, para o bloco Educação, foi de 0,653, ocupando o 25º lugar. O Rio Grande do Sul atingiu 0,679, em 2013 (Tabela 7). Entre os municípios gaúchos, Porto Alegre esteve em 209º lugar e Viamão, em 465º. Alvorada, Eldorado do Sul e Viamão tiveram índices inferiores ao do Estado.

O bloco Educação, em 2013, não foi afetado com a adoção da nova metodologia realizada pela FEE (ver anexo - Tabela 35), embora alterado, com a inclusão de variáveis de proficiência/qualidade no ensino fundamental (Prova Brasil) e de matrícula na pré-escola, a fim de acompanhar a evolução da educação infantil, ainda não universalizada. A escolaridade adulta foi contemplada com a substituição da taxa de analfabetismo pela proporção de adultos com pelo menos o ensino fundamental completo, bem como se manteve a variável relativa a matrículas no ensino médio, também não universalizada.

⁶³ FEE. Disponível em:

http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/IDESE_Educa%C3%A7%C3%A3o_COR_EDEs_2013.pdf. Acesso em 20 ago. 2016.

⁶⁴ ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 22 ago. 2016.

⁶⁵ FEE. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?unidade=Coredes>. Acesso em 22 ago.2016.

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) – 2013. Bloco Educação (Fonte: FEE)

Municípios	Educação	
Alvorada	0,481	497º
Cachoeirinha	0,665	328º
Eldorado do Sul	0,586	450º
Glorinha	0,640	380º
Gravataí	0,619	412º
Guaíba	0,652	356º
Porto Alegre	0,715	209º
Santo Antônio da Patrulha	0,695	269º
Triunfo	0,705	244º
Viamão	0,569	465º
COREDE MDJ	0,653	25º
Rio Grande do Sul	0,679	-

2.5.1.1 Ensino Infantil

Conforme os dados do INEP (apud FRAGA et al⁶⁶), em 2012, no Brasil foram matriculadas 7,3 milhões de crianças no ensino infantil e 311.131 no Rio Grande do Sul. Observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a maioria das escolas, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul e no Corede MDJ, são de responsabilidade do poder público municipal. No Estado as escolas municipais respondem por 53,8% do total dos estabelecimentos em 2012, enquanto que no País chega a 68,7%. Isso se deve em parte pela pressão da demanda sobre os governos municipais por estarem mais próximos das comunidades e, principalmente, pela prioridade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental.

Em 2015, o Corede MDJ registrou 1942 estabelecimentos de ensino infantil, estando a maioria em Porto Alegre (n= 1398). Glorinha é o município que conta com o menor número de escolas neste nível (n= 7). Os estaduais são 103 e estão em Porto Alegre (85), Santo Antônio da Patrulha (10), Guaíba (5) e em Viamão (3). Estabelecimentos de ensino inicial federais somam apenas dois, que estão na capital. No entanto, os particulares só estão ausentes em Triunfo.

⁶⁶ FRAGA, Wagner Santana de; MASSUQUETTI, Angélica; FELTRIN, Luciano e SCHUMACHER Gabriela da Silva Schumacher. 2012. **Os gastos sociais municipais e os indicadores de qualidade de vida dos municípios gaúchos: o caso do Corede MDJ (1991-2008)**. Revista Economia e Desenvolvimento, vol. 24, n. 1, p.23-44.

A função docente, segundo dados de 2104, totalizou 6301 no Corede MDJ, onde a capital (n=4392) e Cachoeirinha (n=510) concentraram o maior número de profissionais, enquanto que no extremo oposto, ficaram Glorinha (n=16) e Triunfo (n= 60). A função federal e estadual, obviamente, está nos municípios que possuem estabelecimentos de ensino da mesma hierarquia.

A função docente particular está ausente em Glorinha e Triunfo, embora somente Triunfo não tenha estabelecimento privado.(Anexo- Tabela 35).

2.5.1.2 Ensino Fundamental

Segundo o INEP (apud FRAGA et al.,⁶⁷), o Rio Grande do Sul tinha 1.740.723 de alunos matriculados no Ensino Fundamental em 2000 e, em 2008, esse número caiu para 1.598.403 alunos (-8,18%). Entre os municípios que fazem parte do Corede MDJ, Glorinha foi o que registrou o maior aumento de matrículas nesta modalidade de ensino, crescendo 21,16%. Em 2010, um total de 271.481 pessoas, no Corede MDJ, entre seis e 14 anos de idade, frequentavam o Ensino Fundamental, com a menor taxa de frequência escolar líquida de 80,3% para Cachoeirinha e, a maior, para Glorinha, com 88,6%. O abandono no Ensino Fundamental variou entre 0,0% e 2,0% (Brasil: 2,7%;RS: 1,3%). A aprovação neste Corede é de 76,3% a 90% (Brasil: 88,2%; RS: 87,0%). Há uma distorção significativa na idade da Série no Ensino Fundamental, estando entre 20,1%-25,0% e 25,1%-44,5% (Brasil: 23,6%; RS: 22,6%). Nos últimos anos, o País e o Estado vêm apresentando uma redução nos números absolutos, no total de matrículas deste nível de ensino. No período 2007 a 2012, o Brasil reduziu em 7,5% suas matrículas, já o Rio Grande do Sul teve um percentual um pouco mais alto, 10,7%.

Os dados divulgados, pela FEE⁶⁸, mostram que esta tendência no decréscimo de matrículas permanece no período de 2010 a 2015.

⁶⁷ ibidem, p. 60.

⁶⁸ FEE. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

A queda nas matrículas do Ensino Fundamental, em parte, pode ser explicada pela queda das taxas de natalidade e à regularização do fluxo de atendimento de alunos, através da estabilização da repetência. Observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a maioria das escolas no Rio Grande do Sul são de responsabilidade do poder público. Em 2012, as escolas municipais respondiam por 55,6% do total dos estabelecimentos. Isso está relacionado com a obrigatoriedade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental⁶⁹. Entretanto, no Corede MDJ, em 2015, esta situação não condiz com a premissa. A maioria dos estabelecimentos são estaduais (47,33%). Municípios perfazem 35,50% e particulares são 16,90%. Houve, inclusive, redução no número de escolas municipais (n=5), em Gravataí (n=3), Guaíba (n=1) e Santo Antônio da Patrulha (n=1). Embora a queda no número de matriculados continue, esta não guarda relação com a redução do número de estabelecimentos: todos os municípios registraram decréscimo nos matriculados, porém somente estes três fecharam escolas. A crise pela qual passam os executivos municipais talvez explique o fato.

A função docente é desempenhada por 17110 profissionais, estando 9431 em Porto Alegre. Do total, a maioria é estadual (n=7339), seguida pelo município (n=6258), particulares (n=3404) e federais (n=109).

A taxa de abandono, em 2013, foi de 1,4% para o Corede MDJ, onde Cachoeirinha e Viamão atingiram 1,9% e Santo Antônio da Patrulha, apenas 0,5%. Esta taxa esteve mais elevada nos estabelecimentos particulares de Eldorado do Sul (3,1%), seguida pela escola estadual em Cachoeirinha (2,5%), municipal de 0,1% em Santo Antônio da Patrulha. A taxa foi a mesma no ensino federal em Porto Alegre.

As taxas de aprovação são bem mais altas do que as de reprovação, o que pode estar relacionado com a adoção dos ciclos. Assim, a relação aprovação X reprovação registrou as taxas médias: municipal 86,4% X 12,3%; estadual 85,3% X 12,9%; federal 91,1% X 8,9% e particular 77,4% X 1,91%.

⁶⁹ ibidem, p. 60.

A taxa de distorção idade/série foi maior em Porto Alegre/estabelecimento estadual(34,7%) e, a menor, em Santo Antônio da Patrulha (1,5%).

2.5.1.3 Ensino Médio

No Ensino Médio, se verificou uma redução do número de matrículas, ao longo dos últimos anos. Em 2007, o Estado somava 440.610 matrículas, enquanto que em 2012 este número passou para 402.209, uma redução de quase 9%. Uma das causas, neste fenômeno, se explica na redução da população nesta faixa etária e na relativa estabilização do fluxo escolar. Observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a rede pública no estado continua sendo o maior responsável pela oferta. Em 2012, 73,1% das matrículas eram da rede pública e do poder estadual.

Conforme o Censo/2010, 48.888 pessoas no Corede MDJ, entre 15 e 17 anos de idade, frequentavam o ensino médio, cuja menor frequência escolar líquida ocorreu em Alvorada (38,4%) e a maior em Cachoeirinha (56,5%). No entanto, 93.067 pessoas entre 18 e 24 anos de idade não haviam concluído o ensino médio e não estavam frequentando a escola, em 2010.

A função docente, em 2014, era desempenhada por 6299 profissionais, estando 3814 em Porto Alegre. Do total, a maioria é estadual (n=4223), seguida da particular (n=1734) e federal (n=1026). Por último, no município (n=216).

Em 2015, o número de matriculados no Corede MDJ foi de 83644, concentrando quase a metade dos alunos na capital (46363). O município com o menor número de matrículas foi Glorinha (n=322). Embora Gravataí conste como tendo um estabelecimento de ensino federal novo em 2015, não houve matrícula inicial.

O número de estabelecimentos estaduais (n=150) supera os particulares (n=92), os municipais (n=8) e os federais(n=4).

Em 2013 se matricularam 85525 sendo que concluíram o ensino médio em 2015,18568 alunos. A média da taxa de abandono foi maior nos

estabelecimentos estaduais (13,48%). Nos municipais foi 4,73%, nos particulares foi 0,36% e no único federal, 0,1%. A município com a maior taxa de abandono foi Triunfo (24,5%).

A relação aprovação *versus* reprovação registrou as seguintes taxas médias: municipal 18,2% X 7,02%; estadual 70,76% X 15,76%; federal 8,72,1% X 1,18% e particular 64,59% X 5,05%.

A taxa de distorção idade/série foi maior em Porto Alegre/estabelecimento municipal (78,3%) e, o menor, em Guaíba/estabelecimento particular (2,9%).

2.5.1.4 Ensino Superior

A Educação Superior abrange os cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes áreas profissionais. Na graduação os cursos são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. A pós-graduação, compreende cursos de especialização e programas de mestrado e doutorado.⁷⁰

De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul⁷¹,

“os brasileiros ainda têm pouco acesso à Educação Superior. Em 2011, dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - PNAD indicava uma parcela de 17,6% de jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam ou haviam concluído Ensino Superior de graduação. Embora este valor tenha crescido nos últimos anos, ainda é baixo se comparado com os dados apresentados pela UNESCO para alguns países da América Latina, como a Argentina (65%), Chile (48%), Uruguai (45%).”

Graduação presencial: no Brasil as matrículas em cursos de graduação presencial somam 5,9 milhões. No Rio Grande do Sul são 369.573 alunos matriculados em 2012.

⁷⁰ ibidem, p.60.

⁷¹ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **IDESE educação por COREDE – 2013**. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/IDESE_Educa%C3%A7%C3%A3o_COR EDEs_2013.pdf>_. Acesso em 21 ago. 2016.

O Estado possui uma rede bastante interiorizada com grande número de instituições em vários municípios. O Estado conta atualmente com 96 Faculdades, 19 Universidades, 5 Centros Universitários e 3 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Governo do Estado mantém a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), criada em 2001.⁷²

No mesmo período, frequentaram o Ensino Superior 51.156 pessoas, entre 18 e 24 anos de idade, sendo que a taxa de frequência líquida em todos os municípios deste Corede ficou abaixo de 25%. Alvorada registrou 6,6% como valor mínimo nesta categoria e, Porto Alegre, como o máximo (23,8%). Destaca-se que a capital concentra várias Universidades/ Faculdades (Tabela 8), o que pode justificar a distância em relação ao segundo lugar (13,6% em Gravataí)⁷³.

Educação a distância – EAD: esta modalidade de ensino cresceu significativamente nos últimos anos, principalmente na oferta de cursos superiores. No Brasil 1.717 municípios oferecem polos de apoio presencial* para graduação. No Rio Grande do Sul estão presentes em 132 municípios e somam 443 polos em atividade. Os cursos estão distribuídos em 4 tipos: sequencial, bacharelado, licenciatura e tecnológico. Em 2012 o número de matrículas em cursos a distância no Brasil foi de 1.113.850 e no Rio Grande do Sul de 72.473.

⁷² RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **IDESE educação por COREDE – 2013**. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/IDESE_Educa%C3%A7%C3%A3o_COREDEs_2013.pdf. Acesso em 21 ago. 2016.

⁷³ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>. Acesso em 22 ago. 2016.

Tabela 8 -Programas de Graduação, por município no RS (Fonte: FEE)

			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão	
Concluintes	Categoria Administrativa	Comunitária	2009	6103	-	-	-	-	502	137	5389	-	-	75
		Estadual	2010	27	-	-	-	-	-	1	26	-	-	-
		Federal	2010	3214	-	-	-	-	-	-	3214	-	-	-
	Gênero	Particular	2010	8835	23	86	-	-	538	162	8021	-	-	5
		Feminino	2010	6780	15	63	-	-	376	101	6220	-	-	5
	Organização Acadêmica	Masculino	2010	5296	8	23	-	-	162	62	5041	-	-	-
		Centro de Educação Tecnológica	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Centro Universitário	2010	1750	-	-	-	-	-	-	1750	-	-	-
		Faculdade	2010	2351	23	86	-	-	17	-	2225	-	-	-
	Total	Universidade	2010	7975	-	-	-	-	521	163	7286	-	-	5
2009			12097	54	30	-	-	502	176	11260	-	-	75	
Cursos	Categoria Administrativa	Comunitária	2009	135	-	-	-	-	22	12	99	-	-	2
		Estadual	2010	3	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-
		Federal	2010	124	-	-	-	-	-	-	122	2	-	-
		Particular	2010	249	1	5	-	-	24	11	207	-	-	1
	Organização Acadêmica	Centro de Educação Tecnológica	2010	4	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-
		Centro Universitário	2010	51	-	-	-	-	-	-	51	-	-	-
		Faculdade	2010	106	1	5	-	-	7	-	93	-	-	-
		Universidade	2010	215	-	-	-	-	17	12	183	2	-	1
Total	2009		375	1	4	-	-	24	13	329	2	-	2	

Ingressos	Categoria Administrativa	Comunitária	2009	9409	-	-	-	-	1362	426	7577	-	-	44
		Estadual	2010	107	-	-	-	-	-	35	72	-	-	-
		Federal	2010	5587	-	-	-	-	-	-	5509	78	-	-
		Particular	2010	18415	103	268	-	-	2384	910	14750	-	-	-
	Gênero	Feminino	2010	12613	45	214	-	-	1425	544	10340	45	-	-
		Masculino	2010	11496	58	54	-	-	959	401	9991	33	-	-
	Organização Acadêmica	Centro de Educação Tecnológica	2010	95	-	-	-	-	-	-	95	-	-	-
		Centro Universitário	2010	2188	-	-	-	-	-	-	2188	-	-	-
		Faculdade	2010	8159	103	268	-	-	626	-	7162	-	-	-
		Universidade	2010	13667	-	-	-	-	1758	945	10886	78	-	-
Total	2009	23776	69	295	-	-	1569	464	21251	84	-	-	44	
Matrículas	Categoria Administrativa	Comunitária	2009	39523	-	-	-	-	5362	1742	32263	-	-	156
		Estadual	2010	313	-	-	-	-	-	121	192	-	-	-
		Federal	2010	24656	-	-	-	-	-	-	24545	111	-	-
		Particular	2010	65773	365	1535	-	-	5905	1467	56496	-	-	5
	Gênero	Feminino	2010	47169	179	1125	-	-	3583	858	41344	75	-	5
		Masculino	2010	43573	186	410	-	-	2322	730	39889	36	-	-
	Organização Acadêmica	Centro de Educação Tecnológica	2010	95	-	-	-	-	-	-	95	-	-	-
		Centro Universitário	2010	11499	-	-	-	-	-	-	11499	-	-	-
		Faculdade	2010	24303	365	1535	-	-	1949	-	20454	-	-	-
		Universidade	2010	54845	-	-	-	-	3956	1588	49185	111	-	5
Total	2009	92068	390	1713	-	-	5755	1855	82125	74	-	-	156	

2.5.1.5 Pós-graduação

No Rio Grande do Sul, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, são 23 instituições que oferecem cursos em programas de pós-graduação em 2012. Estas instituições matricularam 18.887 alunos, sendo 60,9% em mestrado e 39,1% em doutorado. Conforme pode ser observado na Tabela 9, Porto Alegre concentra o maior número de instituições com pós-graduação.

Tabela 9 - Programas de Pós-Graduação, por município no RS – 2012

(Fonte: MEC/CAPES)

Município/Instituição	Total	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Mestrado e Doutorado
Total	312	104	3	39	166
Bagé (UNIPAMPA)	8	6		2	
Canoas (ULBRA/UNILASALLE)	9	4		2	3
Caxias do Sul (UCS)	13	7	1	3	2
Cruz Alta (UNICRUZ)	1			1	
Erechim (URI)	7	4		2	1
Ijuí (UNIJUI)	4	3			1
Lajeado (UNIVATES)	3	1		1	1
Novo Hamburgo (FEEVALE)	4	1		2	1
Passo Fundo (UPF)	9	6		1	2
Pelotas (IFSUL, UCPEL, UFPEL)	42	20		4	18
Porto Alegre (FUC, IPA, PUC, UFCSPA, UFRGS, UNIRITTER)	116	12	2	10	92
Rio Grande (FURG)	19	8		1	10
Santa Cruz do Sul (UNISC)	8	5		1	2
Santa Maria (UFSM, UNIFRA)	45	18		5	22
São Leopoldo (EST, UNISINOS)	24	9		4	11

2.5.1.6 Abandono escolar

A média das taxas de abandono no Corede MDJ, em 2013, foi de 11,86%, sendo de 4,73% no município, 13,48 no Estado, de 0,1% no único estabelecimento federal e de 0,36% no particular. As menores taxas foram registradas em Porto Alegre e Gravataí/escola particular (0,4%) e as maiores, em Triunfo/estadual (24,5%).

O abandono escolar precoce de pessoas entre 18 a 24 anos registrou taxas acima de 30%. Triunfo teve a taxa mais elevada (51,4%), seguida por Glorinha (45,7%), Santo Antônio da Patrulha (44,7%) e Alvorada (44,3%). As taxas mais baixas estiveram com Porto Alegre (29,5%) e Cachoeirinha (31,5%).

O índice IBGE para pessoas alfabetizadas de 15 anos de idade ou mais, em 2010, teve índice de 95,1% a 99,1% no Corede MDJ, enquanto no Brasil foi 90,4% e o do Estado foi 95,5%.

2.5.1.7 Analfabetismo – Tabela 10

O analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos, somado nos dez municípios, atingiu 50.377 habitantes, no Censo 2010.

Porto Alegre concentrou o maior número absoluto de pessoas nesta situação (26.113) e Glorinha o menor (420). No entanto, a taxa para analfabetismo é a menor para Porto Alegre, enquanto Santo Antônio da Patrulha registra a maior, seguido por Glorinha.

Considerando-se a população total no mesmo ano de 2010, o índice de analfabetismo acima de 15 anos de idade foi de 2,96 % para Corede MDJ.

2.5.1.8 Educação de jovens e adultos (EJA) - Tabelas 11, 12 e 13

A EJA destina-se aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada, podendo concluir estes níveis de ensino mediante cursos e exames. Estes podem ser realizados para os maiores de 15 anos para a conclusão do ensino fundamental e para os maiores de 18 anos para a conclusão do ensino médio.

O número de matrículas na EJA no Estado decresceu em 20,7% no período 2007–2012, passando de 186.889 para 150.052 matrículas. Destas, 63,3% foram para a conclusão do Ensino Fundamental e 36,7% para o Ensino Médio. No Brasil, estes números foram de 65,6% e 34,4%, respectivamente. A queda de matriculados persiste entre 2012 e 2015.

Com relação à dependência administrativa das instituições que oferecem este tipo de ensino em 2015, verifica-se que a maioria são dos poderes públicos estadual (51%) e municipal (41,2%).

Tabela 10 - Analfabetismo no Corede MDJ (Fonte: FEE)

ANALFABETISMO		Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão	
Taxa de Analfabetismo	de Pessoas de 10 Anos ou Mais	2010 (%)	2,845860334	3,706926452	2,783364249	3,902523	7,430647292	3,0173594	3,606489489	2,22570553	8,352307116	5,972247415	3,922917424
Analfabetismo	de Pessoas de 15 Anos ou Mais	2010 (%)	2,964598767	3,934149079	2,935859269	4,181484	8,076009501	3,19535406	3,834060662	2,275033578	9,04964449	6,513701059	4,191951321

Tabela 11 - Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no Corede MDJ (Fonte: FEE)

EJA		Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão	
Funções Docentes	Municipal	2010	790	88	40	19	1	109	37	438	-	38	20
		2011	796	87	39	16	1	93	38	470	-	22	30
		2012	769	100	39	15	-	92	37	446	-	8	32
		2013	754	101	39	8	-	96	42	406	-	9	53
		2014	726	89	27	20	3	95	28	404	-	10	50
	Estadual	2010	1061	85	35	10	9	62	71	577	50	-	162
		2011	1065	83	33	11	8	61	72	588	45	-	164
		2012	1126	85	38	9	6	66	75	600	55	-	192
		2013	1117	73	34	9	8	67	68	600	53	-	205
		2014	1166	59	36	19	9	69	85	668	51	-	170
	Federal	2010	15	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-
		2011	16	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-
		2012	26	-	-	-	-	-	-	26	-	-	-
		2013	52	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-
		2014	62	-	-	-	-	-	-	62	-	-	-
	Particular	2010	281	29	15	-	-	45	18	164	-	-	10
		2011	246	23	16	-	-	41	12	139	-	-	15
		2012	245	30	18	-	-	24	17	141	-	-	15
		2013	239	39	19	-	-	26	17	131	-	-	7
		2014	215	25	18	6	-	23	15	121	-	-	7
Total	2010	2147	202	90	29	10	216	126	1194	50	38	192	
	2011	2123	193	88	27	9	195	122	1213	45	22	209	
	2012	2166	215	95	24	6	182	129	1213	55	8	239	
	2013	2162	213	92	17	8	189	127	1189	53	9	265	
	2014	2169	173	81	45	12	187	128	1255	51	10	227	

Tabela 12 - EJA: Matrícula inicial (Fonte: FEE)

EJA			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Matrícula Inicial	Municipal	2010	14271	1823	530	559	10	1822	557	8224	-	351	395
		2011	13466	2014	563	390	10	1741	515	7342	-	190	701
		2012	13287	2145	466	435	-	1684	517	7171	-	114	755
		2013	11962	2372	477	127	-	1337	480	6203	-	148	818
		2014	11957	2286	348	489	22	1463	409	6013	-	128	799
		2015	11445	2032	411	322	0	1138	373	6184	0	135	850
	Estadual	2010	20423	1654	605	73	90	726	1235	12729	824	-	2487
		2011	20904	1488	564	105	64	655	1170	13359	822	-	2677
		2012	19946	1333	617	92	52	658	1075	12771	905	-	2443
		2013	20200	1250	567	143	54	543	1057	12706	1215	-	2665
		2014	20047	1129	581	158	54	633	1126	12217	1862	-	2287
		2015	17069	1160	475	134	53	515	865	9644	1972	22	2229
	Federal	2010	115	-	-	-	-	-	-	115	-	-	-
		2011	84	-	-	-	-	-	-	84	-	-	-
		2012	136	-	-	-	-	-	-	136	-	-	-
		2013	269	-	-	-	-	-	-	269	-	-	-
		2014	298	-	-	-	-	-	-	298	-	-	-
		2015	109	0	0	0	0	0	0	109	0	0	0
	Particular	2010	5879	583	362	-	-	704	276	3840	-	-	114
		2011	5213	615	524	-	-	637	127	3138	-	-	172
		2012	4108	522	337	-	-	485	107	2549	-	-	108

Total	2013	3614	545	284	-	-	378	91	2293	-	-	23
	2014	2716	328	256	44	-	279	78	1716	-	-	15
	2015	4262	427	883	66	0	509	57	2042	0	10	268
	2010	40688	4060	1497	632	100	3252	2068	24908	824	351	2996
	2011	39667	4117	1651	495	74	3033	1812	23923	822	190	3550
	2012	37477	4000	1420	527	52	2827	1699	22627	905	114	3306
	2013	36045	4167	1328	270	54	2258	1628	21471	1215	148	3506
	2014	35018	3743	1185	691	76	2375	1613	20244	1862	128	3101
	2015	32885	3619	1769	522	53	2162	1295	17979	1972	167	3347

Tabela 13 - EJA: número de estabelecimentos (Fonte: FEE)

Número de Estabelecimentos	Municipal	2010	72	8	4	2	1	8	5	35	-	4	5
		2011	73	9	4	2	1	9	5	35	-	2	6
2012	72	10	4	2	-	9	5	35	-	1	6		
2013	72	9	3	2	-	10	5	34	-	1	8		
2014	73	9	2	3	1	9	5	34	-	2	8		
2015	69	8	2	2	0	9	5	34	0	2	7		
Estadual	2010	89	6	3	1	1	6	7	47	4	-	14	
	2011	90	5	3	1	1	6	7	46	4	-	17	
	2012	94	5	3	1	1	6	7	50	4	-	17	
	2013	94	4	3	1	1	6	7	50	4	-	18	
	2014	99	4	3	2	1	6	9	52	5	-	17	
2015	103	5	3	2	1	6	9	54	5	1	17		
Federal	2010	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
	2011	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	
	2012	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	
	2013	3	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	
	2014	3	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	
2015	3	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0		
Particular	2010	23	2	1	-	-	4	2	13	-	-	1	
	2011	20	2	2	-	-	4	1	10	-	-	1	
	2012	18	2	1	-	-	2	2	10	-	-	1	
	2013	19	3	1	-	-	3	2	9	-	-	1	
	2014	19	3	1	2	-	2	2	8	-	-	1	
2015	17	2	1	1	0	2	2	7	0	1	1		
Total	2010	185	16	8	3	2	18	14	96	4	4	20	

2011	184	16	9	3	2	19	13	92	4	2	24
2012	186	17	8	3	1	17	14	97	4	1	24
2013	188	16	7	3	1	19	14	96	4	1	27
2014	194	16	6	7	2	17	16	97	5	2	26
2015	192	15	6	5	1	17	16	98	5	4	25

2.5.1.9 Educação Especial

A Educação Especial no Brasil é uma modalidade de ensino dirigida àqueles alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades.

No Brasil, principalmente a partir da década de 90, uma série de leis e decretos foram criados com o intuito de estabelecer regras para este tipo de ensino. Com a aplicação e cumprimento destas legislações, é assegurado aos educandos com necessidades especiais a garantia de acesso e permanência no ensino, seja em escolas especializadas ou em classes especializadas do ensino regular como em classes comuns do ensino regular

O Estado também acompanhou a tendência nacional, apresentando aumento no período 2007 e 2012, passando de 42.771 para 65.041 matrículas. Deste total, 76% estão em classes comuns do ensino regular e 24% em escolas especializadas ou classes especiais do ensino regular.

Portanto, houve um significativo declínio de matriculados no EJA, no período entre 2007 e 2012, ao contrário do que ocorreu para as matrículas na Educação Especial.

Em ambas as situações, o Corede MDJ possui maior concentração de matrículas no Estado.

2.5.1.10 Educação profissional e tecnológica (Tabela 14)

Em 2008 houve alterações na redação da Lei de Diretrizes da Educação, de 1996, e a Educação Profissional passou a integrar diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Está dividida em três cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação. As formas de articulação com o Ensino Médio são: concomitante, subsequente e integrado. O principal objetivo destas alterações é o de estabelecer melhores condições de capacitação dos alunos para aumentar suas chances de empregabilidade.

As matrículas, incluindo-se as três formas de articulação, nesta modalidade de ensino, têm aumentado nos últimos anos, principalmente após a alteração legal. No Brasil as matrículas passaram de 780.162 em 2007 para 1.362.200 em 2012, apresentando um crescimento de 75%. No Rio Grande do Sul o aumento foi menor, mas mesmo assim alcançou quase 100 mil matrículas em 2012.

A rede no Rio Grande do Sul, em 2012, ofereceu 3.521 turmas de Ensino Profissionalizante em 408 instituições, sendo que a maior concentração desta modalidade está no eixo Corede MDJ e Corede Serra.

Predomina a dependência administrativa particular.

Tabela 14 - Educação profissional e tecnológica
(Fonte: FEE)

			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Funções Docentes	Municipal	2010	168	-	14	-	-	29	-	125	-	-	-
		2011	158	-	7	-	-	31	-	120	-	-	-
		2012	151	-	-	-	-	25	-	126	-	-	-
		2013	158	-	-	-	-	25	-	133	-	-	-
		2014	153	-	-	-	-	22	-	131	-	-	-
	Estadual	2010	139	2	1	-	-	7	-	126	2	-	1
		2011	145	2	-	-	-	7	-	133	2	-	1
		2012	127	2	-	-	-	7	-	115	2	-	1
		2013	100	1	-	-	-	5	-	92	2	-	-
		2014	88	-	-	-	-	-	-	87	1	-	-
	Particular	2010	171	9	-	3	-	-	11	117	8	9	14
		2011	145	-	-	3	-	-	-	111	8	9	14
		2012	143	6	-	3	-	-	-	106	7	7	14
		2013	119	-	-	-	-	-	-	94	6	8	11
		2014	137	-	-	-	-	-	7	100	8	9	13
	Total	2010	478	11	15	3	-	36	11	368	10	9	15
		2011	448	2	7	3	-	38	-	364	10	9	15
		2012	421	8	-	3	-	32	-	347	9	7	15
		2013	377	1	-	-	-	30	-	319	8	8	11
		2014	378	0	0	0	0	22	7	318	9	9	13
Matrícula Inicial	Municipal	2010	893	-	80	-	-	178	-	635	-	-	-
		2011	872	-	78	-	-	176	-	618	-	-	-
		2012	774	-	-	-	-	145	-	629	-	-	-
		2013	751	-	-	-	-	139	-	612	-	-	-
		2014	728	-	-	-	-	127	-	601	-	-	-

Número de Establecimientos	Estadual	2015	707	0	0	0	0	127	0	580	0	0	0
		2010	1034	19	4	-	-	41	-	948	16	-	6
		2011	964	10	-	-	-	38	-	899	10	-	7
		2012	877	11	-	-	-	38	-	810	11	-	7
		2013	705	6	-	-	-	27	-	664	8	-	-
		2014	677	-	-	-	-	-	-	673	4	-	-
	Particular	2015	679	0	0	0	0	0	0	679	0	0	0
		2010	1421	107	-	45	-	-	95	848	63	77	186
		2011	1087	-	-	21	-	-	-	759	62	48	197
		2012	1108	43	-	36	-	-	-	691	73	54	211
		2013	1013	-	-	-	-	-	-	688	79	47	199
		2014	1106	-	-	-	-	-	64	716	83	58	185
	Total	2015	1080	0	0	0	0	0	70	713	83	43	171
		2010	3348	126	84	45	-	219	95	2431	79	77	192
		2011	2923	10	78	21	-	214	-	2276	72	48	204
		2012	2759	54	0	36	0	183	0	2130	84	54	218
		2013	2469	6	-	-	-	166	-	1964	87	47	199
		2014	2511	-	-	-	-	127	64	1990	87	58	185
	Municipal	2015	2466	0	0	0	0	127	70	1972	83	43	171
		2010	11	-	2	-	-	2	-	7	-	-	-
		2011	10	-	1	-	-	2	-	7	-	-	-
2012		9	-	-	-	-	2	-	7	-	-	-	
2013		9	-	-	-	-	2	-	7	-	-	-	
2014		9	-	-	-	-	2	-	7	-	-	-	
Estadual	2015	9	0	0	0	0	2	0	7	0	0	0	
	2010	37	1	1	-	-	5	-	27	2	-	1	
	2011	34	1	-	-	-	5	-	25	2	-	1	
	2012	25	1	-	-	-	5	-	16	2	-	1	

Particular	2013	15	1	-	-	-	5	-	7	2	-	-
	2014	7	-	-	-	-	-	-	6	1	-	-
	2015	4	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
	2010	17	1	-	1	-	-	1	11	1	1	1
	2011	15	-	-	1	-	-	-	11	1	1	1
	2012	14	1	-	1	-	-	-	9	1	1	1
	2013	11	-	-	-	-	-	-	8	1	1	1
	2014	12	-	-	-	-	-	1	8	1	1	1
Total	2015	13	0	0	0	0	0	1	9	1	1	1
	2010	65	2	3	1	-	7	1	45	3	1	2
	2011	59	1	1	1	-	7	-	43	3	1	2
	2012	48	2	-	1	-	7	-	32	3	1	2
	2013	35	1	-	-	-	7	-	22	3	1	1
	2014	28	0	0	0	0	2	1	21	2	1	1
	2015	26	0	0	0	0	2	1	20	1	1	1

2.5.2 Saúde

O Idese é inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, considerando as especificidades dos municípios gaúchos na sua formulação. Na sua nova versão, o Idese teve alterações metodológicas, que foram realizadas por razões teóricas e empíricas, tais como o surgimento de novas bases de dados em nível municipal. Alguns indicadores de qualidade, respondendo a novas demandas da sociedade em termos de políticas públicas de desenvolvimento, também foram incluídos. O Idese foi criado em 2003, contendo 12 indicadores divididos em quatro blocos: Educação; Renda; Saneamento e condição de domicílios e Saúde⁷⁴.

Segundo Kang et alii⁷⁰, depois de uma década de existência, foi necessária uma reformulação metodológica do Idese por diversos motivos. A revisão iniciou em 2013, tendo sido finalizada em abril de 2014. Tomando o devido cuidado para evitar a escolha de variáveis controversas, foram escolhidas cinco indicadores de saúde. Esses indicadores não apenas incorporaram a questão da longevidade, mas também tentaram abarcar questões relativas à qualidade da saúde do município.

Porém, a interpretação comparativa, com trabalhos publicados anteriormente, ficou prejudicada, visto que a mudança metodológica implicou em queda dos índices municipais – apesar de não representar, na realidade, um pior desempenho por parte deles.

A dimensão Saúde foi a que apresentou maior crescimento, embora nenhum município tenha atingido o índice estadual (0,809). Entretanto, todos tiveram alto desempenho no quesito longevidade.

⁷⁴ KANG, Thomas H., BERNARDINI, Rafael, WINK JR., Marcos Vinício & AFFELD, Brenda. **O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese):** aspectos metodológicos. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/20140805novo-idese-artigo-metodologia-28anpec-sul29-2.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

2.5.2.1 Expectativa de média de vida

Segundo o Atlas Socioeconômico⁷⁵, no “Estado do Rio Grande do Sul a expectativa média de vida para ambos os sexos passou de 53,0 no decênio 1940-50 para 68,8 em 1980 e 73,1 em 2000. Em 2010 a expectativa média de vida ao nascer para ambos os sexos atingiu 75,7 anos. Entre os 27 estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é atualmente o terceiro com a maior expectativa de vida ao nascer, superado apenas por Santa Catarina e Distrito Federal.

Assim, a transição demográfica começou mais cedo no Estado em relação aos demais e tornou-se mais evidente nas últimas décadas, caracterizando-se pelo rápido aumento absoluto e relativo das faixas de população adulta e idosa. Em relação ao gênero, estas diferenças ficam ainda mais evidentes quando se constata a maior expectativa de vida ao nascer das mulheres, que atualmente atinge 79,1 anos, enquanto que a dos homens é de apenas 72,1 anos. Como resultado, o número de mulheres é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas. A expectativa de vida ao nascer (2000) no Corede MDJ é de 72,07 anos.⁷⁶

Segundo o IBGE, em 2010, no Corede MDJ, a razão de sexo (número de homens para cada grupo de 100 mulheres, em determinado espaço geográfico, no ano considerado) foi registrada em Porto Alegre (86,5%) e as maiores, em Glorinha 105,4% e Triunfo 100,6%. Os demais municípios apresentaram percentuais acima de 90%.

2.5.2.2 Coeficiente de mortalidade infantil – CMI

De acordo com o Atlas Socioeconômico⁷⁷, a Taxa de Mortalidade Infantil brasileira é de 13,4 óbitos por 1.000 n.v.. Esta taxa é elevada se comparada com países como Cuba (4,6 óbitos por 1.000 n.v.) e Canadá (5 óbitos por 1.000 n. v.) - os melhores índices das Américas.

⁷⁵ ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=814&cod_menu=811&tipo_menu=INDICADORES&cod_conteudo=1424. Acesso em: 24 ago. 2016.

⁷⁶ idem.

⁷⁷ idem.

O Rio Grande do Sul apresenta o menor CMI do Brasil. Em 2011, o Estado registrou 11,4 óbitos por 1.000 n.v. de acordo com o IBGE. Considerando a última década, pode-se afirmar que o Estado registrou uma queda bastante significativa, passando de 15,1 óbitos por 1.000 n.v em 2000 para 11,4 óbitos por 1.000 n.v em 2011, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Os dois componentes principais: a mortalidade neonatal (de 0 a 28 dias) e a pós-neonatal ou infantil tardia (de 28 a 364 dias), passaram, respectivamente, de 9,5 em 2000 para 7,8 em 2011 e de 5,6 em 2000 para 3,6 em 2011.

Mesmo tendo aumentado o número de municípios com coeficientes mais baixos, ainda persiste um número significativo daqueles com coeficientes acima da média do Estado. Em 2011, 192 municípios do RS – 39% do total - apresentaram CMI superiores à média estadual. A grande maioria dos municípios que apresenta CMI muito elevado são municípios com população e número de nascimentos muito baixos sendo, portanto, onde os casos de morte repercutem com mais intensidade nas taxas de mortalidade.⁷⁸

No Corede MDJ, Viamão apresenta CMI no intervalo 12,1-50, um valor acima da média estadual.

Dos 20 municípios com maior e menor CMI, entre àqueles com mais de 20.000 habitantes no RS, em 2011, somente Eldorado do Sul pertence ao Corede MDJ. O CMI (óbitos/1.000 nascidos vivos) daquele município foi de 3,9. Os demais municípios, membros de Conselho, apresentam valores variados, sem, no entanto, atingirem o mais alto CMI (entre 50,1 e 153,8). O CMI (2013) desta região foi de 8,98 por mil nascidos vivos.

2.5.2.3 Coeficiente de mortalidade geral e por causas

No Rio Grande do Sul⁷⁹, atualmente, os grupos de causas principais da mortalidade geral para ambos os sexos são: as doenças do aparelho circulatório (30%); neoplasias ou tumores (21,27%); doenças do aparelho respiratório (11,76%);

⁷⁸ ibidem, p. 82.

⁷⁹ ibidem, p. 82.

causas externas de morbidade e mortalidade (9,19%); doenças do aparelho digestivo (4,76%); doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (5,50%) e algumas doenças infecciosas e parasitárias (4,25%). E, entre as 10 categorias de doenças que mais levam ao óbito estão: o infarto agudo do miocárdio; outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas; a neoplasia maligna dos brônquios e dos pulmões; o Diabetes Mellitus; o Acidente Vascular Cerebral; a pneumonia; a insuficiência cardíaca; as causas desconhecidas de morte sem assistência médica; a doença isquêmica do coração e as outras doenças cerebrovasculares.

No Corede MDJ os valores estão compreendidos entre os intervalos extremos, variando entre 5,1 e 10,0, e, portanto alguns deles estando acima da média do Estado (7,5 óbitos por 1.000 habitantes em 2011). É o caso de Triunfo e a região de Porto Alegre mais próxima do lago Guaíba (8,1-10,0).

2.5.2.4 Hospitais, leitos hospitalares e profissionais médicos

O Estado, segundo o Atlas Socioeconômico⁸⁰, conta atualmente como 377 estabelecimentos hospitalares distribuídos por 274 dos 496 municípios. No cenário brasileiro, o Estado apresentou durante todo o período índices mais levados do que a média do Brasil e é atualmente a terceira unidade da Federação com o maior número de leitos por 1.000 habitantes, superado apenas pelo Rio de Janeiro e Goiás com, respectivamente, 3,09 e 2,94 leitos por 1.000 hab.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), onde o Corede MDJ está inserido, apresenta a maior concentração dos estabelecimentos hospitalares – 74 unidades no total. Somente Porto Alegre conta com 33 estabelecimentos.⁷⁶

Da mesma forma, a maioria dos leitos hospitalares estão na RMPA devido à grande concentração populacional, pois cerca de 37% da população total do Estado vive nos 32 municípios que a compõe. A RMPA centraliza atualmente 37% dos leitos hospitalares do Estado, sendo que 25% deles encontram-se em Porto Alegre. Atualmente, do total de leitos hospitalares do Rio Grande do Sul, cerca de 68% correspondem a leitos do Sistema Único de Saúde - SUS. Considerando a evolução do indicador número de leitos por 1.000 habitantes no Rio Grande do Sul, pode-se observar uma tendência de recuperação de 2008 a 2010, quando o

⁸⁰ ibidem, p. 82.

indicador passou de 2,82 para 2,84 leitos por 1.000 habitantes, após um período de queda que se estendeu de 2005 a 2007, quando passou de 2,78 para 2,73 leitos por 1.000 habitantes.⁸¹

Em 2015, este número passou de 323 hab/leito em 2014 para 327 habitantes por leito, sendo 330 a 400 hab/leito a meta do Ministério da Saúde.⁸²

No Rio Grande do Sul, o município com melhor relação é Engenho Velho, com 64 hab/leito. Atingiram a meta do Ministério da Saúde, 42,1% dos municípios gaúchos. Os que não atingiram a meta somam 12,5% e 45,5% os que não possuem dados. Dos cinco municípios com maior deficiência na relação leito por habitante, quatro estão no Corede MDJ: Guaíba (4.126 hab/leito), Alvorada (1.230 hab/leito), Gravataí (1.368 hab/leito) e Cachoeirinha (1.355 hab/leito). Santo Antônio da Patrulha (512 hab/leito) e Porto Alegre (177 hab/leito) estão entre os melhores para este indicador.

A relação número de habitantes por médico, no Estado, é de 468 habitantes/profissional, sendo a meta 1000. O município do Estado com maior população a ser atendida por este profissional da saúde é Santana da Boa Vista (8.434 hab/médico). No Corede MDJ, em 2015, Santo Antônio da Patrulha, Guaíba, Gravataí e Glorinha possuem entre 700 e 752 hab/médico, enquanto que Eldorado do Sul, Triunfo e Viamão tem entre 1.021 e 1.880 hab/médico.

⁸¹ ibidem, p. 82.

⁸² INDICADORES SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://appmapasocial.mprs.mp.br/>>. Acesso em 29 Ago.2016.

Tabela 15 - Idese Saúde / Condições Gerais e Longevidade (Fonte: FEE)

Idese – BLOCO SAÚDE			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão	
Condições Gerais de Saúde	Mortes por Causas Evitáveis	Índice	2010	0,566557555	0,529735	0,59776302	0,650948	0,695291	0,609379	0,55658	0,559443	0,5496129	0,541462	0,5709
			2011	0,562557319	0,503856	0,59344687	0,632728	0,693164	0,595343	0,550709	0,560461	0,5500021	0,506269	0,571639
			2012	0,567504594	0,50097	0,59003085	0,632282	0,691251	0,596238	0,566146	0,567419	0,5540885	0,509858	0,576816
			2013	0,573758538	0,51267	0,59485612	0,648558	0,661426	0,592613	0,564659	0,578642	0,5436893	0,507343	0,56735
	Óbitos por Causa Mal Definidas	Índice	2010	0,946004069	0,961496	0,91644048	0,924258	0,872286	0,90421	0,899866	0,964662	0,9066347	0,964874	0,892762
			2011	0,942136825	0,959046	0,91177784	0,904453	0,877495	0,902649	0,898119	0,962374	0,9036255	0,94875	0,879582
			2012	0,935097877	0,958851	0,89916011	0,902571	0,886999	0,897238	0,875609	0,955364	0,924219	0,930722	0,868234
			2013	0,928657922	0,961221	0,91929718	0,897667	0,891878	0,88912	0,877668	0,946962	0,9494796	0,933968	0,845929
	Índice	2010	0,756280812	0,745615	0,75710175	0,787603	0,783788	0,756795	0,728223	0,762053	0,7281238	0,753168	0,731831	
		2011	0,752347072	0,731451	0,75261236	0,768591	0,78533	0,748996	0,724414	0,761417	0,7268138	0,72751	0,725611	
		2012	0,751301236	0,72991	0,74459548	0,767426	0,789125	0,746738	0,720877	0,761392	0,7391537	0,72029	0,722525	
		2013	0,75120823	0,736945	0,75707665	0,773112	0,776652	0,740866	0,721163	0,762802	0,7465844	0,720655	0,70664	
Longevidade	Índice	2010	0,841513174	0,728857	0,82753096	0,840898	0,87533	0,811833	0,793288	0,862509	0,8627703	0,807763	0,796998	
		2011	0,839492839	0,720132	0,82192637	0,839681	0,879622	0,800863	0,790762	0,86229	0,8678577	0,801134	0,794268	
		2012	0,845679298	0,712545	0,82755179	0,842072	0,881857	0,81444	0,803653	0,868553	0,8679159	0,814497	0,804245	
		2013	0,847676201	0,715956	0,83115255	0,843318	0,903544	0,815978	0,803124	0,870708	0,8696002	0,829631	0,80104	

Tabela 16 - Idese Saúde / Materno Infantil (Fonte: FEE)

			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão	
Saúde Materno Infantil	Consultas Pré Natal	Índice	2010	0,674802212	0,611821	0,70568592	0,681364	0,646801	0,721927	0,668996	0,705622	0,6520245	0,699769	0,509268
			2011	0,675683068	0,621502	0,71069662	0,68387	0,656237	0,719328	0,694155	0,707199	0,6572981	0,71142	0,484496
			2012	0,677211721	0,629224	0,70279178	0,691726	0,671994	0,721744	0,708786	0,709749	0,6877102	0,718742	0,462013
			2013	0,680086102	0,642278	0,70831246	0,681645	0,7037	0,721462	0,711196	0,715177	0,7006293	0,717688	0,441438
	Mortalidade de Menores de 5 Anos	Índice	2010	0,928560429	0,897491	0,92825529	0,926701	0,945588	0,942989	0,952246	0,933682	0,8982515	0,902027	0,913183
			2011	0,936381318	0,918294	0,92297312	0,954396	0,892579	0,949244	0,958675	0,941076	0,9150275	0,876825	0,922629
			2012	0,93884801	0,910445	0,93456454	0,975056	0,935811	0,961121	0,934141	0,94481	0,9054914	0,87682	0,920975
			2013	0,945185975	0,927339	0,96231374	0,956296	0,937692	0,970249	0,932508	0,945989	0,9132774	0,912669	0,934461
	Índice	2010	0,80168132	0,754656	0,8169706	0,804033	0,796195	0,832458	0,810621	0,819652	0,775138	0,800898	0,711225	
		2011	0,806032193	0,769898	0,81683487	0,819133	0,774408	0,834286	0,826415	0,824137	0,7861628	0,794123	0,703563	
		2012	0,808029866	0,769834	0,81867816	0,833391	0,803902	0,841433	0,821464	0,827279	0,7966008	0,797781	0,691494	
		2013	0,812636038	0,785059	0,8353131	0,818971	0,820696	0,845856	0,822234	0,830583	0,8069534	0,815179	0,68795	
Índice	2010		0,799825102	0,743043	0,80053444	0,810845	0,818438	0,800362	0,777377	0,814738	0,7886774	0,787276	0,746685	
	2011		0,799290701	0,740494	0,79712453	0,809135	0,81312	0,794715	0,780531	0,815948	0,7936114	0,774255	0,741147	
	2012		0,801670133	0,73743	0,79694181	0,814296	0,824961	0,80087	0,781998	0,819075	0,8012235	0,777523	0,739421	
	2013		0,803840156	0,745987	0,80784743	0,8118	0,833631	0,8009	0,782174	0,821365	0,8077127	0,788488	0,731876	

2.5.3 Segurança

O Sistema de Segurança do Corede MDJ alberga as quatro instâncias: 1) a Brigada Militar, responsável pelas atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, incluindo o Comando Ambiental com sede em Porto Alegre⁸³; 2) o Instituto Geral de Perícia (IGP), que faz investigações a partir de perícias médico-legais, criminalísticas e serviços de identificação e também realiza estudos e pesquisas, possibilitando o desenvolvimento científico na segurança pública; 3) à Polícia Civil competem as investigações sobre autoria e materialidade dos ilícitos penais para instrução do inquérito - a primeira etapa do sistema jurídico-penal e 4) a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança.

Conforme o Observatório da Violência contra as Mulheres⁸⁴, o comparativo entre os períodos de janeiro a setembro de 2014 e 2015 apontou as seguintes situações: 1) no caso das ameaças, constatou-se uma redução de 2.316 crimes (de 33.132 para 30.816), ou 7,0% a menos nos casos registrados. 2) No que diz respeito às lesões corporais, também observou-se uma redução. 3) Foram 594 casos a menos no período dos primeiros 9 meses de 2014-2015 (de 18.369 para 17.775), o que representou uma queda de 3,2%.

Ainda houve significativa redução nos casos de estupro. Foram 860 casos no mesmo período de 2014, contra 414 em 2015. A redução chegou a 446 crimes ou 51,9%. Também se registrou um aumento nos femicídios, os quais aumentaram de 53 para 64 casos (20,8%). Foram 11 vítimas a mais neste período em comparação ao mesmo período do ano passado. Nos casos dos femicídios tentados, se constata que fatores como as ações de incentivo para que as vítimas comuniquem as violências sofridas, os concursos públicos que ampliaram o número de servidores, e também qualificaram o atendimento prestado, a inclusão do tema em cursos de formação e treinamentos, a atenção no atendimento as vítimas, a ampliação da rede de atendimento as mulheres, com a criação de novas DEAMs em todo o Estado, e a

⁸³ BRIGADA MILITAR. Estrutura. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Estrutura/Cabm/estrutura/mapa.html>>. Acesso em 26 ago. 2016.

⁸⁴ SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=301>>. Acesso em 26 ago. 2016.

instalação de mais delegacias de homicídios na capital, aliadas à criação de serviços inovadores e reconhecidos internacionalmente, como as "Patrulhas Maria da Penha", as "Salas Lilás" e as ações dos programa.

No Corede MDJ, Porto Alegre e Alvorada estão entre os primeiros dez municípios para lesão corporal, estupro e femicídios tentados/consumados. Em lesão corporal, estão Porto Alegre, Viamão, Gravataí e Alvorada; para estupro, os maiores valores foram registrados em Porto Alegre, Gravataí, Alvorada e Viamão. Quando aos femicídios consumados, o grupo inclui Porto Alegre, Alvorada, Viamão e Guaíba e, nos tentados, Porto Alegre e Alvorada.

A Secretaria da Segurança Pública/RS, em 2015, registrou 322.138 delitos consumados, distribuídos em Homicídio Doloso, Homicídio Doloso de Trânsito, Furto, Furto de Veículo, Roubo, Latrocínio, Roubo de Veículo, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Estelionato, Delitos Relacionados à Corrupção, Delitos Relacionados à Armas e Munições, Entorpecentes - Posse e Entorpecentes – Tráfico. Se comparado com os registros de três anos antes, com 301.253 delitos consumados, se percebe que houve aumento na criminalidade, ao contrário do registrado para a violência contra as mulheres. E, até junho/2016, já foram registrados 168.067 delitos.

Porto Alegre, Alvorada, Gravataí e Viamão lideram em números absolutos, enquanto que Glorinha apresenta a menor quantidade de delitos consumados (Tab.17). Os dados da Secretaria da Segurança Pública/RS mostram que o padrão permanece no primeiro semestre de 2016..

Os índices registrados, para a segurança, apontam para um Corede de elevada criminalidade. A capital possui os números mais alarmantes, dada a concentração populacional e o intenso fluxo de visitantes/consumidores, com facilidade de deslocamentos intermunicipais.

Gravataí, Viamão, Porto Alegre e Guaíba contam com estabelecimentos prisionais (Tab. 18).

Cabe destacar que não foi possível acessar dados estatísticos para os delitos cometidos contra o meio ambiente.

Tabela 17 - Indicadores Criminais, ano 2015 (Fonte: SSP/RS - Extração em 06.01.16)

Municípios	Homicídio Doloso	Homicídio Doloso de Trânsito	Furtos	Furto de Veículo	Roubos	Latrocínio	Roubo de Veículo	Extorsão	Extorsão Mediante Sequestro	Estelionato	Delitos Relacionados à Corrupção	Delitos Relacionados à Armas e Munições	Entorpecentes Posse	Entorpecentes Tráfico
ALVORADA	118	0	2.132	425	3.045	4	551	5	2	268	4	131	197	244
CACHOEIRINHA	44	0	1.630	237	1.642	0	459	3	0	208	2	56	240	86
ELDORADO DO SUL	10	2	448	25	243	1	29	0	0	38	0	22	51	38
GLORINHA	0	0	116	5	11	0	3	0	0	4	0	3	8	3
GRAVATAI	74	1	2.820	472	2.766	6	649	7	1	382	9	176	287	176
GUAIBA	38	1	1.072	93	728	1	53	3	0	71	2	109	130	54
PORTO ALEGRE	584	4	32.195	4.206	30.960	36	9.480	58	2	4.182	41	1.059	632	2.417
SANTO ANTONIO DA PATRULHA	7	0	583	56	90	0	15	0	0	39	0	29	48	12
TRIUNFO	7	0	367	24	58	1	8	1	0	15	1	25	59	20
VIAMAO	106	0	2.292	597	2.841	1	573	9	1	244	6	153	186	325
Total Corede	988	8	43.655	6.140	42.384	50	11.820	86	6	5.451	65	1.763	1.838	3.375
TOTAL RS	2.405	24	158.010	20.409	79.112	140	18.142	388	18	15.517	404	7.469	11.116	8.984

Observação: a linha "Total Corede" foi incluída na tabela, pelos autores, para efeitos de comparação com o "TOTAL RS")

Tabela 18 - Efetivo carcerário e capacidade de estabelecimento penal (Fonte: FEE)

EFETIVO CARCERÁRIO		Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Capacidade do Estabelecimento	2010	4312	-	-	-	-	60	432	3410	-	-	410
	2011	4312	-	-	-	-	60	432	3410	-	-	410
	2012	4305	-	-	-	-	3	432	3460	-	-	410
	2013	4139	-	-	-	-	60	432	3647	-	-	-
	2014	4139	-	-	-	-	60	432	3647	-	-	0
Efetivo Carcerário	2010	7048	-	-	-	-	49	0	6550	-	-	449
	2011	6377	-	-	-	-	57	248	5625	-	-	447
	2012	5875	-	-	-	-	24	248	5148	-	-	455
	2013	6684	-	-	-	-	51	241	6392	-	-	-
	2014	4848	-	-	-	-	56	244	4548	-	-	0

2.5.4 Habitação e urbanismo

Diagnosticar o quadro dos problemas habitacionais é uma tarefa extremamente desafiadora para todos os municípios e fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas orientadas a combater os problemas relacionados à moradia. Os dados foram construídos considerando os microdados do Censo de 2010 (IBGE). A presente construção tem referência nos trabalhos da Fundação João Pinheiro (FJP). Esta instituição de Minas Gerais criou metodologia de quantificação do quadro das necessidades habitacionais, reconhecida nacionalmente e utilizada pelo Ministério das Cidades. A partir deste acúmulo, a Latus apresenta o quantitativo do déficit habitacional por município. Incorpora os conceitos da FJP, realizando algumas adaptações metodológicas.⁸⁵

Com base nesta metodologia, o Corede MDJ apresenta um déficit total de 46.413 moradias, sendo 45.398 em meio urbano e 1.015 unidades na área rural (Tabela 19).

Tabela 19 - Déficit habitacional no Corede MDJ (Fonte: Latus Consultoria)

	Total	Urbano	Rural
Déficit Total	46413	45398	1015
Habitação Precária	19869	19215	654
Adensamento Excessivo de Domicílios Alugados	2887	2886	1
Ônus Excessivo com Aluguel	4681	4630	51
Coabitação	18976	18667	309

De acordo com esta metodologia, Porto Alegre, Gravataí, Viamão, Alvorada e Cachoeirinha seriam os municípios que demandariam o maior contingente de unidades habitacionais. Alvorada, Cachoeirinha e Porto Alegre não teriam déficit habitacional na área rural (Tabela 20).

A média de investimento anual por parte do Estado nas ações da política habitacional, até 2012, foi de cerca de R\$ 10,3 milhões, e a média das ações realizadas, pelo Estado, através dos convênios, corresponde a pouco mais de 4.000 unidades beneficiadas ao ano. O Corede MDJ recebeu 9,53% da distribuição dos

⁸⁵ LATUS CONSULTORIA. Disponível em: <<http://www.latus.com.br/aplicacao.xhtml>>. Acesso em: 27 set. 2016.

recursos, realizados pela SEHABS, repassado aos municípios mediante convênios.

Tabela 20 - Déficit habitacional no Corede MDJ, total por município (Fonte: Latus Consultoria)

MUNICÍPIO	Total	Urbano	Rural
ALVORADA	4721	4721	0
CACHOEIRINHA	2221	2221	0
ELDORADO	720	581	139
GLORINHA	88	13	75
GRAVATAÍ	5368	5146	222
GUAÍBA	2049	2048	1
PORTO ALEGRE	25141	25141	0
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	635	522	113
VIAMÃO	4974	4676	298
TRIUNFO	496	329	167

Segundo o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)⁸⁶, até 2014 estavam sendo disponibilizados recursos através do “Programa RS Mais Moradia”, “Programa Federal Minha Casa, Minha Vida” e “Programa Estadual de Produção Habitacional”. Para a RFP1, no período de 2016-2019 do Plano Plurianual, consta o Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento, com cinco ações: Aluguel Social, Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios, Produção de Ações Habitacionais, Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado e Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores⁸⁷.

A especulação imobiliária e a ocupação irregular de áreas devem ser considerados na qualificação do processo de urbanização, seja como vetor de desenvolvimento (quando evitados), seja como propulsor da favelização (no descaso).

Interessante destacar que a qualidade de vida urbana tem forte relação com a presença de áreas verdes.

⁸⁶ SECRETARIA DO PLANEJAMENTO RS. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134119-20150928173938rs-2030-tr-8-habitacao-de-interesse-social.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

⁸⁷ SECRETARIA DO PLANEJAMENTO RS. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/cadernos-regionais>>. Acesso em 29 ago. 2016.

“Áreas verdes” é um termo que se aplica a diversos tipos de espaços urbanos que têm em comum o fato de serem abertos, acessíveis; relacionados com saúde e recreação ativa e passiva, proporcionaram interação das atividades humanas com o meio ambiente (DEMATTE apud HARDER et al.⁸⁸). Segundo Llardent (apud HARDER et al.⁸⁴), áreas, zonas, espaços ou equipamentos verdes são espaços livres onde predominam áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, ao que se conhece como parques, jardins ou praças.

Assim, a Referência de Meta estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 12 m² (medida anual) de área verde pública por habitante. O cálculo considera o número total (em m²) de áreas verdes dividido pela população total. Porto Alegre teria cerca de 44 m² por habitante, no período 2012-2015.⁸⁹

No entanto, o ideal é 36 m² de área verde, cerca de três árvores, por morador. No mundo, a referência é Estocolmo: são 86 metros quadrados de área verde por habitante. Quanto mais verde a cidade, melhor a qualidade do ar que se respira e mais agradáveis são a paisagem e o clima – as sombras criadas pelas copas, a umidade gerada pela vegetação em geral e a quantidade maior de área permeável⁹⁰.

No entanto, é preciso um planejamento urbano para que as espécies e os locais de plantio não interfiram na mobilidade e na segurança pública, entre outros aspectos. Este plano de arborização urbana ainda é uma lacuna nos municípios que compõem o Corede MDJ, seja a sua elaboração ou sua implementação.

2.5.5 Cultura e eventos

A cultura, em vários aspectos, confunde-se com a sociedade, tendo em vista que cultura e sociedade são, muitas vezes, elementos indissociáveis. Fazem parte desta concepção: promover, preservar e divulgar a história, tradições e valores

⁸⁸ HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de Cássia Salvador e TAVARES, Armando Reis. R. **ÍNDICES DE ÁREA VERDE E COBERTURA VEGETAL PARA AS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, SP**. *Árvore*, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.277-282, 2006.

⁸⁹ PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Disponível em: <<http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/area-verde-por-habitante?view=graph&graphs=573-197>>. Acesso em: 19 set. 2016.

⁹⁰ GAZETA DO POVO. **O futuro das cidades**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/uma-arvore-por-habitante-a-recomendacao-minima-da-oms-para-as-cidades>>. Acesso em 19 set. 2016.

regionais, bem como acompanhar suas transformações. Para buscar essa dimensão, é um caminho válido o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais⁹¹.

Na tabela 21 são citados os principais eventos dos calendários municipais, que se relacionam com a promoção da cultura, do lazer, da proteção ambiental e do esporte.

As áreas verdes e as Unidades de Conservação (descritas em 2.4.7), bem como a proximidade com os recursos hídricos, como o Guaíba, são atrativos turísticos que poderiam ser melhor explorados. De outro modo, a capital se vale da multiplicidade de eventos empresariais, consolidando o turismo comercial.

Tabela 21 - Eventos em cultura e desporto no Corede MDJ (Fonte: Sites Municipais)

Cultura, Desporto e Religiosidade	
Alvorada	Homenagem ao PAI Xangô.
Cachoeirinha	Projeto Oficinas Culturais ; Sarau Poético Musical Projeto BPMM; Mostra Vestígios de Mulher (Projeto Viva Mulher – Outubro Rosa); Mostra Coletivas Raízes; Projeto Da Memória a História; Origens em Foco; Sarau Poético Musical Pérolas no Palco (Projeto Viva Mulher - Outubro Rosa); Mostra Traços Gaúchos.
Eldorado do Sul	Cavalgada de Eldorado do Sul; Feira do Livro; Rústica
Glorinha	Encontro de Valorização da Mulher; Hoje é dia de Teatro ; Feira do Livro ; Culto de Ação de Graças; Festa Junina ; Semana da Pátria; Semana Farroupilha; Dia do Outubro Rosa; Mostra Pedagógica Municipal; Natal Luz e Glória .
Gravataí	Seminário geral do perdão; Seminário da criança feliz (6 a 10 anos); Seminário da mulher feliz (publico feminino); Seminário gratidão aos antepassados; Cerimônia 02 novembro (aberta ao público); Seminário do renascimento
Guaíba	Municipal de Carnaval; Festa de Iemanjá; 3ª Edição do Grito; Exposição Orquídeas; Feira da Páscoa; Exposição direcional da Vitrine Cultural e Museu Carlos Nobre; Dia Artesanato Livre; Festa da Padroeira Nossa Srª Livramento ; Feira do Livro ; Arraial das Letras ; Biblioteca em Movimento; Festejos Farroupilhas Prova Prendas e Peões ; Exposição de Orquídeas ; Aniversário do Município ; Romaria das Capelinhas ; Semana da Consciência Negra ;. Dia da Bíblia ; Natal Encantado; Réveillon.
Porto Alegre	Semana da primavera; Feira do Livro; Exposições na Casa de Cultura Mário Quintana; Acampamento Farroupilha; Carnaval; Fórum Social; Feira Orgânica; Brique da Redenção; Nossa Senhora dos Navegantes, entre tantos outros
Santo Antônio da Patrulha	Semana do Meio Ambiente; Semana Acadêmica do Polo Universitário; Caminhada no Caminho Gaúcho de Santiago.
Triunfo	Dia da Mulher; Exposição fotográfica; Festa junina; Chama Crioula; Outubro Rosa; Feira do Livro; Terno dos Reis.
Viamão	Festa nossa Senhora dos Navegantes; Caminhos da Fé e Berço da missa Crioula; Feira Literária; Feira de Artesanato; 36º Rodeio do ETA; Tenda da Saúde do Homem; 12ª Feira de Flores.

Observação: alguns municípios não divulgam seus eventos, tendo sido, por vezes, negada a informação até mesmo por contato telefônico.

⁹¹ MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da Sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.

As datas comemorativas nos calendários estadual e nacional são as que recebem maior destaque e atraem grande público.

A beleza cênica e os atrativos naturais, principalmente as orlas dos mananciais hídricos, geralmente são recursos pouco explorados ou quando o são, carecem de qualidade e de sustentabilidade na linha do tempo. Eventos que integrem o ambiente natural ainda são pouco desenvolvidos e diversificados. A criatividade é inversamente proporcional à biodiversidade remanescente de dois biomas.

2.5.5.1 Museus e bibliotecas

Segundo o Atlas Socioeconômico⁹², o Rio Grande do Sul criou, em 1991, o Sistema Estadual de Museus (SEM) e o estabelecimento das sete regiões museológicas. Em 2006 o Sistema Nacional realizou cadastramento e mapeou mais de 2.500 instituições em todo o país. O Rio Grande do Sul mantém, desde 1981, um cadastro com todas as Bibliotecas Públicas existentes no Estado - através do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - e este vinculado ao Sistema Nacional. O principal objetivo destes dois sistemas é, além do fortalecimento das Bibliotecas Públicas, o assessoramento e apoio a todos os municípios na organização às suas bibliotecas.

O Estado está dividido em sete regiões museológicas, possuindo 385 museus presenciais. A 1ª região, que abrange a Região Metropolitana de Porto Alegre e seu entorno, que inclui o Corede MDJ, possui o maior número de museus, com 104 unidades, e o maior acervo do Estado com diversidade temática retratando a cultura e história gaúcha.⁸⁹

Os museus e as bibliotecas são de extrema relevância para o desenvolvimento da cultura e a disseminação de informação para a população.⁸⁹

O Rio Grande do Sul tem cadastrado 481 Bibliotecas Públicas, distribuídas em 455 municípios. Isto nos garante afirmar que a maioria dos municípios possui,

⁹² ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp/>>. Acesso em: 25 ago.2016.

pelo menos, uma biblioteca. Se considerarmos ainda as bibliotecas ligadas às instituições de ensino e outros órgãos públicos ou privados, este número com certeza será maior. O Corede MDJ apresenta a maior concentração de bibliotecas no estado.⁹³

2.5.6 Equidade e inclusão social

Em termos conceituais, a equidade envolve várias dimensões e por isso suscita um rico debate em sua operacionalização. Tanto se aproxima do princípio da igualdade de acesso (equidade horizontal), quanto do princípio da diferença quando reconhece a diversidade das necessidades dos sujeitos sociais (equidade vertical). Concebe-se a participação social como estratégia da sociedade para alterar as relações de poder a fim de alcançar maior equidade e justiça social.⁹⁴

2.5.6.1 Assistência social

O programa federal “Bolsa Família”, com transferência de renda para as famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, teve considerável aumento entre 2006 e 2016. No entanto, a proporcionalidade de recursos não se deu para o Rio Grande do Sul.

Praticamente todos os municípios do Corede MDJ tiveram aumento significativo no valor durante a década. Foram exceções Cachoeirinha, Eldorado do Sul e Guaíba, que se mantiveram praticamente estáveis quanto ao valor recebido (Tabela 22).

⁹³ ibidem, p. 95

⁹⁴ ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso de; COSTA, André Monteiro; LIMA, Luci Praciano e MELO FILHO, Djalma Agripino de. **Equidade e inclusão de grupos sociais na política de saúde: o caso do Recife, Brasil.** Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. vol.11, no.1. Recife. Jan./Mar. 2011.

Tabela 22 - Recursos repassados pelo programa Bolsa Família (Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br)

Bolsa família	2006 Valores em R\$	2016 Valores em R\$
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	8.145.378.044,07	18.492.125.618,00
	314.477.396,00	491.332.361,00
Total destinado aos favorecidos situados no Estado Rio Grande do Sul		
Alvorada	5.188.046,50	9.711.724,00
Cachoeirinha	2.637.673,50	2.552.537,00
Eldorado do Sul	1.030.481,50	1.436.779,00
Glorinha	193.226,00	272.774,00
Gravataí	6.287.144,00	12.392.840,00
Guaíba	2.317.739,00	2.844.042,00
Porto Alegre	27.844.716,00	83.937.994,00
Santo Antônio da Patrulha	1.371.809,50	2.045.635,00
Triunfo	934.048,00	1.324.119,00
Viamão	5.648.488,50	17.901.533,00

2.5.6.2 Participação no PIB total e *per capita*

Todos os municípios do Corede MDJ demonstraram evolução no “PIB *per capita* a preços correntes”, no período entre 2010 e 2013 (Tabela 23), apesar da mudança metodológica para o cálculo do PIB, realizada pela FEE.

No entanto, metade dos municípios teve queda na proporção do PIB *per capita* do Corede, da Região Funcional e do Estado: Cachoeirinha, Glorinha, Porto Alegre, Triunfo e Viamão.

O Idese do Corede MDJ é o segundo maior dentro da Região Funcional 1, com 0,763 (o Vale do Caí apresentou 0,764). O Idese para o Corede MDJ evoluiu, passando de 9,19 a 9,27 no período entre 2010 e 2013.

Tabela 23 - Participação no PIB total e *per capita* (Fonte: FEE)

Indicador	Nome	2009	2010*	2011*	2012*	2013*
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Alvorada	5927,37	6654,75	7718,17	8356,77	9472,64
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Cachoeirinha	26996,93	34592,58	38808,66	41749,33	44621,76
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Eldorado do Sul	19506,21	19503,33	20732,84	21698,08	26257,96
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Glorinha	28303,76	42016,69	42896,42	49725,58	48857,78
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Gravataí	22233,41	27784,15	30101,91	31428,06	37684,06
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Guaíba	20404,63	29701,81	31965,25	36166,43	41688,07
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Porto Alegre	25387,38	29237,98	32937,21	36642,83	38849,81
PIB per capita a preços correntes (R\$)	S.A. da Patrulha	12229,77	14073,50	15103,07	17401,78	21084,98
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Triunfo	199570,44	213950,79	199078,50	212939,39	223936,09
PIB per capita a preços correntes (R\$)	Viamão	7537,19	7876,51	8395,51	10042,87	10694,77
Proporção do PIBpc do Corede	Alvorada	0,26	0,25	0,26	0,26	0,27
Proporção do PIBpc do Corede	Cachoeirinha	1,17	1,28	1,31	1,28	1,26
Proporção do PIBpc do Corede	Eldorado do Sul	0,84	0,72	0,70	0,66	0,74
Proporção do PIBpc do Corede	Glorinha	1,22	1,55	1,44	1,52	1,38
Proporção do PIBpc do Corede	Gravataí	0,96	1,03	1,01	0,96	1,06
Proporção do PIBpc do Corede	Guaíba	0,88	1,10	1,08	1,11	1,18
Proporção do PIBpc do Corede	Porto Alegre	1,10	1,08	1,11	1,12	1,10
Proporção do PIBpc do Corede	S. A. da Patrulha	0,53	0,52	0,51	0,53	0,60
Proporção do PIBpc do Corede	Triunfo	8,63	7,92	6,70	6,51	6,33
Proporção do PIBpc do Corede	Viamão	0,33	0,29	0,28	0,31	0,30
Proporção do PIBpc da RF	Alvorada	0,26	0,26	0,29	0,29	0,30
Proporção do PIBpc da RF	Cachoeirinha	1,19	1,36	1,44	1,43	1,40
Proporção do PIBpc da RF	Eldorado do Sul	0,86	0,77	0,77	0,74	0,82
Proporção do PIBpc da RF	Glorinha	1,25	1,65	1,59	1,70	1,53
Proporção do PIBpc da RF	Gravataí	0,98	1,09	1,11	1,08	1,18
Proporção do PIBpc da RF	Guaíba	0,90	1,17	1,18	1,24	1,31
Proporção do PIBpc da RF	Porto Alegre	1,12	1,15	1,22	1,25	1,22
Proporção do PIBpc da RF	S.A. da Patrulha	0,54	0,55	0,56	0,60	0,66
Proporção do PIBpc da RF	Triunfo	8,82	8,41	7,37	7,28	7,01
Proporção do PIBpc da RF	Viamão	0,33	0,31	0,31	0,34	0,33
Proporção do PIBpc do Estado	Alvorada	0,30	0,30	0,32	0,32	0,32
Proporção do PIBpc do Estado	Cachoeirinha	1,37	1,58	1,62	1,62	1,50
Proporção do PIBpc do Estado	Eldorado do Sul	0,99	0,89	0,87	0,84	0,89
Proporção do PIBpc do Estado	Glorinha	1,44	1,92	1,79	1,93	1,65
Proporção do PIBpc do Estado	Gravataí	1,13	1,27	1,26	1,22	1,27
Proporção do PIBpc do Estado	Guaíba	1,04	1,36	1,34	1,40	1,41
Proporção do PIBpc do Estado	Porto Alegre	1,29	1,34	1,38	1,42	1,31
Proporção do PIBpc do Estado	S.A. da Patrulha	0,62	0,64	0,63	0,67	0,71
Proporção do PIBpc do Estado	Triunfo	10,14	9,77	8,32	8,25	7,55
Proporção do PIBpc do Estado	Viamão	0,38	0,36	0,35	0,39	0,36

*Nova metodologia do cálculo para PIB.

2.6 Dimensão infraestrutural e de gestão pública

2.6.1 Logística, transporte e mobilidade

Este Corede é ponto de confluência das principais artérias de articulação do Estado com o restante do País e com os países do Cone Sul, através do modal rodoviário via ligações da BR-116 com a BR-386 e BR-290 com a BR-101. Juntamente com o Corede Vale do Rio dos Sinos, comporta os maiores volumes de tráfego de mercadorias e de pessoas. O transporte de cargas está articulado aos modais ferroviário, aeroviário, hidroviário e dutoviário, através de plataformas logísticas localizadas nos municípios de Porto Alegre e Triunfo. Somente o Complexo Logístico do Porto Seco de Porto Alegre, estrategicamente localizado próximo ao Aeroporto Internacional Salgado Filho e às rodovias BR-290 e BR-116, movimenta cerca de 18 milhões de toneladas de carga/ano.⁹⁵

O transporte rodoviário de passageiros é o mais capilarizado e denso do Estado, atendendo principalmente a área urbana dos municípios que compõem a Região. Está articulado ao modal ferroviário – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (TRENSURB) – e fluvial – CATSUL – através de estações de transbordo localizadas principalmente no centro de Porto Alegre, ao longo dos eixos principais de vias urbanas da Capital e da BR-116. Para se ter um parâmetro do volume de movimentação de passageiros, segundo a Prefeitura de Porto Alegre, o sistema de transporte coletivo por ônibus de Porto Alegre, em 2012, transportou, em média, cerca de 1,2 milhão de passageiros por dia útil. Por isso, uma das questões mais importantes relacionadas à infraestrutura de transportes no Corede está ligada à mobilidade urbana.⁹⁶

O modal ferroviário para transporte de cargas, com trecho de malha presente no Corede, está concedido à empresa América Latina Logística (ALL). Possui áreas

⁹⁵ BERTÊ, Ana Maria de Aveline et. al. 2016. **Perfil socioeconômico** - Corede MDJ. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p.478-517, fev. 2016.

⁹⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-metropolitano-delta-do-jacui.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

administrativas, de armazenagem e centros de distribuição em Porto Alegre, contando também com acesso aos terminais portuários de Porto Alegre e Triunfo. No entanto, o modal opera com ociosidade em todo Estado e vem perdendo lugar para o transporte rodoviário. O terminal intermodal de Porto Alegre é o principal ponto de movimentação de cargas entre o interior do Estado, a Capital e o porto de Rio Grande. Movimenta basicamente cargas industriais, como contêineres, produtos alimentícios, siderúrgicos, petroquímicos e de construção. De acordo com a ALL, a capacidade de carregamento estiva é de 150 vagões/mês, a capacidade de carregamento mecanizado é de 448 contêineres/mês e a capacidade de carregamento VCP11 é de 21.600 TU/mês⁹⁷.

O único modal ferroviário do Estado para transporte de passageiros – TRENURB – é um importante viabilizador da mobilidade urbana no eixo Norte-Sul da Região Metropolitana de Porto Alegre, entre os municípios de Porto Alegre e Novo Hamburgo. O sistema de trens urbanos possui uma extensão total de 43,8 km, entre a Estação Mercado, em Porto Alegre, e a Estação Novo Hamburgo, no município de Novo Hamburgo. O modal contribui para a diminuição do tráfego de automóveis e de ônibus na BR-116, diminuindo também as ocorrências de acidentes e da poluição do ar. Recentemente, foi disponibilizado outro módulo de conexão ao sistema que liga a Estação Aeroporto da TRENURB ao Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho: o Aeromóvel. Os veículos suspensos e movidos a ar permitem a integração e acesso rápido e direto ao terminal aeroportuário, sem custos adicionais para os usuários da TRENURB. O trajeto de 814 metros, com duas estações de embarque, conta com dois veículos com capacidade para 150 e 300 passageiros, cujo funcionamento se dá conforme a demanda do período.⁹⁸

⁹⁷ BERTÊ, Ana Maria de Aveline et. al. 2016. **Perfil socioeconômico** - Corede MDJ. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 26, p.478-517, fev. 2016.

⁹⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133-20151117102639perfis-regionais-2015-metropolitano-delta-do-jacui.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

O modal hidroviário do Corede tem em Porto de Porto Alegre a principal estrutura física, por onde passam as cargas deslocadas pelas hidrovias, portos interiores e estações de transbordo. O porto de Porto Alegre, mesmo possuindo características fluviais, é classificado como porto marítimo devido a suas instalações e operações, e por comunicar-se com a Laguna dos Patos, com o porto de Rio Grande e com o mar. De acordo com a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), o porto conta com 8 km de cais acostável, entre os cais Mauá, Navegantes e Marcílio Dias. A área de operação do porto público está concentrada no cais Navegantes, que se encontra habilitado nas normas internacionais de segurança ISPS-CODE16 desde 2010, e possui capacidade de operação de até três navios de longo curso simultaneamente. O movimento de cargas no porto público, em 2014, foi de cerca de 1 milhão de toneladas e vem crescendo à taxa de 11% nos últimos anos, acompanhando o crescimento do movimento nas hidrovias da chamada Bacia Sudeste. No entanto, esse fato não indica necessariamente tendência de fortalecimento da opção hidroviária pelo conjunto dos agentes produtivos regionais, pois grande parte dessas movimentações resulta da importação de fertilizantes e da exportação de combustíveis. Nos últimos cinco anos, o porto de Porto Alegre, juntamente com os terminais privados, movimentou cerca de 6 milhões de toneladas/ano, em produtos como cabos de amarração de plataforma marítima, fertilizantes, sal, grãos vegetais, transformadores elétricos e celulose, entre outros. O transporte de areia também é bastante significativo no Corede.⁹⁸

O modal aéreo é historicamente centrado no transporte de passageiros. Por isso, a RMPA, com a maior concentração populacional e econômica do Estado, tornou-se o maior polo aeroviário. O Aeroporto Internacional Salgado Filho é a mais qualificada estrutura disponível do modal, fazendo o deslocamento de cargas e de pessoas para o interior do Estado e demais estados da Federação, além do exterior. No entanto, é o modal menos usado em termos de volumes de cargas, por estar preparado somente para a movimentação de produtos de alto valor agregado. O uso mais intenso do modal depende de ações de redimensionamento da pista que, atualmente, restringe o pouso de grandes aeronaves de carga.⁹⁹

⁹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134133->

Somente Porto Alegre e Eldorado do Sul possuem aeroclubes, sendo a pista de asfalto encontrada na capital e, a de saibro no município vizinho. O Corede MDJ não tem base aérea.

O modal dutoviário se desenvolveu com o objetivo inicial de transportar petróleo e derivados, através de oleodutos do terminal marítimo, para refino na Região Metropolitana. É constituído de oleodutos e de gasodutos, e seu traçado é concentrado na região Nordeste do Estado. O sistema está capilarizado, principalmente, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.¹⁰⁰

De acordo com os dados disponibilizados pela FEE¹⁰¹, Gravataí (n=141.271), Porto Alegre (n=820.351) e Viamão (n=110.6211) possuem a maior frota de automóveis no Corede (n=1.320.734), e Glorinha (n=4.345) a menor.

O uso preponderante dos veículos, com registro, é para o transporte de passageiros (1.087,443). Os de carga perfizeram, em 2015, 124.921 veículos. Outras funções somaram 108.370 veículos registrados.¹⁰¹

O número de acidentes fatais oscilou entre 50 a 59, no período, sem no entanto apresentar diferenças significativas, exceto em 2010 que registrou o menor número (n=47) nas vias estaduais. Gravataí e Viamão foram os municípios com maior fatalidade nas vias estaduais. Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha e Viamão não possuem vias federais, sendo registrados acidentes fatais em todos os demais municípios do Corede MDJ, somando 153 em 2015 - o menor número da série a partir de 2010. O Corede apresentou 1085 acidentes fatais em 2015, tendo o maior número de casos ocorrido em Porto Alegre (n=732), Gravataí (n=86) e Viamão (n=81). Glorinha (n=4) e Eldorado do Sul (n=13) foram os municípios que tiveram menos acidentes fatais.¹⁰²

[20151117102639perfis-regionais-2015-metropolitano-delta-do-jacui.pdf](#). Acesso em: 20 ago. 2016.

¹⁰⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico Corede MDJ**. Porto Alegre, novembro de 2015.

¹⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **FEE dados abertos**. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

¹⁰² RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **FEE dados abertos**. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em 15 out 2016

As vítimas fatais no Corede, entre 2010 e 2015, registraram o menor número em 2012 (n=284) e o maior, em 2014 (n=338). O ano de 2015 encerrou com 296 vítimas fatais. As vias municipais superam as federais e estaduais na fatalidade.¹⁰²

Ao se considerar o tipo de combustível, lideram os de origem fóssil (diesel e gasolina), perfazendo um total de 754.614 veículos contra 498.108 que utilizam fontes menos poluentes. Alternativas a estes combustíveis, somaram 68.012 veículos em 2015.

Todos os municípios deste Corede apresentam vias de acesso asfaltadas. No entanto, há gargalo no fluxo veicular em Porto Alegre, na avenida da Legalidade e Democracia (ex-avenida Castelo Branco), apesar das obras visando reduzir o problema.

Em relação ao acesso da metade Sul do Estado à capital, foi implementada o transporte por via hídrica entre Guaíba e Porto Alegre, uma alternativa há muito tempo pleiteada. Estão em andamento a duplicação da ponte, entre as ilhas e Porto Alegre, entre outras obras para regularizar o fluxo veicular.

O grande desafio é investir, ainda mais, no uso de ciclovias e hidrovias e inovarem outras modalidades para o deslocamento de pessoas e para o transporte de cargas. O momento de agravamento da economia, em geral, requer criatividade no planejamento urbano e na sua execução.

2.6.2 Energia e comunicações

2.6.2.1 Energia¹⁰²

São três as empresas de energia elétrica que atuam no Corede MDJ: AES (Triunfo), RGE (Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha) e CEEE (os demais municípios).

O consumo de energia elétrica comercial teve redução entre 2014 para 2015 em Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha e Viamão – acompanhando o verificado para o Corede MDJ. Alvorada, Triunfo e Santo Antônio da Patrulha (para este último, não há dados em 2015) têm apresentado aumento constante no consumo desde 2010. Porto Alegre é o maior consumidor de energia no Corede MDJ.

O consumo industrial também registrou queda nos últimos dois anos, nos municípios de Cachoeirinha, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Triunfo. No caso de Eldorado do Sul, o consumo no último triênio permaneceu, basicamente, estável. Guaíba teve queda consecutiva em todo o período, tornando a crescer o consumo industrial no último ano.

O consumo residencial, ao contrário, aumentou em todo o Corede, com destaque para Guaíba que registrou um aumento conspícuo no consumo residencial.

A zona rural apresentou um aumento constante e elevado no Corede MDJ, onde os municípios que mais se destacaram foram Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão. A capital gaúcha teve consumo rural similar ao de Guaíba. Cachoeirinha foi o que menos consumiu neste setor.

Somente Alvorada registrou significativa redução no consumo pelo setor público, no último ano do período. Fato similar ocorreu em Eldorado do Sul, em 2012.

Quanto ao número de consumidores, houve redução para setor comercial (Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre e Triunfo), industrial (Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Viamão), residencial (em todos os municípios), rural (Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí) e para o setor público (Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Guaíba e Santo Antônio da Patrulha). O desempenho dos municípios, no entanto, só teve reflexo no Corede MDJ para o número de consumidores na indústria, considerado o período avaliado.

Cabe observar que outras fontes de energia para abastecimento destes setores, além da elétrica, ainda são pontuais e incipientes dentro do Corede MDJ.

2.6.2.2 Comunicação

Os terminais telefônicos em serviço tiveram número reduzido entre 2010 e 2015, tanto os de acesso público quanto os de acesso individual, em todos os

municípios. Esta situação provavelmente está relacionada com a facilidade de acesso à telefonia móvel.

Na região todos os municípios tem edição de, no mínimo, um jornal local. Em alguns deles, no entanto, a publicação impressa é semanal visto que já existe a alternativa virtual, reduzindo custos e ampliando a clientela.

Os jornais de circulação estadual “Correio do Povo” e “Zero Hora” ainda são uma opção para notícias de maior impacto midiático, que por vezes engloba o respectivo município – até mesmo por conta da proximidade com a capital.

As maiores redes de emissoras de rádio e TV e de mídia impressa estão concentradas em Porto Alegre e em municípios da RMPA. As linhas de transmissão de dados têm como ponto central Porto Alegre. Segundo o Censo de 2010, o Corede MDJ apresentava 45,9% dos domicílios com acesso à internet e 92,8% dos domicílios com acesso à telefonia celular. Também chama atenção no Corede o avanço do número de acessos à internet via banda larga nos últimos anos, principalmente por meio de dispositivos móveis, como telefones celulares e *tablets*.¹⁰³

Emissoras de rádio e televisão podem ser acessadas pela internet, e a nova política para a rádios comunitárias facilitou a integração local. No entanto, a qualidade e o preço dos provedores de internet ainda estão aquém de sua democratização.

2.6.3 Saneamento básico

Os dados na Tabela 23 mostram que, em pleno século XXI, persistem residências (inclusive em meio urbano) que ainda se utilizam de valas, de

¹⁰³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico Corede MDJ**. Porto Alegre, novembro de 2015.

mananciais hídricos ou outro tipo de escoadouro ou, pior, que não possuam banheiro/sanitário.

Esta situação é preocupante frente à possibilidade real de veiculação de agentes patogênicos por via hídrica.

O uso de fossa rudimentar ou mesmo de fossa séptica, de outro lado, pode contaminar o solo além da água. O uso incorreto deste sistema individual e a falta de limpeza, fazem com que ocorram entupimentos e incômodos, como os extravasamentos e mau cheiro. Fossas mal cuidadas também implicam na proliferação de animais sinantrópicos nocivos, como ratos, baratas e moscas.

O saneamento precário ou ausente é fator de risco na saúde pública, relacionado com internações e óbitos associados a doenças infecciosas e parasitárias.

Neste contexto, é notória a importância da gestão territorial voltada aos Planos de Bacia Hidrográfica. Municípios à jusante (como Porto Alegre e Guaíba), integrantes da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, recebem carga poluente de municípios do mesmo Corede, porém à montante e inclusos em bacias hidrográficas distintas com planejamentos diferenciados. A complexidade do problema extrapola a contribuição dos afluentes de outros Coredes, mas com municípios na mesma Bacia Hidrográfica. Ou seja, urge buscar por um planejamento que dialogue, efetivamente, entre Coredes e Comitês de Bacia Hidrográfica, visando à melhoria do saneamento básico, entre outras questões.

A publicação do Departamento de Planejamento estadual¹⁰⁴ demonstra que o Corede apresenta, em média, 77% dos domicílios ligados à rede geral de água, percentual abaixo da média do Estado e do Brasil. Ao examinar as taxas dos municípios, constata-se que as mesmas variam de 47% (Glorinha) a 99% (Porto Alegre), o que mostra uma grande oscilação na prestação desse serviço essencial e a necessidade de esforço para a sua universalização. Esses dados indicam também que persistem outras formas de abastecimento nos domicílios do Corede, como a

¹⁰⁴ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico Corede MDJ**. Porto Alegre, novembro de 2015.

utilização de poço ou nascente na propriedade ou fora dela, rio, açude e lago. Todos os municípios do Corede contam com abastecimento de água tratada.

Em relação à coleta de lixo por serviço de limpeza ou caçamba, a taxa média do Corede é de 97%, acima das taxas do Estado e do Brasil. Contudo, apesar de as taxas municipais variarem menos do que nos demais serviços de saneamento básico, apresentando valores entre 90% e 99%, também necessitam de esforço para atingir a universalização, principalmente nas áreas consideradas de difícil acesso, como os aglomerados subnormais. Grande parte do volume de resíduos sólidos urbanos e industriais do Estado é gerado no Corede MDJ, que apresenta dificuldades crescentes, tanto em relação ao manejo quanto à disposição final devido à alta complexidade de gestão dos diferentes tipos de resíduos. No entanto, deve-se registrar a presença de coleta seletiva domiciliar na maior parte dos municípios do Corede, assim como outras iniciativas de aproveitamento e reciclagem, que colaboram para diminuir os volumes destinados aos aterros sanitários e aterros controlados. Segundo a PNSB 2008, Alvorada, Gravataí, Porto Alegre, Triunfo e Viamão já realizavam coleta seletiva. Atualmente, dos 10 municípios, só Eldorado do Sul e Guaíba não dispõem do serviço, e Cachoeirinha e Santo Antônio da Patrulha iniciaram a implantação em 2015. Conforme o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), somente em Porto Alegre, em 2014, o volume estimado de resíduos sólidos urbanos foi da ordem de 580.000 t/ano (ou 1.589 t/dia), com uma composição média de 55% de matéria orgânica, 30% de material reciclável e 15% de rejeitos, sendo a geração estimada de resíduos da construção civil de mais de 700.000 t/ano (ou 1.917 t/dia).¹⁰⁵

Atualmente, as prefeituras de Porto Alegre e Guaíba não mais possuem local para disposição final dos resíduos sólidos domiciliares. Os resíduos coletados, então, passam por Estação de Transbordo e de lá, são transportados para o aterro sanitário privado Central de Resíduos do Recreio, situado no km 181 da BR-290, no município de Minas do Leão, distante 105 km da Capital.

¹⁰⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional - Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico Corede MDJ**. Porto Alegre, novembro de 2015.

Tabela 24 - Saneamento Básico Estratificado no Corede MDJ/2010 (Fonte: FEE)

		Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Fossa Rudimentar	Rural	-	-	420	758	2801	379	-	998	1606	1310
	Urbana	3550	610	257	19	7375	2073	10043	2173	1445	8685
	Total	3550	610	677	777	10176	2452	10043	3171	3051	9995
Fossa Séptica	Rural	-	-	510	836	937	361	-	2643	1214	3430
	Urbana	19769	3891	2548	583	13013	3733	42620	5108	1516	25490
	Total	19769	3891	3058	1419	13950	4094	42620	7751	2730	28920
Outro Escoadouro	Rural	-	-	94	8	30	10	-	165	31	25
	Urbana	279	249	23	-	137	30	925	33	53	357
	Total	279	249	117	8	167	40	925	198	84	382
Rede Geral de Esgoto ou Pluvial	Rural	-	-	12	31	155	7	-	53	35	92
	Urbana	33132	33327	6807	108	55073	23087	436661	1973	2202	28519
	Total	33132	33327	6819	139	55228	23094	436661	2026	2237	28611
Rio, Lago ou Mar	Rural	-	-	9	2	74	8	-	11	2	4
	Urbana	161	126	9	-	146	257	1909	4	18	791
	Total	161	126	18	2	220	265	1909	15	20	795
Sem Banheiro ou Sanitário	Rural	-	-	24	10	45	13	-	55	39	36
	Urbana	428	71	43	1	305	77	1725	66	73	375
	Total	428	71	67	11	350	90	1725	121	112	411
Vala	Rural	-	-	70	32	65	23	-	213	135	48
	Urbana	2892	600	166	2	2222	1184	14573	296	250	6354
	Total	2892	600	236	34	2287	1207	14573	509	385	6402

2.7 Dimensão econômica

Ao se considerar o Idese-Bloco Renda (Tabela 25), é possível constatar que o município de Triunfo, sede do Polo Petroquímico, é um caso atípico nesse Corede. Por um lado, possui o Idese mais alto da região, causado pelo elevado índice de geração da renda - Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. De outro lado, apresenta um baixo índice de apropriação de renda - renda domiciliar *per capita*, ficando atrás somente de Santo Antônio da Patrulha e Alvorada.

Em relação ao indicador “Emprego Total”, Porto Alegre (n=780.126) e Gravataí (n=57.723) têm mais postos preenchidos, enquanto Triunfo (n=936), Glorinha (n=2.865) e Santo Antônio da Patrulha (n=10.108) têm o menor número.

Há uma grande diferença entre os dois municípios com maiores taxas de participação do Corede MDJ: Porto Alegre com 79,3% e Gravataí com 5,9%. Glorinha participa com 0,3%. A lógica segue a mesma na participação deste Corede na Região Funcional e no Estado.

2.7.1 Setor agropecuário

O número de estabelecimentos rurais vem sofrendo paulatino decréscimo no Corede MDJ. De 2010 a 2014, foram 32 estabelecimentos a menos. No entanto, o número de vínculos empregatícios ativos aumentou de 3288, em 2010, para 3818, em 2014. Destes, Guaíba (n=672) e Porto Alegre (n=1737) tiveram aumento em relação aos anos anteriores.

Porto Alegre (n=275) e Viamão (n=237) lideram os municípios com maior quantidade de estabelecimentos, enquanto Cachoeirinha e Glorinha não os possuem.¹⁰⁶

¹⁰⁶ RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **FEE dados abertos**. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

A agricultura¹⁰⁷ no Corede MDJ teve como principais culturas temporárias (Tabela 26). O arroz se destaca com área plantada de 67.601 ha, assim como a soja (6496 ha), a mandioca (3680 ha), o milho (3480 ha) e a melancia (1637 ha). A batata-doce (684 ha), a cana-de-açúcar (763 ha), o feijão (538 ha).

Entre as culturas permanentes (Tabela 27), se sobressaem a de laranja e de pêssigo, que ocupam a maior área destinada à colheita (390 ha e 157 ha, respectivamente). Outros cultivos importantes são: uva (57 ha), banana e caqui (27 ha, cada), figo e limão (22 ha, cada) e pera (10 ha).

A pecuária (Tabelas 28 e 29) esteve bem diversificada, sendo expressiva a criação de bovinos (251.613 cabeças), galináceos (519.630 cabeças - entre galinhas, galos, frangos, pintos), ovinos (42.031 cabeças) e equinos (24.377 cabeças). Em menos quantidade, há criação de bubalinos (5.333 cabeças), caprinos (5.034 cabeças) e suínos (17.148 cabeças), além de coelhos (2.617) e codornas (7.300).

A silvicultura¹⁰⁷ no Corede MDJ produziu, em 2015, 2.000 t de casca de acácia-negra, 3.100 t de carvão vegetal, 441.299 m³ de lenha e 1.059.234 m³ de madeira em tora.

O VAB agropecuário¹⁰⁷ teve declínio a partir de 2003, quando atingiu 4,7%, na média do período. Glorinha (11,3%) e Santo Antônio da Patrulha (10,1%) tiveram a melhor média, sendo a menor média registrada em Cachoeirinha (0,0%), Alvorada /Porto Alegre (0,1%) e Gravataí(0,3%) – Tabela 26.

Cabe destacar que no Planejamento Estratégico para a RFP1¹⁰⁸ foi considerada importante “a manutenção da competitividade, preservando os espaços abertos (agrícolas e naturais), que se localizam em áreas vizinhas da metrópole,

¹⁰⁷ FEE. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acessos em: 15 out. 2016, 10 jan. 2017.

¹⁰⁸ SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. PERFIS- REGIÕES FUNCIONAIS DE PLANEJAMENTO. Disponível em <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2016.

conforme apontado em “Iniciativa promissora” para a Região /Manutenção das atividades rurais.

Tabela 25 - Idese / Bloco Renda (Fonte: FEE)

			Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Apropriação de Renda	Índice	2010	0,855017418	0,535617	0,67097505	0,594495	0,593679	0,614281	0,630137	0,970827	0,5917103	0,598256	0,607259
		2011	0,851701542	0,530243	0,67673552	0,639784	0,592337	0,614396	0,635337	0,963666	0,6041304	0,575844	0,64484
		2012	0,868380699	0,56975	0,70694804	0,645889	0,621886	0,635934	0,661644	0,983179	0,6566786	0,580363	0,587659
		2013	0,883519399	0,577555	0,72718868	0,679022	0,656545	0,658493	0,670099	0,999376	0,4928596	0,590368	0,614147
Geração de Renda	Índice	2010	0,762833003	0,331268	0,83890762	0,662421	0,898787	0,771407	0,791963	0,787115	0,5619309	1	0,383179
		2011	0,776404142	0,361428	0,85882908	0,665751	0,889671	0,780586	0,799084	0,808309	0,5681782	1	0,387334
		2012	0,7749972	0,354649	0,85006228	0,648504	0,903908	0,762603	0,805852	0,809882	0,5805491	1	0,411252
		2013	0,779603198	0,373615	0,85092097	0,687616	0,878852	0,798878	0,829977	0,808261	0,6200435	1	0,410987
Índice	2010	0,808925211	0,433443	0,75494134	0,628458	0,746233	0,692844	0,71105	0,878971	0,5768206	0,799128	0,495219	
	2011	0,814052842	0,445835	0,7677823	0,652768	0,741004	0,697491	0,71721	0,885987	0,5861543	0,787922	0,516087	
	2012	0,821688949	0,462199	0,77850516	0,647197	0,762897	0,699268	0,733748	0,89653	0,6186139	0,790181	0,499456	
	2013	0,831561298	0,475585	0,78905482	0,683319	0,767698	0,728685	0,750038	0,903818	0,5564516	0,795184	0,512567	

Tabela 26 - VAB Agropecuária (Fonte: FEE)

Município	2010	2011	2012	2013
Alvorada	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Cachoeirinha	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Eldorado do Sul	5,0%	5,3%	4,6%	5,5%
Glorinha	3,1%	3,5%	3,4%	4,7%
Gravataí	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Guaíba	0,7%	1,1%	0,9%	0,8%
Porto Alegre	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Santo Antônio da Patrulha	7,5%	6,2%	6,8%	8,0%
Triunfo	0,9%	0,8%	0,8%	1,3%
Viamão	3,7%	2,8%	3,0%	3,5%

2.7.1.1 Área colhida e produção

Tabela 27 - Área Plantada (hectares) e Quantidade Produzida (toneladas): Culturas Temporárias em 2014

		Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Alho	Área	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
	Quantidade	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0
Amendoim	Área	0	0	0	0	0	0	0	3	0	10
	Quantidade	0	0	0	0	0	0	0	7	0	14
Arroz	Área	145	0	11600	1920	500	3900	250	13450	7100	27011
	Quantidade	870	0	81200	14976	3500	27690	1775	102220	47570	218789
Aveia	Área	0	0	190	0	0	0	0	0	0	0
	Quantidade	0	0	132	0	0	0	0	0	0	0
Batata Doce	Área	6	0	100	3	0	300	20	50	5	180
	Quantidade	47	0	1000	27	0	6000	300	600	50	1620
Batata Inglesa	Área	0	0	0	3	0	0	0	0	0	7
	Quantidade	0	0	0	36	0	0	0	0	0	39
Cana de Açúcar	Área	0	0	6	40	15	0	20	200	0	500
	Quantidade	0	0	300	1800	300	0	600	14000	0	7600
Cebola	Área	0	0	1	0	0	3	0	5	0	8
	Quantidade	0	0	5	0	0	15	0	35	0	80

Feijão	Área	0	0	38	20	10	10	3	380	15	80
	Quantidade	0	0	34	15	11	9	3	380	15	61
Fumo	Área	0	0	50	0	0	0	0	6	0	0
	Quantidade	0	0	90	0	0	0	0	12	0	0
Mandioca	Área	20	0	200	200	40	130	50	2000	700	350
	Quantidade	140	0	3000	3000	520	2600	1000	30000	8400	2100
Melancia	Área	2	0	120	10	5	65	0	80	1250	50
	Quantidade	17	0	3000	103	125	1950	0	900	35000	366
Melão	Área	0	0	2	5	5	68	30	3	18	20
	Quantidade	0	0	24	32	25	2040	900	16	54	33
Milho	Área	10	0	80	50	25	20	30	2000	280	400
	Quantidade	9	0	200	210	45	72	90	7000	588	720
Soja	Área	0	0	1100	750	0	60	0	3550	500	365
	Quantidade	0	0	3036	1800	0	72	0	10650	950	949
Sorgo	Área	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Quantidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Tomate	Área	0	0	0	0	0	0	10	4	2	50
	Quantidade	0	0	0	0	0	0	350	100	18	400

Maracujá	Quantidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
	Área	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Noz	Quantidade (mil frutos)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
	Área	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Pêra	Quantidade	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
	Área	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	8
Pêssego	Quantidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
	Área	0	0	0	0	0	45	80	0	0	0	35
Tangerina	Quantidade	0	0	0	0	0	450	320	0	0	0	88
	Área	0	0	0	10	0	6	3	6	200	0	28
Uva	Quantidade	0	0	0	100	0	48	24	60	1600	0	70
	Área	0	0	2	0	0	0	12	5	3	0	25
	Quantidade	0	0	20	0	0	0	160	25	29	0	151

2.7.1.2 Efetivo dos rebanhos, por Município

Tabela 29 - Efetivo dos Rebanhos/Cabeças em 2014 (Fonte: FEE)

	Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Bovinos	248938	2166	462	12609	25480	19987	14554	6394	63658	33545	70083
Bubalinos	5361	77	-	782	191	1007	847	154	1161	110	1032
Caprinos	7046	94	33	126	257	813	28	394	243	500	4558
Codornas	4745	-	-	-	1500	2200	-	-	-	-	1045
Equinos	26799	1261	234	1169	1609	3156	1596	6571	3003	1700	6500
Galinhas	174494	690	227	846	7150	22700	5100	9181	18600	85000	25000
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	429987	0	173	964	3350	12800	0	2734	12100	125000	272866
Ovinos	47700	228	345	1877	3687	9200	2889	1747	5260	4260	18207
Suínos	18705	240	236	355	1600	4318	562	2905	1740	4500	2249

2.7.1.3 Produção leiteira

Tabela 30 - Produção leiteira em 2014 (Fonte: FEE)

	Corede MDJ	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Quantidade Produzida (mil litros)	65050	79	48	16212	1686	4440	16998	8925	1445	3817	11400
Valor da Produção (R\$ mil)	77897	75	48	20265	2248	4440	21248	11156	1927	4490	12000

2.7.2 Setor industrial

A produção industrial do Corede MDJ acompanhou o recuo registrado para a nacional. A indústria extrativista empregou 912 e, a de transformação, 96.320, demonstrando recuo no número de vínculos ativos no período de 2010 a 2014 sem, no entanto, acompanhar o número de estabelecimentos na série histórica.

O VAB da indústria teve queda a partir de 2007, sendo menor em Glorinha (42,0%), Eldorado do Sul (42,4%) e Gravataí (47,4); o maior foi Triunfo (74,4%). As piores médias ficaram com Alvorada (13,2%) e Porto Alegre(13,0%), que tiveram seu ápice em 2011, com 17,5% e 15,1%, respectivamente.

Certamente, o maior impacto no Corede MDJ ocorreu com a ampliação da planta industrial da CMPC Rio-grandense. Interessante notar que esta indústria produziu consequências até mesmo em Cambará do Sul, no Corede Serra, visto estar vendendo o insumo para a Cambará S.A. que não mais opera com o *Pinus* sp como matéria-prima.

Tabela 31 - VAB Indústria (Fonte: FEE)

Municípios	2010	2011	2012	2013
Alvorada	14,7%	17,5%	16,0%	14,6%
Cachoeirinha	30,5%	30,7%	30,1%	28,3%
Eldorado do Sul	19,7%	19,1%	20,3%	21,1%
Glorinha	62,6%	60,7%	61,7%	58,2%
Gravataí	49,7%	47,9%	48,3%	48,8%
Guaíba	24,4%	23,2%	21,7%	21,8%
Porto Alegre	12,7%	15,1%	14,8%	12,6%
Santo Antônio da Patrulha	27,0%	26,7%	26,5%	34,8%
Triunfo	67,9%	63,7%	63,6%	66,3%

2.7.3 Setor de serviços

O VAB de serviços do Corede MDJ mostrou pouca oscilação entre 1999 (50,5%) e 2013 (52,0%), com menores médias em 2014 (n=45,4). Porto Alegre (76,6%), Alvorada (61,0%) e Cachoeirinha (59,5) foram os municípios com melhor

desempenho, e tendo Triunfo o pior (21,9%). Em 2013, Porto Alegre (77,0%) e Guaíba (65,9%) registraram a maior taxa (Tabela 32).

Tabela 32 - VAB de Serviços (Fonte: FEE)

Municípios	2010	2011	2012	2013
Alvorada	59,3%	57,8%	59,0%	59,8%
Cachoeirinha	58,3%	58,8%	59,0%	59,8%
Eldorado do Sul	59,9%	60,7%	59,9%	58,5%
Glorinha	26,2%	27,1%	26,6%	27,3%
Gravataí	40,0%	41,8%	41,5%	41,1%
Guaíba	63,6%	64,4%	66,1%	65,9%
Porto Alegre	77,0%	75,0%	75,6%	77,0%
Santo Antônio da Patrulha	49,5%	51,0%	50,9%	41,7%
Triunfo	28,2%	31,8%	32,0%	28,7%
Viamão	58,1%	59,2%	58,4%	60,5%

O setor de serviços, além da indústria, é responsável pela liderança do Corede MDJ no Estado. A capital polariza o mercado de trabalho neste setor.¹⁰⁹

2.7.4 Finanças públicas

O VAB da administração pública demonstrou médias sem alterações significativas no período (Tabela 33). Alvorada (25,7%) e Viamão(22,1%) foram os municípios que mais investiram, em contraste com Triunfo (2,5%). Os demais, passaram dos 10% .

A receita das finanças públicas demonstra a tendência das administrações municipais pela busca do equilíbrio financeiro diante de finanças com tendência de déficit para 38% dos municípios do Brasil. No entanto, Alvorada, Guaíba, Santo Antônio da Patrulha e Viamão apresentaram declínio na arrecadação total estadual. Todos os municípios aumentaram suas despesas.

Em relação às finanças públicas e a sua composição, Porto Alegre e Alvorada

¹⁰⁹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfil Socioeconômico Corede MDJ**. Porto Alegre, novembro de 2015.

são os municípios que mais arrecadaram em ICMS e, Eldorado do Sul, o que menos arrecadou.

Tabela 33 - VAB Administração Pública (Fonte: FEE)

Municípios	2010	2011	2012	2013
Alvorada	25,9%	24,6%	24,9%	25,5%
Cachoeirinha	11,1%	10,5%	10,9%	11,8%
Eldorado do Sul	15,4%	14,9%	15,2%	14,9%
Glorinha	8,1%	8,6%	8,3%	9,9%
Gravataí	10,1%	10,2%	10,1%	10,0%
Guaíba	11,2%	11,3%	11,3%	11,5%
Porto Alegre	10,3%	9,9%	9,6%	10,4%
Santo Antônio da Patrulha	16,0%	16,1%	15,8%	15,5%
Triunfo	3,0%	3,6%	3,6%	3,8%
Viamão	23,1%	23,3%	21,7%	22,6%

Gravataí, Guaíba e Porto Alegre são os que mais arrecadaram IPI em contraste com Santo Antônio da Patrulha .

Quanto ao IPVA, Porto Alegre, Gravataí e Triunfo lideram, enquanto que Glorinha está no extremo oposto.

2.8 Dimensão institucional

BÜTTENBENDER¹¹⁰ explica o funcionamento dos Coredes, que ocorre através da participação, discussão e deliberação em reuniões plenárias e assembleias. A composição dos Coredes contempla as diversas estruturas de representação da sociedade regional, a começar pelos órgãos públicos formalmente constituídos, deputados (federais e estaduais) com domicílio na região, prefeitos, presidentes das câmaras de vereadores, presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs, representações das instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia, sindicatos patronais e de trabalhadores, associações, cooperativas, movimentos sociais organizados e outras entidades da sociedade organizada. Sua estrutura compreende as seguintes instâncias gerenciais

¹¹⁰ BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES/RS: Articulações Regionais, Referenciais Estratégicos e Considerações Críticas**. Ipea. Code 2011. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.

Assembleia Geral Regional, Conselho de Representantes, Direção Executiva, Comissões Setoriais e o conjunto dos Conselhos Regionais, que se constitui no Fórum Estadual dos Coredes, instância de articulação e coordenação da ação dos conselhos no Estado do RS. A partir daí, existem as articulações intra e inter-regionais. Na dimensão intrarregional, cada Conselho Regional de Desenvolvimento articula as suas ações com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento, os COMUDEs. Os 28 Coredes articulam-se entre si, no nível estadual, via um fórum próprio, denominado Fórum dos Coredes do RS, com interlocução coletiva com o Governo Estadual. Os 28 Coredes se articulam no Estado em nove regiões funcionais de planejamento. Esta delimitação territorial das regiões funcionais resulta de contribuições de estudos anteriores, destacando o programa Rumos 2015. Esta regionalização considerou critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes de identificação das polarizações (empregos, transportes, rede urbana, saúde e educação superior).

3. ANÁLISE DE INDICADORES E SITUACIONAL

No estudo de FRAGA et al.¹¹¹ o Corede MDJ se mantinha entre os três principais Conselhos do Estado, juntamente com os Coredes Vale do Rio dos Sinos e Serra. O desempenho socioeconômico do Conselho seria o reflexo dos resultados apresentados pelos 10 municípios que o compõe. O índice, no período 2000-2008, passou de 0,791 para 0,808, atingindo a categoria de alto desenvolvimento humano, juntamente com o Corede Serra, cujo Idese variou de 0,794, em 2000, para 0,814, em 2008, e o Corede Vale do Rio dos Sinos, que passou de 0,761, em 2000, para 0,789, em 2008. Nos blocos educação, renda e saneamento e domicílio, em 2008, o Corede MDJ também conquistou índices elevados em comparação aos demais Conselhos do Estado.

Em 1991, todos os integrantes possuíam Idese no intervalo correspondente à categoria do médio desenvolvimento humano. Os principais destaques, com os maiores índices neste período, foram: Porto Alegre (0,762), Eldorado do Sul (0,724) e Cachoeirinha (0,716). Os municípios de Glorinha (0,527), Santo Antônio da Patrulha (0,602), Viamão (0,629) e Alvorada (0,631) apresentavam resultados para o Idese inferiores à média estadual (0,688), sendo os municípios com os piores resultados deste Conselho em 1991. Já a partir do ano de 2000, nota-se uma significativa melhora no Idese e nos blocos que o compõe, onde todas as cidades deste Conselho, com exceção de Eldorado do Sul, que apresentou crescimento negativo no período de 1991/2000 (-2,49%), evoluíram positivamente. O aumento no desenvolvimento verificado nestes municípios, no entanto, não ocorreu de modo homogêneo, ficando os municípios de Glorinha (13,66%), de Viamão (11,45%), de Alvorada (10,78%), de Cachoeirinha (9,36%) e de Santo Antônio da Patrulha (8,97%) com uma evolução acima da média estadual (8,57%). Porto Alegre conseguiu atingir a categoria de alto desenvolvimento humano entre os 10 membros do Corede MDJ, passando de um Idese de 0,762, em 1991, para 0,819, em 2000. Alguns municípios permaneceram com os piores resultados no período, como

¹¹¹ FRAGA, Wagner Santana de; MASSUQUETTI, Angélica; FELTRIN, Luciano e SCHUMACHER, Gabriela da Silva. **Os gastos sociais municipais e os indicadores de qualidade de vida dos municípios gaúchos: o caso do Corede MDJ (1991-2008)**. Revista Economia e Desenvolvimento, vol. 24, n. 1, 2012. p.23-44.

Glorinha, que passou de 0,527 para 0,599; Santo Antônio da Patrulha, passando de 0,602 para 0,656; e Alvorada, que passou de 0,631 para 0,699. Cabe ressaltar que as maiores variações foram verificadas nos municípios que, em 1991, apresentavam os piores resultados para o Idese.

No entanto, com a alteração da metodologia para obtenção do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), ocorreu uma mudança significativa nos parâmetros de cada município. O novo Idese apresenta a capital gaúcha como a única a atingir a categoria de alto desenvolvimento humano, superando em muito o Estado (0,747), enquanto que o antigo Idese incluía seis municípios em situação semelhante a do Rio Grande do Sul (0,809).

A alteração ocorreu em função da dimensão Renda, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e instituições parceiras (dentre as quais a FEE) mudaram a metodologia de cálculo das Contas Regionais. Dessa forma, houve alterações na série do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (2010-13), indicador que compõe o Bloco Renda do Idese. Além disso, a publicação de uma nova série de estimativas populacionais (2001-14), divulgada em 2015, afetou diversos indicadores em todos os blocos. A mudança nas estatísticas populacionais, via de regra, provocou a queda no nível de alguns indicadores que compõem o Idese ao longo de toda a série.¹¹²

Embora o novo Idese apresente queda de nível nos municípios (e que não deve ser interpretada como uma piora), ela prejudica a comparação com as séries históricas analisadas em trabalhos anteriormente publicados.

Entre 1991 e 2010, a dimensão cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação, seguida por Longevidade e por Renda.

A partir de 2010, com a nova metodologia, a dimensão Saúde foi a que maior crescimento apresentou, embora nenhum município tenham atingido o índice do Estado (0,809). No entanto, todos os municípios apresentaram alto desempenho no quesito longevidade (índices acima de 0,7 numa escala que varia de 0 a 1).

¹¹² RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

Deve ser dada maior atenção ao bloco Educação, visto que somente Porto Alegre, Triunfo e Santo Antônio da Patrulha tiveram índices acima do apresentado no Estado (0,679). O bloco Educação aponta para investimentos nos demais municípios.

No bloco Renda, embora não tenha havido variação significativa nas médias registradas entre 2010 e 2013, seis municípios ficaram abaixo do índice do Rio Grande do Sul (0,752) – o que pode estar associado ao desempenho no bloco Educação. Entretanto, em 2013, o Corede MDJ ficou em segundo lugar, com 0,832, impulsionado, principalmente, pela apropriação de renda (0,884), ficando atrás do Corede Serra, com 0,844.

O Saneamento representa o maior gargalo (neste quesito todos apresentam um índice abaixo de 0,7) e quase a metade apresenta um índice abaixo de 0,5. Este dado parece ter alguma importância na definição de demandas sociais regionais.

No Corede MDJ, o percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, está acima de 80%, superando as médias nacional (67,06%) e estadual (74,57%). No entanto, o tratamento de esgotos ainda é insuficiente.

A poluição orgânica causada pelo despejo de esgotos domésticos sem tratamento nos cursos d'água é hoje o principal foco de degradação dos recursos hídricos no Corede e no Estado como um todo, resultado de décadas de ausência de investimentos em saneamento básico. Os rios dos Sinos, Gravataí e Caí estão na lista dos rios mais poluídos do Brasil, não só por receberem grandes volumes de efluentes industriais, como também de efluentes domésticos urbanos, principalmente a partir de seus trechos médios em direção à foz no lago Guaíba.¹¹³

A coleta de resíduos, apesar de estar acima da média nacional, mostra que a implementação de estratégias para a redução e reutilização dos resíduos está muito

¹¹³ BERTÊ, A.M.A., LEMOS, B.O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S.B. **Perfil Socioeconômico - Corede MDJ**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 26, p.478-517, fev. 2016. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/viewFile/3745/3637>>. Acesso em: 23 set. 2016.

aquém do necessário. Os aterros sanitários são outra questão a ser lembrada, visto que o de Minas do Leão está com prazo de encerramento próximo.

Neste contexto, salienta-se o sugerido para a dimensão “infraestrutura e ambiente” do RFP1: otimizar os procedimentos para uso adequado dos recursos naturais; fortalecer sistema multimodal de transporte de pessoas e cargas; ampliar e garantir a qualificação dos serviços de telecomunicações e energia, bem como garantir a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de esgotos e de resíduos sólidos.

Com a sensibilização planetária para as mudanças climáticas, a dimensão ambiental tem recebido significativa atenção das comunidades. O que se percebe, no entanto, é a carência de capacitação para elaboração/condução/monitoramento de projetos e programas norteadores – que gerem emprego e renda com a proteção do ambiente natural.

A situação do Corede MDJ, que até então não havia elaborado o seu planejamento estratégico de desenvolvimento, nem material similar, reflete deficiências.

O arranjo institucional interno aponta para uma lacuna de representação, evidenciada nas contestações de alguns segmentos sociais, durante as audiências públicas, sendo que, ainda, alguns municípios sequer se interessaram em receber a consulta.

A visibilidade do Corede deve ser garantida para as comunidades, de modo a permear o tecido social local e consolidar a tomada de decisão.

A ausência de um forte denominador comum, como ocorre nos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica, bem como a região abrigar a capital estadual, talvez esteja ocasionando uma certa apatia na participação propositiva e equitativa. O ano de 2017 poderá, entretanto, alterar este cenário com a inserção dos Coredes na discussão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio Grande do Sul.

Na esteira deste raciocínio, a capilarização nas entidades conselheiras e nas demais representações da sociedade, também, ficam comprometidas. O *feed back* é

insignificante. Evidentemente, o mesmo ocorre na relação entre o Corede MDJ e a RF 1.

Neste cenário, mesmo que demandas em comum sejam percebidas, o alcance para o enfrentamento e consolidação das soluções se reveste de maior complexidade.

Tabela 34 - Novo Idese (Fonte: FEE, 2016)

		Corede Metropolitano Delta do Jacuí	Alvorada	Cachoeirinha	Eldorado do Sul	Glorinha	Gravataí	Guaíba	Porto Alegre	Santo Antônio da Patrulha	Triunfo	Viamão
Idese	2010	0,747271529	0,546012	0,72250178	0,663109	0,730486	0,694396	0,703471	0,799724	0,6644671	0,746209	0,596092
	2011	0,7503073	0,549352	0,73487694	0,669933	0,733056	0,698929	0,705746	0,802184	0,6768896	0,754634	0,602641
	2012	0,756675829	0,55812	0,74173011	0,674912	0,741054	0,70539	0,715619	0,808874	0,6976132	0,75802	0,598369
	2013	0,76282808	0,567625	0,75400828	0,693679	0,747038	0,716311	0,728061	0,813516	0,6864499	0,762893	0,604646

Tabela 35 - Idese (Fonte: FEE, 2013)

Municípios/ Idese	
Alvorada	0,746
Cachoeirinha	0,808
Eldorado do Sul	0,812
Glorinha	0,834
Gravataí	0,801
Guaíba	0,782
Porto Alegre	0,821
Santo Antônio da Patrulha	0,808
Triunfo	0,788
Viamão	0,732
Rio Grande do Sul	0,809

4. MATRIZ FOFA

A análise da matriz de SWOT (ou FOFA pelo seu acrônimo em português) é amplamente aceita por se constituir em ferramenta simples que permite identificar os pontos-chave para alavancar ou defender o alvo do estudo, no caso o Corede MDJ.

Os critérios adotados para a presente análise dos fatores, que integram a matriz, foram os seguintes:

- 1) para estabelecimento da relevância de cada fator, foi calculado o percentual de contribuições advindas das audiências públicas.
- 2) os graus 1, 2 e 3 (baixo, médio e alto – respectivamente, para estabelecimento da classificação (forças e fraquezas) e da probabilidade (oportunidades e ameaças), se baseou no percentual das contribuições, sendo: grau 1 para intervalo 0%- 9%; grau 2 para intervalo 10% -19%; grau 3 acima de 20%.

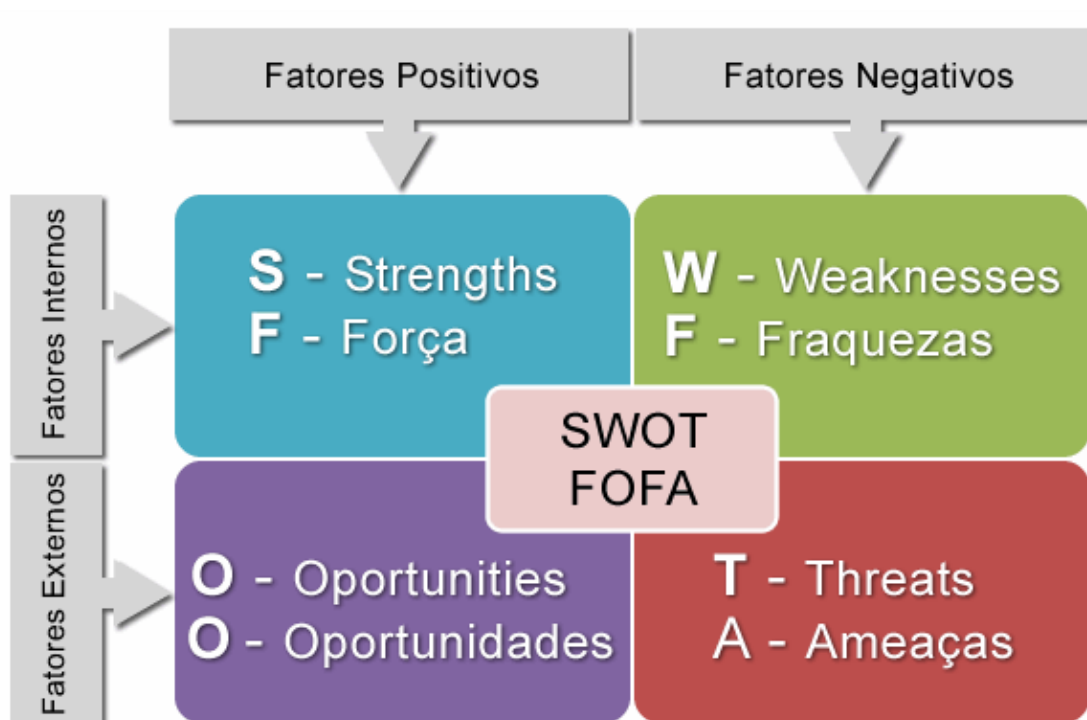


Figura 7 – Matriz FOFA (Fonte: Treasy Planejamento e Consultoria)

4.1 Matriz Fofa: Contribuições por Dimensões

Neste item estão agrupados, por similaridade, as contribuições (p.148) emanadas das comunidades.

Quadro 1 - Contribuições: Dimensão Ambiental

OPORTUNIDADES %	AMEAÇAS %
Ministério Público, fiscalização 2,1 Turismo 10,6 Marketing, tecnologia 23,4 Água 14,89 Energia eólica 4,2 UCs e APPs 25,5 Cuidado com a fauna silvestre 2,1 Resíduos sólidos 14,89 Integração regional 2,1	Poluição 40,6 Desmatamento 11,4 Resíduos com descarte inadequado 11,4 Ilegalidade, criminalidade 3,1 Crescimento populacional, loteamentos irregulares 15,6 Demanda hídrica 2,08 Fluxo veicular 1,04 Código florestal, políticas públicas, legislação, licenciamento 12,5 Impacto e UC 1,04 Aquecimento global 1,04
FORÇAS %	FRAQUEZAS %
Destinação de RSU 14,7 Fiscalização, ONGs 21,3 Recursos hídricos, bacias hidrográficas 31,96 UC e APP /Áreas verdes 26,32 Educação ambiental 0,8 Conselhos 0,8 Acesso 3,27 Área territorial para expansão 0,8	Poluição 67,18 Licenciamento, fiscalização 3,12 Demanda por água 0,78 Desmatamento 2,3 Educação Ambiental, baixa escolaridade 4,68 APP 0,78 Acesso 8,59 Conselho de UC 2,3 Desvalorização do ambiente natural 10,1

Quadro 2 - Contribuições: Dimensão Sociocultural

OPORTUNIDADES %	AMEAÇAS %
<p>Investimento no aproveitamento de espaços para cultura e lazer 21,8</p> <p>Saúde 7,8</p> <p>Construção civil 3,1</p> <p>Marketing / relações com o exterior 20,3</p> <p>Programa de governo 17,18</p> <p>Segurança 1,56</p> <p>Ecoturismo 3,1</p> <p>Infraestrutura para cultura 12,5</p> <p>Shopping 10,9</p> <p>Ciclovia 1,56</p>	<p>Desinteresse da comunidade 4,16</p> <p>Falta de investimentos 16,66</p> <p>Marginalidade, criminalidade alóctone 25</p> <p>LIC e legislação federal 4,16</p> <p>Crise econômica, desemprego 37</p> <p>Falta de planejamento 4,16</p> <p>Competição com a capital 4,16</p>
FORÇAS %	FRAQUEZAS %
<p>Calendário de eventos 10,3</p> <p>Áreas territorial para crescimento 1,58</p> <p>Recursos hídricos 0,79</p> <p>Turismo histórico, hídrico, cultural, gastronômico, ambiental, rural 44</p> <p>Assistencialismo 8,7</p> <p>Universidades 4,76</p> <p>Localização 0,79</p> <p>Esportes 24,6</p> <p>Empresas como fator de melhoria de vida 3,98</p>	<p>Segurança, criminalidade 5,7</p> <p>Políticas para investimento no patrimônio histórico e paisagístico 31,4</p> <p>Infraestrutura (serviços) 51,4</p> <p>Habitação popular, loteamentos, Regularização fundiária 4,28</p> <p>Participação da comunidade 5,7</p> <p>Identidade do município 1,4</p>

Quadro 3 - Contribuições: Dimensão Econômica

OPORTUNIDADES %	AMEAÇAS %
<p>Turismo 1,4 Empresas 21,9 Universidades/qualificação 19 Logística 5,47 Localização 19 Reserva hídrica 1,37 Acesso 1,37 Recurso específico externo 1,37 Nichos desocupados 28,76</p>	<p>Criminalidade 2,2 Baixa qualificação / desemprego 40 Legislação, políticas públicas, licenciamento 8,88 Orizicultura e demanda da água 2,2 Crise do mercado 8,88 Concorrência com mercado externo 13,3 Gestão dos recursos públicos 22,2 Plano de manejo de UC 2,2</p>
FORÇAS %	FRAQUEZAS %
<p>Localização 7,2 Acesso 25,2 Infraestrutura 0,9 Indústria 36 Agropecuária 13,5 Marketing 0,9 Novos empreendimentos 5,4 Comércio e serviços 10,8</p>	<p>Ocupação desordenada/loteamentos 1,7 Falta turismo 1,7 Comércio 11,9 Investimentos ausentes no comércio 5,08 Zona rural pouco explorada 27 Qualificação da mão de obra 18,6 Pavimentação 3,4 Açudes para irrigação são poucos 1,7 Educação Ambiental 28,8</p>

Quadro 4 - Contribuições: Dimensão Institucional

OPORTUNIDADES %	AMEAÇAS %
<p>Infraestrutura 31,4 Mobilidade 22,8 Arranjos (locais, institucionais) 5,7 Localização 14,28 Qualificação 11,4 Cultura/gastronomia 2,8 Logística 5,7 Investimentos 2,8 Nova gestão pública 2,8</p>	<p>Degradação ambiental 4,87 Loteamentos, divisas municipais, moradores de rua alóctones, especulação imobiliária 14,6 Mobilidade 34 Infraestrutura 12,19 Comércio ilícito, segurança 4,8 Falta de investimentos 14,6 Falta de representação política 2,4 Vazios econômicos 2,4 Ingerência do Estado 2,4 Troca de governo e das estratégias 7,3</p>
FORÇAS %	FRAQUEZAS %
<p>Mobilidade / localização 28,57 Logística 10,7 Infraestrutura (serviços) 44 Conselhos 2,38 Cultura 1,19 Qualificação 4,76 Densidade demográfica / área para novas atividades 4,76 Agropecuária 2,38 PROCON (fiscalização) 1,19</p>	<p>Infraestrutura (serviços) 35,6 Falta de investimentos da gestão pública 8 Dificuldade de expansão 1,1 Graduação pouco variada e escola estadual deficiente 3,4 Mobilidade 34,48 Comércio ilícito, criminalidade, segurança, fiscalização 5,7 Morador de rua alóctone/loteamento irregular 3,4 Poluição 5,7 Licenciamento 1,1 Área de lazer deficitárias 1,1</p>

4.2 Matriz Fofa: Análise das dimensões

Quadro 5 - Dimensão Ambiental

DIMENSÃO AMBIENTAL	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Resíduos sólidos (2)	Resíduos com descarte inadequado (2)
	Marketing, tecnologia (3)	Aquecimento global (1)
	Água (2)	Demanda hídrica (1)
	UCs e APPs (3)	Código florestal, políticas públicas, legislação, licenciamento (2)
	Fiscalização / Ministério Público (2)	Illegalidade, criminalidade (1)
	Cuidado com a fauna silvestre (1)	Desmatamento (2)
	Energia eólica (1)	Poluição (3)
	Integração regional (1)	Impacto em UC (1)
		Crescimento populacional, loteamentos irregulares (2)
FORÇAS	Potencialidades	Riscos
Destinação de RSU (2)	Geração de emprego, renda, matriz energética com base nas tecnologias, na gestão dos RSU e vento, com valor ambiental agregado - 2	Degradação das áreas legalmente protegidas, dos recursos hídricos com consequente perda da qualidade de vida pelo acúmulo de resíduos - 2
Fiscalização, ONGs (3)	Fortalecimento da ação integrada dos distintos setores na proteção do ambiente e combate à ilicitude - 3	Políticas públicas com reflexos que reduzem ações de comando e controle, aumentando a impunidade - 3
Recursos hídricos, bacias hidrográficas (3)	Consolidação dos planos de bacia como ferramenta de gestão dos recursos hídricos e ordenamento territorial - 3	Uso das águas conforme planos de bacia comprometidos pela poluição - 3
UC e APP Áreas verdes (3)	Manutenção e ampliação dos ambientes legalmente protegidos, CETAS/CRAS, garantindo um mínimo de conservação da biodiversidade e qualidade de vida - 3	Biodiversidade ameaçada pelos impactos inerentes ao mau uso dos recursos naturais
Educação Ambiental (1)	Uso transversal da E.A. nas políticas públicas - 1	As consequências dos impactos negativos sobre o ambiente ainda são pouco percebidos nas políticas públicas - 2
Conselhos (1)	Integração dos diversos conselhos com a participação setorial, para um olhar regional - 1	Conselhos nem sempre conseguem evitar impactos nas áreas protegidas - 1
Acesso (1)	Manutenção de vias para integração - 1	Acessos clandestinos atuando sobre a vegetação nativa - 2
Área territorial para expansão (1)	Expansão territorial ordenada - 1	Expansão territorial desordenada afetando áreas protegidas

FRAQUEZAS	Desafios	Limitações
Poluição (3)	Implantação de ações e tecnologias inibidoras/mitigadoras da degradação ambiental - 3	Combate eficaz a todas as formas de poluição e degradação ambiental - 3
Desvalorização do ambiente natural (2)	Implementar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais - 3	Políticas públicas descontínuas e mudanças frequentes na legislação promovem insegurança técnica jurídica - 3
Licenciamento, fiscalização (1)	Capacitar e qualificar os órgãos ambientais para o licenciamento e a fiscalização, como fonte de financiamento para as diversas ações - 3	Órgãos ambientais com quadro técnico em número e qualificação para atendimento à demanda
Acesso (1)	Manutenção de vias com sinalização e equipamentos que protejam a biodiversidade - 3	Manutenção de vias que não proporcionem ocupação irregular aumentando os impactos ambientais - 3
Desmatamento, APP (1)	Fortalecer as bases do comando e controle na proteção do ambiente -2	Reconhecer a interdependência entre a degradação ambiental e a qualidade/quantidade dos recursos hídricos - 3
Conselho de UC (1)	Fortalecer a representação e/ou participação setorial nos conselhos - 2	Representações objetivando o bem comum - 2
Demanda por água (1)	Promover a integração regional como estratégia de uso sustentável dos recursos hídricos - 1	Reconhecer a interdependência entre a degradação ambiental e a qualidade/quantidade dos recursos hídricos - 3
Educação Ambiental, baixa escolaridade (1)	Desenvolver metodologia diversificada, buscando a capilarização da E.A. - 1	Comunidade não incorporou a relação de causa e efeito nas alterações do clima -1

Quadro 6 - Dimensão Sociocultural

DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Marketing / relações com o exterior (2)	Crise econômica, desemprego (3)
	Programa de governo (2)	Marginalidade, criminalidade alóctone (3)
	Infraestrutura para cultura (2)	Falta de investimentos (2)
	Shopping (2)	LIC e legislação federal (1)
	Saúde (1)	Desinteresse da comunidade (1)
	Ecoturismo (1)	Falta de planejamento (1)
	Segurança (1)	Competição com a capital (1)
	Construção civil (1)	
	Ciclovias (1)	
FORÇAS	Potencialidades	Riscos
Turismo histórico, hídrico, cultural, gastronômico, ambiental, rural -3	Estruturação de programa e projetos para consolidar e ampliar o turismo nas diversas modalidades oferecidas nos municípios -3	Aumento da criminalidade compromete o aporte de capital empresarial e a atração de turistas - 3

Esportes - 3		
Calendário de eventos - 2		
Assistencialismo - 1	Elaboração de projetos para busca de recursos governamentais que atendam a comunidade de baixa renda - 1	Crise econômica repercute sobre os gastos públicos com assistência à comunidade, reduzindo investimentos em áreas com retorno financeiro - 3
Universidades - 1	Estabelecimento de parcerias com universidade para geração de emprego e renda voltados ao turismo - 1	Cursos ignoram a realidade local, e repetem modelo de municípios com demandas distintas - 1
Área territorial para crescimento - 1	Planejamento da expansão urbana potencializando aspectos Voltados ao turismo - 1	A falta de planejamento e investimentos pressiona o uso insustentável dos recursos hídricos e afeta as bases de geração de emprego e renda, aumentando a marginalidade e reduzindo o turismo, com vantagem para a capital - 3
Empresas como fator de melhoria de vida - 1	Atração de empresas como complementaridade e interface com os atrativos municipais e logística - 1	
Recursos hídricos -1		
Localização -1		
FRAQUEZAS	Desafios	Limitações
Infraestrutura /serviços (3)	Priorização de investimentos na infraestrutura e elaboração de projetos governamentais, visando garantir as bases da economia local - 3	Crise econômica e legislação impedindo a alavancagem da economia local - 3
Políticas para investimento no patrimônio histórico e paisagístico (3)	Novo olhar sobre os aspectos históricos e paisagísticos como fator de atração de investimentos - 3	
Segurança, criminalidade (1)	Políticas para a redução da vulnerabilidade social e habitacional - 1	Disponibilidade de recursos para investimentos na melhoria da segurança pública e nos programas habitacionais - 3
Habitação popular, loteamentos, regularização fundiária (1)		
Participação da comunidade (1)	Capacitação e campanhas de valorização de base comunitária - 1	Participação social como impedimento do crescimento da economia local - 1
Identidade do município (1)		

Quadro 7 - Dimensão Econômica

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Nichos desocupados (3)	Gestão dos recursos públicos (3)
Empresas (3)	Legislação, políticas públicas, licenciamento (1)
Universidades/qualificação (2)	Baixa qualificação / desemprego (3)

DIMENSÃO ECONÔMICA	Localização (2)	Criminalidade (1)
	Logística (1)	Concorrência com mercado externo (2)
	Turismo (1)	Crise do mercado (1)
	Reserva hídrica (1)	Orizicultura e demanda da água (1)
	Acesso (1)	Plano de manejo de UC (1)
	Recurso específico externo (1)	
FORÇAS	Potencialidades	Riscos
Acesso (3)	Elaboração de projetos para fundos especiais e parcerias com as universidades / setores da comunidade com aproveitamento das características locais para atrair/consolidar/ampliar investimentos e novos empreendimentos - 3	Ausência de planejamento de médio e longo prazos nas políticas públicas aliada à inconstância da legislação, podem levar ao aumento do desemprego/criminalidade, à migração de recursos para a concorrência e ao colapso da infraestrutura - 3
Indústria (2)		
Comércio e serviços (2)		
Localização (1)		
Infraestrutura (1)		
Novos empreendimentos (1)		
Agropecuária (2)	Implementação do C.A.R. - 3	Uso insustentável e clandestino dos recursos hídricos reduz ganhos no setor rural e impacta o abastecimento de água urbana com perda de serviço ambiental - 3
Marketing (1)	Campanhas de incentivo ao consumo local com fortalecimento da economia municipal e melhoria da qualidade de vida - 1	A atração de investimentos limitada pela divulgação insuficiente ou ausente da logística municipal, entre outros aspectos desejáveis ao empreendedor - 1
FRAQUEZAS	Desafios	Limitações
Zona rural pouco explorada (3)	Políticas e programas intersetoriais e intergovernamentais, com implementação efetiva do C.A.R. - 3	Implementação do C.A.R. e licenciamento municipal com equipe qualificada - 3
Número reduzido de açudes para irrigação (1)		
Ocupação desordenada/loteamentos (1)	O licenciamento ambiental qualificado como meio de obter recursos financeiros para fiscalização (outra fonte de recursos) que supra a demanda,	Recursos financeiros para montar e/ou manter equipe de licenciamento e fiscalização na linha do tempo -

	bem como para a habitação popular - 3	
Falta turismo (1)	Valorização das características locais pela comunidade na promoção de empreendimentos e atividades - 2	Falta de diagnóstico e planejamento para potencializar as várias modalidades de turismo (rural, empresarial, ecológico etc.) - 3
Educação Ambiental (3)	Ação intersetorial com capilaridade na comunidade -1	Metodologia e informações não atingem os atores de mudança - 1
Qualificação da mão de obra (2)	Diversificação no ensino técnico e superior visando preencher nichos emergentes e qualificar as vagas do mercado atual - 3	Estagnação do cenário econômico interno/extremo - 3
Comércio (2)		
Investimentos ausentes no comércio (1)		

Quadro 8 - Dimensão Institucional

DIMENSÃO INSTITUCIONAL	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	Qualificação (2)	Falta de investimentos (2)
	Localização (2)	Degradação ambiental (1)
	Mobilidade (3)	Mobilidade (2)
	Arranjos institucionais (1)	Vazios econômicos (1)
	Infraestrutura (3)	Troca de governo e das estratégias (1)
	Investimentos (1)	Loteamentos, divisas municipais, moradores de rua alóctones, especulação imobiliária (2)
	Cultura/gastronomia (1)	Comércio ilícito, segurança (1)
	Logística (1)	Falta de representação política (1)
	Nova gestão pública (1)	Ingerência do Estado (1)
		Infraestrutura (2)
FORÇAS	Potencialidades	Riscos
Mobilidade / localização (3)	Viabilização das parcerias público-privadas	Rodovias estaduais/federais cruzando o município são impeditivas para uma boa gestão territorial
Logística (2)	- 3	- 3
Infraestrutura /serviços (3)		
Conselhos (1)	Renovação em vagas nos conselhos possibilita a inserção de novas representações com voto, além do direito de voz da	Ausência da percepção do viés político dos diversos conselhos reduz a participação institucional na tomada de

	livre participação	decisões que envolvem o município/região - 2
Cultura (1)	Expansão das relações interinstitucionais ensejando novos arranjos para promoção dos aspectos culturais	Enfraquecimento de ações de proteção ao patrimônio cultural
Qualificação (1)	Buscar parcerias em áreas específicas para ampliar a capacitação/qualificação profissional	Vazios econômicos impedem ampliação e distribuição equitativa de bens e serviços
Densidade demográfica / área para novas atividades (1)		
Agropecuária (1)	Fomento às articulações setoriais para integração das atividades com as características municipais	Isolamento do setor sem construção de mercados
PROCON /fiscalização (1)	Confiança da comunidade pelo atendimento prestado auxilia na redução da impunidade	Trocas de estratégias públicas a cada eleição fragilizam atuação institucional
FRAQUEZAS	Desafios	Limitações
Infraestrutura /serviços (3)		
Morador de rua alóctone/loteamento irregular (1)	Formalização de grupos de discussão intersetoriais sobre	Recursos financeiros/ investimentos / inconstância das políticas públicas - 3
Comércio ilícito, criminalidade, segurança, fiscalização (1)	políticas de redução das vulnerabilidades - 3	
Falta de investimentos da gestão pública (1)		
Mobilidade (3)		
Graduação pouco variada e escola estadual deficiente (1)	Investimentos externos e parcerias público-privadas - 1	Deficiências no ensino técnico e profissional ameaçam o retorno à comunidade - 2
Áreas de lazer deficitárias (1)		
Dificuldade de expansão (1)	Planejamento territorial efetivamente participativo - 2	Aglomerados X vazios territoriais geram desorganização estrutural - 3
Poluição (1)	Priorização dos novos gestores públicos pela qualificação e diversificação do corpo técnico licenciador e da fiscalização	Recrudescimento das ilegalidades e irregularidades sem o aporte de investimentos e qualificação da estrutura administrativa pública - 3
Licenciamento (1)	- 3	- 3

4.3 Matriz regional e diretrizes do planejamento estratégico

A matriz regional (Quadro 9) sintetiza as prioridades das matrizes por dimensões ambiental, sociocultural, institucional e econômica (Quadros 5 a 8), de modo a estabelecer diretrizes para o Corede MDJ.

Quadro 9 - Matriz FOFA: Regional

MATRIZ REGIONAL		OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
		Planos de Bacia, Planos Diretores, áreas protegidas, fauna silvestre	Degradação ambiental, mudança climática, poluição
		Fiscalização e licenciamento ambiental, MP, ONGs	Licenciamento e fiscalização ambiental, ilegalidades /ilícitudes
		Mercado para turismo diversificado	Crise econômica, desemprego
		Arranjos institucionais	Políticas públicas e estratégias descontínuas
		Mobilidade	Mobilidade X ingerência, divisa
		Marketing	Mercado competitivo(externo e capital)
		Cursos de qualificação diversificados; E.A.	Legislação
		Nichos inexplorados, tecnologia	Vazios econômicos
FORÇAS	Potencialidades	Riscos	
Abundância em Recursos Hídricos, Áreas protegidas, belezas naturais	Efetivar os Planos de Bacia, Planos de Manejo e Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica; criação de CETAS/CRAS regional, Implementar políticas de Pagamento por Serviços Ambientais	Agravamento das mudanças climáticas pela degradação ambiental, numa espiral de consequências nocivas à biodiversidade e à qualidade de vida	
Agropecuária	Implementação do C.A.R. e formação de cadeia produtiva aliada ao turismo (rural, gastronômico, ambiental)	Uso insustentável e clandestino dos recursos hídricos reduz ganhos no setor rural e impacta o abastecimento de água urbana com perda de serviço ambiental	
Logística e localização geográfica	Incremento e qualificação do transporte rodoviário e hidroviário	Acessos clandestinos propiciando expansão urbana desordenada e degradação ambiental	
Serviços públicos/infraestrutura	Capacitar e qualificar os órgãos públicos, como fonte de financiamento para as diversas ações e melhorias, via taxas públicas	Crise econômica repercute sobre os gastos públicos de atendimento à comunidade, reduzindo investimentos em áreas com retorno financeiro	
Diversificação para o turismo	Estruturação de programa e projetos para consolidar e ampliar o turismo nas diversas modalidades oferecidas nos municípios	A desvalorização do patrimônio ambiental e sociocultural transfere para outras regiões o retorno financeiro	
E.A.	Utilizar metodologia diversificada, buscando a capilarização da E.A.	Comunidades não incorporaram a relação de causa e efeito nas alterações do clima	
Universidades	Estabelecimento de parcerias com universidade, para diversificação de cursos potencialmente geradores de emprego e renda	Cursos ignoram a realidade local, e repetem modelo de municípios com demandas distintas	

Empresas (indústria, comércio e serviços)	Atração de empresas como complementaridade e interface com os atrativos municipais e logística	Instabilidade econômica afetando as relações interinstitucionais e políticas governamentais, como vetor de pressão sobre o ambiente natural
Conselhos	Integração das representações setoriais em distintos conselhos com olhar regional	Conselhos com representação inexpressiva
FRAQUEZAS	Desafios	Limitações
Poluição, degradação ambiental, licenciamento e fiscalização	Planejamento urbano, E.A., ampliação da fiscalização e	Cumprimento da legislação, órgãos ambientais sem quadro técnico qualificado ou em número suficiente à demanda;
Loteamentos irregulares, habitação popular, invasões, captações clandestinas de água	integração entre os atores da segurança pública	Crise econômica e legislação vistas como impedimento à alavancagem da economia
Baixa escolaridade e qualificação da mão-de-obra, graduação pouco diversificada, E.A. inadequada	Diversificação de cursos de graduação, técnico e profissionalizante; Investimentos nas cadeias produtivas, capacitação e qualificação permanentes; parcerias/convênios com ONGs	Cursos caros ou sem apelo regional; ausência de ONGs
Políticas para patrimônio histórico e paisagístico	Elaboração de projetos em fundos específicos ou editais públicos; parcerias público-privadas	Crise econômica e instabilidade política
Participação da comunidade	Promover a formação de lideranças regionais.	Desinteresse das comunidades
Representatividade política		
Zona rural pouco explorada	Estimular a formação de cadeias produtivas com valor socioambiental agregado, aliado ao potencial turístico	Programas/projetos de integração setorial e investimentos
Turismo pouco explorado		
Infraestrutura/serviços públicos/investimentos	Potencializar as ligações intramunicipais, principalmente para destinação de RSU, CETAS/CRAS, cemitérios, gestão de corredores de biodiversidade, turismo	Capacidade de estabelecimento de consórcio regional
Criminalidade, marginalidade	Formalização de grupos de discussão intersetoriais da região para políticas de redução das vulnerabilidades sociais	Recursos financeiros/investimentos

O resultado das audiências públicas no Corede MDJ (Quadro 9) corrobora com o apontado pelo Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em 2014.¹¹⁴

As propostas estratégicas 2015-2018¹¹⁴ para a dimensão ambiental, apontavam uma incompleta implementação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, da Política de Gestão das Águas e seu respectivo Sistema Estadual de Recursos Hídricos, bem como do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos. Neste interim, ocorreu o abandono do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA-RS), decorrente da publicação da Lei Complementar 140/2011 - o que possivelmente refletiu na gestão ambiental dos municípios. Neste cenário, o licenciamento ambiental é a grande tônica no que tange aos fatores da matriz FOFA. Se mostrou uma significativa relação entre as Unidades de Conservação / proteção da biodiversidade e o desenvolvimento regional, em suas diversas facetas (demanda hídrica, geração de emprego e renda, conflitos de uso/ocupação, participação social nos processos decisórios etc.). Portanto, as demandas do Fórum, em 2014, permanecem atuais para o Corede MDJ e se relacionam com a meta número sete, das oito metas do milênio.

A dimensão sociocultural foca a educação como processo para a qualificação profissional, via diversificação dos cursos, de modo a gerar emprego e renda, como forma de contornar a crise econômica e atrair empresas. O turismo é destacado como instrumento de alavancagem. Há preocupação com o limitado engajamento comunitário e sua repercussão na desvalorização da identidade local. Esta avaliação se constitui em um norte para o atingimento de prioridades regionais, elencadas pelo Corede MDJ, em 2014¹¹⁴, tais como (1) o projeto Porto Alegre Tecnópolis, (2) ampliação das escolas técnicas e (3) políticas de fomento e incentivo para adensamento dos arranjos produtivos locais e apoio à implantação de uma Economia Popular Solidária.

¹¹⁴ Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. 2014. **Pró-RS V: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul.** COREDES – Lageado: Editora da Univates. 160p.

Segurança e habitação ocuparam um plano secundário, talvez pela suposição de que o fortalecimento da economia possa reduzir as causas da criminalidade e da falta de moradia regularizada.

Os nichos vazios, identificados como oportunidades para a economia regional, reforçam a necessidade da diversificação na qualificação do ensino e na valorização dos aspectos e produtos locais. A agropecuária é lembrada na dimensão econômica, seja pela inerente demanda pelos recursos hídricos até a sua participação no mercado externo.

A dimensão institucional abarcou as contribuições constantes nas demais, além de constatar lacuna na infraestrutura e a falta de investimentos e de projetos/programas pelo setor público.

O cenário regional, frente à crise econômica, aponta para uma interface que elege a localização, a logística, a mobilidade e os recursos naturais como atrativos para o desenvolvimento sustentável, mas que carece de fortalecimento na educação diversificada e de investimentos públicos para atender e gerar oportunidades mercadológicas, além dos inerentes serviços básicos.

5. ESTRATÉGIAS REGIONAIS

A matriz SWOT, conclusa ao final do produto II, balizou as diretrizes propostas, as quais também estão dispostas nas cinco dimensões, e originaram as estratégias básicas para formatação da carteira de projetos regionais.

Dimensão ambiental

- Pesquisar e estimular o uso de procedimentos adequados dos recursos naturais, proteção à fauna, controle de cargas poluidoras, bem como ampliação dos serviços de esgotos, redução e melhor utilização dos resíduos sólidos por meio de coleta seletiva;
- Implantar as propostas dos planos de Bacias Hidrográficas na área de abrangência de seus municípios, qualificando os recursos hídricos, promovendo a geração de negócios ambientalmente sustentáveis, assim como desenvolver instrumentos de planejamento de gestão de recursos hídricos (enquadramento, licenciamento, cadastro, implantação de sistema gerencial, articulação com outros planos de bacia etc.);
- Promover o monitoramento hidrológico e de qualidade das águas (monitoramento pluviométrico, fluviométrico, de sedimentos, de qualidade de águas superficiais e subterrâneas, e efetuar o cadastramento de poços);
- Realizar ações de proteção e redução dos impactos de cheias (estudo de cheias e propostas de ações, efeito da implantação de diques e articulação com o sistema de alerta de cheias, monitoramento dos processos erosivos e de assoreamento, bem como a regularização de várzeas).

Dimensão econômica

- Estimular a diversificação e o crescimento dos diversos setores da economia, incentivando as micros e pequenas empresas, o empreendedorismo e o desenvolvimento do turismo, bem como forte ação na capacitação do trabalhador e dos gestores;
- Proceder à implementação de políticas de inovação e atratividade empresarial, com vantagens competitivas e desenvolvimento tecnológico, bem como manter iniciativas

de avanço nos diversos setores da economia, desenvolvendo negócios inovadores - via ampliação de polos tecnológicos, bem como a criação de APLs, Redes de Cooperação, atividades do NEPI e demais ações voltadas aos setores da economia;

- Atuar na ampliação da geração de alimentos com base no agronegócio para abastecimento da RF1, com a diversificação e fortalecimento da produção (carne, grãos, ampliação da produção orgânica e da agricultura familiar e expansão da agroindústria no meio rural).

Dimensão infraestrutura e gestão pública

- Fortalecer a logística do sistema multimodal de transporte de passageiros e cargas, bem como potencializar estruturas atrativas/receptivas de novos negócios e ampliar a área de cobertura da telefonia móvel e internet;
- Promover a multimodalidade de transporte (hidroviário) para escoamento da produção e logística de mercadorias para o Estado, com utilização do modal hidroviário para cargas e a sinalização da hidrovía, interligando rio Jacuí/Porto Alegre - via Lagoa dos Patos ao Porto de Rio Grande.

Dimensão institucional

- Acionar a integração do Corede com a sociedade civil organizada e as políticas públicas, buscando a melhoria da prestação dos serviços, a melhor utilização dos recursos públicos e a plena inclusão social;
- Ampliar e qualificar o acesso na prevenção e promoção da saúde, bem como na área educacional, e modernizar os mecanismos de segurança à sociedade e ao patrimônio;
- Qualificação do transporte via modal rodoviário, com a construção da ponte da integração pelo rio Jacuí, a nova de acesso à Capital e a Interligação por via asfáltica dos municípios da região, com estradas de qualidade, sinalizadas e com constante manutenção.

Dimensão social e cultural

- Expandir as políticas, visando uma maior inserção na área da cultura, esporte, lazer e demais direitos sociais, especialmente com atenção ao idoso e portadores de necessidades especiais, como o fortalecimento das atividades da assistência social;
- Ampliar as relações interinstitucionais e de parcerias público-privadas nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER e integrantes do Sistema S, com atuação ampliada junto às comunidades, bem como ampliar a ação e geração de políticas públicas na região através dos diversos programas do Estado e da União).

6. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS (VISÃO, VOCAÇÃO E VALORES)

Diante da confecção do planejamento estratégico, se oportunizou ao Corede MDJ a revisão e realinhamento de seus referenciais estratégicos - consolidados com a comunidade durante os encontros realizados e dispostos abaixo.

VISÃO: Ser um referencial nos padrões de educação, cultura, saúde e serviços com qualidade, tendo forte articulação social, política e econômica e mantendo a condição de ser uma das regiões mais competitivas do Estado até 2030.

VOCAÇÃO: A Região Metropolitana Delta do Jacuí destaca-se na área de prestação de serviços, pela produção, transformação e processamento industrial de bens, obtendo a maior participação do PIB gerado na Região Funcional 1, bem como atua na consolidação do turismo regional.

VALORES: O conjunto de valores representam as convicções dominantes e as crenças vigentes que possibilitam a unidade e coerência, sendo expostos na prática profissional, responsabilidade pública e ambiental, busca da sustentabilidade, solidariedade e valorização do patrimônio cultural.

7. CARTEIRA DE PROJETOS

De acordo com o planejado, ocorreram reuniões específicas, distribuição de questionário e contribuições diretas para formatação da proposta deste planejamento estratégico, levando em consideração as necessidades e interesses regionais que, somados, ampliam as propostas.

Durante o processo, a equipe técnica, conveniada entre a SEPLAN e o Fórum dos Coredes e com atuação participativa junto ao Corede MDJ, recebeu, armazenou e tabulou o conjunto de informações e realizou a edição da carteira de projetos, dividindo os mesmos nas dimensões ligadas às diretrizes e, por conseguinte, às estratégias regionais. Também proveu a sua hierarquização, utilizando a ferramenta de gestão GUT (Gravidade X Urgência X Tendência), a qual considera diversas variáveis e permite atribuir um posicionamento.

7.1 Listagem dos projetos ligados as diretrizes por suas dimensões e postados em ordem hierarquizada

Os projetos previstos para o PED do Corede MDJ (que estão listados e interligados às diretrizes que originaram as estratégias de cada uma das cinco dimensões e a hierarquia dos mesmos), resultam da pontuação atribuída, sendo que para esta foi utilizada pela equipe técnica juntamente com a representação do Corede a ferramenta de gestão denominada GUT (Gravidade X Urgência X Tendência).

Ambiental

- 1 - Proteção e redução dos impactos de cheias na área das bacias hidrográficas do Corede MDJ. R\$ 2.000.000,00, (GUT – $4 \times 4 \times 5 = 80$);
- 2 - Coleta seletiva de lixo em todos os municípios da região. R\$ 4.500.000,00, (GUT – $5 \times 4 \times 3 = 60$);
- 3 – Conservação ambiental no âmbito das bacias hidrográficas do Jacuí, Caí, Sinos e Guaíba. R\$ 3.000.000,00, (GUT – $3 \times 4 \times 3 = 36$);

- 4 – Reduzir volume de cargas poluidoras nos corpos hídricos. R\$ 5.000.000,00, (GUT – $3 \times 3 \times 3 = 27$);
- 5 – Sinalização da hidrovia do Jacuí/Guaíba/Lagoa dos Patos e de áreas de preservação. R\$ 4.000.000,00, (GUT – $3 \times 3 \times 3 = 27$);
- 6 – Programa de educação ambiental aplicada a recursos hídricos. R\$ 300.000,00, (GUT – $4 \times 3 \times 2 = 24$);
- 7 – Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS)/Centro de Recuperação de Animais Silvestres (CRAS). R\$ 990.000,00, (GUT – $3 \times 2 \times 2 = 12$);
- 8 – Capacitação para representatividade socioambiental. R\$ 300.000,00 (GUT – $2 \times 2 \times 3 = 12$);

Econômica

- 9 – Polo de modernização e inovação tecnológica e programa de incubadoras. R\$ 4.000.000,00, (GUT – $5 \times 5 \times 4 = 100$);
- 10 – Fortalecimento da agricultura familiar. R\$ 15.000.000,00, (GUT – $5 \times 4 \times 5 = 100$);
- 11 – Programa de Arranjos Produtivos Locais - APLs. R\$ 2.000.000,00, (GUT – $4 \times 5 \times 5 = 100$);
- 12 – Programa integrado de Redes de Cooperação. R\$ 2.500.000,00, (GUT – $4 \times 5 \times 4 = 80$);
- 13 – Cursos para capacitação dos trabalhadores. R\$ 8.000.000,00, (GUT – $4 \times 5 \times 5 = 80$);
- 14 – Atividade de turismo. R\$ 3.000.000,00, (GUT – $4 \times 4 \times 4 = 64$);
- 15 – Cadeia produtiva da pecuária de corte. R\$ 500.000,00, (GUT – $5 \times 4 \times 3 = 60$);
- 16 – Atividades do NEPI - Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação. R\$ 3.000.000,00, (GUT – $3 \times 4 \times 5 = 60$);
- 17 – Programa da agroindústria familiar. R\$ 7.000.000,00, (GUT – $3 \times 4 \times 4 = 48$);
- 18 – Programa de patrulhas agrícolas mecanizadas. R\$ 30.000.000,00, (GUT – $4 \times 3 \times 3 = 36$);
- 19 – Intercâmbio técnico de profissionais europeus para processos e tecnologias industriais na região. R\$ 2.000.000,00, (GUT – $2 \times 4 \times 3 = 24$);

Infraestrutura e gestão pública

- 20 – Nova Ponte da entrada da Capital do RS. R\$ 70.000.000,00, (GUT – $5 \times 5 \times 4 = 100$);

- 21 – Ligações asfálticas entre os municípios da região. R\$ 402.000.0000,00, (GUT – (5X4X5=100));
- 22 – Estradas vicinais de interligação dos municípios da região e as rodovias estadual e federal. R\$ 96.080.000,00, (GUT – 4X5X5=100);
- 23 – Estudar opções de geração de energia (eólica, solar, hídrica, biomassa e térmica. R\$ 2.500.000,00, (GUT – 4X4X5=80);
- 24 – Expansão do transporte hidroviário de pessoas na região via Catamarã. R\$ 10.000.000,00, (GUT – 4X4X4=64);
- 25 – Ampliação do acesso à telefonia móvel e internet no meio urbano e rural. R\$ 5.000.000,00, (GUT – 5X4X3=60);
- 26 – Estruturação de áreas industriais receptivas. R\$ 10.000.000,00, (GUT – 4X5X3=60);
- 27 – Manutenção da hidrovía rio Jacuí/Guaíba/Lagoa dos Patos. R\$ 2.500.000,00, (GUT – 3X4X5=60);
- 28 – Melhoria e modernização de áreas públicas. R\$ 400.000,00, (GUT – 4X3X4 = 48);
- 29 – Ponte da integração regional da RF1 pelo rio Jacuí. R\$ 67.000.000,00, (GUT – 3X3X4 = 36);
- 30 – Expansão e modernização do aeroporto Salgado Filho. R\$ 60.000.000,00, (GUT – 3X3X4=36);

Institucional

- 31 – Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde. R\$ 21.000.000,00, (GUT – 5X5X5=125);
- 32 – Modernização da segurança pública. R\$ 100.000.000,00, (GUT – 5X5X4=100);
- 33 – Sistema de saneamento nos municípios. R\$ 500.000.000,00, (GUT – 5X5X4=100);
- 34 – Programa habitacional a famílias em forte estado de vulnerabilidade. R\$ 80.000.000,00, (GUT – 4X5X5=100);
- 35 – Equipamentos e veículos para as unidades básicas de saúde nos municípios. R\$ 50.000.000,00, (GUT – 4X4X5=80);
- 36 – Apoio as famílias em situação de extrema pobreza. R\$ 20.000.000,00, (GUT – 5X4X3=60);

37 – Promover a cultura do cooperativismo na região. R\$ 2.000.000,00, (GUT – 4X3X4=48);

38 – Observatório do desenvolvimento do Corede MDJ e da RF1. R\$ 100.000,00, (GUT – 3X3X3=27);

39 – Organizar programa de integração Corede e COMUDEs. R\$ 50.000,00, (GUT – 4X3X2=24);

Social e cultural

40 – Programas da área da Assistência social. R\$ 90.000.000,00, (GUT – 5X4X4=80);

41 – Adequação física e patrimonial das escolas públicas. R\$ 45.000.000,00, (GUT – 4X4X4=64);

42 – Apoio à cultura. R\$ 50.000.000,00, (GUT – 4X3X5=60);

43 – Formação da Defesa Civil integrada na região e na RF1 regional. R\$ 2.000.000,00, (GUT – 3X4X4=48);

44 – Melhor Idade - Ambiente de convivência para idosos. R\$ 20.000.000,00, (GUT – 3X3X4=36);

45 – Programa de ciclovias na região. R\$ 30.000.000,00, (GUT - 3X3X3=27);

46 – Prevenção social à violência. R\$ 4.000.000,00, (GUT – 3X3X3=27);

47 – Programa de redução do consumo de entorpecentes. R\$ 2.500.000,00 (GUT – 3X4X2=24);

48 – Consolidação e expansão do campus Central da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). R\$ 24.000.000,00 (GUT – 3X4X2=24).

7.2 Carteira de projetos ligadas as diretrizes por suas dimensões

As propostas que compõem a carteira de projetos do Corede MDJ estão elencadas dentro das cinco dimensões ligadas às suas diretrizes e estratégias e também seguem o modelo de formatação apresentado pela direção da SEPLAN durante oficina preparatória deste PED.

7.2.1 Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Ambiental

As propostas que compõem a carteira de projetos do Corede MDJ, estão elencadas dentro das cinco dimensões ligadas as suas diretrizes e estratégias e também seguem o modelo de formatação apresentado pela direção da SEPLAN durante oficina preparatória a este PED.

Projeto 1

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROTEÇÃO E REDUÇÃO DOS IMPACTOS DE CHEIAS NA ÁREA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NO COREDE MDJ
Localização: RF1 e áreas do Corede MDJ e suas bacias hidrográficas.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: DRH/SEMA
Escopo: Aprofundar estudos para melhor conhecer os eventos que ocorrem no âmbito das bacias hidrográficas ligadas a área do Corede MDJ e RF1, bem como as possíveis soluções a serem adotadas para a diminuição de danos em áreas sujeitas as cheias.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover estudo e ações que possam impactar de modo favorável a população e as cidades durante as ocorrências de cheias nas bacias hidrográficas.
Justificativa: Os alagamentos, enxurradas, inundações e outras situações críticas que assolam as áreas urbanas e que ocorrem no âmbito das bacias hidrográficas, sendo que estas cheias provocam danos sociais e econômicos a população com forte impacto na infraestrutura, assim, em razão destes eventos e dos danos associados a eles é necessário que existam estratégias para prevenir maiores prejuízos no âmbito das bacias hidrográficas.
Beneficiários: A população em área de risco de cheias.
Resultados pretendidos: A médio prazo pesquisar, conhecer e mapear as áreas e a longo prazo a articulação de um eficiente sistema de alerta de cheias.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudar e avaliar o histórico de cheias no âmbito das bacias hidrográficas e propostas de ações.
Meta: Prover estudo no âmbito da bacia, nos municípios mais impactados historicamente em termos de áreas sujeitas a inundações graduais (extravasamento de cursos da água de forma gradativa, enchentes e inundações) para busca de soluções com embasamento em estudos técnicos que indiquem medidas estruturantes para amenizar efeitos das cheias.
Prazo: 48 meses.

Produto 2: Sistemas de alerta de cheias.			
Meta: Efetivado os estudos proceder a capacitação de pessoas para ações voltadas a esta área inclusa a defesa civil de cada município com vistas a prevenção e minimização dos impactos ocasionados por inundações como forma de planejamento preventivo.			
Prazo: 120 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
ANA, MMA, MCidades, Comitês de bacias hidrográficas, SOP/RS, SEAPI/RS, FRH/RS, Defesa civil Prefeituras Municipais, usuários da água, Corede e IES.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não (salvo casos particulares).			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.			
Fontes de recursos: União, Estado e Municípios e IES.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Com manutenção de atividades, material de consumo no valor de R\$ 2.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 800.000,00			
Produto 2: R\$ 1.200.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de até 120 meses, tendo os estudos das cheias do produto 1 que apresenta prazo mais curto, porém, deve ser revisto em períodos determinados dentro da vigência do plano.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROTEÇÃO E REDUÇÃO DOS IMPACTOS DE CHEIAS NA ÁREA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS NO COREDE MDJ	Estudar e avaliar o histórico de cheias no âmbito das bacias hidrográficas e propostas de ações	Mês 1	Mês 48
	Sistemas de alerta de cheias	Mês 12	Mês 120

Projeto 2

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: COLETA SELETIVA DE LIXO EM TODOS OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.500.000,00.
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais.
Escopo: Realizar a coleta seletiva do lixo nas 10 cidades da região e organizar a utilização e destinação do lixo.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estudar modelos e implantar nos municípios que ainda não possuem uma coleta seletiva e ampliar a ação nos que já são atuantes.
<p>Justificativa: A maioria dos habitantes das cidades consideram resolvidos o seu problema com o lixo doméstico quando o mesmo é posto na frente das casas em lixeiras, porém, o grande volume gerado tem acarretado despesas para transbordo do mesmo e em muitos municípios ainda não existe a coleta seletiva nem a destinação correta do mesmo, com a geração de resultado econômico pela separação e comercialização do mesmo, muitos modelos já foram testados e cabe uma melhor adequação quanto a este tema da área ambiental e de educação para as pessoas. A demanda de lixo e resíduos da região aumenta a cada ano, causando transtornos a população, estes transtornos estão relacionados a poluição, pois a grande quantidade de lixo nas ruas e a carência de uma coleta seletiva eficiente são fatores que colaboram para que esse fenômeno se agrave. Este cenário relacionado ao lixo e resíduos também são responsáveis pela proliferação de vetores de doenças, pois com o acúmulo acabam sendo transportados pelas águas da chuva causando transtornos e elevando o risco de doenças. Hoje o cenário do lixo e resíduos na região implica em altos custos, pois a concentração de destino desse tipo de resíduo em boa parte é no município de Minas do Leão, neste sentido implica em um custo de transporte e para o meio ambiente, assim como, sobre carrega a usina da região. Este aspecto também implica no desperdício de recicláveis que podem auxiliar na geração de renda e emprego de famílias de catadores se geridas e implantadas as políticas adequadas de manejo e reciclagem do lixo.</p> <p>Cabe destacar que segundo a norma da ABNT, NBR 10.004:2004, resíduos sólidos são aqueles que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Os resíduos apresentam uma ampla diversidade e complexidade, sendo que suas características físicas, químicas e biológicas variam de acordo com a fonte geradora. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos classifica os resíduos de acordo com o local ou atividade de sua geração. Neste Projeto serão considerados os grupos de resíduos de maior expressão no contexto da área de estudo: Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Resíduos Industriais (RI), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), Resíduos da Construção Civil (RCC) e Pneus Inservíveis.</p> <p>Resíduos Domésticos (RSU)</p> <p>O Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos 2014 apresenta informações de 322 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, ou seja, 65% do total. Desse montante, encontra-se apenas 02 (dois) municípios que dizem enviar</p>

resíduos para lixão, o de Uruguaiana/RS e de Coronel Barros/RS. Há também 70 municípios que enviam para aterro controlado. De todo jeito, na pior das hipóteses, computa-se pelo menos 250 municípios que destinam seus resíduos de forma adequada, em aterros sanitários, o que representa 50% do total do Estado. (SNIS, 2016). Segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014 realizado pela ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, os municípios da região Sul do Brasil aplicam, em média, R\$ 7,81 por habitante para a realização de todos os serviços relacionados à limpeza urbana, isso inclui a coleta, transporte, transbordo e disposição final de RSU.

Resíduos Industriais (RI)

Os resíduos sólidos industriais são originados nas atividades dos diversos ramos industriais apresentando grande variabilidade. Podem ser representados por plásticos, metais, borrachas, madeira, papel, têxtil, fibras, cinzas, lodos, óleos, resíduos alcalinos/ácidos, vidros, cerâmicas, etc. De acordo com a norma ANBT NBR 10.004, são duas as classes de resíduos: os de classe I – Perigosos, e os de classe II – Não perigosos. Esta última classe, por sua vez, se subdivide em mais duas: os resíduos classe II A – Não-inertes e os resíduos classe II B – Inertes. Os resíduos de classe I são considerados perigosos quando apresentam uma ou mais das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

Os resíduos de serviços de saúde (RSS) são provenientes de ações de hospitais, drogarias, consultórios médicos e odontológicos, laboratórios de análises clínicas, dentre outros estabelecimentos que prestam serviços semelhantes a estes.

Representam uma fonte de riscos à saúde humana e também ao meio ambiente, devido principalmente à falta de adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo das diferentes frações sólidas e líquidas geradas, como materiais biológicos contaminados e objetos perfurocortantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inflamáveis e radioativas. No Rio Grande do Sul, estima-se que em 2014 foram produzidos 15.228 toneladas de Resíduos de Serviços da Saúde, segundo dados obtidos no SNIS e que seja gasto aproximadamente R\$ 2.088,00 por tonelada para a destinação de RSS.

Conforme o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014 realizado pela ABRELPE, 10.920 toneladas de RSS são esterilizados por autoclave e posteriormente dispostos em valas para aterro e 3.588 toneladas são incineradas, sem aproveitamento energético.

Segundo o SNIS, há três usinas de incineração no Rio Grande do Sul, localizadas em Caxias do Sul, Tapejara e Marau.

Resíduos da Construção Civil (RCC)

Segundo a Resolução 307/2002 do CONAMA, os resíduos da construção civil são classificados de acordo com as seguintes classes:

Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem; b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.), argamassa e concreto; c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

O Art. 10 da Resolução 307 do CONAMA indica que os RCC de Classe A devem ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados. Em último caso, podem ser encaminhados para áreas de aterro de resíduos da construção civil.

Resíduos Pneumáticos

Os pneus são classificados como Resíduos Pneumáticos e são difíceis de serem eliminados, pois sua estrutura é rígida e são manufaturados para que possam ter vida longa e superar os constantes impactos.

A Resolução CONAMA 416/2009 considera que os pneus dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental e podem causar sérios riscos ao meio ambiente e à saúde pública.

No Brasil, geralmente as destinações finais desses resíduos são: a queima a céu aberto, o lançamento em terrenos baldios e em lixões e o descarte em aterros sanitários.

Segundo o Relatório de Pneumáticos 2014 realizado pelo IBAMA, no período de janeiro a dezembro de 2013 o Brasil produziu 491.653,02 toneladas de pneus inservíveis,

Beneficiários: População com redução de impacto ambiental, associações de catadores e trabalhadores no comércio destes produtos.

Resultados pretendidos: Obter no período deste PED instalada a coleta seletiva de lixo em todos os municípios da região.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Estudar, propor e introduzir a coleta seletiva nas cidades.

Meta: Procedimento inicial de pesquisa sobre volumes, natureza e hábitos da população, para proceder a um esforço de educação ambiental permanente e posteriormente a forte divulgação e também após os licenciamentos necessários iniciar a coleta seletiva com todas as fases estruturadas comprovando ser esta a melhor opção aos habitantes.

Prazo: 60 meses.

Produto 2: Destinação e ou a de triagem local do lixo.

Meta: Estabelecer parcerias locais com as associações de catadores para recebimento do lixo e utilização deste com geração de receita e envio do restante do lixo a novo destinatário.

Prazo: 96 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Prefeitura Municipal, associação de catadores, ONGs, Empresas do setor.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim.

Desapropriação: Não.

Licença Ambiental: Sim.

Licitação: Sim.

Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.500.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Execução de obras, aquisição e ou adaptação de instalações para catadores, containers, equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 3.500.000,00.			
Despesas Correntes: Gastos com projeto e manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 1.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 2.500.000,00			
Produto 2: R\$ 2.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 96 meses incluindo o último município da região a ter atuação plena.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
COLETA SELETIVA DE LIXO EM TODOS OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO	Estudar, propor e introduzir a coleta seletiva nas cidades	Mês 1	Mês 60
	Destinação e ou a triagem local do lixo	Mês 12	Mês 96

Projeto 3

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO AMBITO DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DO JACUÍ, CAÍ, SINOS, GUAÍBA E ILHAS DO DELTA			
Localização: Corede MDJ em áreas dos seus municípios que se enquadram nas demais bacias hidrográficas da RF1.			
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.			
Duração do projeto: 120 meses.			
Responsável pela implementação: SEMA.			
Escopo: Conhecer a qualidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos municípios ligados a o Corede MDJ e a RF1 e prover ações de preservação e recuperação ambiental, além de atenção especial as ilhas do Delta.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			
Objetivo: Pesquisar e realizar a proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas por meio de ações de preservação e recuperação que incluem a cobertura vegetal de áreas degradadas e controle da erosão dentre outros problemas ambientais.			
Justificativa: Após a identificação e o mapeamento de áreas críticas, as quais em parte serão mapeadas nos planos de bacia em área dos municípios que integram			

o MDJ cujo monitoramento e o controle de processos erosivos e de assoreamento decorrentes dos diferentes fatores de degradação, após identificados devem receber propostas de melhoria e plano de preservação além de cuidados especiais para os recursos hídricos bem como dedicar a atenção ao uso das 30 ilhas do Delta sendo que 16 destas são de responsabilidade da Prefeitura de Porto Alegre.
Beneficiários: População da área dos comitês de bacias.
Resultados pretendidos: Conhecer as áreas críticas e propor soluções e controle de degradações e pesquisar possibilidade de novas áreas de proteção ambiental bem como seu manejo adequado estabelecendo para esta, ações programadas e considerando informes do ZEE.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Localizar e cadastrar áreas degradadas, passíveis de planos de recuperação e de ações de preservação permanente (APP) e de interesse para os recursos hídricos e nas ilhas do Delta. Metas: - Mapear as áreas que serão objeto de recuperação, as áreas degradadas e outras que são objeto de conservação visando promover a melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Prazo: 120 meses.
Produto 2: Monitoramento e controle ambiental. Meta: Estabelecer a proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação e manutenção da permeabilidade do solo e da capacidade de infiltração, controle de erosão, redução da carga de sedimentos e do assoreamento dos cursos da água da bacia. Estas e outras propostas de melhoria serão implementadas. Prazo: 120 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Prefeituras Municipais, SEMA, FEPAM, CGBH, EMATER, IRGA, Associações de produtores rurais, IES, ONGs, Ministério da Agricultura.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim .
Desapropriação: Não (somente para casos especiais).
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim (pode ocorrer para alguns produtos).
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.
Fontes de recursos: públicos e privados.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Execução de serviços e obras, aquisição de equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 1.000.000,00.
Despesas Correntes: Pesquisa e manutenção de atividades, material de

consumo etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 1.000.000,00			
Produto 2: R\$ 2.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 120 meses considerando os dois produtos com suas fases descritas.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO AMBITO DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DO JACUÍ, CAÍ, SINOS, GUAÍBA E ILHAS DO DELTA	Localizar e cadastrar áreas degradadas, passíveis de planos de recuperação e de ações de preservação permanente (APP) e de interesse para os recursos hídricos e nas ilhas do Delta	Mês 1	Mês 120
	Monitoramento e controle ambiental	Mês 12	Mês 120

Projeto 4

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: REDUZIR VOLUME DE CARGAS POLUIDORAS NOS CORPOS HIDRICOS
Localização: RF1 nos diversos comitês cuja área integra o Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: SEMA.
Escopo: Pesquisar e promover ações que reduzam a quantidade de cargas poluidoras provindas do meio urbano e rural que chegam aos corpos das águas.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Trabalhar na educação e na divulgação de ações que reduzam a quantidade de carga poluidora que é lançada nos corpos da água das bacias hidrográficas.
Justificativa: A proposta se justifica em razão de necessidade de garantir água de qualidade apontada nos planos de bacia cujo enquadramento dos corpos se deu com a participação da sociedade e pensada no longo prazo. Os procedimentos para reduzir a quantidade de poluentes com potencial para contaminar as águas das bacias já estabeleceu diversas alternativas considerando as fontes de poluição de recursos hídricos identificadas e quantificadas quando do diagnóstico do plano estratégico nos planos de bacias e as opções de sistemas de tratamento bem como a redução dos efluentes gerados.
Beneficiários: Usuários da água.
Resultados pretendidos: Diminuir de modo significativo a quantidade de cargas

poluidoras que chegam aos corpos hídricos e melhorar a condição das águas a longo prazo.			
3 - PRODUTOS DO PROJETO			
Produto 1: Reduzir cargas poluidoras em áreas urbanas e rurais.			
Meta: Através de estudos do esgotamento sanitário, elaborar projeto e execução das obras nas áreas urbanas dos municípios integrantes das bacias hidrográficas buscando melhoria nos sistemas de tratamento de efluentes, bem como prover o descarte adequado dos resíduos sólidos, objetivando gerar uma redução superior a 50% no período do projeto.			
Prazo: 120 meses.			
Produto 2: Controle de poluição difusa em áreas urbanas e rurais.			
Meta: Prover ações relacionadas ao manejo das águas pluviais e a limpeza urbana diminuindo o transporte da poluição aos corpos da água, bem como ampliar as boas práticas no meio rural com manejo integrado do solo e da água objetivando a redução em mais de 30% sobre o atual estado e até o final do período previsto para o projeto.			
Prazo: 120 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Órgãos envolvidos na realização do projeto: Fepam, Prefeituras Municipais, SEMA, IES, Emater, IRGA e Fiergs.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim			
Desapropriação: Não			
Licença Ambiental: Não			
Licitação: Sim para alguns produtos.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Gastos com pesquisa e desenvolvimento de projeto, manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 5.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 3.500.000,00			
Produto 2: R\$ 1.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 120 meses tendo a etapa do produto 1 em área urbana com início imediato, porém, conclusão em mais largo prazo.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término

REDUZIR VOLUME DE CARGAS POLUIDORAS NOS CORPOS HIDRICOS	Reduzir cargas poluidoras em áreas urbanas e rurais	Mês 1	Mês 120
	Controle de poluição difusa em áreas urbanas e rurais	Mês 24	Mês 120

Projeto 5

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: SINALIZAÇÃO DA HIDROVIA DO JACUI/GUAÍBA/LAGOA DOS PATOS E DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO
Localização: RF1 áreas dos Coredes MDJ, Centro-Sul e de bacias hidrográficas.
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: SEMA/RS e DRH.
Escopo: Efetivar a sinalização da hidrovia, incluso áreas de diversas bacias hidrográficas onde estão municípios do Corede MDJ, bem como sinalizar as áreas a margem do rio e da lagoa definindo seus usos, especialmente focados em áreas de APAS.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Manter na hidrovia sinalização que permita com maior segurança a trafegabilidade de embarcações, bem como sinalizar áreas de preservação e outras na orla.
Justificativa: A sinalização permite o transporte mais seguro especialmente para embarcações maiores e em períodos de forte baixa ou de enchentes no rio e mudanças fortes na lagoa como vento excessivo. A sinalização deve iniciar na área do CoredeMD, já na bacia hidrográfica do baixo Jacuí, no município de Triunfo - que dista pelo rio a mais de 50km de Porto Alegre e este segue pelas áreas de Eldorado do Sul e Guaíba, rumo a Rio Grande, destino de muitas cargas para o seu porto. Outra sinalização na hidrovia deve focar os aspectos ambientais de preservação e áreas consideradas críticas ou impossibilitadas ao uso humano, além, dos cuidados necessários.
Beneficiários: Os usuários da água e a população, bem como as organizações que estarão utilizando a hidrovia pelo transporte levando cargas e pessoas.
Resultados pretendidos: A médio prazo a sinalização da hidrovia vai permitir a retomada mais segura de transporte de minérios e ampliar para cargas de grãos, madeira e outros produtos, além de pessoas via catamarã e permitir a identificação visual em forma de placas sobre áreas de preservação.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Sinalização da Hidrovia do Jacuí no trecho entre Triunfo a Guaíba Meta: Sinalização com demarcação de boias e placas nas margens com identificação em milhas e outras consideradas importantes.

Prazo: 144 meses.			
Produto 2: Sinalização de áreas de proteção e de outras a serem destacadas entre Triunfo e Guaíba.			
Meta: Sinalização com placas e materiais informativos delimitando áreas de uso restrito.			
Prazo: 144 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Comitês de Gerenciamento de Bacias hidrográficas, ANA, SOP/RS, Secretaria dos Transportes, Instituições de ensino e pesquisa, SEMA/RS, Fepam, SPH, DRH, Corede e Prefeituras Municipais.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00.			
Fontes de recursos: Orçamentários do Estado e dos municípios ou da iniciativa privada nas placas de caráter ambiental.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com execução de obras e instalações de equipamentos de sinalização e informativos no valor de R\$ 3.500.000,00.			
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo no valor de R\$ 500.000,00			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 3.600.000,00			
Produto 2: R\$ 400.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
A proposta apresenta um prazo de execução de 144 meses, pois, prevê a manutenção desta sinalização que sofre pelos efeitos ambientais, bem como as placas de identificação sujeitas a depredação e, portanto, a sua reposição anual.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
SINALIZAÇÃO DA HIDROVIA DO JACUI/GUAÍBA/LAGOA DOS PATOS E DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO	Sinalização da Hidrovia do Jacuí no trecho entre Triunfo a Guaíba	Mês 1	Mês 144
	Sinalização de áreas de proteção e de outras a serem destacadas entre Triunfo e Guaíba	Mês 12	Mês 144

Projeto 6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A RECURSOS HIDRICOS
Localização: Corede MDJ e áreas das demais bacias hidrográficas dentro da RF1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Comitês de Bacias Hidrográficas.
Escopo: Prover informações no âmbito das bacias hidrográficas na área da educação e disseminar este conhecimento com uma formação de consciência crítica.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Prover a população informações sobre boas práticas referente aos múltiplos usos dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas trabalhando em especial o eficiente uso da água.
Justificativa: As políticas de recursos hídricos estavam retidas no âmbito dos participantes dos Comitês, que também apresentavam baixa alternância em suas representações - portanto, o conhecimento ficava retido a um grupo pequeno. Assim, com os planos de bacia e a maior integração, com o sentido de pertencer a bacia hidrográfica passado aos municípios e às pessoas, também cabe incrementar ações de divulgação das recomendações e das práticas consideradas ideais para uma melhor utilização destes recursos, bem como a gestão no âmbito da bacia hidrográfica, através de uma política educacional.
Beneficiários: População interessada neste tema ambiental.
Resultados pretendidos: Transmitir conhecimento da situação das bacias hidrográficas e ter um uso mais eficiente das águas.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Reuniões e encontros diversos tratando do tema. Meta: Ampliar os encontros e forma de divulgação no âmbito da bacia hidrográfica, com visita as escolas da região, a associação de produtores rurais, a associações de bairro e todos os grupos desde que demonstrarem interesse em maior conhecimento sobre o melhor uso das águas e a situação de suas bacias hidrográficas. Prazo: 144 meses.
Produto 2: Materiais didáticos. Meta: Conquistar recursos através de parcerias para a edição de materiais informativos a serem divulgados por diversos meios ao público-alvo. Prazo: 144 meses.
Produto 3: Projeto de educação ambiental relacionados aos recursos hídricos. Meta: Promover ações estabelecidas no plano de bacia hidrográfica referente aos seus projetos na área educacional e ambiental. Prazo: 144 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Comitês de bacias hidrográficas, DRH, SEMA, IES e Prefeituras Municipais.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não			
Licitação: Sim (produção de material didático).			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Pesquisa e atividades didáticas, material impresso e manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 300.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 30.000,00			
Produto 2: R\$ 200.000,00			
Produto 3: R\$ 70.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses considerando a ação permanente na área educacional com ingressantes na aprendizagem de modo anual.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA A RECURSOS HÍDRICOS	Reuniões e encontros diversos tratando do tema.	Mês 1	Mês 144
	Materiais didáticos	Mês 12	Mês 144
	Projeto de educação ambiental relacionados aos recursos hídricos	Mês 24	Mês 144

Projeto 7

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES (CETAS)/ CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES (CRAS)
Localização: RF1 e Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 990.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela implementação: SEMA/RS
Escopo: Implementar o Sisnama / Sisepa no que tange à proteção da fauna silvestre proveniente de ações fiscalizadoras, resgates ou entrega voluntária de animais silvestres.

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar na área do Corede MDJ de novo estabelecimento para receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar animais silvestres provenientes da ação da fiscalização, resgates ou entrega voluntária de particulares.
Justificativa: A pressão do crescimento sobre as áreas de vegetação natural, com suas vias e estruturas, oferecem riscos à integridade física dos animais silvestres ou alteram e destroem seus habitats. Neste cenário, se tornou rotina o atendimento a espécimes da fauna, seja por serem vítimas de acidentes, maus tratos, tráfico ou mesmo porque adentraram áreas urbanizadas (e eventual conflito com seres humanos) e são trazidas pela comunidade ou via outras instituições, como o Corpo de Bombeiros e Batalhão Ambiental da Brigada Militar. Além disto, a legislação ambiental dá atribuições aos municípios no trato das questões com a fauna nativa. A carência, na região, de estruturas adequadas para o recebimento, manutenção e tratamento desses animais silvestres, nos obriga a um atendimento precário pela infraestrutura ou a encaminhá-los para instituições, autorizadas pelos órgãos de proteção ambiental, em outros municípios que, geralmente, não dispõem de vagas suficientes à própria demanda local.
Beneficiários: Prefeituras Municipais, SEMA, Debio, Ibama, Comando Ambiental da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, comunidades envolvidas e, principalmente, a biodiversidade.
Resultados pretendidos: Atender exemplares da mastofauna, avifauna e herpetofauna em situação de risco ou de ilegalidade, de modo a dar destinação adequada conforme legislação vigente.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Construção do CETAS. Meta: Edificar e equipar um CETAs para atuar no atendimento de mamíferos, aves e répteis Prazo: 24 meses.
Produto 2: Construção do CRAS. Meta: Edificar e equipar um CRAS para atuar na reabilitação, principalmente, de mamíferos e aves. Prazo: 24 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
SEMA/RS, Debio, Fepam Ibama, Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores do Corede MDJ.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 990.000,00.			
Fontes de recursos: consórcio regional e iniciativa privada.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com execução de obras e instalações no valor de R\$ 990.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: CETAS R\$ 660.000,00			
Produto 2: CRAS R\$ 330.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
A proposta apresenta um prazo de 24 meses, pois, prevê cedência de terreno municipal/estadual, assinatura de consórcio municipal, execução das obras de construção e instalação (CETAS e CRAS), bem como direcionamento de profissionais e técnicos qualificados.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES (CETAS)/ CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES (CRAS)	Construção do CETAS	Mês 1	Mês 24
	Construção do CRAS	Mês 12	Mês 24

Projeto 8

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CAPACITAÇÃO PARA A REPRESENTATIVIDADE SOCIOAMBIENTAL
Localização: RF1 e Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.
Duração do projeto: 24 meses.
Responsável pela implementação: Órgãos ambientais municipais.
Escopo: Qualificar e ampliar a participação social nas instâncias de consulta e deliberação de políticas públicas para o meio ambiente, bem como sua integração para atuarem em causas comuns.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover e fortalecer a participação social na gestão pública e no diálogo entre os setores sociais bem como entre os colegiados existentes, focados no gerenciamento do meio ambiente.
Justificativa: As audiências públicas realizadas mostraram um cenário de desconhecimento geral sobre o papel do cidadão e a importância do engajamento

social no processo decisório em instâncias adequadas.
Beneficiários: Comunidades Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos de Unidades de Conservação, Conselhos Municipais de Meio Ambiente - do Corede MDJ.
Resultados pretendidos: Promover o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos socioeconômico e ambientais, principalmente no que tange ao uso sustentável e proteção da biodiversidade, com geração de emprego e renda.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Capacitar membros de conselhos municipais do meio ambiente e para atuação em demandas com interface nos demais colegiados (municipais, estaduais, regionais). Meta: Capacitar 100% dos conselheiros. Prazo: 12 meses.
Produto 2: Capacitar atores sociais para representação nos colegiados municipais do meio ambiente. Meta: Capacitar 30 atores sociais, por município do Corede MDJ, para acompanhamento e atuação nos respectivos conselhos. Prazo: 24 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
SEMA, OMMAs, Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Comitês de Bacia
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Não.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 300.000,00.
Fontes de recursos: orçamentos municipais, iniciativa privada, comitês e conselhos.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos:
Despesas Correntes: Gastos com elaboração de material paradidático, deslocamento de profissionais em R\$ 300.000,00.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 100.000,00
Produto 2: R\$ 200.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
A proposta apresenta um prazo de 24 meses, pois, prevê elaboração do material paradidático, divulgação e organização de profissionais disponíveis nos conselhos, comitês e nos órgãos ambientais (municipais, estadual e federal).

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CAPACITAÇÃO PARA A REPRESENTATIVIDADE SOCIOAMBIENTAL	Capacitar membros de colegiados para atuação em demandas comuns	Mês 1	Mês 12
	Capacitar atores sociais para representação nos colegiados	Mês 12	Mês 24

7.2.2 Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Econômica

Projeto 9

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: POLO DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROGRAMA DE INCUBADORAS
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: 4.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: TECNOPUC conveniadas com a SDECT.
Escopo: Ampliação das atividades do Polo de modernização e tecnológica da região destacando o TECNOPUC bem como a instalação de novos polos em municípios com IES voltadas a cursos presenciais e utilizando o capital intelectual destas IES, irradiando a inovação e encaminhamento de novos produtos para registro de patente.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliação e instalação no Campus Universitário do Polo Tecnológico e destinação de espaço físico para instalação do programa de incubadora tecnológica e com a ação do corpo técnico da universidade na geração de negócios inovadores.
Justificativa: O Corede MDJ em sua região possui a centralização em Porto Alegre das ações de polo de modernização tecnológica necessitando avançar em outros municípios como Guaíba e Gravataí onde pode ocorrer o polo da ULBRA ou em Triunfo com possibilidade de parceria com a Prefeitura municipal bem como as demais IES, visando auxiliar na dinâmica das empresas já existentes e carentes de avanços tecnológicos que as deixam menos competitivas, bem como a geração de novos negócios com inovação e agregação de valor a seus produtos.
Beneficiários: Os diversos setores da economia em especial o industrial e de serviços bem como as IES.
Resultados pretendidos: No curto, médio e longo prazos apontam para a instalação de novos Polos de modernização na ULBRA em Gravataí, Guaíba e Triunfo, com possibilidade em municípios vizinhos, além da forte ampliação dos já constituídos e atuando com ações nos 10 municípios da região e diversos encaminhamentos para registro de patentes.

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Ampliação dos Polos de inovação e modernização tecnológica existentes em especial o TECNOPUC. Meta: Ampliar as dependências físicas, equipes de docentes e técnicos bem como de equipamentos existentes e modernizar espaços e adquirir novos equipamentos. Prazo: 120 meses.
Produto 2: Instalação do Polo de inovação e modernização tecnológica em outros municípios da região. Meta: Instalar seis novos polos, especialmente nos municípios de Triunfo, Gravataí e Guaíba, dentre outros possíveis. Prazo: 120 meses
Produto 3: Incubadoras empresariais internas nas IES. Meta: Instalar programa de incubadoras nas dependências das IES com instalações equipamentos e programas especialmente nos seis novos polos. Prazo: 120 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
As IES e suas fundações, as suas empresas juniores, Secretarias de Desenvolvimento Econômico dos municípios, pesquisadores e convênios com organizações interessadas nos resultados advindos da incubação, SDECT, Ministério da Ciência, Inovação e Tecnologia.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim para alguns casos.
Outros: Recursos de programas especiais
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00.
Fontes de recursos: IES, Governo do Estado e da União, emendas parlamentares, Prefeituras e da iniciativa privada.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Gastos com execução de obras e instalações R\$ 1.500.000,00, equipamentos e material permanente R\$ 500.000,00.
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo etc., R\$ 2.000.000,00.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.000.000,00
Produto 2: R\$ 2.000.000,00
Produto 3: R\$ 1.000.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
O prazo de execução, devido a diversas fase, pode ter até 120 meses,

necessitando readequação para ampliação e aquisição de novos equipamentos com prazo de 24 meses. Construção do ambiente dos novos polos com previsão de 60 meses e as incubadoras em espaço conjunto recebem a mesma previsão de tempo de implantação.

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
POLO DE MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROGRAMA DE INCUBADORAS	Ampliação dos Polos de inovação e modernização tecnológica existentes em especial o TECNOPUC.	Mês 1	Mês 120
	Instalação do Polo de inovação e modernização tecnológica em outros municípios da região.	Mês 12	Mês 120
	Incubadoras empresariais internas nas IES.	Mês 24	Mês 120

Projeto 10

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo Estadual.
Escopo: Fortalecer os sistemas produtivos da agricultura familiar com programas de correção de solo, capacitação, formação de pastagens permanentes, transição para sistemas orgânicos e melhoria de hortas.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Apoiar o sistema da agricultura familiar através de ações de capacitação, correção de solo e fornecimento de insumos para sua realização.
Justificativa: Nos municípios da região existe um histórico de apoio a agricultura familiar, em especial os mais afastados de Porto Alegre e menos industrializados e já efetivam algumas capacitações em parceria com a EMATER/ASCAR e SENAR, dentre outros. Uma ação que ainda apresenta potencial a ser desenvolvida e a ampliação de hortas e a transformação de produção convencional em produtos orgânicos podendo agregar maior valor a produção e melhorando a saúde das pessoas além das vantagens ambientais.
Beneficiários: Participantes da agricultura familiar.
Resultados pretendidos: Realizar a capacitação especialmente dos jovens atuantes no meio rural prevendo a participação de mais de 400 pessoas nos municípios da região MDJ, formação de pastagens permanente a pelo menos 100 propriedades rurais bem com transferir pelo menos 150 famílias das culturas tradicionais para produção de orgânicos, além de efetivar estudo e correção de solo nestas propriedades e ampliação e melhoria de hortas familiares.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Capacitar os agricultores familiares.

<p>Meta: Organizar e realizar as atividades de capacitação dos integrantes da agricultura familiar para pelo menos 400 pessoas na região em parceria com a EMATER/ASCAR e SENAR.</p> <p>Prazo: 60 meses.</p>
<p>Produto 2: Correção de solo e curvas de nível,</p> <p>Meta: Acompanhar análise de solo e prover via distribuição de calcário a correção da acidez do solo nas propriedades dos agricultores familiares, bem como incrementar o controle por curvas de nível, podendo utilizar as patrulhas agrícolas mecanizadas.</p> <p>Prazo: 120 meses.</p>
<p>Produto 3: Transição para sistemas orgânicos.</p> <p>Meta: Apoiar os agricultores para transporem o modelo convencional da agricultura em sistemas orgânicos, agregando qualidade e valor a seus produtos.</p> <p>Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 4: Hortas e formação de pastagens.</p> <p>Meta: Apoiar a formação e ampliação de hortas com produção diversificada e efetivar a formação e ampliação de pastagens permanentes visando a elevação da produção e a comercialização.</p> <p>Prazo: 144 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>O Governo Estadual através de suas secretarias, bem como as Prefeituras municipais, Emater/Ascar, Senar, associação de agricultores familiares e de pequenos pecuaristas e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim em algumas situações.</p>
<p>Licitação: Não.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 15.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Governo do Estado e Federal, Prefeituras e Associações de agricultores.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos: Gastos formação das hortas e das pastagens, instalações e pequenos equipamentos no valor de R\$ 8.000.000,00.</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos correção de solo e com manutenção de atividades no valor de R\$ 7.000.000,00.</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 300.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 6.000.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 500.000,00</p>

Produto 4: R\$ 8.200.000,00.			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O programa prevê execução ao prazo de 144 meses tendo as hortas e pastagens permanentes, porém, ocorrendo a sazonalidade de ações na transformação em agricultura orgânica.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Capacitar os agricultores familiares	Mês 1	Mês 60
	Correção de solo e curvas de nível	Mês 12	Mês 120
	Transição para sistemas orgânicos	Mês 24	Mês 144
	Hortas e formação de pastagens	Mês 24	Mês 144

Projeto 11

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL
Localização: Corede MDJ e Região Funcional 1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.
Duração do projeto: 84 meses.
Responsável pela implementação: Sdect.
Escopo: Ampliar as atividades dos Arranjos Produtivos Locais constituídos na região e criar mais cinco APLs inserindo os setores da economia onde comprovadamente esta forma associativa de empresas vem fortalecendo e atribuindo vantagens competitivas a cadeias produtivas bem como a dinamização de alguns setores que estão estagnados.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Organizar as atividades produtivas através da associação das empresas na busca da ampliação de seus negócios de suas cadeias produtivas e para ampliar as suas vantagens competitivas e melhoria em suas gestões bem como na área de inovação e capacitação aos gestores.
Justificativa: A ampliação bem como a criação de novos APLs objetiva atender às demandas de um setor com potencial de investimento micro e macrorregional com ações de desenvolvimento, bem como, políticas de atração de investimentos internos e externos ao Estado do Rio Grande do Sul e ao País. Com a organização dos APLs visa desenvolver medidas inovadoras que vão beneficiar os tradicionais setores da economia recuperando alguns nichos que enfrentam dificuldades históricas e dar sustentação para o surgimento e o crescimento de novas cadeias produtivas.
Beneficiários: Empresas industriais, de prestação de serviço, comerciais e produtores rurais.

Resultados pretendidos: Revitalizar os APLs existentes e apoiar a geração de cinco novos APLs na região.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Ampliar as atividades dos APLs reconhecidos e enquadrados. Meta: Avaliar e desenvolver atividades estabelecidas nas ações transversais e capacitação dos gestores, além da realização de encontros e workshops. Prazo: 48 meses.
Produto 2: APL de Hortifrutigranjeiros. Meta: Reunir 50 produtores rurais com atividades conjuntas na produção de alimentos hortifrutigranjeiros para ampliar a escala de comercialização na área do Corede MDJ e da RF1. Prazo: 72 meses.
Produto 3: APL Agroflorestal Meta: Reunir 20 empresas do setor do agronegócio como a silvicultura e o setor moveleiro de base regional com políticas integrativas e promovendo ações conjuntas e participações, instalando um escritório de negócios. Prazo: 84 meses.
Produto 4: APL de indústrias de materiais e produtos plásticos. Meta: Efetivar política de associação de 30 empresas produtoras de materiais e produtos plásticos como embalagens para uma atuação coletiva expandindo mercado. Prazo: 84 meses.
Produto 5: APL Rota das especiarias Meta: Unir 40 empresários ligados ao setor turístico em modelo estruturado e especialmente no entorno de Viamão com atividades programadas de lazer, conhecimento, valorização histórica e gastronomia dentre outros atrativos como o parque estadual de Itapuã e promovendo ações conjuntas em sua ampla divulgação. Prazo: 60 meses.
Produto 6: APL da Cerâmica Vermelha. Meta: Apoiar as atividades das empresas produtoras de cerâmica vermelha em torno de 30 unidades especialmente localizadas nos municípios de Viamão, Alvorada, Glorinha e Gravataí com capacitação para atuação coletiva expandindo mercado e ganhos de escala. Prazo: 48 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Emater, Secretarias Municipais, Governo Estadual e Federal, Bancos de fomento, Fepam e Senar.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim.
Outros: Participação na Consulta Popular.

6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.			
Fontes de recursos: Sdect, Banco Internacional, Consulta Popular e Governo Federal.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com equipamentos, material permanente R\$ 400.000,00.			
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades da Governança e material de consumo etc., por R\$ 1.600.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 750.000,00			
Produto 2: R\$ 250.000,00			
Produto 3: R\$ 250.000,00			
Produto 4: R\$ 250.000,00			
Produto 5: R\$ 250.000,00			
Produto 6: R\$ 250.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de até 84 meses, considerando a elaboração, estruturação e capacitação dos gestores e encontros, workshops e mobilização os interessados em sua adesão, tendo fases e prazos desiguais por setores diferenciados com prazos constantes em cada produto.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL	Ampliar as atividades dos APLs reconhecidos e enquadrados	Mês 1	Mês 48
	APL de Hortifrutigranjeiros	Mês 12	Mês 72
	APL Agroflorestal	Mês 24	Mês 84
	APL de indústrias de materiais e produtos plásticos	Mês 24	Mês 84
	APL Rota das especiarias	Mês 12	Mês 60
	APL da Cerâmica Vermelha	Mês 24	Mês 48

Projeto 12

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMA INTEGRADO DE REDES DE COOPERAÇÃO
Localização: Corede MDJ e Região Funcional 1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.
Duração do projeto: 84 meses.
Responsável pela implementação: PUC conveniada com a Sdect.

<p>Escopo: Aprofundar as atividades do programa integrado de Redes de Cooperação pela manutenção das já existentes criadas em parcerias com as IES da região objetivando a qualificação dos seus integrantes e geração de resultados econômicos e sociais e atuando como verdadeiros parceiros do negócio, bem como criar 10 novas redes na região ou inseri-las em novas na Região Funcional 1.</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Estabelecer ações e acompanhamento das redes existentes e que foram desenvolvidas em parceria com as IES, promovendo estratégias conjuntas de ação para a colaboração mútua entre empresas e instituições, além do fomento a maior integração entre o Estado do Rio Grande do Sul e as diversas esferas da sociedade, estando esta proposta enquadrada no Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica.</p>
<p>Justificativa: É um projeto identificado com a proposta de formas alternativas para a potencialização e alavancagem dos negócios de micro e pequenas empresas do Rio Grande do Sul, verificadas as condições da possibilidade de perenidade dessas empresas. A formação de redes de cooperação entre empresas possibilita definições de estratégias conjuntas para necessidades afins, permitindo o alcance de soluções, produzindo como vantagens a redução de custos, a divisão de riscos, os ganhos de escala, o acesso à informação, a aprendizagem gerencial e o alcance de mercados mais distantes. As redes também trazem benefícios sociais e a difusão do comportamento colaborativo.</p>
<p>Beneficiários: São as empresas dos diversos setores da economia com atuação conjunta e de modo associativo.</p>
<p>Resultados pretendidos: No curto e médio prazo está o acompanhamento das redes criadas na região pelas IES parceiras do programa e a implantação e acompanhamento de 10 novas redes a serem geradas com base na área do Corede MDJ e inclusão de participantes localizados dentro da Região Funcional 1, ampliando postos de trabalho nas organizações dos associados, incremento comercial com qualificação de seus dirigentes.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Acompanhamento das redes criadas na região do Corede MDJ. Meta: Efetivar nova capacitação aos dirigentes das organizações e auxiliar na estrutura de criar um escritório de negócios bem como a inserção destes em participação de eventos dos seus setores. Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 2: Implantar a Rede Agroflorestal Meta: Promover o encontro de mais de 15 empresas do setor, potencializando as atividades da Rede de serrarias e atuando na silvicultura e fornecimento de madeira possibilitando ações para geração do polo moveleiro de base regional. Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 3: Implantar a rede de comércio de produtos eletroeletrônicos. Meta: Articular a ação associativa de empresas comerciais deste setor na região, reunindo mais de 20 interessados para atuação integrada.</p>

<p>Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 4: Estabelecer a rede de serviços especializados em concerto e montagem de bicicletas.</p> <p>Meta: Organizar atividades conjuntas e divulgação em setor que apresenta demanda constante e com o apoio municipal que está sempre ampliando ou criando ciclovias, favorecendo um habito saudável e atuando na redução da poluição, com mais de 20 participantes e sua qualificação em modelo de gestão.</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 5: Implantar rede de confecção e facção.</p> <p>Meta: Reunir 25 empresas atuantes no setor de confecção e facção para produção contratada a empresas de porte médio do setor e desenvolver alguns produtos para marca própria, com capacitação em gestão as empresárias do ramo.</p> <p>Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 6: Agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos</p> <p>Meta: Promover a associação de 40 grupos familiares da agricultura e capacitar os mesmos com apoio do SENAR e EMATER para geração de produção de alimentos orgânicos e atuação em feiras destinadas a público-alvo que consome tais produtos.</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 7: Rede de artesãs (meio urbano).</p> <p>Meta: Associar 30 artesãs proveniente de diversos municípios da região para produção de artesanato e comercialização dos produtos, especialmente com produtos de encontro facilitado e oriundos de reciclagem, além de identificados regionalmente e apoiados nos municípios com divulgação e apresentação e capacitação em técnicas de produção.</p> <p>Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 8: Rede de piscicultores.</p> <p>Meta: Associar 50 produtores de pescado em tanques com técnicas atuais e especialmente no cultivo de carpas, e com o seu beneficiamento pode ser convertido em um alimento de baixo custo e alto valor nutricional com viabilidade no convênio Conab - Agricultura Familiar, voltado justamente à viabilização do produtor rural.</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 9: Rede de comércio e serviços veterinários para animais domésticos de pequeno porte.</p> <p>Meta: Associar lojas comerciais e prestadoras de serviços veterinários, com promoção de serviços diferenciados e com qualidade superando as pets convencionais em aproximadamente 30 participantes na região.</p> <p>Prazo: 36 meses</p>
<p>Produto 10: Rede de comercialização de lanches industrializados.</p> <p>Meta: Organizar as atividades comerciais com marca própria e controle de qualidade da alimentação com entregas programadas e ações mercadológicas bem postadas, com aproximadamente 25 estabelecimentos.</p>

Prazo: 36 meses.			
Produto 11: Rede de produtores artesanais ou de pequena escala de aguardente			
Meta: Unir 15 destes produtores, especialmente os de Santo Antônio da Patrulha e de municípios vizinhos, organizando as suas ações comerciais e divulgação.			
Prazo: 48 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Corede, COMUDEs, IES da região, associações de classe e secretarias de Estado.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Sim			
Outros: Recursos votados via Consulta Popular.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.			
Fontes de recursos: Governo Estadual, BIRD, IES da região.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: R\$ 2.500.000,00 para gastos com manutenção de atividades, material de consumo, contratação específica para capacitações etc.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 1.500.000,00			
Produto 2: R\$ 80.000,00			
Produto 3: R\$ 80.000,00			
Produto 4: R\$ 100.000,00			
Produto 5: R\$ 100.000,00			
Produto 6: R\$ 100.000,00			
Produto 7: R\$ 100.000,00			
Produto 8: R\$ 100.000,00			
Produto 9: R\$ 100.000,00			
Produto 10: R\$ 120.000,00			
Produto 11: R\$ 120.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 84 meses, porém as Redes apresentam um tempo médio de 12 meses entre a prospecção e o registro com execução de cursos de capacitação, sendo que os programas de acompanhamento ocorrem nos anos posteriores, bem como a criação de escritório de negócios para cada rede.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA INTEGRADO DE	Acompanhamento das redes criadas na região do Corede MDJ.	Mês 1	Mês 36

REDES DE COOPERAÇÃO	Implantar a Rede Agroflorestal.	Mês 1	Mês 48
	Implantar a Rede de Comércio de produtos eletroeletrônicos.	Mês 1	Mês 36
	Estabelecer a rede de serviços especializados em concerto e montagem de bicicletas.	Mês 24	Mês 48
	Implantar rede de confecção e facção.	Mês 12	Mês 36
	Agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos.	Mês 24	Mês 48
	Rede de artesãs (meio urbano).	Mês 24	Mês 36
	Rede de piscicultores.	Mês 36	Mês 48
	Rede de comercio e serviços veterinários para animais domésticos de pequeno porte.	Mês 24	Mês 36
	Rede de comercialização de lanches industrializados.	Mês 12	Mês 36
	Rede de produtores artesanais ou de pequena escala de aguardente.	Mês 36	Mês 48

Projeto 13

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CURSOS PARA CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado através de suas secretarias.
Escopo: Efetivar pesquisa junto aos trabalhadores e as empresas da região, para implementação de cursos profissionalizantes bem como cursos de extensão afim de qualificar o trabalhador e sua atuação no mercado de trabalho, ocupando os postos de trabalho regionais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar cursos para trabalhadores, com ou sem ocupação momentânea em áreas profissionalizantes, após pesquisa e atendendo demandas locais e regionais, permitindo ao trabalhador seu avanço profissional e pessoal e obtendo um melhor desempenho e tendo tais cursos parceiros regionais com estrutura e equipamentos.
Justificativa: Em toda a área de abrangência do Corede MDJ existe a

<p>necessidade de qualificar a mão de obra para melhoria das atividades dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e pelo desenvolvimento das pessoas que atuam nos mais variados setores da economia, além de oportunizar o ingresso de jovens no mercado de trabalho. Dar atenção especial à possibilidade de cursos customizados e acompanhados pelos supervisores das empresas gerando a contratação imediata após curso. Outra preocupação a ser dirimida esta na programação de cursos para o meio rural para disseminação de novas técnicas de manejo de solo, com plantio, colheita e de cultivares.</p>
<p>Beneficiários: Trabalhadores e outros profissionais em busca de qualificação e aperfeiçoamento, desempregados e integrantes do sistema prisional semiaberto e jovens em busca do primeiro emprego.</p>
<p>Resultados pretendidos: São estimadas 1.000 edições de cursos de qualificação e de extensão universitária nos 10 municípios com um total de 65.000 horas e mais de 25.000 participações de interessados.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Capacitação para qualificação na área da prestação de serviços. Meta: Realizar cursos na área de agente comercial, manutenção de máquinas e equipamentos, turismo e demais serviços requisitados para pelo menos 7.500 pessoas ativas na economia da região por ano nos 10 municípios, no período de abrangência do plano. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 2: Capacitação para qualificação na área do comércio. Meta: Realizar cursos na área de atendente comercial e vendas, eletricista, cozinheiro, artesanato e demais que forem requisitados para pelo menos 7.500 pessoas ativas na economia da região nos 10 municípios, no período de abrangência do plano. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 3: Capacitação na área industrial. Meta: Realizar cursos na área de metalurgia, soldador, manutenção de máquinas e equipamentos e demais serviços requisitados para pelo menos 6.500 pessoas ativas na economia da região por ano nos 10 municípios no período de abrangência do plano. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 4: Cursos para capacitação na área rural. Meta: Realizar cursos para os integrantes da agricultura familiar como o de manutenção de equipamentos agrícolas, apicultor e demais atividades do setor para pelo menos 2000 pessoas ativas no agronegócio da região por ano nos 10 municípios no período de abrangência do plano. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 5: Outros cursos e atividades de extensão universitária. Meta: Realizar cursos na área de extensão voltados a trabalhadores de empresas atuantes em mercado, elaborados e editados pelas parceiras IES, bem como dos com forte atratividade na área da inovação, e atendimento a demandas específicas como egressos ou detentos do sistema semiaberto, para pelo menos</p>

1500 pessoas da região por ano nos 10 municípios.			
Prazo: 144 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
As universidades da região, Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego, Prefeituras Municipais e comissões municipais de emprego e renda e Ministério do Trabalho.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Sim.			
Outros: Recursos oriundos da Consulta Popular.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.000.000,00.			
Fontes de recursos: Governo do Estado e Federal, Sistema S e demais órgãos conveniados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com aquisição de equipamentos, programas e material permanente R\$ 2.500.000,00.			
Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades na realização das capacitações e material de consumo R\$ 5.500.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 1.800.000,00			
Produto 2: R\$ 2.100.000,00			
Produto 3: R\$ 2.200.000,00			
Produto 4: R\$ 1.200.000,00			
Produto 5: R\$ 700.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses com oscilação de acordo com a realização em cada município, bem como o modelo de horas, pois existem cursos mais longos em alguns setores da economia.			
CURSOS PARA CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES	Capacitação para qualificação na área da prestação de serviços.	Mês 1	Mês 144
	Capacitação para qualificação na área do comércio.	Mês 12	Mês 144
	Capacitação na área industrial.	Mês 12	Mês 144
	Cursos para capacitação na área rural.	Mês 24	Mês 144
	Outros cursos e atividades de extensão universitária.	Mês 36	Mês 144

Projeto 14

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ATIVIDADE DE TURISMO
Localização: Corede MDJ e RF1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras Municipais.
Escopo: Dotar a região de melhores condições receptivas para desenvolver as atividades do setor de turismo, promovendo a ampliando da circulação de pessoas, formatar um inventário com identificação dos atrativos e promover a capacitação dos agentes municipais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Acionar a ampliação do turismo regional através de facilitação de deslocamento das pessoas, da identificação de rotas e capacitação dos agentes.
Justificativa: A atividade do turismo é pratica internacional e que para diversas comunidades representa a sua maior arrecadação, portanto é fonte de recursos a serem captados na base regional, assim, pode ser realizado a confecção de um inventário turístico com realização de pesquisa sobre seus atrativos e melhorias possíveis destes para passeio, bem como a capacitação de agentes de turismo e a apresentação e divulgação de eventos tradicionais e promovendo a maior integração regional.
Beneficiários: Integrantes dos diversos setores da economia e prefeituras.
Resultados pretendidos: Ampliar o resultado do turismo regional com incremento de 25% no período de 10 anos.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Rotas, destinos, produtos turísticos e inventário regional. Meta: Atualizar informações das atuais rotas turísticas e dos produtos turísticos regionais mantendo um inventário atualizado. Prazo: 36 meses.
Produto 2: Atrativos turísticos públicos e privados Meta: Efetivar a avaliação das condições atuais e necessidades de melhorias para os atrativos turísticos regionais. Prazo: 48 meses
Produto 3: Novas oportunidades de investimentos no ativo turístico. Meta: Prover estudo e propostas para acionar investimento com recursos orçamentários públicos e estabelecer parceria com investidores na exploração turística. Prazo: 48 meses.
Produto 4: Capacitação específica para agentes turísticos. Meta: Capacitar agentes receptores e para informação turística nos municípios da região. Prazo: 48 meses.
Produto 5: Material de divulgação do calendário turístico regional e de seus

atrativos.			
Meta: Estabelecer as principais atividades para elaborar um calendário turístico regional bem como produzir material informativo para divulgação de eventos e atrativos e de produtos de modo impresso e em mídia.			
Prazo: 120 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Secretaria de Turismo do Estado, Governo Federal, prefeituras, Sebrae, agências e associações pró turismo.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Sim para alguns produtos.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Obras e sinalizações no valor de R\$ 1.000.000,00.			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo, produtos informativos do turismo, etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 300.000,00			
Produto 2: R\$ 400.000,00			
Produto 3: R\$ 650.000,00			
Produto 4: R\$ 300.000,00			
Produto 5: R\$ 1.350.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 120 meses e contando com contrapartida dos municípios para um programa turístico de caráter regional. Os produtos estão descritos em ordem cronológica e necessitam revitalização periódica.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ATIVIDADE DE TURISMO	Rotas, destinos, produtos turísticos e inventário regional.	Mês 1	Mês 36
	Atrativos turísticos públicos e privados.	Mês 1	Mês 48
	Novas oportunidades de investimentos no ativo turístico.	Mês 12	Mês 48
	Capacitação específica para agentes turísticos.	Mês 24	Mês 48
	Material de divulgação do calendário turístico regional e de seus atrativos.	Mês 24	Mês 120

Projeto 15

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CADEIA PRODUTIVA DA PECUÁRIA DE CORTE
Localização: Corede MDJ
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: Associação de pecuaristas
Escopo: Prover a melhor organização da cadeia produtiva dos produtores de gado bovino para corte na região.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estabelecer melhor modelo de gestão na organização das atividades do da criação e produção de carne.
Justificativa: O setor possui longo histórico no RS e na região, mas necessita de maior qualificação para o mercado atual. Assim, cabe capacitar os pecuaristas bem como buscar constantemente a qualidade do plantel de gado bovino com maior controle de doenças e avançar no sistema de identificação e registro de bovinos e seu controle de vacinas, apresentando garantias quanto a qualidade do produto e melhoria genética do rebanho.
Beneficiários: Pecuaristas e consumidores.
Resultados pretendidos: Ampliar a cadeia produtiva de produtores de gado bovino na região, com monitoramento e maior controle sobre o plantel de animais e a qualidade de carne produzida.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Ordenar as atividades do setor. Meta: Efetivar cadastro de produtores bem como dos seus rebanhos e acompanhar o manejo deste rebanho. Prazo: 48 meses.
Produto 2: Ações sanitárias para o gado. Meta: Estabelecer cronograma para as atividades sanitárias recorrentes no gado bovino visando o controle de suas enfermidades. Prazo: 60 meses.
Produto 3: Melhoria genética do rebanho. Meta: Efetivar estudo de integrado, com clima, alimentação e adaptação de raças e resultado de carcaças em campo nativo, pastagens e confinamento. Prazo: 72 meses.
Produto 4: Cursos específicos de capacitação de pecuaristas. Meta: Efetivar a qualificação dos pecuaristas através de cursos focados em técnicas do setor. Prazo: 48 meses.
Produto 5: Participação de pecuaristas em eventos do setor.

Meta: Promover de modo ordenado e ampliar a participação de representantes em eventos do setor.

Prazo: 120 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Associados na pecuária bovina.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não.

Desapropriação: Não.

Licença Ambiental: Não.

Licitação: Não.

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00.

Fontes de recursos: Governo do Estado, da União, das Prefeituras e da associação de criadores.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim

Investimentos:

Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades da organização da cadeia produtiva e material de consumo mais a capacitação dos pecuaristas e encaminhamento para aquisição de matrizes etc., no valor de R\$ 500.000,00.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 40.000,00

Produto 2: R\$ 50.000,00

Produto 3: R\$ 240.000,00

Produto 4: R\$ 80.000,00

Produto 5: R\$ 90.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

O prazo de execução de todas as etapas é estimado em de 120 meses, considerando etapas descritas em cada produto.

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CADEIA PRODUTIVA DA PECUÁRIA DE CORTE	Ordenar as atividades do setor.	Mês 1	Mês 48
	Ações sanitárias para o gado.	Mês 1	Mês 60
	Melhoria genética do rebanho.	Mês 12	Mês 72
	Cursos específicos de capacitação de pecuaristas.	Mês 24	Mês 48
	Participação de pecuaristas em eventos do setor.	Mês 24	Mês 120

Projeto 16

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ATIVIDADES DO NEPI - NÚCLEO DE EXTENSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.
Duração do projeto: 72 meses.
Responsável pela implementação: Universidades da região conveniadas com a SDECT.
Escopo: Ampliar as atividades do NEP - Núcleo de Extensão Produtiva e Inovação que estão prioritários na PUC, incluindo outras IES da Região MDJ, tendo estas atividades enquadrado no programa PEPI do Estado em sua Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia com consultoria a indústrias da região em áreas como a produção mais limpa, inovação, redução de perdas e planejamento estratégico, com equipe para atendimento a 50 empresas industriais micro e de pequeno porte ano em período de 6 anos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar a eficiência das empresas e a busca técnica da solução de problemas bem como melhorar os aspectos da gestão, planejamento, custos, processo, produtos e inovação, tornando-as mais competitivas.
Justificativa: A região Metropolitana Delta do Jacuí já atua no programa NEPI, porém, devido a forte industrialização especialmente das cidades mais populosas da região o programa deve ser permanente para um número considerável de indústrias poderem ser assistidas, tornando o avanço do setor mais homogêneo, assim, fica estabelecido o mínimo de 300 empresas para receberem em dois aspectos a assistência sendo que a seleção responderá por aspectos técnicos estabelecidos no convenio entre a SDECT e a IES responsável, respaldando o esforço para que todos os 10 municípios recebam o serviço.
Beneficiários: Empresas da área industrial.
Resultados pretendidos: Totaliza 600 atendimentos a 300 empresas no período de 6 anos, incluso cursos de extensão e de capacitação empresarial e encaminhamento para e sala do investidor do Governo do RS bem como apoio a captação de recursos em bancos de fomento e ações na área de inovação.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Consultoria empresas industriais. Meta: 50 empresas industriais por ano em um total de 300 empresas em duas áreas de atendimento dentre os quatro aspectos possíveis. Prazo: 72 meses.
Produto 2: Desenvolver de novos produtos. Meta: Encaminhamento de 25% do total de empresas para área de inovação em

produtos e processos e para levarem projetos a serem incubados ou desenvolvidos na TECNOPUC e nos outros futuros polos de inovação e modernização da região.

Prazo: 72 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Polo e incubadoras tecnológicas, Governos Federal e Estadual, iniciativa privada.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não.

Desapropriação: Não.

Licença Ambiental: Não.

Licitação: Não.

Outros: Participação em editais.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.000.000,00.

Fontes de recursos: Governo do Estado, BIRD e IES.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.

Investimentos: Gastos com material permanente etc., R\$ 400.000,00.

Despesas Correntes: Gastos com manutenção da equipe e de atividades, material de consumo etc., R\$ 2.600.000,00.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 2.700.000,00

Produto 2: R\$ 300.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

O prazo de execução é de 72 meses de cada um dos dois produtos, destacando que o atendimento será de 50 empresas por ano contemplando áreas de atendimento identificadas no diagnóstico inicial realizado na empresa.

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ATIVIDADES DO NEPI - NÚCLEO DE EXTENSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO	Consultoria empresas industriais.	Mês 1	Mês 72
	Desenvolver de novos produtos.	Mês 12	Mês 72

Projeto 17

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: PROGRAMA DA AGROINDUSTRIA FAMILIAR

Localização: Corede MDJ.

Valor total estimado do projeto: R\$ 7.000.000,00.

Duração do projeto: 144 meses.

Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e cooperativismo.

<p>Escopo: realizar ações do programa estadual de agroindústria familiar (PEAF) que também auxilia na criação de condições para geração de trabalho e renda no meio rural e produção de alimentos.</p>
<p>2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO</p>
<p>Objetivo: Ampliar as ações dos agricultores familiares agregando valor à produção primária, melhorando a renda e beneficiando produtos de suas produções.</p>
<p>Justificativa: Permite aos integrantes do meio rural de ampliar a oferta de seus produtos de modo beneficiado com embalagens de identificação de origem o que tem um efeito positivo na comunidade local, possibilitando uma maior escala e a ascensão a mercados maiores ou atuação em feiras específicas.</p>
<p>Beneficiários: Integrantes da agricultura familiar, assentados da reforma agrária, pescadores profissionais e artesanais que atuem de modo coletivo em agroindústria.</p>
<p>Resultados pretendidos: Fortalecimento da agroindústria na região do MDJ e RF1 com ampliação do número de participantes com condições de atuação em mercado competitivo e maior controle em sua origem.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Implantar e a legalizar as agroindústrias familiares. Meta: Disponibilizar equipe técnica através da estrutura estadual e municipal para a implantação e a organização de 10 unidades de agroindústrias de caráter regional bem como seus licenciamentos ambientais e captação de recursos aos seus integrantes via Pronaf. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 2: Cursos para qualificação da fabricação e gestão. Meta: Realizar 20 cursos teóricos e práticos juntamente com o Senar e a SDR, além de outros visando a qualificação dos agricultores familiares referente as atividades na agroindústria. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 3: Extensão rural. Meta: Realizar 30 ações conjuntas das Secretarias municipais de agricultura e abastecimento com equipes da Emater/Ascar e dos municípios no atendimento direto aos integrantes da agroindústria familiar e validação para utilização do selo 'sabor gaúcho' Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 4: Programa para comercialização em feiras e outros mercados Meta: Desenvolver rótulos com identificação própria e auxiliar na participação e na promoção de eventos anuais que valorizam produtos provindos da agroindústria familiar em feiras locais e regionais. Prazo: 144 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>SDR, Emater/RS, prefeituras municipais e área da vigilância sanitária.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>

Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Não.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e da área privada.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Gastos com capacitações, desenvolvimento de rótulos, manutenção de atividades, material de consumo, etc. no valor de R\$ 7.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 500.000,00			
Produto 2: R\$ 3.000.000,00			
Produto 3: R\$ 2.000.000,00			
Produto 4: R\$ 1.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução para todas as etapas é de 144 meses na agroindústria familiar sendo um processo em evolução bem como a aceitação e maior consumo de seus produtos.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DA AGROINDUSTRIA FAMILIAR	Implantar e a legalizar as agroindústrias familiares.	Mês 1	Mês 144
	Cursos para qualificação da fabricação e gestão.	Mês 12	Mês 144
	Extensão rural.	Mês 12	Mês 144
	Programa para comercialização em feiras e outros mercados.	Mês 24	Mês 144

Projeto 18

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: PROGRAMA DE PATRULHAS AGRICOLAS MECANIZADAS	
Localização: Corede MDJ.	
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000.000,00.	
Duração do projeto: 144 meses.	
Responsável pela implementação: Secretaria de Desenvolvimento Rural do RS	
Escopo: Ampliar as patrulhas agrícolas mecanizadas para atividades rurais, ampliando o número de equipamentos e atendimentos a mais associações rurais.	
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	

Objetivo: Recompôr, modernizar e implantar as patrulhas agrícolas mecanizadas e organizar seu uso no meio rural.
Justificativa: Agricultores atuantes em pequenas áreas não possuem condições financeiras para aquisição de alguns equipamentos que são necessários em apenas algumas fazes de sua atividade agrícola, assim, evitando gastos desnecessários estes podem se beneficiar do programa mecanizado com apoio do município e participando em rodízios de serviços pelas diversas associações com agenda previa realizada e rateio de despesas de manutenção do equipamento.
Beneficiários: Agricultores usuários dos equipamentos.
Resultados pretendidos: Realizar as atividades pertinentes as patrulhas agrícolas mecanizadas nos municípios da região com baixo custo de produção.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Atualizar cadastro de agricultores em cada município, possibilitando compreender a demanda e organizar a agenda para liberação do equipamento. Meta: Atualizar os cadastros e receber novas inscrições de interesse e necessidade de uso das patrulhas mecanizadas e estabelecer regras aos participantes e as associações referente ao rodizio dos equipamentos. Prazo: 72 meses.
Produto 2: Aquisição dos equipamentos da patrulha agrícola mecanizada. Meta: A composição de bens da patrulha mecanizada que incluem trator, caminhão, carretão, espalhador de calcário, grades, arados, subsolador, plantadeira e outros com periodicidade de cinco anos de reposição para os 10 municípios, porem os que possuem maior vocação agrícola e maior escala de agricultura familiar podem ter tais períodos antecipados. Prazo: 144 meses.
Produto 3: Serviços previstos para a patrulha, bem como realizar a manutenção ou substituição dos equipamentos danificados. Meta: Prover recursos e contratos de operadores e com os usuários e realizar consertos e reformas nos equipamentos de uso coletivo bem cuidar dos mesmos. Prazo: 144 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
O Governo do Estado através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Prefeituras municipais e associações rurais.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim para aquisições.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000.000,00.
Fontes de recursos: públicos e privados.

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Aquisição de equipamentos e peças da patrulha mecanizada e material permanente etc., no valor de R\$ 29.500.000,00.			
Despesas Correntes: Gastos com cadastro e manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 500.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 500.000,00			
Produto 2: R\$ 27.000.000,00			
Produto 3: R\$ 2.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo total é de 144 meses, tendo na entre safra a manutenção.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE PATRULHAS AGRICOLAS MECANIZADAS	Atualizar cadastro de agricultores em cada município, possibilitando compreender a demanda e organizar a agenda para liberação do equipamento.	Mês 1	Mês 72
	Aquisição dos equipamentos da patrulha agrícola mecanizada.	Mês 12	Mês 144
	Serviços previstos para a patrulha, bem como realizar a manutenção ou substituição dos equipamentos danificados.	Mês 12	Mês 144

Projeto 19

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: INTERCAMBIO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS EUROPEUS PARA PROCESSOS E TECNOLOGIAS INDUSTRIAIS NA REGIÃO.
Localização: Corede MDJ e na RF1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Câmara Brasil Alemanha.
Escopo: Firmar convênio via Câmara Brasil Alemanha para receber anualmente 25 engenheiros da Alemanha que irão atuar nas indústrias de pequeno e médio porte da região do MDJ e na RF1 propondo novos processos e aquisição de máquinas mais produtivas sem remuneração por tais serviços, tendo apenas a sua manutenção local.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: realizar a parceria via Câmara Brasil Alemanha para programa de atuação de engenheiros aposentados da Alemanha nas indústrias da região, posicionando novos processos e melhor utilização de maquinário ou sua substituição.
Justificativa: A Câmara Brasil Alemanha no Estado do RS, através de seus

<p>diretores implementou uma programação de apoio e atratividade de profissionais europeus, especialmente engenheiros aposentados da Alemanha com disponibilidade de permanecer e atuar gratuitamente de três a seis meses no Estado e atuando em períodos alternados e contribuindo para a melhoria dos processos bem como estudo dos equipamentos e de máquinas e a recomendação de sua substituição para outras mais eficientes e apoio a posterior instalação das mesmas.</p>
<p>Beneficiários: Indústrias da região.</p>
<p>Resultados pretendidos: Conveniar e possibilitar a recepção de 25 engenheiros recém aposentados da Alemanha em convenio entre empresas industriais gaúchas e Câmara Brasil Alemanha para auxiliarem no desenvolvimento industrial regional.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Cadastrar industrias da região interessadas no programa. Meta: Contatar, apresentar e relacionar as empresas da região interessadas na proposta receptiva de técnicos europeus. Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 2: Firmar convenio entre as indústrias da região e a Câmara Brasil Alemanha para atratividade dos engenheiros e realizar a atuação destes na região. Meta: Estabelecer o convênio com a Câmara Brasil Alemanha e aproximadamente 50 empresas interessadas no programa com agendamento da vinda dos engenheiros da Alemanha e organizar as condições de apoio a estada destes profissionais na região no período de sua visita bem como apoiar programas que incentivem a aquisição de novos equipamentos. Prazo: 120 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>A Câmara Brasil Alemanha, Indústrias e suas entidades de classe, Prefeituras Municipais.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim para novas ações nas indústrias.</p>
<p>Licitação: Não.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Públicas e particulares.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.</p>
<p>Investimentos:</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos com a permanência dos engenheiros e de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.</p>

Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 200.000,00			
Produto 2: R\$ 1.800.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo é de 120 meses considerando o convenio firmado e início da vinda dos profissionais europeus e sua atividade nas indústrias da região.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
INTERCAMBIO TÉCNICO DE PROFISSIONAIS EUROPEUS PARA PROCESSOS E TECNOLOGIAS INDUSTRIAIS NA REGIÃO.	Cadastrar industrias da região interessadas no programa	Mês 1	Mês 36
	Firmar convenio entre as indústrias da região e a Câmara Brasil Alemanha para atratividade dos engenheiros e realizar a atuação destes na região.	Mês 12	Mês 120

7.2.3 Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Infraestrutura e Gestão Pública

Projeto 20

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: NOVA PONTE DA ENTRADA DA CAPITAL DO RS
Localização: Corede MDJ
Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000.000,00.
Duração do projeto: 48 meses.
Responsável pela implementação: Governo Federal.
Escopo: Concluir a construção da nova ponte da entrada de Porto Alegre que recebe em especial o transito que se desloca a Capital pela BR 116 e 290 facilitando a mobilidade na região e para o Estado.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Concluir a nova ponte para a entrada a Porto Alegre e facilitar a distribuição do transito, bem como construir diversos acessos para interligação da malha rodoviária facilitando o transito na chegada a capital.
Justificativa: Estudos comprovaram a necessidade de eliminar gargalos no trânsito rodoviário que acessa a capital do Estado, pois a ponte atual não possui altura para permitir passagem de diversas embarcações. Assim, diariamente e em duas oportunidades, entre os turnos da manhas e tarde, ocorre o içamento do vão móvel, trancando o trânsito nos dois sentidos por mais de meia hora. Destaca-se que a sua manutenção já sofreu depreciação e, por diversas vezes, ocorreram problemas na descida do vão móvel, transcorrendo horas para receber conserto, além de acidentes e, também comprovados roubos de motoristas e passageiros que permanecem imóveis na pista. Outra solução é necessária, porque se a ponte

<p>atual sofrer qualquer abalo em sua estrutura não há outra opção sobre o rio naquelas imediações. A ponte foi projetada como solução de diversos problemas e estrategicamente colocada próxima à atual, com acessos de distribuição do trânsito, facilitando a saída para o oeste rumo de Canoas, para o aeroporto internacional, bem como para quem vai pela região ao litoral, ou mesmo, quem acessa a capital.</p>
<p>Beneficiários: Empresas e usuários do transporte rodoviário.</p>
<p>Resultados pretendidos: Conclusão da nova ponte de entrada da capital e seus acessos para facilitar a distribuição do trânsito, favorecendo ao deslocamento mais rápido e seguro no sentido interior capital e para escoamento do trânsito integrado a região metropolitana e as demais regiões do Estado especialmente no sentido oeste e sul.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Concluir a obra de construção da nova ponte da capital Meta: Agilizar as obras já iniciadas para conclusão da ponte que já havia recebido estimativa de conclusão em 2017e foi postergada. Prazo: 36 meses.</p>
<p>Produto 2: Construção de acessos asfálticos para a ponte da capital e sinalização Meta: Realizar a construção dos acessos de chegada e de saída da nova ponte da capital facilitando o sistema rodoviário integrado, contando com a BR duplicada e o escoamento mais rápido dos veículos para os destinos previstos. Instalar a sinalização de placas e pinturas para disciplinar o trânsito. Prazo: 48 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Governo Federal e Prefeitura Municipal</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim</p>
<p>Desapropriação: Sim.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim.</p>
<p>Licitação: Sim.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 70.000.000,00 (parte complementar).</p>
<p>Fontes de recursos: Públicos.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos: Gastos com execução de obras de construção do vão sobre o rio e dos acessos asfálticos e outras instalações e equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 68.000.000,00.</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos com projeto e manutenção de atividades, material de consumo, etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 50.000.000,00</p>

Produto 2: R\$ 20.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução é de 48 meses considerando a conclusão dos acessos e sinalização.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
NOVA PONTE DA ENTRADA DA CAPITAL DO RS	Concluir a obra de construção da nova ponte da capital.	Mês 1	Mês 36
	Construção de acessos asfálticos para a ponte da capital e sinalização.	Mês 12	Mês 48

Projeto 21

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: LIGAÇÕES ASFÁLTICAS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
Localização: Corede MDJ E RF1.
Valor total estimado do projeto: 402.000.000,00.
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado e Federal.
Escopo: Realização de ampliação, duplicação e novas ligações asfálticas entre os municípios da região promovendo a integrando com melhor logística e infraestrutura dos acessos rodoviários as principais estradas do Estado.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Pavimentar, melhorar e ou duplicar vias de acesso asfáltico em estradas estaduais e federais interligando os municípios da região pelas RS e BRs, facilitando o deslocamento de pessoas e cargas.
Justificativa: O desenvolvimento regional é penalizado e sofre afastamento de atração de capital e investidores pela falta de uma infraestrutura para transporte que dote a região de visibilidade como logística integrada para seus diversos programas, acarretando enormes gastos aos motoristas com despesas em seus veículos pelas condições de algumas estradas bem como outros gastos. Tal procedimento em termos de melhoria de pavimentação, duplicação e novas com seus acessos e sinalização se fazem extremamente necessária para ampliação das vantagens competitivas.
Beneficiários: A população dos municípios que receberão a ligação asfáltica bem como todos que a passeio, ensino, negócio ou outra finalidade se deslocam pela região.
Resultados pretendidos: Realizar a ligação asfáltica entre municípios da região com ações prioritárias em extensão de 66,4 km e duplicações em área de 95 km em áreas de Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Eldorado do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Guaíba, favorecendo os munícipes e visitantes, bem como o deslocamento mais seguro isto já no médio prazo.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Duplicação asfáltica em estradas sendo RS e BRS.

Meta: Duplicar trechos de RS e BRS pela necessidade de trafegabilidade uma vez que aumentou fortemente a demanda de transito e para ter estradas mais seguras, sendo as principais:

- Alvorada na RS 118 ligando a Viamão em trecho de 6 km e complementar com ligação para Porto Alegre com 9 km. Estrada caminho do meio com ligação regional a Porto Alegre com 10 km;
- Cachoeirinha para Sapucaia do Sul e para Gravataí pela RS 118 com extensão de 12 km
- Guaíba via Eldorado do Sul pela estrada do Conde em extensão de 20 km não sendo o projeto do PAC Mobilidade;
- Viamão pela RS 118 ligando a Gravataí em percurso de 21 km. Pela RS 040 ligando a Avenida Protásio Alves em Porto Alegre em 12 km com ciclovia anexa;
- Santo Antônio da Patrulha pela RS 030 com aproximadamente 5 km na base do perímetro urbano.

Prazo: 96 meses (incluso projeto e autorizações).

Produto 2: Ligações asfálticas nos municípios da região e outras obras.

Meta: Asfaltamento e melhorias em estradas com pavimentação antiga e depreciada de diversos trechos de construção e ou melhoria de pontilhões, elevadas e viadutos e sua sinalização, sendo os principais:

- Alvorada com a construção de viaduto na RS 118 em área de ligação para Cachoeirinha, dique de contenção, pavimentação para área do distrito industrial em 1,5 Km na avenida das industrias e dos estados, ponte do Arroio Feijó, acesso para a avenida Getúlio Vargas em 6 Km, passagem de nível entre a avenida Frederico Dill e avenida Getúlio Vargas;
- Cachoeirinha com construção de trevo de acesso a Freeway pela Rua Papa João XXIII;
- Glorinha pela ligação com o município de Taquara por extensão de 12 km, recapeamento asfáltico pela avenida 4 de maio a BR 290 com extensão de 4 km;
- Santo Antônio da Patrulha para Caraá em trecho de 9 km, acesso municipal ligando a Freeway pela continuação da Avenida Afonso Porto Emerim com 3,4 km, pela RS 030 até a localidade de Costa da Miraguaia e Passo das moças com 5,5 km, pela RS 030 entre localidade de Montenegro (encosta da Lagoa dos Barros) em área denominada rota da cachaça ou caminho gaúcho de Santiago com 2 km, construção de rótula no acesso a RS 030 ligando a rua Major João Villa Verde e avenida Afonso Porto Emerim;
- Viamão pela RS 040 até a RS 118 com 23 km sendo que 5 km desta via foi asfaltada para em 2014 para o período da copa do mundo de futebol, pois a seleção do Equador se hospedou no Hotel Vila Ventura, porém, esta parte já está depreciada e com a ligação para Gravataí e para o parque de Itapuã tendo o acesso ao parque pela avenida Frei Pacifico.

Prazo: 96 meses (incluso projeto e autorizações)

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos envolvidos na realização do projeto para as obras são o DAER, DNIT, Secretaria Estadual de Transportes, prefeituras municipais, FEPAM e

Construtoras.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Sim.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros: Recursos do PAC.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 402.000.000,00.			
Fontes de recursos: Municipal, Estadual e Federal.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com projeto e execução de obras é de R\$ 402.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 198.000.000,00			
Produto 2: R\$ 204.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução da totalidade das obras é de 96 meses considerando o recapeamento a ser feito com reposição e as duplicações com prazo mais elástico.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
LIGAÇÕES ASFÁLTICAS ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO	Duplicação asfáltica em estradas sendo RS e BRS.	Mês 1	Mês 96
	Ligação asfálticas nos municípios da região e outras obras.	Mês 1	Mês 96

Projeto 22

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: ESTRADAS VICINAIS DE INTERLIGAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO E AS RODOVIAS ESTADUAL E FEDERAL.			
Localização: Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: R\$ 96.080.000,00.			
Duração do projeto: 96 meses.			
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais e DAER			
Escopo: Melhoria nas condições das estradas vicinais interligando os municípios da região, bem como a construção de trevos de acesso em áreas críticas, facilitando o deslocamento dos veículos transportando cargas e pessoas, encurtando distancias e ampliando rotas que atualmente não são plenamente utilizadas juntamente com a geração de economia.			

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Possibilitar com obras de manutenção a trafegabilidade em qualquer época do ano do trânsito leve e pesado nas vias vicinais entre os municípios da região com sua sinalização e manutenção anual em área de 2.402 Km considerados prioritários.
Justificativa: A região do Corede MDJ possui vasto volume de estradas vicinais interligando áreas urbanas e rurais as quais em sua ampla maioria são beneficiadas pelas ações das prefeituras municipais, porém, o custo elevado de tais obras anuais vem apresentando um peso significativo no orçamento de cada município, também são trabalhados os pontilhões e áreas de inundação.
Beneficiários: Pessoas e empresas com deslocamento rodoviário constante entre municípios da região ampliando a segurança no trânsito.
Resultados pretendidos: Melhorar as estradas vicinais nos municípios e preparação em algumas para posterior pavimentação asfáltica.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estradas vicinais
Meta: Prover melhorias em estradas vicinais em áreas que passaram especialmente nos últimos anos a receber maior tráfego pelo escoamento da produção rural, ou pelo incremento do turismo ou pelo deslocamento nas atividades profissionais das pessoas não sendo a totalidade de estradas existentes nos municípios, porém, apresentando a soma de percursos em 2.402 km, citando em especial:
<ul style="list-style-type: none"> - Alvorada em trechos de 187 km - Cachoeirinha em trechos de 102 km - Eldorado do Sul em extensão 298 km - Gravataí em extensão de 187 km - Guaíba em trecho de 228 km - Glorinha em extensão de 312 km - Porto Alegre em extensão de 240 km - Santo Antônio da Patrulha em trecho de 430 km - Triunfo em extensão de 270 km - Viamão com trecho de 148 km
Prazo: 48 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Órgãos envolvidos na realização do projeto são o DNIT, DAER, Fepam e prefeituras municipais.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim.
Outros: Recursos do PAC.
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 96.080.000,00.

Fontes de recursos: Públicos.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com projeto e execução de obras de acesso aos municípios no valor de R\$ 96.080.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 96.080.000,00.			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução é de 96 meses considerando as repetições anuais nas obras.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ESTRADAS VICINAIS DE INTERLIGAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO E AS RODOVIAS ESTADUAL E FEDERAL	Estradas vicinais	Mês 1	Mês 96

Projeto 23

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ESTUDAR OPÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA (EÓLICA, SOLAR, HÍDRICA, BIOMASSA E TÉRMICA).
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: 2.500.000,00.
Duração do projeto: 84 meses.
Responsável pela implementação: Governo Estadual.
Escopo: Realizar estudo aprofundado em toda a região mapeando todas as possibilidades de implantação de projetos para geração voltados a geração de energias alternativas com base na biomassa, eólica onde o Brasil esta entre os 10 maiores do mundo, hídrica, solar, térmica e pela queima de cavacos de madeira.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Prover pesquisa sobre todos os potenciais que podem ser aproveitados para gerarem investimentos ou atrair investidores voltados a produção de energia, baixando o custo desta geração e transmissão.
Justificativa: Na área do Corede MDJ existem vantagens naturais competitivas para geração de energia especialmente no meio rural, assim, deve-se proceder a pesquisa através da atuação de técnicos especializados em cada área de geração energética e sua possibilidade e custo de transmissão para ser utilizada em áreas rurais quanto urbanas especialmente com a utilização de recursos naturais renováveis visando a questão ambiental com novas tecnologias de geração de

energia mais limpas ou firmes.
Beneficiários: População em geral com obtenção de energia de baixo custo.
Resultados pretendidos: A médio prazo está o mapeamento das áreas e seus potenciais para produção de energia e sua transmissão permitindo avançar na proposta de geração de energia de modo alternativo. A longo prazo, a instalação de equipamentos para obtenção e transmissão desta energia, a qual deve responder favoravelmente aos aspectos ambientais e ser produzida com baixo custo e comercializada por valores bem inferiores aos atuais.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudo de potencial e viabilidade de energia produzida por meios alternativos
Meta: Detectar e mapear as áreas com maior incidência de:
- vento e sua constância, com possibilidade de geração de energia;
- biomassa a ser gerada pela queima de madeira e outros materiais como casca de arroz;
- ação hídrica;
- raios solares em placas de captação (fotovoltaica).
Prazo: 84 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Os órgãos das áreas ambientais e técnicas das prefeituras, Governo do Estado (diversas secretarias), pesquisadores das IES e de empresas especializadas, SEMA, Copelmi e DRH.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Sim (para execução de projeto piloto).
Licença Ambiental: Sim (para execução de projeto piloto).
Licitação: Sim.
Outros: Recursos de esfera Federal e internacional e fontes de financiamento de pesquisa.
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.
Fontes de recursos: Estadual, Federal e da iniciativa privada.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Gastos com equipamentos, material permanente etc., no valor estimado de R\$ 400.000,00.
Despesas Correntes: Gastos com pesquisa, mapeamento e manutenção de atividades bem como material de consumo R\$ 2.100.000,00.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 2.500.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
O prazo deste projeto é de 84 meses uma vez que serão estabelecidas pesquisas por diversas equipes especializadas em cada área e seu mapeamento.

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ESTUDAR OPÇÕES DE GERAÇÃO DE ENERGIA (EÓLICA, SOLAR, HIDRICA, BIOMASSA E TERMICA)	Estudo de potencial e viabilidade de energia produzida por meios alternativos.	Mês 1	Mês 84

Projeto 24

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: EXPANSÃO DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PESSOAS NA REGIÃO VIA CATAMARÃ.
Localização: Corede MDJ e RF1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado (órgãos de transporte e de licenciamento).
Escopo: Ampliar a utilização do Catamarã na região especialmente com o licenciamento de novas rotas e hidroviárias via rio Jacuí e Lagoa dos Patos interligadas as atuais e a Porto Alegre.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar o acesso de pessoas a este tipo de transporte, auxiliando na redução do tráfego rodoviário já congestionado e dinamizando este setor.
Justificativa: Estudos recentes apontam a viabilidade e manutenção das linhas atuais especialmente Guaíba a Porto Alegre e a viabilidade de uso do catamarã pelo rio Jacuí provindo de Triunfo e captando passageiros em São Jerônimo e Charqueadas, tendo outro estudo com base no município de Eldorado do Sul, além de outros municípios da RF1 como Barra do Ribeiro e Tapes todos interligados e direcionados a Porto Alegre.
Beneficiários: Usuários de transporte coletivo e turistas.
Resultados pretendidos: Estabelecer nova linha de Triunfo e de Eldorado Sul a Porto Alegre.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estudar a viabilidade técnica para transporte via catamarã. Meta: Executar pesquisa de mercado e avaliação de custos e expectativa de receita e definição de locais para embarque e desembarque e transporte de apoio nestes pontos. Prazo: 24 meses.
Produto 2: Licenciamento das operações e sinalizar a hidrovia. Meta: Encaminhar via FEPAM e demais órgãos as solicitações de licenciamento ambiental e de transporte bem com ter a sinalização do rio e lagoa conclusas.

Prazo: 36 meses.			
Produto 3: Executar as obras de construção de hidrovíaria, aquisição dos catamarãs e sistema de controle de tráfego.			
Meta: Construção da hidrovíaria em Triunfo no rio Jacuí e no município de Eldorado do Sul e aquisição de quatro catamarãs de tamanhos diferentes.			
Prazo: 120 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Órgãos envolvidos na realização do projeto: Governo Estadual, FEPAM, iniciativa privada.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Não (salvo condição especial).			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.			
Fontes de recursos: Governo Estadual, prefeituras municipais e iniciativa privada			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Execução de obras nas hidrovíarias, na sinalização e demais descritas em cada um dos produtos no valor global de R\$ 10.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 250.000,00			
Produto 2: R\$ 250.000,00			
Produto 3: R\$ 9.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução é de 120 meses, pois inclui a manutenção da proposta uma vez que para os estudos foram computados apenas dois anos haja visto já existirem vários porem não oficiais.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
EXPANSÃO DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PESSOAS NA REGIÃO VIA CATAMARÃ.	Estudar a viabilidade técnica para transporte de catamarã.	Mês 1	Mês 24
	Licenciar as operações e sinalizar a hidrovía.	Mês 12	Mês 36
	Executar as obras de construção de hidrovíaria, aquisição dos catamarãs e sistema de controle de tráfego.	Mês 12	Mês 120

Projeto 25

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: AMPLIAÇÃO DO ACESSO A TELEFONIA MOVEL E INTERNET NO MEIO URBANO E RURAL
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 72 meses.
Responsável pela implementação: Governo Federal (organizações operadoras da área de telefonia móvel e internet).
Escopo: Possibilitar o meio urbano e rural de condições permanentes para utilização de telefone móvel e internet.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Permitir aos habitantes do meio urbano e rural a disponibilidade permanente dos serviços de telefonia móvel bem como da utilização da rede de informações (internet).
Justificativa: A telefonia móvel está disponibilizada com bom sinal nas sedes dos municípios, porém, o mesmo não ocorre em alguns distritos e nas zonas rurais que possuem faixas de funcionamento e outras totalmente nulas obrigando as pessoas a deslocamento de suas residências em caso de necessidade de utilização de telefone, bem como o sinal de internet o que pode facilitar a utilização pessoal e especialmente nas escolas do meio rural para atividades dos alunos nos laboratórios de informática, ampliando seu nível de estudo e conhecimento, bem como permitir avanço aos pequenos comerciantes com colocação de equipamentos em seus estabelecimentos.
Beneficiários: População residente no meio urbano e rural, área empresarial e trabalhadores em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços dentre outros.
Resultados pretendidos: Concluir a ampliação da área de cobertura de sinal de telefonia móvel urbana e rural e de internet com colocação de diversas torres de transmissão destes sinais mesmo em áreas com baixa população residente a médio e longo prazos, gerando avanço para opções tecnológicas e integrando e ampliando a segurança na região.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Pesquisar e definir as áreas com necessidade de implantação de torres de transmissão de sinal. Meta: Efetivar estudo de viabilidade e localização de torres transmissoras de sinais e encaminhamento de licenciamento destas áreas com apoio das Prefeituras Municipais. Prazo: 36 meses
Produto 2: Concretizar a implantação de torres e meios de transmissão de sinal para telefonia móvel e internet. Meta: Prover a instalação de torres de transmissão de sinal dotando as áreas urbanas e rural da região de vasta cobertura de sinal com qualidade para utilização dos serviços da telefonia móvel rural e da internet. Prazo: 72 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

As equipes técnicas das empresas operadoras da área de telefonia móvel, Fepam, Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Governo Federal			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Sim em alguns casos.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00.			
Fontes de recursos: Empresas operadoras do sistema.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente etc., em R\$ 5.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 300.000,00			
Produto 2: R\$ 4.700.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado é de 72 meses contando o período inicial de pesquisa e a disponibilidade de implantação de torres de transmissão para posterior implantação.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
AMPLIAÇÃO DO ACESSO A TELEFONIA MOVEL E INTERNET NO MEIO URBANO E RURAL	Pesquisar e definir as áreas com necessidade de implantação de torres de transmissão de sinal.	Mês 1	Mês 36
	Concretizar a implantação de torres e meios de transmissão de sinal para telefonia móvel e internet.	Mês 12	Mês 72

Projeto 26

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS RECEPTIVAS
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais.
Escopo: Estudo, destinação e construção de infraestrutura receptiva para distritos industriais nos 10 municípios da região, com áreas licenciadas e infraestrutura disponível para programa de atratividade industrial.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

<p>Objetivo: Estabelecer nos 10 municípios da região ação de definição e organização de áreas selecionadas para processo receptivo de plantas indústrias, dotando os mesmos de maior competitividade para atração de investimentos.</p>
<p>Justificativa: Na região do Corede MDJ existem pequenos municípios que necessitam ampliar sua industrialização, assim se faz necessária a atração de novos empreendimentos os quais vão necessitar de infraestrutura, estudo de logística integrada e cadastro na sala do investidor para serem apresentados a nível nacional e internacional a possíveis investidores.</p>
<p>Beneficiários: Trabalhadores que irão atuar nos distritos industriais, Governo com arrecadação de tributos e a organizações produtoras que serão instaladas em áreas estruturadas e pensadas em sua logística evitando os problemas de urbanização ao redor dos distritos industriais atuais.</p>
<p>Resultados pretendidos: Pesquisar, licenciar e implantar áreas para atratividade e sua posterior ocupação pelas empresas da área industrial a longo prazo, aumentando a competitividade com ações proativas e receptivas, além de consideradas as informações do ZEE, dinamizando setores de interesse de cada município da região.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Estudar e projetar as áreas nos municípios da região para formação de novo distrito industrial.</p> <p>Meta: Após pesquisa e estudo das diversas opções e considerando os planos diretores de cada município e a melhor opção diante de diversos fatores e estabelecer critérios para realizar a infraestrutura necessária.</p> <p>Prazo: 48 meses.</p>
<p>Produto 2: Obras de infraestrutura do distrito industrial.</p> <p>Meta: Executar o planejamento das obras de infraestrutura necessária, como instalação de rede de água encanada, luz elétrica, vias de deslocamento e acesso, sinalização e arruamento interno com lotes definidos, e instalação de estações de tratamento de esgoto e atender demais necessidades diante de especificidades.</p> <p>Prazo: 60 meses.</p>
<p>Produto 3: Material de divulgação do distrito industrial.</p> <p>Meta: Proceder a produção impressa e por meio eletrônico da apresentação do distrito industrial com base municipal e regional tornando-o disponível aos órgãos de governo e de fomento de investimentos, bem como em eventos de apresentação de municípios e negócios diversos com sua atualização periódica.</p> <p>Prazo: 96 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Prefeituras municipais, agentes de desenvolvimento dos municípios, Governo Estadual e Federal.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Sim em algumas situações.</p>

Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim em algumas situações.			
Outros: Recursos especiais de origem federal.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.000.000,00.			
Fontes de recursos: Governos Federal, Estadual e Municipal.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Aquisição de área e execução de obras de R\$ 9.700.000,00.			
Despesas Correntes: Pesquisa, projetos e material informativo de R\$ 300.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 200.000,00			
Produto 2: R\$ 9.500.000,00			
Produto 3: R\$ 300.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo visando os 10 municípios e suas atualizações em termos de oferta de distritos industriais é de 96 meses para sua conclusão.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE ÁREAS INDUSTRIAIS RECEPTIVAS	Estudar e projetar as áreas nos municípios da região para formação de novo distrito industrial.	Mês 1	Mês 48
	Obras de infraestrutura do distrito industrial.	Mês 12	Mês 60
	Material de divulgação do distrito industrial.	Mês 12	Mês 96

Projeto 27

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: MANUTENÇÃO DA HIDROVIA DO RIO JACUI/GUAIBA/LAGOA DOS PATOS.			
Localização: Corede MDJ e RF1.			
Valor total estimado do projeto: 2.500.000,00.			
Duração do projeto: 144 meses.			
Responsável pela implementação: Governo do Estado.			
Escopo: Efetivar melhorias e de modo permanente a manutenção pela dragagem da hidrovia do rio Jacuí, Guaíba e da Lagoa dos Patos na região de localização dos municípios do Corede MDJ e RF1.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			
Objetivo: Estabelecer condição permanente da utilização da hidrovia do rio Jacuí, Guaíba e lagoa dos Patos com trafegabilidade e calado suficiente para embarcações de maior porte.			

Justificativa: A utilização da hidrovia pode receber ampliação não apenas por barcos e chatas ligados a transporte de madeira e mineração, mas para transporte de grãos rumo ao porto de Rio Grande e transporte de pessoas via catamarã.			
Beneficiários: Empresas e pessoas usuários da hidrovia do Jacuí/Guaíba/Lagoa dos Patos, especialmente transportadores de cargas por embarcação própria ou fretada.			
Resultados pretendidos: Ter a hidrovia navegável em toda a sua na área do Corede MDJ e boa parte da RF1.			
3 - PRODUTOS DO PROJETO			
Produto 1: Melhorias e manutenção da dragagem no percurso do rio Jacuí/guaíba/lagoa dos patos na área de abrangência do MDJ.			
Meta: Realizar a dragagem no rio Jacuí/Guaíba/Lagoa dos patos em extensão superior a 80 Km.			
Prazo: 144 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
O Governo Estadual (Deprec e SEMA), DRH, Comitês de Bacias Hidrográficas.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Gastos com melhorias e a manutenção anual de atividades de dragagem no valor de R\$ 2.500.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 2.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses contando com a manutenção permanente durante toda a vigência do plano.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
MANUTENÇÃO DA HIDROVIA DO RIO JACUI/GUAIBA/LAGOA DOS PATOS.	Manutenção e dragagem no percurso do rio Jacuí/guaíba/lagoa dos patos na área de abrangência do Corede MDJ	Mês 1	Mês 144

Projeto 28

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00.
Duração do projeto: 36 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais.
Escopo: Mapear e realizar estudo sobre as principais áreas públicas em cada município visando seu embelezamento, revitalização e melhor ocupação ou destinação.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estudar, discutir propostas de melhor utilização dos espaços públicos e confeccionar projetos de revitalização das praças das cidades, de prédios tombados a tombos e outros patrimônios históricos ou de áreas de circulação.
Justificativa: Em todos os municípios da região se pode perceber que, nas últimas décadas, os espaços públicos estão sendo fortemente reduzidos pela especulação imobiliária, necessitando um olhar especial dos novos prefeitos e de suas administrações públicas, bem como dos usuários. Neste sentido deve ser estabelecido estudo sobre as principais áreas, em especial as praças públicas no centro ou nos bairros, para uma retomada deste espaço de circulação e integração de pessoas - evitando a ocupação clandestina e a depredação.
Beneficiários: Residentes e visitantes dos municípios.
Resultados pretendidos: Estudar e mapear áreas públicas nos 10 municípios com propostas de revitalização destes espaços públicos incluindo estes no inventário turístico e gerando um ambiente melhor aos habitantes.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Mapear praças, espaços de circulação, construções e outras de enquadramento público. Meta: Estabelecer com equipe técnica o inventário, através do mapeamento das áreas públicas, sua destinação e atual estado em cada município. Prazo: 12 meses
Produto 2: Projeto de melhor utilização dos espaços públicos. Meta: Proceder após análise e debate com a sociedade aos projetos para melhor utilização destes espaços, podendo resultar em revitalização, ampliação, modernização, plantio de árvores e plantas ornamentais, edificações e outros a serem realizados com novo projeto de captação de recursos e obras de execução junto a municipalidade e a sociedade, integrando algumas destas propostas ao inventário turístico. Os encontros que antecedem aos projetos podem ter os COMUDEs como articuladores, inclusive incluindo votações se necessário durante o período da Consulta Popular. Prazo: 36 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Prefeituras municipais (equipes técnicas), entidades classistas, CREA, ONGs, órgãos ambientais, Câmara de Vereadores, COMUDEs.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não (será necessária para implementação).			
Licitação: Não.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.			
Investimentos:			
Despesas Corrente: Realização de estudo, avaliação, mapeamento e projeto bem como material de consumo etc., no valor de R\$ 400.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 100.000,00			
Produto 2: R\$ 300.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é estimado em 36 meses com conclusão dos projetos.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS	Mapear praças, espaços de circulação, construções e outras de enquadramento público.	Mês 1	Mês 12
	Projeto de melhor utilização dos espaços públicos	Mês 12	Mês 36

Projeto 29

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: PONTE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA RF1 PELO RIO JACUÍ			
Localização: Região Funcional 1 e Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: 67.000.000,00.			
Duração do projeto: 84 meses.			
Responsável pela implementação: Governo Federal.			
Escopo: Construção da ponte ligando os municípios de Triunfo, do Corede MDJ, a São Jerônimo, da região Centro-Sul, sobre o rio Jacuí do RS - com facilitação de deslocamento de cargas rumo ao Sul para o Porto de Rio Grande - encontrando a BR 470, composto por um vão de aproximadamente 1.500 metros e acessos asfálticos dos lados das duas margens ligando a travessia a BR 290 e BR 470.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			
Objetivo: Estabelecer na região uma travessia via construção de uma ponte sobre			

<p>o rio Jacuí potencializando o transporte rodoviário no Estado com nova rota ligando a metade norte a sul com baixo custo e reduzindo o risco de passagem por área concentrada da região metropolitana, sendo que atualmente a travessia é feita com a utilização de bote de passageiros e balsas para veículos com limitação de tonelagem.</p>
<p>Justificativa: O Estado do Rio Grande do Sul necessita ampliar suas possibilidades rodoviárias que estão limitadas pelo horário e volume transportado por balsas que não atuam em horário integral sobre o rio Jacuí na área da RF1 e não operam quando não possuem visibilidade ou em períodos de cheias a fora acidentes constantes que as impedem deixando a população e visitantes sempre na dependência de fatores favoráveis para travessia que em momentos de pico gera longas filas com espera de horas para concluir o percurso de cruzar um rio. Outra situação esta ligada a nova alternativa para o deslocamento de carga e se ocorrer acidente com a ponte do Guaíba permitindo contornar a entrada de Porto Alegre e nova rota para ligação de cargas ao Porto de Rio Grande via BR 290 e BR 470. Tal investimento permite novos negócios comerciais e de serviços e ampliação de tráfego e do turismo.</p>
<p>Beneficiários: Residentes da RF1 e do RS com vantagem de deslocamento em nova rota pela construção da ponte e seus acessos.</p>
<p>Resultados pretendidos: A longo prazo a construção da ponte entre as cidades de Triunfo e São Jerônimo/Charqueadas, sobre o rio Jacuí cujo leito possui aproximadamente 700 metros e receberia um vão aproximadamente 1.500 metros com asfalto após a cabeceira da ponte de aproximadamente 5 km interligando a RS 401/BR290 e a BR 470 pelo lado Sul, facilitando o deslocamento de cargas e pessoas dentro da RF1 e fora desta, beneficiando a todos com nova rota sem a rotineira espera por barca, tal agilidade dotará a região de uma vantagem competitiva.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Construção da ponte sobre o rio Jacuí com vão de 1.500 metros e acesso asfáltico nos lados norte e sul efetivando a ligação via transporte rodoviário entre Triunfo X São Jerônimo / Charqueadas.</p> <p>Meta: Construção e sinalização da ponte sobre o rio Jacuí e acessos asfálticos ao norte em Triunfo a sul após a cabeceira da ponte um acesso paralelo a RS 401 por aproximadamente 4 Km e interligando a mesma antes da divisa com o município de Charqueadas para ligação ao porto de Rio Grande.</p> <p>Prazo: 84 meses (projeto, licenças, desapropriações e edificação).</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Governo Federal e Estadual, Fepam, prefeituras municipais, empreiteiras, secretarias de estado, Comitê de Bacia Hidrográfica.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Sim.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim.</p>
<p>Licitação: Sim.</p>

Outros: Recursos do PAC.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 67.000.000,00.			
Fontes de recursos: Municipal, Estadual e Federal.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Projetos, licenças, execução de obras e das desapropriações R\$ 67.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 67.000.000,00.			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo previsto para execução é de 84 meses, incluso a construção da ponte da integração e dos acessos asfálticos, contando com três pré-projetos e o licenciamento e desapropriação.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PONTE DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA RF1 PELO RIO JACUÍ	Construção da ponte sobre o rio Jacuí com vão de 1.500 metros e acesso asfáltico nos lados norte e sul efetivando a ligação via transporte rodoviário entre Triunfo X São Jerônimo /Charqueadas.	Mês 1	Mês 84

Projeto 30

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO AEROPORTO SALGADO FILHO			
Localização: Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: 60.000.000,00.			
Duração do projeto: 144 meses.			
Responsável pela implementação: Governo Federal.			
Escopo: Ampliação da pista, das instalações físicas e modernização no sistema de informática.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			
Objetivo: Ampliar e modernizar o aeroporto internacional do Estado sediado em Porto Alegre provendo ampliação de sua capacidade, de segurança e de facilitação aos usuários bem como a maior extensão da pista e nova construção de outro prédio garagem.			
Justificativa: Um indicador utilizado para medir a eficiência de transporte e capacidade das metrópoles fica ligado as condições de seu aeroporto internacional, assim, o aeroporto Salgado Filho que já recebeu melhorias com novas edificações necessita completar as suas obras bem como a ampliação de pistas e de sistemas de atendimento aos usuários, uma vez que a demanda tem apresentado espaço para crescimento e com a breve recuperação da economia			

este meio de transporte tende a receber um incremento. Cabe observar que no início de 2017 ocorreu o leilão de privatização do aeroporto o qual foi vencido por empresa, cujo grupo Fraport AG Frankfurt possui sede na Alemanha e que irá atender as demandas registradas por prazo de 25 anos, tendo um pagamento de 382 milhões de reais, dos quais 290 milhões foram pagos no ato ao Governo Federal			
Beneficiários: Usuários deste modo de transporte e trabalhadores no setor da aviação.			
Resultados pretendidos: Conclusão das obras do projeto de expansão do aeroporto salgado e modernização de equipamentos.			
3 - PRODUTOS DO PROJETO			
Produto 1: Concluir as obras de expansão do aeroporto Salgado Filho			
Meta: Prover conforme projeto e licenciamento as obras de estrutura física, ampliação de hangar de pista de espaço de conveniência e de equipamentos de segurança de voo e eletrônicos e sua permanente manutenção, bem como novo prédio garagem.			
Prazo: 144 meses			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Governo Federal, Estadual e Municipal, ANAC, companhias aéreas, Fepam, associação dos aeroviários e profissionais do setor.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Sim.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros: Recursos federais e particulares.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.000.000,00.			
Fontes de recursos: Público e privado.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.			
Investimentos: Despesas com desapropriação, execução de obras e instalações, aquisição de equipamentos, material permanente e outros no valor total de R\$ 60.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 60.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução é de 144 meses, pois, além das obras previstas no projeto de expansão estão a sua manutenção.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO	Concluir as obras de expansão do aeroporto Salgado Filho	Mês 12	Mês 144

DO AEROPORTO SALGADO FILHO			
---------------------------------------	--	--	--

7.2.4 Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Institucional

Projeto 31

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CENTRO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CLUSTER DA SAÚDE
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00.
Duração do projeto: 120 meses.
Responsável pela implementação: Santa Casa e UFCSPA em conjunto.
Escopo: Execução das atividades do Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde, com base na estrutura da Santa Casa e da UFCSPA, e de parceiros que venham a se agregar, visando o desenvolvimento tecnológico de produtos e serviços na área da saúde de baixa, média e alta complexidade. Atuação em parceria com o Medical Valley da Alemanha.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Instalação do Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde no Campus Universitário da UFCSPA e da Santa Casa (hospital de ensino), atuando na geração de produtos e serviços inovadores.
Justificativa: O Corede MDJ em sua região possui a centralização em Porto Alegre das ações de polo de modernização tecnológica necessitando avançar em outros municípios como Santa Antônio da Patrulha, com possibilidade de parceria com a Prefeitura Municipal bem como as demais IES, visando a geração de novos negócios com inovação e agregação de valor a seus produtos, para melhorar a assistência à saúde da população do Corede MDJ.
Beneficiários: População do Corede MDJ e de outros Coredes do RS.
Resultados pretendidos: Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde instalado e operante, gerando produtos e serviços na área da saúde, inclusive com o encaminhamento dos mesmos para registro de patentes, criando uma atmosfera de sinergia entre diferentes players da inovação na área.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Instalação de Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde em Porto Alegre.
Meta: Criar e instalar o Centro de Inovação junto à UFCSPA/Santa Casa
Prazo: 120 meses
Produto 2: Ampliação do atual Centro de Simulação conjunto Santa Casa/UFCSPA
Meta: Ampliar as dependências físicas, equipes de docentes e técnicos bem como de equipamentos existentes e modernizar espaços e adquirir novos equipamentos.
Prazo: 120 meses

<p>Produto 3: Instalação de Centro de Inovação em Santo Antônio da Patrulha. Meta: Meta: Instalar novos polos especialmente nos municípios como Santo Antônio da Patrulha. Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 4: Edificação de Incubadoras empresariais internas nas IES. Meta: Meta: Instalar programa de incubadoras nas dependências das IES com instalações equipamentos e programas. Prazo: 120 meses</p>
<p>Produto 5: . Ampliação da oferta de cursos na área de tecnologia aplicada à Saúde (Engenharia Biomédica etc.) para suprir a carência de especialistas na área. Meta: Ofertar novos cursos de graduação e pós-graduação na área de tecnologia aplicada à Saúde (Engenharia Biomédica etc.) para suprir a carência de especialistas na área. Prazo: 120 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p> <p>Os órgãos envolvidos na realização do projeto são As IES e suas fundações, a Santa Casa de Porto Alegre, Secretarias de Desenvolvimento Econômico dos municípios, pesquisadores e convênios com organizações interessadas nos resultados advindos da operação do Cluster. Cluster da Saúde (quando formalizado).</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Sim.</p>
<p>Licitação: Sim para alguns casos.</p>
<p>Outros: Recursos de programas especiais.</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Fontes de recursos: IES, Governo do Estado e da União, emendas parlamentares, prefeituras e da iniciativa privada nacional e internacional.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos: Gastos com execução de obras e instalações R\$ 10.500.000,00, equipamentos e material permanente R\$ 8.500.000,00.</p>
<p>Despesas Correntes: Gastos com manutenção de atividades, material de consumo, etc., R\$ 2.000.000,00.</p>
<p>Investimentos e despesas correntes por produto:</p>
<p>Produto 1: R\$ 9.000.000,00</p>
<p>Produto 2: R\$ 3.000.000,00</p>
<p>Produto 3: R\$ 1.000.000,00</p>
<p>Produto 4: R\$ 2.000.000,00</p>

Produto 5: R\$ 6.000.000,00.			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde em Porto Alegre e aquisição de novos equipamentos com prazo de 36 meses. Ampliação do atual Centro de Simulação conjunto Santa Casa/UFCSPA com previsão de 60 meses e as incubadoras em espaço conjunto recebem a mesma previsão de tempo de implantação e teto da proposta em 120 meses. Instalação de Centro de Inovação em Santo Antônio da Patrulha em 12 meses a partir do 40º mês. Oferta de cursos na área de tecnologia aplicada à Saúde a parti do 36º mês até o final dos 120 meses.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CENTRO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO CLUSTER DA SAÚDE	Instalação de Centro de Inovação Tecnológica do Cluster da Saúde em Porto Alegre.	Mês 1	Mês 120
	Ampliação do atual Centro de Simulação conjunto Santa Casa/UFCSPA.	Mês 12	Mês 120
	Instalação de Centro de Inovação em Santo Antônio da Patrulha.	Mês 12	Mês 120
	Edificação de Incubadoras empresariais internas nas IES.	Mês 24	Mês 120
	Produto 5: Ampliação da oferta de cursos na área de tecnologia aplicada à Saúde (Engenharia Biomédica, etc.) para suprir a carência de especialistas na área.	Mês 36	Mês 120

Projeto 32

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo Estadual.
Escopo: Modernizar e aparelhar os órgãos de segurança pública com aquisições de viaturas e equipamentos para Brigada Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Susepe.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Reestruturar e modernizar os equipamentos utilizados pela polícia militar e civil e corpo de bombeiros, possibilitando maior eficiência nas suas atividades.
Justificativa: Os indicadores da criminalidade e das ações marginais não param de se elevar em todo o RS e especial em regiões de maior concentração populacional como é o MDJ e a região apresenta lenta reação, assim, cabe programa continuado de reposição de veículos e equipamentos que sofrem

depreciação acelerada e atualizar os seus programas eletrônicos de escuta e segurança, pois com a melhoria de tais condições se apresenta juntamente com aumento de efetivo uma condição inibidora a ação de quadrilhas, bandidos e outros contraventores.
Beneficiários: A população civil e para as empresas.
Resultados pretendidos: Modernizar equipamentos e meios de trabalho para a Brigada militar da polícia civil e do corpo de bombeiros bem como da Susepe.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Veículos e demais equipamentos da área de segurança. Meta: Adquirir helicóptero (2), camionetes (90), veículos leves (220), armamento (300 pistolas e 60 carabinas), munição (variada), coletes (350) e demais itens necessários ao exercício dos órgãos de segurança, contando os totais com a sua reposição anual e acréscimo deste com o aumento do efetivo, bem como aquisição de caminhões (4) para o corpo de bombeiros gerando reposição destes veículos que contam com equipamentos desgastados. O estudo deve levar em conta para os veículos um período médio de 3 anos de depreciação para sua reposição, podendo estes serem repassados ainda com vida útil a outras unidades do interior do Estado. Prazo: 144 meses
Produto 2: Equipamentos para área da inteligência policial Meta: Adquirir equipamentos modernos (drones, filmadoras de longo alcance, equipamentos de escuta, máquinas fotográficas especiais etc.) para ações estratégicas bem como modernizar o sistema de informática e dos microcomputadores, com reposição anual. Prazo: 144 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Governo Estadual, com parcerias das prefeituras, Consepro e da iniciativa privada.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000.000,00
Fontes de recursos: Públicos (Orçamento Estadual e Federal) e privados (parcerias com entidades classistas e doações do exterior).
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Aquisição de veículos, equipamentos de segurança, microcomputadores e materiais no valor de R\$ 100.000.000,00.
Despesas Correntes:

Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 62.000.000,00			
Produto 2: R\$ 38.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução referente a todas as aquisições e suas reposições anuais é de 144.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	Veículos e demais equipamentos da área de segurança	Mês 1	Mês 144
	Equipamentos para área da inteligência policial	Mês 12	Mês 144

Projeto 33

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: SISTEMA DE SANEAMENTO NOS MUNICÍPIOS
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado e prefeituras municipais
Escopo: Dotar os municípios da região um sistema moderno de saneamento incluso o controle e tratamento de efluentes bem como prover água de qualidade aos habitantes.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Ampliar ou concluir as redes de tubulações de condução de água e construção de estações de tratamento de efluentes nas 10 cidades da região.
Justificativa: A região do Corede MDJ apresenta alta concentração populacional em suas maiores cidades, destacando a capital do Estado. Assim, é constante a necessidade de ampliação da rede de água e de esgotos, além de revisão da atual, que em diversos locais está saturada e sofre com as pressões durante períodos de enchentes. A ação de saneamento básico está ligada a qualidade de vida das pessoas, com forte redução de doenças veiculadas por estas vias, possuindo plano individualizado em cada município, sendo necessária ação de longo prazo. As áreas técnicas das Prefeituras e organizações, como a Corsan, já realizam estudos de reposição, bem como de expansão das redes de água e esgoto, considerando o fluxo médio de crescimento populacional e as determinações descritas nos planos diretores em cada município. Consideram, também, as perspectivas de aceleração de ocupação de espaços urbanos diante de expectativa de crescimento acelerado por iniciativas econômicas, que gerem avanços. Outro aspecto analisado está ligado ao incremento dos novos distritos industriais, que acabam por ter uma ação periférica de residências, visando à sua proximidade com novo investimento e necessitando de forte infraestrutura - que, na maioria dos municípios não foi planejada.

Beneficiários: População residente das cidades da região.			
Resultados pretendidos: Ter a área urbana de todos os municípios com obras e melhorias na área do saneamento.			
3 - PRODUTOS DO PROJETO			
Produto 1: Planejar as obras de saneamento em cada cidade da região. Meta: Prover estudo detalhado em cada cidade de acordo com o plano diretor e sua expectativa de expansão e programar entre Prefeituras, Corsan, iniciativa privada e técnicos especializados em aspectos urbanos a realização destas obras. Prazo: 48 meses.			
Produto 2: Obras de tubulação da rede de abastecimento de água, tratamento de esgotos e controle de drenagem e efluentes urbanos. Meta: Executar após audiências públicas as obras de tubulações ou substituição das existentes (levantamento superficial apontou mais de 300 km nos 10 municípios) e ligando estas a nova rede com boa programação, pois causam normalmente grande transtorno no trânsito, bem como dotar o maior controle da potabilidade da água levada aos lares e as ações e controle da drenagem urbana. Prazo: 144 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
CORSAN, Governo Estadual, prefeituras municipais e Fepam.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 490.000.000,00.			
Despesas Correntes: Projeto e manutenção de atividades burocráticas, material de consumo, etc., no valor de R\$ 10.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 10.000.000,00			
Produto 2: R\$ 490.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses pela continua instalação de tubulação.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
SISTEMA DE SANEAMENTO	Planejar as obras de saneamento em cada cidade da região.	Mês 1	Mês 48

NOS MUNICÍPIOS	Obras de tubulação da rede de abastecimento de água, tratamento de esgotos e controle de drenagem e efluentes urbanos.	Mês 24	Mês 144
-----------------------	--	--------	---------

Projeto 34

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMA HABITACIONAL A FAMILIAS EM FORTE ESTADO DE VULNERABILIDADE
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado.
Escopo: Pesquisar, projetar e edificar aproximadamente 800 unidades para famílias em grau de vulnerabilidade ou extrema pobreza nos 10 municípios da região e no período de vigência deste PED com áreas destinadas pelo poder público municipal.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Projetar e edificar moradias de pequeno porte e simples para famílias em grau de extrema pobreza e que atualmente estão residindo em áreas irregulares ou habitações extremamente precárias sem condições sanitárias.
Justificativa: A migração do interior para a área metropolitana é um fenômeno que apresenta tendência constante e aumenta a área marginal na periferia das cidades, ampliando o bolsão de miséria. Estes, e os remanescentes de famílias desestruturadas e em situação de abandono, habitam qualquer tipo precário de moradia e permanecem até serem auxiliados por algum programa social. Tais pessoas não são enquadradas em programas federais, como bolsa família, necessitando de ações pontuais e locais.
Beneficiários: Pessoas integrantes de famílias em alto grau de vulnerabilidade.
Resultados pretendidos: Edificar 800 unidades nos 10 municípios considerando uma proporção maior nos mais populosos e com maiores problemas em relação a pessoas em condições extremas.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Pesquisar e cadastrar integrantes das famílias em estado precário em cada município da região e definir áreas de implantação do programa. Meta: Efetivar cadastro e avaliação das reais condições de vida destas pessoas para serem enquadradas no programa de habitação e ordenar área própria para tais construções. Prazo: 144 meses.
Produto 2: Edificar as casas em forma de mutirão comunitário quando possível. Meta: Efetivado o projeto e delimitada a área em cada município realizar a construção de baixo custo de no mínimo 800 habitações, contando em alguns casos com voluntários ou forma de mutirão, procedendo as ligações de luz, água

e esgoto em contas sociais.			
Prazo: 144 meses			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Prefeituras municipais e associações de voluntários e iniciativa privada.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Sim (em alguns casos).			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 80.000.000,00.			
Fontes de recursos: Público e privado.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Projeto e execução de obras, aquisição de imóveis, instalações, equipamentos, material permanente, etc., no valor de R\$ 79.000.000,00.			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 1.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 1.000.000,00			
Produto 2: R\$ 79.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução e de 144 meses considerando a permanente necessidade.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA HABITACIONAL A FAMILIAS EM FORTE ESTADO DE VULNERABILIDADE	Pesquisar e cadastrar integrantes das famílias em estado precário em cada município da região e definir áreas de implantação do programa.	Mês 1	Mês 144
	Edificar as casas em forma de mutirão comunitário quando possível.	Mês 12	Mês 144

Projeto 35

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA UNIDADES BASICAS DE SAÚDE NOS MUNICIPIOS.			
Localização: Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000.000,00.			
Duração do projeto: 144 meses.			
Responsável pela implementação: Governo Estadual e prefeituras municipais.			
Escopo: Realizar a aquisição dos equipamentos básicos e de veículos como ambulâncias e outros para transporte de pacientes e para políticas do PSF nos			

municípios da região.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Adquirir de acordo com a necessidade em cada município os equipamentos para ações de uso rotineiro e veículos (170 no período do projeto) para realização dos serviços na área da saúde de acordo com as políticas de base municipal e integradas de modo regional, bem como aprovadas na base pelos conselhos municipais de saúde, possibilitando o melhor atendimento a população.
Justificativa: Na região são encontrados os maiores e mais bem equipados hospitais do Estado e, para estes, existe um projeto em separado. Os municípios, em especial os de menor população, apresentam um histórico de forte atendimento nas unidades básicas de saúde e necessitam reposição e aquisição de novos equipamentos. Precisam, também, de melhorias em suas estruturas físicas e da reposição constante de ambulância e veículos para o atendimento ao PSF, que amplia seus serviços a cada ano. Serviços de atendimento de emergência, como o transporte constante para Porto Alegre, é diário tendo os municípios uma política de busca de atendimento nos hospitais regionais. A depreciação acelerada dos veículos prevê sua reposição em pouco mais de três anos, o que acelera a necessidade de novas aquisições, bem como em seu maior número.
Beneficiários: População que necessita de atendimento médico e transporte para hospitais regionais.
Resultados pretendidos: Aquisição de equipamentos para as unidades básicas de saúde e ambulâncias e veículos leves para atendimento do PSF com sua renovação em média a cada três anos.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Equipamentos para unidades de saúde e pequenas adaptações de espaço para atendimentos. Meta: Adquirir equipamentos necessários ao atendimento rotineiro nas unidades de saúde dos municípios com sua reposição constante. Prazo: 144 meses.
Produto 2: Veículos para atendimento ao PSF e ambulâncias. Meta: Aquisição de veículos leves (120) para as equipes de PSF e de ambulâncias equipadas (50) para transporte de enfermos como previsão de reposição em média a cada três anos para cada um dos 10 municípios da região. Prazo: 144 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Prefeituras municipais (50% dos veículos e dos equipamentos com orçamento de suas secretarias municipais de saúde) e Governo Estadual pela sua Secretaria Estadual de Saúde, Governo Federal (programas específicos e de modo complementar).
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Sim.
Licença Ambiental: Não (salvo novas instalações).

Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Aquisição de equipamentos com pequenas reformas e aquisição de ambulâncias e dos veículos leves por R\$ 50.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 39.500.000,00			
Produto 2: R\$ 10.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo previsto para estas aquisições, reformas e reposições é de 144 meses.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA UNIDADES BASICAS DE SAÚDE NOS MUNICIPIOS.	Equipamentos para unidades de saúde e pequenas adaptações de espaço para atendimentos.	Mês 6	Mês 144
	Veículos para atendimento ao PSF e ambulâncias.	Mês 12	Mês 144

Projeto 36

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: APOIO A FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA			
Localização: Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00.			
Duração do projeto: 96 meses.			
Responsável pela implementação: Governo do Estado.			
Escopo: Atuar de modo direto ao apoio a famílias enquadradas como de extrema pobreza especialmente providas do interior do RS e de outros Estados.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			
Objetivo: Conhecer, cadastrar e estabelecer ações de apoio as estas famílias e possibilitar perspectivas de soluções futuras para que possam sair desta infeliz condição de serem incapazes de prover momentaneamente seu sustento. Ações de geração de cidadania para estas pessoas que integram tais famílias com programação de sua ascensão a melhores condições e integração na sociedade incluindo capacitação, realocação e habitação.			

<p>Justificativa: A Região Metropolitana do Delta do Jacuí é a mais assediada pelas pessoas em alta vulnerabilidade recebendo, inclusive, indivíduos provenientes do interior dos municípios do RS - sem escolaridade e sem nenhuma condição financeira ou de estrutura. Necessitam, portanto, de apoio direto pela assistência social, e sua reciclagem para poderem, em futuro imediato, enfrentar a concorrência dos postos de trabalho e buscar as melhores condições de vida para si e para os seus familiares - trazendo estes para um novo modelo de convívio social. Esta situação se agrava também nas cidades mais populosas da região e nas próximas a Porto Alegre.</p>
<p>Beneficiários: Pessoas integrantes de grupos familiares em situação de extrema pobreza.</p>
<p>Resultados pretendidos: Programa integrado com a assistência social para inclusão social e econômica.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Cadastrar e organizar atividades de apoio a tais grupos familiares. Meta: Conhecendo estas pessoas pode-se organizar as ações de apoio as necessidades básicas como alimentação, habitação e educação e ordenar propostas de longo prazo para programa de inclusão. Prazo: 96 meses.</p>
<p>Produto 2: Campanhas organizadas junto a sociedade civil para recursos a projeto de inclusão. Meta: Formatar proposta para captar recursos na iniciativa pública e privada para desenvolvimento do projeto de ressocialização e inclusão destes integrantes do grupo que vive em condições de extrema pobreza. Com visão de longo prazo e de acordo com o perfil passar estas pessoas a programa de treinamento para ocupação futura de postos de trabalho utilizando vagas do sistema S. Prazo: 96 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Prefeituras pelas suas secretarias de assistência social e de educação, bem como os clubes de serviço e voluntários apoiados pela iniciativa privada.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Não.</p>
<p>Desapropriação: Não.</p>
<p>Licença Ambiental: Não.</p>
<p>Licitação: Não.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Público e privada.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos:</p>
<p>Despesas Correntes: Cadastrar e manutenção de atividades, material de</p>

consumo etc., no valor de R\$ 10.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto: Gastos com equipamentos e matérias permanentes no valor de R\$ 10.000.000,00.			
Produto 1: R\$ 10.000.000,00			
Produto 2: R\$ 10.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução em 96 meses, pois a situação é de reversão lenta, ou seja, em longo prazo.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE APOIO A FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	Cadastrar e organizar atividades de apoio a tais grupos familiares	Mês 1	Mês 96
	Campanhas organizadas junto a sociedade civil para recursos a projeto de inclusão.	Mês 12	Mês 96

Projeto 37

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título: PROMOVER A CULTURA DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO	
Localização: Corede MDJ e da RF1.	
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.	
Duração do projeto: 96 meses	
Responsável pela implementação: Sescop conjuntamente com Governo Estadual.	
Escopo: Disseminar a cultura cooperativa na região do MDJ e na RF1 através do estímulo a sua prática, considerando estudos da Sescop sobre viabilidade de ampliar a geração de Cooperativas.	
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO	
Objetivo: Estabelecer estratégias de apresentação, conscientização e vantagens para atividades cooperadas promovendo o interesse a futuras implantações com reunião e encontros para capacitação e estímulo a prática, incluindo viagens de estudo em áreas e locais que apresentam bons resultados de ações cooperativadas. Promover a conscientização desta prática internacional.	
Justificativa: O Rio Grande do Sul possui forte histórico de ações cooperadas em sua metade norte, o que ainda é pouco expressivo em diversas regiões e pode ser estimulado através destes bons exemplos. Portanto, há potencialidade da região para ampliação e criação de um modelo cooperativo, em diversos setores da economia diagnosticada no produto II deste planejamento estratégico, salientando que a questão cultural é muito presente no cooperativismo e tendo este a abrangência ampla que extrapola a área regional deste Corede.	
Beneficiários: Integrantes do sistema cooperativo.	
Resultados pretendidos: Ampliar a cultura do cooperativismo com geração de novas cooperativas e ampliação das existentes promovendo uma escala nos negócios com decisões coletivas.	

3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Reunir grupos interessados e capacitação através de encontros e reuniões para dinamizar a informação e sensibilizar.
Meta: Promover semestralmente encontros com profissionais técnicos da área e pessoas interessadas em integrar um sistema cooperativo nos diversos setores da economia em área urbana e rural, promovendo a exemplificação de boas práticas, com visitas técnicas e apresentação das demais vantagens competitivas e apoio de aporte financeiro a este programa, ampliando os resultados de diversos empreendedores que atualmente concorrem de modo isolado.
Prazo: 48 meses.
Produto 2: Estruturar a formação de cooperativas.
Meta: Organizar estrutura cooperativa com informes técnico e avaliação de documentação de interessados e da cooperativa em seu modelo de gestão, com suas atividades conduta técnica e estudo do comportamento de mercado interno e externo, especialmente baseado nas orientações emanadas pela SESCOOP ao setor, sendo que a ULBRA Guaíba efetivou em 2011 estudo de viabilidade de implantação de programas de cooperativas para vários municípios da região e os mesmos sofreram atualizações nos últimos anos, dotando o MDJ de bom material informativo.
Prazo: 96 mese.s
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
SDECT do RS, IES e associações empresariais.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim
Desapropriação: Não
Licença Ambiental: Não
Licitação: Sim para capacitações.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.
Fontes de recursos: Públicos (programas Estadual e Federal) e privados (das organizações participantes no projeto).
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos:
Despesas Correntes: Pesquisa de áreas da economia, cadastro, reuniões, capacitação, com manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 1.200.000,00
Produto 2: R\$ 800.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
O prazo de execução é de 96 meses considerando o processo evolutivo e de

disseminação do cooperativismo.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROMOVER A CULTURA DO COOPERATIVISMO NA REGIÃO	Encontros e reuniões para dinamizar a informação e sensibilizar grupos interessados e capacitação.	Mês 1	Mês 48
	Estruturar a formação de cooperativas.	Mês 24	Mês 96

Projeto 38

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO DO COREDE MDJ E RF1
Localização: Corede MDJ e RF1.
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.
Duração do projeto: 84 meses.
Responsável pela implementação: Corede MDJ e RF1
Escopo: Desenvolver e estruturar o observatório do desenvolvimento na região do Corede MDJ e integrado a RF1, acompanhando os resultados da carteira de projetos do PED e suas articulações com a sociedade tendo esta proposta despertado o interesse dos demais Coredes da RF1 o que ira gerar uma sinergia nesta ação.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Organizar as atividades do observatório de desenvolvimento da região MDJ e integrado a RF1 registrando suas atividades e conquistas em relação ao PED e demais s propostas pensadas para o desenvolvimento regional e divulgar através do Corede seus resultados e estágio das diversas ações, bem como ser balizados para a revisão do PED prevista para cinco anos.
Justificativa: O observatório regional tem um bom exemplo com a criação deste pela UNISC, especialmente quando da edição do plano estratégico anterior e seu sistema de divulgação e acompanhamento do Corede local - e de mais alguns realizados por professores pesquisadores e alunos bolsistas. Neste modelo deverá ser desenvolvida a proposta na região MDJ e na RF1, com os demais Coredes, possibilitando a visibilidade para a sociedade das atividades e das conquistas do PED, divulgadas em eventos programados. A mesma demonstrará, para a sociedade, um modelo de organização e controle e impedirá duvidas sobre determinadas ações ou propostas referentes á sua execução ou não. Isto é especialmente importante quando se trata de passivo da consulta popular, onde se percebe a dificuldade dos novos gestores dos Coredes em obter informes precisos sobre processo anteriores.
Beneficiários: Corede e população com acesso as informações do observatório.
Resultados pretendidos: Centralizar em local físico a sede do observatório, preferencialmente em uma IES da região e formatar o banco de dados com o acompanhamento das ações propostas no PED e demais do Corede e da RF1.
3 - PRODUTOS DO PROJETO

<p>Produto 1: Criar o observatório do desenvolvimento do Corede MDJ e interligar a RF1 e instalar em uma IES.</p> <p>Meta: Pesquisar e implantar o observatório e estabelecer as atividades permanentes do observatório e sua localização na região do Corede MDJ.</p> <p>Prazo: 12 meses.</p>			
<p>Produto 2: Curso para capacitação dos integrantes do Corede MDJ que estarão alimentando as informações ao observatório.</p> <p>Meta: Realizar capacitação utilização sistema de informações e conhecimento sobre a formatação de bancos de dados.</p> <p>Prazo: 24 meses.</p>			
<p>Produto 3: Editar a página do observatório do Corede.</p> <p>Meta: Gerar meio de informação eletrônico exclusivo ou via site para alimentar informações referente as propostas do PED e outras do Corede e sua manutenção com atualização.</p> <p>Prazo: 84 meses.</p>			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Corede, COMUDEs, IES e apoiadores qualificados.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Não.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos (conveniados com prefeituras municipais) e privados (apoiados por IES da região).			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Não.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Não.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, meios eletrônicos, material de consumo etc., no valor de R\$ 200.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 25.000,00			
Produto 2: R\$ 75.000,00			
Produto 3: R\$ 100.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo total de execução é de 84 meses considerando a fase inicial de capacitação que é de até 24 meses.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
OBSERVATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO	Criar o observatório do desenvolvimento do Corede MDJ e interligar a RF1 e instalar em uma	Mês 1	Mês 12

DO COREDE MDJ E RF1	IES.		
	Curso para capacitação dos integrantes do Corede MDJ que estarão alimentando as informações ao observatório.	Mês 12	Mês 24
	Editar a página do observatório do Corede.	Mês 24	Mês 84

Projeto 39

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ORGANIZAR PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COREDE E COMUDES
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela implementação: Corede e COMUDES.
Escopo: Estabelecer canal direto entre o Corede e os 10 COMUDES da região para articular as propostas do PED e demais demandas existentes.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Colocar o Corede com seus COMUDES na execução do PED atuando de modo integrado e participativo.
Justificativa: O Conselho Regional esteve um pouco distante de alguns COMUDES que mantinham um interesse mais diretamente apenas no evento da Consulta Popular e agora com o planejamento estratégico regional podem vislumbrar as ações integradas de longo prazo que visam alavancar a região em diversos temas que estavam sem procedimentos.
Beneficiários: COMUDES e Coredes
Resultados pretendidos: Ter ações estruturadas e agendas as reuniões e encontros para prover atividades de avaliação das propostas do PED e suas realizações.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Integração do COMUDE com a comunidade local. Meta: Efetivar a divulgação das atividades dos COMUDES e valorizar este Conselho perante os demais do município e da área pública, tornando este como o verdadeiro agente integrativo do desenvolvimento. Prazo: 60 meses.
Produto 2: Relação COMUDES com o Corede. Meta: Realizar a integração dos dirigentes e integrantes do Corede e do COMUDES criando as comissões setoriais para auxiliarem na execução dos projetos do PED. Prazo: 60 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Corede, SEPLAN e COMUDES.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Não.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos e privados.			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 50.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 20.000,00.			
Produto 2: R\$ 30.000,00.			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é 60 meses e poder ter seu prazo alongado por efeito das ações do PED.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ORGANIZAR PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COREDE E COMUDES	Integração do COMUDE com a comunidade local.	Mês 1	Mês 60
	Relação COMUDES com o Corede.	Mês 12	Mês 60

7.2.5 Projetos ligados a diretrizes e estratégias da dimensão Social e Cultural

Projeto 40

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 90.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governos Municipal, Estadual e Federal.
Escopo: Possibilitar o acesso a direitos, serviços e bens, fortalecendo a participação social.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Realizar melhorias nas condições de vida das comunidades e a participação social.

<p>Justificativa: Atuando com profissionais habilitados a área de assistência social efetiva serviços à população, garantindo os direitos de acesso à saúde, habitação, saneamento básico e educação dentre outros direitos, através de políticas públicas para o cidadão. Existe uma política nacional de assistência social que orienta e regulamenta em todas as esferas, com a descentralização político-administrativa e o ordenamento único das ações em cada esfera de governo, tendo controle de financiamento partilhado.</p>
<p>Beneficiários: Especialmente a população em condições de vulnerabilidade.</p>
<p>Resultados pretendidos: Permitir o pleno acesso aos direitos nas ações sócio assistenciais destacando a capacidade protetiva das famílias.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Atividades dos CRAS e melhorias em sua estrutura física. Meta: Manter, ampliar e qualificar os serviços realizados nos centros de referência como o de fortalecimentos de vínculos com crianças, adolescentes, adultos e idosos, bem como proteção social à família e deficientes, dentre outros. Prazo: 144 meses</p>
<p>Produto 2: Proteção social especial para adolescentes, pessoas com deficiência, idosas, famílias em situação de rua adolescentes em medidas socioeducativas e de liberdade assistida e outros. Meta: Efetivar o atendimento a população alvo de acordo com a demanda em cada município da região. Prazo: 144 meses.</p>
<p>Produto 3: Serviços de acolhimento em famílias desestruturadas, repúblicas, situações de calamidades públicas, dentre outras. Meta: Prover ações em cada município ampliando as atividades de abrigo institucional, com a criação de casa lar, melhorias em casa de passagem e todos os serviços de acolhimento a este público-alvo. Prazo: 144 meses.</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Governo Federal, Estadual e Municipal, ONGs, IES e profissionais da área da assistência social.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não (salvo novas edificações).</p>
<p>Licença Ambiental: Não (para novos ambientes).</p>
<p>Licitação: Sim.</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 90.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: públicos e privados.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos: Execução de obras, aquisição de imóveis, instalações,</p>

equipamentos, material permanente etc. R\$ 60.000,000,00.			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo etc., R\$ 30.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 65.000.000,00			
Produto 2: R\$ 15.000.000,00			
Produto 3: R\$ 10.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses, considerando a ampliação das atividades em relação as existentes.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMAS DA ÁREA DA ASSISTENCIA SOCIAL	Atividades dos CRAS e melhorias em sua estrutura física.	Mês 1	Mês 144
	Proteção social especial para adolescentes, pessoas com deficiência, idosas, famílias em situação de rua adolescentes em medidas socioeducativas e de liberdade assistida e outros.	Mês 1	Mês 144
	Serviços de acolhimento em famílias desestruturadas, repúblicas, situações de calamidades públicas, dentre outras.	Mês 12	Mês 144

Projeto 41

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: ADEQUAÇÃO FÍSICA E PATRIMONIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 45.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo Estadual .
Escopo: Prover nas escolas estaduais melhorias de seus espaços físicos com reposição de móveis e utensílios, laboratórios e adaptações ou reformas em seus ginásios esportivos.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Dotar as escolas públicas estaduais de equipamentos e espaços físicos adequados a um bom ambiente a área da educação.
Justificativa: Prover acompanhamento de estudo realizado pela Secretaria de Educação do Estado nas necessidades de cada escola estadual, dos 10 municípios da região, inclusos a reposição de mobiliários, equipamentos para laboratório de botânica e de informática, espaços de convivência e ginásios de esporte, dentre outros.
Beneficiários: Comunidade estudantil, professores, colaboradores e dirigentes das escolas públicas estaduais.

Resultados Pretendidos: Assegurar nas escolas públicas as plenas condições para realização de suas atividades, com equipamentos atualizados e suficientes para as práticas pedagógicas e de convivência.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Prédios reformados e escolas mobiliadas. Meta: Confeccionar projeto e executar as reformas na estrutura física e suas obras hidráulicas, elétricas e demais de construção civil, bem como adequar e atualizar a mobília para estudantes das diversas séries com reposição constante, inclusive os móveis dos refeitórios. Prazo: 144 meses.
Produto 2: Formar e atualizar laboratórios de informática, biologia e demais Meta: Adquirir equipamentos como microcomputador, impressoras, equipamentos para laboratórios promovendo a inclusão digital cada vez mais ativa para os escolares inclusive em seu modelo de aprendizado que é de caráter investigativo. Prazo: 144 meses
Produto 3: Espaços de convivência e construção/reforma de ginásios de esporte Meta: Adaptar espaços de convivência para maior integração de alunos e reformar ou construir ginásios faltantes em áreas das escolas nos diversos municípios da região. Prazo: 144 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Governo Estadual (Secretaria de Educação), associação de pais e mestres.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim para algumas edificações.
Licitação: Sim.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 45.000.000,00.
Fontes de recursos: Públicos (Governo Estadual) e privados (resultante de parcerias)
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos: Execução de obras, aquisição de imóveis e utensílios, instalações, equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 45.000.000,00.
Despesas Correntes:
Investimentos e despesas correntes por produto:
Produto 1: R\$ 33.000.000,00
Produto 2: R\$ 3.000.000,00
Produto 3: R\$ 9.000.000,00
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

O prazo de execução é de 144 meses considerando reformas e construções e manutenção permanente.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
ADEQUAÇÃO FÍSICA E PATRIMONIAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS	Prédios reformados e escolas mobiliadas.	Mês 6	Mês 144
	Formar e atualizar laboratórios de informática, biologia e demais.	Mês 12	Mês 144
	Espaços de convivência e construção/reforma de ginásios de esporte.	Mês 12	Mês 144

Projeto 42

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: APOIO A CULTURA
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado (Secretaria de Cultura e Educação).
Escopo: Fortalecer na região a área da cultura com ciclo de eventos culturais, retomada de pontos de cultura e melhora nos espaços culturais.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Estimular a promoção de eventos culturais nos municípios da região, mantendo atividades tradicionais e outras significativas para as comunidades, bem como melhorar os espaços culturais.
Justificativa: A região possui um histórico cultural ligado as raízes históricas do Estado, bem como recebe grande volume dos eventos desta natureza, cabendo a sua manutenção e ampliação, bem como valorização de seus espaços ou pontos de cultura (que sofreram redução nos últimos anos), com o incremento dos eventos religiosos, festivais, competições de canções gauchescas e outros eventos consagrados e de interesse na sociedade.
Beneficiários: A população fortificada nos valores culturais.
Resultados pretendidos: Realização de eventos diferenciados em cada município com apoio de políticas públicas do município e apoiados pelo Estado, possibilitando a edição de calendário regional de eventos e fortalecimento dos pontos de cultura.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Obras culturais.
Meta: Promover a produção de obras culturais como filmes, produções escritas ou digitais, pesquisas e outras publicáveis e de interesse da sociedade, valorizando os talentos da região.
Prazo: 144 meses
Produto 2: Festivais e outros eventos.

Meta: Realizar dentro da agenda do calendário de eventos municipal atividade de caráter municipal ou regional ligadas a festivais de música, canções, competições ou outra forma agregativa para divulgação da cultura valorizando todas as suas formas citando em especial eventos tradicionais como o Enart, bem como obter a valorização dos talentos humanos. Nas escolas valorização das peças culturais com reporte histórico e criativo.

Prazo: 144 meses.

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Secretaria Estadual de Cultura, prefeituras municipais, associações de artistas, escritores e outros profissionais da área.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Não.

Desapropriação: Não.

Licença Ambiental: Não.

Licitação: Sim (para eventos e publicações).

Outros:

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000.000,00.

Fontes de recursos: Públicos (Governo Estadual) e privados (parcerias e lei de incentivo a cultura).

Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.

Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.

Investimentos:

Despesas Correntes: Manutenção de atividades, produções, adaptações de pontos de cultura, material de consumo etc., de R\$ 50.000.000,00.

Investimentos e despesas correntes por produto:

Produto 1: R\$ 20.000.000,00

Produto 2: R\$ 30.000.000,00

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

O prazo de execução é de 144 meses considerando a diversidade nos produtos descritos.

Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE APOIO A CULTURA	Obras culturais.	Mês 1	Mês 144
	Festivais e outros eventos.	Mês 6	Mês 144

Projeto 43

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: FORMAÇÃO DA DEFESA CIVIL INTEGRADA NA REGIÃO E NA RF 1

Localização: Corede MDJ e RF1.

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.

Duração do projeto: 48 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras e associações de prefeitos, Governo Estadual.
Escopo: Centralizar em um município da região e um de cada Corede da RF1 uma central de operações para a defesa civil conectada a esta área no Estado.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Organizar uma central de contato e operação em cada região dos cinco Coredes e interligados a defesa civil de cada município e do Estado.
Justificativa: Concretizar a ação de ter uma base de operação para apoio imediato após catástrofes, que possam ocorrer em cada município da região. Isto poderá efetivar o socorro organizado e imediato, com expertise e suporte de material a ser distribuído á população flagelada.
Beneficiários: Residentes na RF1 e atingidos por estas catástrofes.
Resultados pretendidos: Organizar e fixar uma base regional em município a ser escolhido e também um município de cada um dos Coredes da RF1.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Estabelecer a sede regional em cada Corede e preparação de equipes para atuarem na defesa civil. Meta: Definir em cada Corede da RF1 a sede regional e a qualificação com capacitação dos voluntários apoiadores nas atividades da defesa civil. Prazo: 12 meses
Produto 2: Campanhas específicas de arrecadação de itens necessário e organizar depósito regional destas provisões. Meta: Estabelecer conjunto de informações para campanhas específicas e permanentes visando arrecadação preventiva de alimentos, telhas, materiais de construção, vestuário e demais itens tradicionalmente necessários aos flagelados e organização centralizada destes em depósito próprio em cada sede da RF1. Prazo: 48 meses.
Produto 3: Depósito regional e veículos para atuação. Meta: Manter em cada região, um veículo leve para deslocamento imediato em apoio a região vizinha, bem como possuir barco com motor e reboque para deslocamento do mesmo nas áreas afetadas ou apoiando outras regiões, sendo os mesmos guardados nas respectivas prefeituras municipais. Prazo: 48 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Equipes da defesa civil municipal e estadual e grupo de serviços e voluntários.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Sim.
Licitação: Sim para algumas situações.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos (municipais e do Estado) e privados (parcerias com empresas, especialmente fabricantes de itens utilizáveis pela defesa civil).			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim			
Investimentos: Aquisição de veículos, barcos, equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 1.900.000,00.			
Despesas Correntes: Capacitação, manutenção de atividades, material de consumo etc., de R\$ 100.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 10.000,00			
Produto 2: R\$ 90.000,00			
Produto 3: R\$ 1.900.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 48 meses contando cada fase após a capacitação dos agentes da defesa civil.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
FORMAÇÃO DA DEFESA CIVIL INTEGRADA NA REGIÃO E NA RF 1	Estabelecer a sede regional em cada Corede e preparação de equipes para atuarem na defesa civil.	Mês 1	Mês 12
	Campanhas específicas de arrecadação de itens necessário e organizar depósito regional destas provisões.	Mês 12	Mês 48
	Depósito regional e veículos para atuação.	Mês 12	Mês 48

Projeto 44

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: MELHOR IDADE – AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS.
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00.
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais.
Escopo: Edificar, reformar ou remodelar prédios e equipamentos para centros de convivência de idosos com acompanhamento qualificado e realizados por profissionais capacitados para este público visando a melhor qualidade de vida destes.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Construir, adaptar, reformar prédios públicos ou cedidos, bem como equipá-los para melhor atendimento na condição de centros específicos de convivência para idosos, gerando um espaço próprio para suas atividades e socialização.
Justificativa: Após pesquisa, estruturar proposta com inclusão de reforma de

<p>prédios públicos ou cedidos nos municípios, para acionar programa integrado a idosos, substituindo o modelo atual que os trata como um reduto de aglutinação e não, de transmissão do conhecimento ou de plena integração ou socialização. Normalmente, as atividades realizadas pelos CAPS (e outros apoios da assistência social) se limitam a encontros com baixa atividade, bailes e pequenas saídas em período diurno, não tendo o idoso o sentido de pertencer a um ambiente como integrante de um clube social, e nele receber informações atualizadas, A proposta visa transformar e promover a real integração das pessoas da faixa etária acima dos 65 anos.</p>
<p>Beneficiários: Pessoas com idade elevada e integrantes do centro de convivência.</p>
<p>Resultados pretendidos: Dotar locais específicos para atividades com idosos possibilitando atividades nos três turnos do dia, valorizando o momento.</p>
<p>3 - PRODUTOS DO PROJETO</p>
<p>Produto 1: Equipar e organizar área para as atividades de centro de convivência de idosos</p> <p>Meta: Prover local adequado e estruturado para as atividades do centro de convivência permitindo amplas atividades programadas e não rotineiras nos três turnos com cambio de participantes.</p> <p>Prazo:48 meses.</p>
<p>Produto 2: Atividades estruturadas e por profissionais para atuação com os idosos.</p> <p>Meta: Capacitar equipe profissional competente para gerar atividades prazerosas e práticas, bem como de caráter inclusivo fazendo com que os idosos queiram diariamente se dirigir ao centro. Tais atividades podem contar com amplo apoio de voluntários especialmente alunos das IES atuantes em cursos de licenciaturas e psicologia.</p> <p>Prazo: 96 meses</p>
<p>4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:</p>
<p>Prefeituras municipais, IES e Governo Estadual e clubes de serviços.</p>
<p>5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO</p>
<p>Elaboração de Projeto Executivo: Sim.</p>
<p>Desapropriação: Não (salvo casos especiais).</p>
<p>Licença Ambiental: Sim.</p>
<p>Licitação: Sim (para produtos).</p>
<p>Outros:</p>
<p>6 - RECURSOS DO PROJETO</p>
<p>Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00.</p>
<p>Fontes de recursos: Públicos (Prefeitura Municipal) e privados (parcerias com organizações apoiadoras).</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.</p>
<p>Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.</p>
<p>Investimentos: Execução de obras, aquisição de imóveis, instalações,</p>

equipamentos, material permanente etc., no valor de R\$ 18.000.000,00.			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo, etc., no valor de R\$ 2.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 18.000.000,00			
Produto 2: R\$ 2.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução e de 96 meses considerando as obras necessárias e instalação de equipamentos.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
MELHOR IDADE – AMBIENTES DE CONVIVÊNCIA PARA OS IDOSOS	Organizar e equipar área para as atividades de centro de convivência de idosos.	Mês 1	Mês 48
	Atividades estruturadas e por profissionais para atuação com os idosos.	Mês 12	Mês 96

Projeto 45

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PROGRAMA DE CICLOVIAS NA REGIÃO
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000.000,00.
Duração do projeto: 96 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais.
Escopo: Construir, sinalizar e disciplinar o trânsito com a expansão das ciclovias em todos os municípios da região.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Prover estudo e viabilizar a implantação e sinalização das ciclovias e ampliar as existentes.
Justificativa: Nas cidades da região, em especial nas mais populosas, existe a necessidade de alternativas aos meios tradicionais de transporte, atreladas à questão ambiental e a melhoria da saúde comunitária. Os que utilizam bicicletas como meio de transporte carecem de segurança, pois, não existe pelas atuais experiências, uma conscientização plena em respeito aos ciclistas. Esta situação vem se ampliando com as campanhas de sensibilização sendo, que há oportunidade dos municípios com menor população em concretizar acessos aos seus distritos industriais, e áreas periféricas, para trabalhadores que utilizam este meio de transporte saudável. Este novo hábito toma maior espaço em todo o mundo, cabendo seguir esta boa tendência. Pesquisas preliminares apontam a necessidade atual de mais de 120 km nos 10 municípios, podendo esta ser ampliada.
Beneficiários: Ciclistas praticantes e meio ambiente.
Resultados pretendidos: Ter em todos os 10 municípios da região as ciclovias

sinalizadas.			
3 - PRODUTOS DO PROJETO			
Produto 1: Projetar área preferencial para a instalação das ciclovias no meio urbano e periférico das cidades.			
Meta: Concluir estudo de adequação de circuito urbano favorecendo estabelecer roteiro para implementar ou ampliar ciclovias.			
Prazo: 24 meses			
Produto 2: Ciclovias sinalizadas com rotas preferenciais.			
Meta: Construir ou ampliar as ciclovias em áreas urbanas e em áreas de interligação especialmente para trabalhadores em deslocamento as suas atividades profissionais com percurso não inferior a 120 km (estudo preliminar realizado nos municípios somados a expansão da ciclovia da Capital) no total dos 10 municípios da região e sua manutenção.			
Prazo: 96 meses.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Prefeituras municipais e associação de ciclistas, departamento de trânsito.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Sim.			
Desapropriação: Sim (algumas situações).			
Licença Ambiental: Sim.			
Licitação: Sim.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 30.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos (prefeituras municipais e projetos específicos para área Federal) e privados (apoiados por parceiros locais).			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Execução de obras das ciclovias, aquisição de placas de sinalização e equipamentos, licenciamento, material permanente etc., no valor de R\$ 29.500.000,00.			
Despesas Correntes: Custo de projetos, material informativo material e de consumo etc., por R\$ 500.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 500.000,00			
Produto 2: R\$ 29.500.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 96 meses considerando cada etapa e produto.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE CICLOVIAS NA	Projetar área preferencial para a instalação das ciclovias no meio urbano e periférico das cidades.	Mês 1	Mês 24

REGIÃO	Ciclovias sinalizadas com rotas preferenciais.	Mês 12	Mês 96
---------------	--	--------	--------

Projeto 46

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: PREVENÇÃO SOCIAL A VIOLENCIA
Localização: Corede MDJ.
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.00.000,00.
Duração do projeto: 144 meses.
Responsável pela implementação: Prefeituras municipais.
Escopo: Disseminar a educação e a cultura de prevenção social a violência com respeito a diversidade e prover o cercamento eletrônico das cidades.
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Promover a cultura do respeito à diversidade e uma educação para paz bem como instalar sistema de monitoramento eletrônico nas cidades em suas áreas principais e de ligações com outros municípios.
Justificativa: O aumento da violência nos espaços sociais, familiares e escolares ocorre em todo o Estado. Porém, dados ligados a área do MDJ, são alarmantes e se destacam negativamente. Há propostas de construir junto às escolas, associações de bairros, entre outras, uma educação para a paz a fim de minimizar a violência contra crianças, jovens, negros e mulheres, além da diferença de credos religiosos e de gênero. Outra necessidade é a de uma ação inteligente do policiamento com o monitoramento das cidades através de câmeras de filmagem, com informações automáticas à central de policiamento. Este assunto foi um dos principais nos debates dos candidatos para a Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 2016, e cuja proposta vencedora já apresenta algumas ações.
Beneficiários: População em geral.
Resultados pretendidos: Ampliar à educação para a paz visando reduzir a violência e acionar um maior controle de modo inteligente com câmeras de filmagem.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Formatação de projetos de educação para a paz. Meta: Após capacitação de agentes promover atividades diversas nas escolas e demais ambientes e aliar a mensagem a atividades culturais e de lazer com vistas ao respeito a diversidade. Prazo: 144 dias
Produto 2: Instalação do sistema de filmagens em todos os municípios em áreas críticas, centrais e entradas e saídas das cidades. Meta: Promover estudo e instalação gradual de câmeras de filmagem com organização das centrais de controle e monitoramento policial integrando de modo inteligente as ações policiais e ampliando a segurança, dotando especialmente a Brigada Militar de meios modernos de observação e informações diretas para prevenção a criminalidade.

Prazo: 144 dias.			
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:			
Prefeituras, a área de segurança pública, as IES e escolas da região e ONGs.			
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO			
Elaboração de Projeto Executivo: Não.			
Desapropriação: Não.			
Licença Ambiental: Não.			
Licitação: Sim para contratos.			
Outros:			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00.			
Fontes de recursos: Públicos (orçamento municipal) e privados (arrecadados pelas empresas em ações conjuntas com entidades classistas).			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos:			
Despesas Correntes: Manutenção de atividades, material de consumo, equipamento de monitoramento etc., no valor de R\$ 4.000.000,00.			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 800.000,00			
Produto 2: R\$ 3.200.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses considerado de longo prazo para cada etapa e produto.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PREVENÇÃO SOCIAL A VIOLENCIA	Formatação de projetos de educação para a paz.	Mês 1	Mês 144
	Sistema de filmagens em todos os municípios em áreas críticas, centrais e entradas e saídas das cidades.	Mês 12	Mês 144

Projeto 47

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO			
Título: PROGRAMA DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENTORPECENTES			
Localização: Corede MDJ.			
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.			
Duração do projeto: 144 meses.			
Responsável pela implementação: Governo Estadual e ONGs.			
Escopo: Atuar em atividades de sensibilização junto a sociedade local e regional a respeito da utilização de drogas lícitas e ilícitas com formação de grupos de apoio aos usuários e familiares.			
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO			

Objetivo: Estabelecer estratégias modernas para controle e prevenção a utilização de entorpecentes por crianças, jovens e adultos.
Justificativa: Na região Delta Metropolitana do Jacuí, bem como em outras regiões do RS, ocorre uma progressiva utilização de drogas lícitas e ilícitas por crianças, jovens e adultos. Embora existam ações neste combate, a maioria destas não está articulada com programas unificados ou contínuos, como a utilização mais direta dos espaços escolares para campanhas dirigidas e o maior esclarecimento à população, que é pressionada pelos narcotraficantes e seus agentes de aliciamento.
Beneficiários: População em geral.
Resultados pretendidos: Geração grupo de estudo e apoio na disseminação de informações e ações para redução do consumo de entorpecentes.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Produto 1: Grupo interdisciplinar para atividades de sensibilização e apoio. Meta: Definir integrantes qualificados de grupo de estudos e de apoio interdisciplinar, com necessidade de capacitação para tais atividades nas escolas da rede pública, nas instituições de ensino superior, nas secretarias municipais de saúde, assistência social e educação - com vistas a execução de estratégias de sensibilização e de apoio prático. Prazo: 144 meses.
Produto 2: Cursos e programas de capacitação. Meta: Realizar cursos direcionados aos profissionais da educação no ensino fundamental, médio e superior, bem como aos colaboradores da área pública municipal nas diversas secretarias, a integrantes de ONGs e voluntários de clubes de serviços e outros unificando a ação na prevenção da utilização de entorpecentes por crianças, jovens e adultos. Prazo: 144 meses.
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:
Profissionais na área de segurança, de educação, saúde e ONGs.
5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: Não.
Desapropriação: Não.
Licença Ambiental: Não.
Licitação: Sim para contratação profissional.
Outros:
6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00.
Fontes de recursos: Públicos e privados.
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.
Investimentos:
Despesas Correntes: Despesas com capacitações e manutenção de atividades, material de consumo etc., no valor de R\$ 2.500.000,00.

Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 200.000,00			
Produto 2: R\$ 2.300.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo de execução é de 144 meses considerando cada etapa a ser realizada.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
PROGRAMA DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENTORPECENTES	Grupo interdisciplinar para atividades de sensibilização e apoio.	Mês 1	Mês 144
	Cursos e programas de capacitação.	Mês 6	Mês 144

Projeto 48

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO CAMPUS CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)
Localização: Porto Alegre.
Valor total estimado do projeto: 24.000.000,00.
Duração do projeto: 60 meses.
Responsável pela implementação: Governo do Estado.
Escopo: Aquisição de terreno onde encontra-se instalado o Campus Central da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e construção de instalações para realização de atividades de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (ensino e pesquisas).
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: Consolidar o Campus Central da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Reitoria, Unidade de Ensino e Biblioteca Central) para fortalecimento da instituição e permitir o seu planejamento, consolidação e crescimento de longo prazo, propiciando a ampliação de oferta de vagas de graduação e a criação de programas de pós-graduação nas áreas de engenharia, tecnologia, administração e educação, bem como a atração de recursos de pesquisa de origem federal, privada e mesmo internacional, contribuindo diretamente para o desenvolvimento do Estado e para a qualificação da população e dos trabalhadores, e consequentemente aumentando a competitividade do município, da região e de todo o Estado.
Justificativa: Desde o ano de 2016 a UERGS oferece 260 vagas anuais de ingresso em Porto Alegre, para 6 cursos nas áreas de engenharia, administração e educação, além de cursos de programas federais como PARFOR e PIBID e cursos de especialização - que corresponderá a um total de aproximadamente 1500 alunos até 2021. Nos últimos 4 anos os cursos de graduação têm recebido em média 15.000 inscrições / ano para as suas vagas por concorrência através do Sisu, com média de procura de 65 candidatos por vaga. Isto é mais que o dobro da média de concorrência do Sisu em todo o Brasil. As vagas de ingresso têm obtido uma ocupação de 100% de preenchimento. Pela sua Lei de criação, a UERGS possui uma reserva de 50% de suas vagas para estudantes com baixa renda familiar e 10% para pessoas com deficiência, ou seja, a maior parte de suas

vagas são reservadas para a população mais carente da região. A qualidade dos cursos tem sido atestada pelas avaliações do MEC/INEP que resultam em CPC (conceito preliminar de curso, que possui valor máximo 5) com valor médio 4, que é superior à média geral das IES no Brasil (3,09) e até mesmo das IES públicas (3,33). O corpo docente é altamente qualificado, sendo que a maior parte é composta por doutores nas áreas em que atuam e possuem dedicação exclusiva. Portanto, a consolidação e crescimento da UERGS, e mais especificamente do Campus Central, dependem da melhoria da sua infraestrutura, através da segurança que será alcançada com a obtenção da propriedade da área onde estão as suas instalações no Campus Central em Porto Alegre (que deve abrigar também a Reitoria) e a construção de novas estruturas que possibilitem a expansão, especialmente da pós-graduação e de suas pesquisas. O conjunto destas ações, por sua vez, propiciará não apenas uma qualificação da população e dos trabalhadores em geral, mas também permitirá que a universidade tenha melhores condições de conquistar e atrair novos recursos para o Estado, através de projetos de pesquisa e parcerias com a iniciativa privada, além de recursos de fomento de agências do governo federal e, também, das que atuam em nível mundial.

Beneficiários: Em especial os cidadãos dos municípios de Porto Alegre e da Região Metropolitana que hoje são os maiores frequentadores dos cursos ofertados na Unidade em Porto Alegre, com atendimento, em menor número, da população de outras regiões do Estado.

Resultados pretendidos: Propriedade do terreno onde está instalado o Campus Central e expansão qualificação da infraestrutura para aulas e pesquisas, incluindo laboratórios para as áreas de tecnologia e engenharia.

3 - PRODUTOS DO PROJETO

Produto 1: Propriedade de área do Campus Central.

Meta: Adquirir junto à CEEEd a área onde foi realizado o planejamento de instalação do Campus Central a partir de grupo de trabalho que foi instituído entre as instituições com interveniência do governo do Estado.

Prazo: 12 meses (incluso projeto e autorizações).

Produto 2: Prédios para aulas e laboratórios para pesquisa e pós-graduação e gabinetes para professores e pesquisadores.

Meta: Construir prédio para viabilizar a criação de cursos de pós-graduação nas áreas de engenharia, administração e educação e que abriguem laboratórios de pesquisa nas áreas de automação, biotecnologia e energia e nova biblioteca.

Prazo: 48 meses (incluso projeto e autorizações).

Produto 3: Benfeitorias na área do Campus para melhorar a acessibilidade e atender exigências do CEEEd.

Meta: Obras de internas de pavimentação e acessibilidade e iluminação nos ambientes externos.

Prazo: 36 meses (incluso projeto e autorizações).

4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES:

Órgãos envolvidos na realização do projeto para as obras são a própria UERGS e a Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação além de empresas contratadas.

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de Projeto Executivo: Sim.

Desapropriação: Sim.

Licença Ambiental: Sim.

Licitação: Sim.

Outros: Recursos de emendas parlamentares do Governo Federal.			
6 - RECURSOS DO PROJETO			
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000.000,00.			
Fontes de recursos: Estadual e Federal			
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: Sim.			
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: Sim.			
Investimentos: Gastos com projeto e execução de obras é de R\$ R\$ 20.000.000,00.			
Despesas Correntes:			
Investimentos e despesas correntes por produto:			
Produto 1: R\$ 14.000.000,00			
Produto 2: R\$ 8.000.000,00			
Produto 3: R\$ 2.000.000,00			
7 - CRONOGRAMA DO PROJETO			
O prazo estimado de execução dos três produtos que poderão iniciar ter uma previsão de 60 meses para conclusão de todos os produtos, com prioridade de início para o produto 1.			
Projeto	Produtos/Etapas	Início	Término
CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO CAMPUS CENTRAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (UERGS)	Propriedade de área do Campus Central.	Mês 1	Mês 12
	Prédios para aulas e laboratórios para pesquisa e pós-graduação e gabinetes para professores e pesquisadores.	Mês 12	Mês 48
	Benfeitorias na área do Campus para melhorar a acessibilidade e atender exigências do CEEEd.	Mês 12	Mês 36

8 PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA A RF1 (5 COREDES)

O Corede MDJ hierarquizou as suas propostas em reunião com a equipe técnica, representantes de municípios, de comissões setoriais e integrantes do Conselho Regional, onde também ocorreu a priorização das dez principais propostas, as quais foram consolidadas no encontro do dia 25 de novembro de 2016, em Novo Hamburgo, nas dependências da FEEVALE, com aprovação pelos dirigentes dos demais Coredes da RF, com a participação de suas equipes técnicas e lideranças regionais, gerando a seguinte proposta de prioridades para a RF1.

5.1 – Estratégias integradas e cooperadas da implantação das prioridades dos planos estratégicos regionais, promovendo o fortalecimento das instituições e das estruturas de governança (Coredes, COMUDES e outros);

5.2 – Fortalecer e desenvolver programas de fomento, capacitação e integração com o empreendedorismo, através de redes de cooperação, APL de empresas e instalação de NEPI, Polos Tecnológicos e de Tecnologias da Informação;

5.3 – Investimento nas fontes de produção energética (eólica, solar, hídrica, biomassa, térmica e através de biorreator);

5.4 – Incentivo às cadeias produtivas de alimentos, agronegócios, agroindustrialização (leite, grãos, hortigranjeiros, fruticultura, agricultura familiar, metal-mecânico, agroflorestal, confecções e turismo);

5.5 – Qualificação na infraestrutura viária

a – Acesso qualificado e asfaltado à sede de todos os municípios;

b – Duplicações de BR 290, BR 116 e das RS 118, RS 115, RS 401, RS 040 e RS 020;

c – Implantação da RS 010 e prolongamento da BR 448;

d – Pavimentações da BR 470;

e – Pontes da integração (Rio Jacuí – Triunfo/São Jerônimo) e no Guaíba entrada de Porto Alegre;

f – Ampliação e qualificação do transporte ferroviário e metroviário;

g – Qualificação do transporte aéreo e investimentos tecnológicos e de infraestrutura no aeroporto internacional de POA;

h – Implantação do aeroporto 20 de Setembro e dos aeroportos regionais de Camaquã e São Jerônimo;

- i – Transporte hidroviário (Caí, Jacuí, Gravataí, Lago Guaíba e Lagoa dos Patos);
- 5.6 – Qualificação do turismo, com destaque às rotas da costa doce, açorianos, romântica e colonial, bem como, o turismo de negócios, eventos tradicionalistas e religiosos, dentre outros. Valorização e preservação das identidades histórico/sócio/culturais e ambientais da região;
- 5.7 – Ampliar investimentos na educação, ciência e tecnologia, educação técnico-profissional e superior, valorização das instituições (comunitárias e públicas) e políticas de integração entre Estado/ universidade/ empresas/ comunidade. Investimentos na qualificação da gestão pública;
- 5.8 – Fundo estadual e estruturar a Defesa Civil regional para emergências – atenuar impactos causados por oscilações climáticas e desastres;
- 5.9 – Programa permanente de recuperação e de preservação do meio ambiente, com ênfase aos projetos de saneamento, águas (fluviais e pluviais), matas ciliares e outros;
- 5.10 – Fortalecimento e qualificação dos sistemas e programas na área da saúde (investimento tecnológico para média e alta complexidade via hospital regional) e da segurança pública.

As propostas prioritárias da RF1 serão inclusas no modelo de projeto sugerido pela SEPLAN, quando da confecção da proposta definitiva dos 5 Coredes que a compõem, uma vez que o Corede MDJ não realizou seu PED em 2010 e no momento está elaborando o seu primeiro planejamento estratégico - ao contrário dos demais que iniciam pela atualização. Diante deste fato, será consolidado o conjunto de propostas ao final, sistematizando o acumulado dos 5 Coredes nas propostas acima descritas e no modelo estabelecido.

9 MODELO DE GESTÃO

Para estabelecer um modelo de gestão do plano estratégico, é necessária uma verdadeira arquitetura organizacional estabelecendo uma atenção especial a três conceitos - que incluem a gestão social, território e o processo de participação.

O plano não é um evento, mas sim um processo contínuo que necessita ser alimentado, acompanhado e avaliado, tendo a gestão social a atribuição de ser o movimento das ações decisórias nas quais os integrantes de um dado território constituem-se em autoridade coletiva no processo de tomada de decisão.

No conceito de território, consta sobre a dinâmica relacional dos atores interligados através de diversas variáveis como a cultural, econômica, política e social - que ocorrem em determinado espaço de produção.

O processo de participação reúne todos os agentes sociais atuantes e identificados no território e está ligado à missão do Corede como articulador regional para o diálogo e ações que promovam o desenvolvimento integrado da região. Tais conceitos tem como origem extratos da apresentação do professor Sérgio Allebrandt durante a última oficina dos PEDs, realizada na UNIVATES em Lajeado no mês de outubro de 2016.

Para estabelecer o modelo de gestão, deve-se superar o desafio de promover os processos que coordenem a interação deste conjunto de atores da sociedade civil organizada com os poderes públicos e os agentes econômicos enquadrados como sociedade civil, Estado e mercado, com uma coordenação interinstitucional, visando o gerenciamento de situações planejadas de modo convergente para atingir os objetivos elencados no plano.

Com uma ação determinada na governança do plano o Corede MDJ com seu quadro de colaboradores tem a função de identificar mecanismos institucionais que garantam a consecução satisfatória do plano de desenvolvimento, bem como gerenciar e estruturar o processo de planejamento estratégico, procurando articular e revisar a definição do modelo e garantir o constante acompanhamento, aprimoramento e renovação do processo de planejamento, com análise de resultado e mecanismos de aferição de desempenho, o qual poderá contar com a estrutura do observatório regional de desenvolvimento no monitoramento destes resultados, bem como estruturar o sistema de participação permanente da sociedade no processo de

planejamento, execução e acompanhamento, visando articular a necessária integração das diferentes instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada envolvidas neste processo.

Os atores desempenham distintas funções, assim, se apresenta a necessidade de coordenação, objetivando a busca de solução dos diversos problemas e carências da região, bem como de sua regional funcional. Neste sentido, a coordenação (através do estabelecimento de normas e procedimentos) visa prover ações que agreguem recursos oriundos dos diversos participantes e formando um sistema de governança.

Para tanto, diversos quesitos foram considerados como as relações técnicas e administrativas, além da capacidade instalada das organizações envolvidas e o histórico no processo de participação, considerando que o plano é da sociedade, de todas as organizações, e devemos ter um modelo de gestão que integre todos os segmentos, garantindo a continuidade, uma vez que irão ocorrer mudanças nos mandatos de governador, secretários de estado, prefeitos, ou de dirigentes de associações comerciais, dos conselhos, dos sindicatos, dos COMUDES e do próprio Corede MDJ.

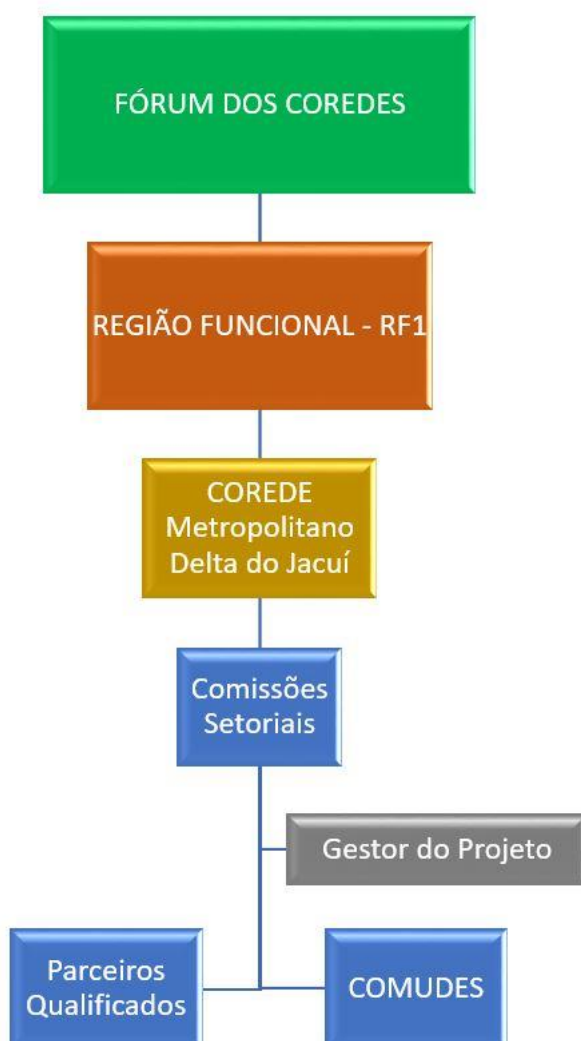
As principais ações necessárias ao desenvolvimento integrado da região estão dispostas na carteira de projetos e levaram em consideração as cinco dimensões, com base em suas diretrizes e estratégias, e vão integrar a base de uma agenda da região para construir acordos de cooperação com os agentes macrorregionais, estaduais e federais para a implantação dos projetos prioritários. Portanto, o arranjo neste modelo de gestão deve estruturar e distribuir as responsabilidades dos agentes e atores pela execução das diversas tarefas e atividades, expressa em uma matriz institucional, de modo a comprometer a sociedade numa corresponsabilidade e reforçar o controle social sobre o processo.

A equipe técnica (juntamente com a sociedade local e com representantes da Região Funcional) estabeleceu o modelo de gestão (Figura 8) do plano de desenvolvimento, deliberando em primeiro lugar uma instância estadual - a qual é representada pelo Fórum dos Coredes. Isto porque o mesmo realiza o acompanhamento dos 28 Coredes do RS e visa garantir a execução, a atualização e os resultados efetivos para o desenvolvimento geral do Estado, sendo também necessária uma instância macrorregional, composta pela Região Funcional de

Desenvolvimento, RF1 (Composta por cinco Coredes – MDJ, Vale dos Sinos, Vale do Caí, Paranhana/Encosta da Serra e Centro-Sul). Logo após, tem-se uma instância regional, formada pelo comitê executivo composto pela direção executiva do Corede MDJ e comissões setoriais, além de equipes de gerência por projetos.

Desta forma, se gera uma matriz que leva em consideração o planejamento, os recursos, a execução e o controle e descreve nos elos institucionais os principais agentes e suas atividades, bem como a atuação em caráter deliberativo ou consultivo.

Figura 8 - Organograma Modelo de Gestão



10 IMPLEMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O planejamento estratégico, construído com a sociedade, reconhecido e validado após as etapas técnicas, deve estabelecer a sua implementação e gestão na busca de atingir os resultados esperados, assim, a equipe técnica e a representação do Corede podem apresentar uma agenda definida para desenvolver as ações com a participação de representantes das instituições públicas, da sociedade e do mercado, promovendo uma integração que deverá potencializar o processo, alavancando o desenvolvimento socioeconômico.

É necessária uma ampla divulgação e compreensão do plano como instrumento estratégico de gestão, a fim de servir como referencial de desenvolvimento, bem como a programação de sua aferição anual e atualização em um período de até cinco anos.

A agenda para a implementação será divulgada a partir do primeiro semestre de 2017, utilizando especialmente os encontros promovidos pelo Corede em suas reuniões ordinárias e nas suas mobilizações municipais e regionais quando do advento anual da Consulta Popular. Além disto, serão realizados dois seminários anuais, com divulgação sobre etapas percorridas e perspectivas de realização da carteira de projetos apresentada nas cinco dimensões - envolvendo como responsáveis pela execução, dezenas de agentes e instituições participantes descritas em cada projeto apresentado e constante em atas dos diversos parceiros qualificados, que apoiaram e se comprometeram com a execução de projetos em suas áreas de atuação ou conhecimento.

No primeiro semestre do ano de 2017 a agenda informativa será repassada em reunião da associação de prefeitos com a representação da UVERGS da região, em seminário de desenvolvimento a ser promovido com apoio das IES da região e pela participação nas reuniões dos parceiros qualificados descritos no plano. Também será entregue cópia física e em DVD para escolas públicas e privadas, bibliotecas públicas, aos COMUDEs, bem como a diversas instituições que atuaram como colaboradoras para este plano. Outro meio a ser utilizado são os canais convencionais de informação da região, como rádio, jornal e televisão, além de boletins informativos de parceiros.

O Corede deve retomar o seu “*site*” como integrador e para dar visibilidade às ações que estarão ocorrendo dentro da previsão do planejamento estratégico de base regional, assim como manter um canal aberto com a sociedade.

10.1 Fontes de recursos

Visando a implementação da carteira de propostas com base em prazos distintos entre curto, médio e longo, possibilitando as ações continuadas e de acordo com a hierarquia estabelecida, também foram elencadas as linhas ou as principais fontes de recursos previstas para as propostas descritas na carteira de projetos, sendo as mesmas distribuídas conforme enquadramento, distribuído da seguinte forma:

- Recursos da União, compostos por ministérios, emendas de bancada, emendas de deputados e senadores, inclusive com cadastro no SICONV e via “sites” disponíveis”;
- Recursos do Estado, compostos pelas Secretarias de Estado, empréstimos internacionais e consulta popular;
- Recursos dos municípios, compostos pelo orçamento municipal das prefeituras;
- Outros recursos, compostos pelas parcerias nacional e internacional, pelas PPPs, dos projetos de OSCIPs, recursos da comunidade e fundos específicos, recursos da iniciativa privada em projetos especiais ou direcionados, além de outros de menor expressão.

CONCLUSÃO

Após a formatação do diagnóstico técnico e análise situacional, período em que ocorreram diversos encontros com a comunidade regional e parceiros qualificados, procedemos a formatação das estratégias (de acordo com as dimensões e as diretrizes) e atualizamos os referenciais estratégicos como base no elenco de informes recolhidos - que passaram a alicerçar a base das ações planejadas que compõem a carteira de projetos regionais que também estão alinhados com a Região Funcional 1 e fundamentalmente devem impactar na ampliação do desenvolvimento econômico e social da região do Corede MDJ.

O estudo técnico deste PED permitiu visualizar a existência de desigualdades dentro de nossa região, apontando para a falta de uma dinâmica regional articulada diretamente ao curso do desenvolvimento do sistema econômico e social, vistas por questões territoriais, pauta produtiva e ritmos de crescimento, mesmo que bons indicadores sejam atribuídos pelo Idese, dentre outros.

O diagnóstico técnico que permitiu uma visualização integral da região em termos de suas características ligadas à estrutura produtiva, seu mercado de trabalho, sua capacidade tecnológica, social, cultural e política e percebida a sua articulação, dentro da disposição de sua infraestrutura e interesse ambiental e institucional, somado ao cruzamento dos apontamentos descritos na matriz FOFA, geraram pelas oportunidades potencializadas uma carteira de projetos com base no aumento do bem estar local e de gerar economia de escala com a utilização de recursos disponíveis somada a inovações.

Outro ponto a destacar é a complexidade organizacional, que visa a competitividade das empresas locais e regionais nos mercados nacional e internacional, bem como a elevação dos níveis educacionais e a necessidade de ampliação de infraestrutura e gestão pública que compõem uma das cinco dimensões deste trabalho.

Neste contexto, a soma das prioridades elencadas pelos Coredes da RF 1, geram a base para a formatação da carteira de projetos que determina as prioridades identificadas para o caminho do desenvolvimento a ser seguido na

região Metropolitana do Delta do Jacuí, integrante da RF 1 do Estado do Rio Grande do Sul.

O modelo de gestão pensado para articular e executar as ações projetadas neste planejamento e que deverá acionar a carteira de projetos deverá contar com grande envolvimento da sociedade civil, Estado e mercado, de modo coordenado e integrado e possuindo o Corede MDJ à frente de sua governança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso de et. al. Equidade e inclusão de grupos sociais na política de saúde: o caso do Recife, Brasil. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v.11, n.1, p. 73-82, mar. 2011.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Home**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- BERTÊ, Ana Maria de Aveline et. al. 2016. Perfil socioeconômico - Corede MDJ. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 26, p.478-517, fev. 2016.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da área de aplicação da Lei nº. 11.428, de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas_doc6.shtm>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto mapeamento**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/projeto-mapeamento>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**: Levantamento de Recursos Naturais, 33. Folha SH. 22. Porto Alegre e parte das folhas SH. 21. Uruguaiana e Sl. 22. Lagoa Mirim. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1986. 418 p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.º 3, de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 22 ago. 1990. Seção 1, p. 15937-15939.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Sistema informatizado de monitoria de RPPN**. Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/RS/>>. Acesso em: 17 ago. 2016.
- BRASIL. **Portal da transparência**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís; SIEDENBERG, Dieter Rugard; Allebrandt, Sérgio Luís. Conselhos regionais de desenvolvimento – COREDES/RS: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS

CIÊNCIAS HUMANAS, 2., 2011, Brasília. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: Ipea, Code, 2011.

CARGNIN, Antonio Paulo. **Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1. ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014. 240 p.

CLIMATE-DATA.ORG. **Dados climáticos para cidades mundiais**. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org>> Acesso em: 12 ago. 2016.

COREDES. **Pro-RS IV**: Propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014). Passo Fundo: Passografic, 2010. 177 p.

DUTRA, Cláudia Martins et. al. (Org.). **Roteiro para elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica**. Brasília: MMA, 2013. 68 p.

FRAGA, Wagner Santana de et. al. Os gastos sociais municipais e os indicadores de qualidade de vida dos municípios gaúchos: o caso do Corede MDJ (1991-2008). **Revista Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 24, n. 1, p. 23-44, 2012.

GAZETA DO POVO. **Uma árvore por habitante, a recomendação mínima da OMS para as cidades**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/uma-arvore-por-habitante-a-recomendacao-minima-da-oms-para-as-cidades-622ch9afm4rimh3ol1w9j8ikn>>. Acesso em: 19 set. 2016.

HARDER, Isabel Cristina Fialho; RIBEIRO, Roberval de Cássia Salvador; TAVARES, Armando Reis. Índices de área verde e cobertura vegetal para as praças do município de Vinhedo, SP. **Rev. Árvore**, Viçosa, v. 30, n. 2, p.277-282, abr. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso em 22 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa da Área de Aplicação da Lei Federal nº 11.428/2006**. Brasília, 2008.

KANG, Thomas H., BERNARDINI, Rafael, WINK Jr., Marcos Vinício & AFFELD, Brenda. **O novo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Novo Idese): aspectos metodológicos**. <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/20140805novo-idese-artigo-metodologia-28anpec-sul29-2.pdf> Acesso em 15/01/2017.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Guaíba no Contexto Histórico-Arqueológico do Rio Grande do Sul**. Guaíba: Ed. do Autor, 2002. 192p.

- LATUS. **Áreas de Atuação**. Disponível em: <<http://sysop.com.br/latus/areas-de-atuacao/>>. Acesso em: 27 set. 2016.
- MARQUES, Ana Alice Biedzicki et. al. **Lista de referência da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul**: decreto no 41.672, de 11 junho de 2002. Porto Alegre: FZB/MCT–PUCRS/PANGEA, 2002. 52 p.
- MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Curitiba, v. 7, n. 2, 2009.
- PREFEITURA DE CACHOEIRINHA. **Plano ambiental municipal**. Disponível em: <<http://www.cachoeirinha.rs.gov.br/portal/index.php/plano-ambiental-municipal>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- PREFEITURA DE GUAÍBA. Conheça Guaíba. **História**. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Conheca_Guaiba/index.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- PREFEITURA DE GUAÍBA. **Documentos municipais**. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/documentos_municipais.html>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Histórico da Cidade**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. **História do município**. <<http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/pmsap/historia-do-municipio>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Área verde por habitante**. Disponível em: <<http://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/area-verde-por-habitante?view=graph&graphs=573-197>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- PRÓ-GUAÍBA. **Programa para o desenvolvimento socioambiental da Região Hidrográfica do Guaíba**. Disponível em: <www.proguaiba.rs.gov.br>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. **Revisão da reserva da Biosfera da Mata Atlântica – fase VI/2008. Anexo I: tabela de áreas protegidas e zoneamento da RMBA por estado**. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_08_ucs.asp>. Acesso em: 25 de ago. 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Comando ambiental da Brigada Militar. **Mapa**. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Site/Estrutura/Cabm/estrutura/mapa.html>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico dos Municípios.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **FEE dados abertos.** Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/>>. Acessos em: 20 ago, 13 set., 12 out, 15 out. 2016, 10 jan. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **Idese educação por Corede – 2013.** Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/IDESE_Educa%C3%A7%C3%A3o_COREDEs_2013.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. **Idese.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 22 set. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Indicadores ambientais. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indicadores-ambientais/apresentacao/>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. Indicadores. IDESE. **Série histórica nova metodologia.** Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?unidade=Coredes>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Indicadores sociais do estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://appmapasocial.mprs.mp.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Observatório da violência contra a mulher. **Indicadores de violência contra a mulher.** Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=301>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Meio Ambiente. **Unidades de conservação municipais cadastradas no SEUC.** Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/upload/UCs%20MUN%20CADASTRADAS_site_30042014.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfis-regiões funcionais de planejamento 2015.** <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Departamento de Planejamento Governamental. **RS 2030 – Agenda de desenvolvimento territorial.** Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134119-20150928173938rs-2030-tr-8-habitacao-de-interesse-social.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Cadernos de regionalização.** Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/cadernos-regionais>>. Acesso em: 29 ago. 2016.
- SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais). Disponível em: <www.cprm.gov.br>. Acesso em 2 de ago.2016.
- VALENTE, Antônio Luís Schifino. Uma Metodologia para determinação de Áreas de Risco, através de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 8., 1996, Salvador. **Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto.** Salvador: INPE, 1996. p. 417-420.
- VELLINHO, Moisés. **Capitania d'El rei:** aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Globo, 1970. 241 p.

APÊNDICE - MATRIZ FOFA

1. GUAÍBA (16/09/2016)



>>> MEIO AMBIENTE

> PONTOS FORTES

Coleta de lixo organizada;
 Espaço para crescimento;
 Proximidade do rio Guaíba (logística marítima);
 Temos bastante área verde, locais para praticar exercícios estar entre amigos e família, onde proporciona qualidade de vida;
 Coleta de lixo organizada;
 Coleta de lixo organizada;
 Sua localização, ao lado da capital do estado e com ampla área (verde) de oportunidades para empreender;
 Cidade bem arborizada;
 Coleta de lixo organizada;
 Cidade bem arborizada;
 Restauração da beira do rio, possibilitando o bem-estar;
 Ponto forte de Guaíba- área de preservação permanente no Coelhão;
 O município de Guaíba possui órgãos fiscalizadores, sobre a questão da poluição da cidade;
 A proibição e punição para quem prejudica a flora da cidade. A boa fiscalização e preservação, principalmente das árvores;
 Área de Guaíba, Praia da Florida, Praia da Alegria;
 Áreas arborizadas na beira do Guaíba;
 Bacia Hidrográfica;
 Lago Guaíba, Orla, Praia da Alegria, Praia da Florida, arvores. Ex.: pinheiros da COHAB;
 O aspecto turístico a (beira) do Guaíba é um excelente ponto forte ambiental da cidade;
 Controle e monitoramento das atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental;
 O município de Guaíba possui órgãos competentes que fiscalizam as questões ambientais da cidade, isso é muito importante, pois contribui para preservação do meio em que vivemos. Obs.: Não resido no município de Guaíba, mas próximo a ele;

Possui bastante, áreas verdes, florestas e um lago, saneamento básico;
Local propício para plantação de pinheiros, que com isso conseguimos ter a empresa celulose rio-grandense inserida em nossa cidade.

> OPORTUNIDADES

Revitalização da orla do Guaíba;
Parceria com demais municípios para despoluição ou destinação de resíduos;
Programas de coleta seletiva, recuperação de áreas através de empresas qualificadas;
Oportunidades turísticas ambientais através do Guaíba. Novas empresas com viés ambiental/sustentabilidade;
Empresas de grande porte, diversificação no transporte e (mais empresas que tenham licitações p/ atuar);
Políticas públicas modernas, auxiliando no município. Novas tecnologias para tratamento de lixo e água;
Restauração da Ilha das Pedras Brancas (empresa). Mais verbas para preservação;
Cooperativas de reciclagem. Coleta seletiva em todo município;
Recursos/investimento para despoluição do Guaíba, praias. Liberação do aterro sanitário/ampliação;
Empresa que estão vindo de fora para se instalar em Guaíba para fomentar empregos e abrir o leque na área da energia eólica;
Buscar investimentos externos para recuperar e desenvolver áreas ambientais. Ex.: praças, rio etc.;
Incentivo financeiro por parte dos governos Federal e Estadual; Projeto de lei para área; Fomentar a participação de municípios vizinhos em parcerias (ganha x ganha);
Estrada do Conde; Recuperação do Rio Guaíba, devido à poluição (ajuda!);
Recursos de outras cidades p/ a (limpeza), preservação do rio Guaíba;
Empresas especializadas na coleta de lixo; novos recursos que visem a melhoria do meio ambiente da cidade;
Vinda de novas empresas para geração de empregos, trazendo projetos que tragam melhoria ambiental da cidade;
Novos investimentos voltados à área ambiental; profissionais da área, qualificados;
Maior investimento no transporte através da utilização do rio Guaíba;
Implementação empresa/tecnológica; despoluir o Rio Guaíba;
Desenvolvimento tecnológico para melhorar as coletas seletivas, tratamento de água etc.;
Desenvolvimento e/ou criação de uma central de triagem regional, para melhorar a renda das pessoas carentes;
Revitalização da orla do rio com uma empresa privada (parceria);
Patrocínio para a realização da despoluição do Rio Guaíba; Estruturação do ensino com foco na educação ambiental.

> PONTOS FRACOS

Poluição do Guaíba; bairros com ruas não pavimentadas;
A falta de colaboradores para a limpeza da cidade; a estrutura de algumas ruas reformadas recentemente. Ex.: Adão Foques; Cheiro ruim e poluição da CMPC;
Poluição, rios na cidade em geral;
Poluição fábrica; lixo nos bairros; lixo na beira do rio e das praias Alegria/Florida e lixo no meio rural;
Poluição do ar, poluição da água (rio);

Pedágio muito caro;
 Poluição da fábrica; muito lixo nas ruas e praias muito sujas;
 Tratamento de esgoto; lixão e desvalorização das praias;
 Poluição do Lago Guaíba; tratamento de esgoto; ruas sem pavimentação; sem destino correto aos lixos (sem lixão) e desvalorização das praias;
 Ar poluído;
 Central de esgotos nos bairros mais afastados do centro da cidade; a própria cultura local no que tange à poluição urbana e revitalização da orla do Guaíba;
 Exploração do Guaíba sob o ponto de vista turístico; rigor ambiental referente às dificuldades na remoção de árvores e a falta de limpeza da orla;
 A falta de um lixão em Guaíba; tratamento de esgoto; desvalorização das praias e Lago Guaíba;
 Rodovia esburacada; poluição da empresa CMPC;
 Poluição das águas (rios) e poluição do ar;
 Não existe coleta seletiva;
 Poluição do Rio Guaíba;
 Rio Guaíba poluído, impróprio para banho; acúmulo de lixo em alguns locais na cidade;
 Lixo nas ruas e praias sujas;
 Manutenção de estradas, rodovias e limpeza urbana;
 Falta de coleta seletiva para o lixo; falta de infraestrutura das ruas e avenidas (esburacadas, pouca sinalização);
 Faltam projetos de educação e conscientização ambiental;
 Controle da poluição; ruas e estradas sem calçadas e sem asfalto;
 Vias esburacadas, odor industrial;
 Poluição; mau cheiro de esgoto nas ruas da cidade; poluição em relação às empresas; dos rios e da cidade em geral.

> AMEAÇAS

Nossas indústrias poluidoras;
 Empresas do ramo turístico visam áreas florestais para estruturação de hotéis (cabe à indústria); legislação que permita municípios vizinhos a elevar o nível de poluição /fluvial e gases poluentes;
 Aquecimento global;
 Políticas ambientais engessadas, que podem interferir na valorização da cidade;
 Trabalhadores vindos de outros estados para trabalhar dentro da cidade, sem saber as leis e normas de Guaíba, causando medo e poluindo ainda mais;
 A vinda de moradores de fora sujam a cidade;
 Instalação de uma nova empresa em Guaíba;
 Poluição do Guaíba; veneno nas lavouras;
 A falta de investimento para a preservação ambiental e o planejamento do município sobre a ampliação e expansão das áreas industriais do município;
 Alguma empresa poluidora;
 Políticas externas que podem influenciar no desenvolvimento da cidade;
 Legislação que prejudique o ambiente, gerando impactos ambientais; empresas ocupando áreas ambientais, não havendo compensação;
 Leis que venham de fora, que prejudiquem o município;
 Empresa de fora, ocupando áreas com florestas;
 Poluição de outras fábricas na cidade; burocracia dependente de outros setores de fora da cidade;

Lugares mais adequados para investimentos do que o município de Guaíba, no quesito ambiental;
 Despreocupação de outros municípios ou falta de atitudes dos mesmos em relação à poluição dos efluentes do Guaíba, refletindo e impactando em Guaíba;
 Outras empresas que venham a poluir mais nosso município; descaso com o lixo;
 Empresas com processos poluentes;
 Descarte indevido de lixos das pessoas como os animais; mais uma empresa com poluentes.

>>> INSTITUCIONAL, INFRA-ESTRUTURA e GESTÃO PÚBLICA

> PONTOS FORTES

Transporte hidroviário;
 Novos ônibus circulando;
 Instituição em boa localização;
 Investimentos (na infraestrutura e logística. Ex.: estradas, viadutos e rótulas);
 Transporte público de boa qualidade; localização geográfica (logística); distribuição de energia;
 Ruas organizadas com boa sinalização;
 Localização (está no lado da capital);
 Bem localizado em questão de logística; catamarã;
 Transporte e logística;
 Catamarã; ponto de localização;
 Grandes áreas para instalação de novas empresas;
 Coleta de lixo;
 Áreas para instalação de novas empresas;
 Acesso a grandes centros (logística);
 Transporte hidroviário.

> OPORTUNIDADES

Expandir a coleta seletiva; não possuir um porto seco;
 Buscar investimentos para aplicar na logística marítima;
 Melhorias na parte de saneamento;
 Investimentos de fora;
 Outras empresas de transporte; ponte do Guaíba;
 Outras empresas de transporte;
 Obra da nova ponte sobre o Lago Guaíba, diminuindo o engarrafamento (em construção);
 Instalação de uma universidade mais ampla;
 Profissionais capacitados para administrar a cidade; nova visão de gestão vinda de fora; desenvolvimento tecnológico;
 Criar mais alternativas políticas com candidatos bem preparados;
 Novas políticas públicas;
 Melhorar a integração da comunicação entre os órgãos municipais e estaduais, incluindo até os federais de forma a reduzir burocracias.

> PONTOS FRACOS

Péssima mudança das rotas de ônibus na cidade; coleta seletiva; falta de asfaltamento;
 Divisão da cidade pela BR; falta de comunicação efetiva;
 Transporte municipal (sem logística adequada e muito caro ao que é ofertado);

Ruas esburacadas, muitos locais com estradas de chão; ônibus não possuem ar condicionado; quedas de luz frequentes;
 Falta de investimento em saneamento; transportes (rodovias, estradas e ruas); falta de estratégia para a logística ao município para o estado;
 Falta de infraestrutura; estradas mal pensadas;
 Saneamento básico; pouca concorrência no transporte coletivo; pavimentação escassa;
 Dois ônibus (integração) para se deslocar entre os bairros; falta de saneamento nos bairros mais distantes;
 Falta de investimentos nos transportes rodoviários coletivos;
 Falta de saneamento; despoluição do Lago Guaíba, falta de candidatos decentes; falta de opção de transporte (com preço justo);
 Falta de saneamento básico (tratamento de esgoto); monopólio do transporte intermunicipal; rede de esgoto antiga apresentando muitos problemas de distribuição;
 Insegurança no transporte público; falta de pavimentação nos bairros; falta de dinâmica e administração nas associações de bairros;
 Muitas ruas sem pavimentação;
 Gestão pública;
 Cursos oferecidos para graduação não têm variedade;
 Saneamento (esgoto, água) etc.;
 Saneamento (esgoto, água);
 Transporte está ruim, buracos nas ruas.

> AMEAÇAS

Outros municípios têm melhor saneamento, e outras características desta dimensão;
 Diminuição dos recursos financeiros do Estado (distribuição); aumento das taxas impostos;
 Falta de rodovias e melhor estrutura nas estradas que ligam uma cidade à outra;
 Péssima qualidade das estradas;
 Falta de alternativa para sair da cidade, pois o único meio é passar pelas (quatro) pontes e se alguma fica interditada não tem como sair;
 Melhoria do serviço da CEEE;
 Aumento das passagens de ônibus;
 Falta de investimento nas rodovias, sinalização (privatização);
 Falta de caminhos alternativos que liguem o município à capital;
 Descontinuidade de iniciativas planejadas em função de mudanças de governo; uma única via logística que pode ser interrompida com manifestos, impedindo o deslocamento da poluição e escoamento da produção;
 Desestruturação da ponte de Guaíba; mudanças governamentais;
 Aumento descontrolado da população local; atinge todas as áreas;
 Poluição de Guaíba;
 Pessoas de outras cidades se mudarem para cá, assim mais competitividade no trabalho;
 Outros municípios em melhor estado para investimentos futuros.

>>> SOCIOCULTURAL

> PONTOS FORTES

Possuir uma universidade dentro do município;
 Possibilidade de crescimento;

Turismo (cipreste); catamarã; área de lazer na beira do lago aos finais de semana;
 Universidade; ponto turístico (beira do Guaíba);
 Pontos culturais mostrando a história da cidade; turismo; áreas de lazer;
 Cultura;
 Turismo de negócio e sua expansão, bem como arborizadas para o lazer;
 Crescimento lento, mas visível de lugares para lazer. Ex.: pista de skate e catamarã;
 Cultural; Semana Farroupilha que resgata os ensinamentos culturais da cidade;
 Cultura e lazer;
 Qualidade de vida; universidade;
 Catamarã; áreas verdes; canoagem;
 Turismo histórico;
 Cultura: se preocupam muito no resgate da cultura;
 Lazer; área verde; catamarã; renovação dos ônibus;
 Cultura; tradicionalismo; área verde; orla do Guaíba;
 Tradicionalidade; pontos para lazer ao ar livre;
 Fator cultural;
 ULBRA (ref. de ensino); CATSUL (ref. logística); CMPC (ref. desenvolvimento econômico e social-qualidade de vida); orla do Guaíba (ref. turístico); UNIMED (ref. saúde);
 Turismo; ciclovias; praças e píer (orla);
 Catamarã, turismo na cidade que gera economia;
 Presença de associações, agremiações, entidades voltadas para o âmbito social.

> OPORTUNIDADES

Investimento estadual em segurança; transportes intermunicipais, concorrências e melhorias;
 Shopping; cinema; teatro e ciclovias;
 Shopping; cinema; desenvolvimento da área de lazer e ponto turístico municipal que é a beira, como restaurantes, poderiam ser isentos;
 Maiores recursos para investimento na saúde e educação; contratação de novos médicos;
 Empreendimentos de lazer (shopping); fomento de atividades culturais, explorando a cultura gaúcha;
 Segurança, pois tivemos redução de policiais;
 Transportes intermunicipais; shopping;
 Espaço físico, melhor aproveitamento (prédios);
 Trazer segurança externa;
 Oportunidade de crescimento;
 Universidades externas; atendimento em saúde para a população de Guaíba;
 Incentivos fiscais fomentando empresas a se instalar no município; investimento do governo Federal e Estadual;
 Aumentar o número de policiais; filial de algum hospital público ou um responsável que mova o SUS para frente;
 Interação/parcerias com demais municípios no âmbito sociocultural; busca de recursos federais para desenvolvimento educacional/cultural; integração do sistemas de comunicação entre policiais;
 A instalação de empresas/indústrias externas no município;
 Transportes intermunicipais; shopping;

Espaço físico (prédios) para ser melhor aproveitado, isto propicia que outros empreendimentos se interessem em investir na cidade.

> PONTOS FRACOS

Local para a prática de esportes; locais que incentivam a cultura (teatro, museu);
 Falta de integrações de ações das agremiações associações e entidade; falta de estímulo/apoio, verbas para realização de eventos cultural/esportiva; falta de segurança e tranquilidade para a população; não dispor do sistema de transporte apropriado e proporcional a população;
 Pedágio muito caro; falta de maternidade; estradas esburacadas (estrada do Conde); má sinalização; segurança precária; violência e falta de profissionais do SUS;
 Alta taxa de violência;
 Falta de estrutura para acessibilidades para portadores de deficiência; Falta de segurança e deficiência na administração das escolas publicas;
 Falta de segurança e não temos hospital;
 Falta de saúde; hospital; segurança e administração (prefeito);
 Hospital; maternidade; escolas técnicas; universidades; segurança nas ruas e transporte;
 A falta de preservação de prédios históricos (antigos);
 Não possui segurança; não existe maternidade; não existe incentivo ao esporte; pouco investimento em cultura, apesar de Guaíba ser o Berço da Revolução Farroupilha;
 Saúde; segurança e valoração cultural;
 Sem hospital; sem maternidade; postos sem estrutura, especialistas e filas na madrugada; sem policiamento; sem programas sociais; sem investimento na cultura, lazer e turismo;
 Não ter cinema ou shopping;
 Falta de hospitais; falta de segurança escolas precárias (públicas);
 Falta de policiamento e grande falta de saúde, bem como o interesse dos órgãos públicos sobre o descaso com a educação;
 Falta de estrutura na Brigada Militar; falta de um cinema como opção de lazer;
 Saúde péssima para emergências ou outros procedimentos. Ex.: Sem locais e/ou profissionais para cirurgias traumáticas ou para nascimento; desperdício de locais com fauna. Ex.: bairro Florida/Alegria; sem locais seguros para socializar com amigos e segurança baixa;
 Saúde; péssima qualidade das estradas (estrada do Conde) e péssima qualidade de manutenção nas estradas;
 Saúde; educação e segurança;
 Saúde; segurança e educação;
 Administração Municipal; saúde e segurança;
 Passagem de ônibus muito cara; estrada do Conde é uma total falta de respeito com a população; pedágio muito caro; saúde publica e privada é um descaso;
 Falta de hospital; escolas com ensino fraco; valores muito altos das passagens de ônibus e falta de segurança;
 Falta de repasse de medicamentos especiais na farmácia da cidade;
 Área azul abusiva; passagem (catamarã e ônibus de Guaíba via PoA com tarifa abusiva); semáforos e faixas de pedestre inadequadas em locais no Centro e pedágio abusivo.

>>> ECONOMIA

> PONTOS FORTES

CMPC; comercio;
 Grande possibilidade de investimento industrial na região (se a administração pública ajudar, o que não acontece);
 Empresa de grande porte que gere empregos;
 Agricultura e comércio;
 Setor de comércio e serviços;
 Setor agropecuário ocupa grande parte da economia;
 Lojas e prestadores de serviços; CMPC;
 Setor de comércio tem várias oportunidades;
 Setor comercial e industrial;
 Ter indústrias de grande importância instaladas no município;
 Solo fértil/produtivo; muito pouco explorado o comércio do município em relação a novos empreendimentos;
 Forte representação do comércio varejista; grandes indústrias e cultura;
 Grandes áreas de comércio na cidade e grandes áreas de cultivo;
 Comércio e fábricas;
 Crescimento de microempresas na cidade, gerando mais empregos;
 Setor industrial forte;
 Grandes áreas de agricultura e pecuária no entorno da cidade e extensa área desocupada para novos empreendimentos;
 Áreas para trazer empresas ou montar novas filiais;
 Empresa CMPC;
 CMPC e diversidade de comércio;
 Investimentos feitos pela CMPC, gerando empregos, têm algumas empresas sólidas no mercado.

> OPORTUNIDADES

Eficiência da administração pública no setor financeiro, para controlar, regular problemas como a inflação;
 Incentivos para novas empresas;
 Existem segmentos (nichos de mercado) que não possuem em Guaíba, e poderiam ser inseridos na cidade;
 Investir em avanços tecnológicos, setor agropecuário, industrial e comercial;
 Abrir empresas para gerar novos empregos, bem como lojas de renome se instalarem na cidade;
 Maior geração de investimento que possa gerar mais empregos para os moradores da região e buscar investimento para a área agropecuária;
 Empresas que podem se instalar em Guaíba, gerando empregos;
 Cais do porto e estradas;
 Mais empresas industriais, gerando pontos de trabalho, utilização do Lago Guaíba para o transporte e indústria;
 Mais indústrias gerando postos de trabalho e corroborando para o giro de capital do município;
 Trazer mais empresas para poder gerar mais empregos;
 Novas empresas; incentivo do governo à agricultura e negócios;
 Possibilidade de instalação de novas empresas;
 Trazer empresas (instituição de ensino) que promovam a qualificação da população;

Possibilidade de investimentos para avanços tecnológicos no setor agropecuário e industrial;
 Vinda de novas empresas;
 Atratividade de novos empreendimentos no âmbito industrial e comercial.

> PONTOS FRACOS

Falta de emprego; distribuição dos recursos; administração pública de qualidade; falta de recursos e incentivos agropecuários;
 Cidade dormitório e poucas vagas profissionais;
 Cidade dormitório;
 A pouca durabilidade (das microempresas na cidade); poucas empresas que oferecem carreira, crescimento interno para os trabalhadores e assim se encontram trabalhando fora da cidade;
 Falta de segurança e um hospital com maternidade;
 Descaso público com os investimentos rurais e comerciais da região; falta de planejamento econômico;
 Poucos empregos; área da saúde precária; pavimentação em péssimas condições e segurança inexistente;
 Falta de empresas com potencial de empregos maior; área da saúde precária; segurança inexistente e falta de pavimentação;
 Administração pública;
 Baixo aproveitamento da mão de obra local;
 Dinheiro mal administrado e falta de oportunidades de trabalho;
 Pouca administração pública e dificuldades no setor agropecuário;
 Má administração pública influenciando em vários aspectos (iluminação, limpeza, segurança e saúde);
 Falta de tecnologia no setor industrial e agropecuário;
 Áreas de (saúde, pavimentação e segurança);
 Pouca valorização da agropecuária e má administração dos recursos financeiros do município;
 Má administração pública e das finanças do município; falta de investimentos, orientação, organização aos pequenos microempresários;
 Setor logístico, poucas alternativas;
 Poucas empresas de grande porte na cidade; má administração dos recursos do município;
 Cultura da comunidade em prestigiar o comércio local.

> AMEAÇAS

A crise financeira nacional;
 Aumento de carros, sem vias devidamente estruturadas;
 Instabilidade do governo; falta de interesse da população, forçando empresários migrarem para um mercado exterior em função das limitações locais de desenvolvimento;
 Privatização de domínio e administração pública. Ex.: Pedágios, e locais de saúde básica;
 Ficar à sombra de Porto Alegre limita os investimentos que poderiam ser do município, a falta de mobilidade que facilite esta logística para os futuros investidores;
 Decisões governamentais; migrações de pessoas de áreas rurais para a cidade à procura de empregos;

Privatização com pedágios;
Desemprego em grande escala; quebra da CMPC;
Disputa entre municípios do Estado ao conceder incentivos para atrair empreendimentos por não haver uma postura nacional que evite estas concorrências degradativas, em que oferece de tudo para atrair empreendimentos;
Municípios próximos com maior capacidade para receber investimentos;
Municípios menores da região com maiores estruturas em relação à essa dimensão; investir mais;
As novas empresas contrataram somente pessoas de fora da cidade para trabalhar;
Ainda há muitas baixas no mercado de investimentos de novos negócios na cidade;
Migração de pessoas ocupando vagas de emprego na cidade;
Aumento da população sem estrutura; a gestão pública gerando mais desempregos;
Administração pública ineficiente e despesas maiores que receitas, gerando maiores juros e arrecadação;
Empresas indo embora de Guaíba.

2. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA (06/10/2016)



>>> MEIO AMBIENTE

> PONTOS FORTES

Arborização da zona rural, sobretudo em localidades mais distantes da sede do município;
 Área de Preservação Permanente em Banhado Grande;
 Mais verde;
 Disponibilidade de recursos hídricos não poluídos;
 Preservação de água;
 Três bacias hidrográficas;
 Recursos hídricos em abundância;
 Lagoas dos barros;
 Abastecimento de água.

> OPORTUNIDADES

Proteção das rodovias para evitar mortes de animais silvestres;
 Os turistas de verão;
 Planos de bacias;
 Marketing do município;
 Potencial esportivo em Caraá e Osório;
 Nascentes do rio dos Sinos;
 Nascentes do rio dos Sinos no município vizinho de Caraá;
 Preservação Ambiental;
 Indústria Fibraplic de Glorinha consome nossas florestas plantadas (exóticas);
 Turismo rural.

> PONTOS FRACOS

Uso incorreto dos agroquímicos;
 Poluição das águas e do ar;
 Limpeza e preservação dos rios;
 A poluição do rio dos Sinos já é vista em áreas do interior, assim como a derrubada da mata que margeiam o mesmo;
 Educação ambiental e lixo;
 Tratamento, separação e destinação de lixo. ETE da Lagoa dos Barros;
 Não existe coleta de lixos separados para a reciclagem;
 Desrespeito com dejetos (lixo) jogados a esmo;

A zona urbana é cortada por dois (2) arroios e suas respectivas APPs dificultam a expansão imobiliária;
 Vias de transportes mal conservados atrapalham o turismo.

> AMEAÇAS

Falta proteção ambiental;
 Êxodo rural pela necessidade preservação, para abastecer a Região Metropolitana de água;
 Alta rotação de veículos e pessoas pela RS 030;
 Novo Código Florestal;
 ETE na lagoa dos Barros;
 Crime organizado e drogas;
 ETE de Osório quer lançar o esgoto tratado na lagoa dos Barros;
 Construção de uma estação de tratamento de esgoto na lagoa dos Barros, realizada por iniciativa do município de Osório;
 Impacto da APA no Banhado Grande na economia de parte da região;
 Transportes de cargas intensas e sem controle na RS 030 que corta a cidade.

>>> INSTITUCIONAL, INFRA-ESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA

> PONTOS FORTES

Atuação forte dos conselhos;
 Conselhos municipais;
 Educação infantil e segurança;
 Educação
 Educação;
 Nosso festival de música - Moenda da Canção;
 Rede municipal de ensino e polo universitário;
 Rodovias e acessos, universidades públicas;
 Influência do polo universitário e da Firg no desenvolvimento do município;
 Localização privilegiada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado.

> OPORTUNIDADES

Participação em setores vitais na região;
 Rede de esgoto e tratamento;
 Ativação de recursos públicos em atividades recreativas com crianças;
 Garantir mais órgãos de representatividade Estadual e Federal;
 APL = arranjos de produção local;
 Aproveitamento da localização para o desenvolvimento econômico;
 Localização geográfica;
 Implementação de melhorias na rede de energia elétrica;
 Implantação e expansão de rede de esgoto.

> PONTOS FRACOS

Saúde e hospitais, pavimentação de ruas e transportes;
 Saneamento na zona rural;
 Escolas públicas e estaduais;
 Transporte e mobilidade urbana;
 Dificuldade na infraestrutura viária urbana;
 Estradas e pavimentações horríveis;

Faltam áreas de lazer e as que temos estão mal cuidadas;
Fragilidade na energia elétrica;
Geração de energia.

> **AMEAÇAS**

Município esta recebendo rede de esgoto cloacal através do Governo do Estado (Corsan);
Comércio ilícito, por camelos de fora (imigrantes);
Aumento de postos com vendas de drogas;
A falta de repasses dos governos Estadual e Federal poderá dificultar a ação do município à saúde;
Menos recursos para investimento e piora na estrutura, já precária;
Redução de recursos federais e estaduais em infraestrutura;
Falta de efetivo, policial;
Falta de representação política;
Sobrecarga das telecomunicações na época de verão;
As obras da Corsan para esgotamento cloacal estão destruindo as pavimentações da cidade e não está ocorrendo a devida correção da referida pavimentação pelas empresas executoras da obra;
Prefeituras de outros municípios largam moradores de rua em SAP.

> **ECONOMIA**

PONTOS FORTES

Indústria calçadista;
Indústria;
Indústria metal-mecânica;
Vocação no setor metal-mecânico, calçadista e indústria alimentícia;
Rebanho bovino;
Agricultura e pecuária;
Agropecuária forte;
Agricultura diversificada;
Surgimento de jovens empreendedores;
Marketing natural (nome).

> OPORTUNIDADES

Problemas logísticos da grande Porto Alegre atraem empresas para o município;
Proximidade de grande centro consumidor;
Proximidade de grandes empresas como a GM;
Mercados institucionais;
Cursos de qualificação profissional;
Localização geográfica aproveitando os turistas que se deslocam para o litoral e serra;
Valorização das reservas hídricas;
Turismo;
Capacitar jovens para executar trabalhos na agricultura.

> PONTOS FRACOS

Falta de ofertas variadas em todos os setores;
Pouca industrialização e população dependente de baixos salários;
Falta uma ação mais forte da Associação Comercial para incentivar o Turismo;

Falta de estradas para transportar os produtos da terra: rapadura, cachaça;
 Mercado de trabalho;
 Qualificação;
 Qualificação de mão de obra e baixos salários;
 Ausência de empresas de grande porte que tenham maiores salários;
 Carências de açudes para irrigação dependem do clima;
 Poucos recursos financeiros para empresas locais;
 Falta produção segura na produção rural.

> AMEAÇAS

Falta de trabalho para os jovens que saem da cidade para estudar;
 Falta de qualificação;
 Concorrência do mercado Asiático no setor metal-mecânico e calçadista;
 Leis que venham prejudicar as indústrias, criadas por gente sem capacitação;
 Problemas com a gestão de recursos públicos em todas as esferas do governo;
 Políticas econômicas excluem SAP de grandes investimentos;
 Concorrência desleal com alguns setores (produtos);
 Desemprego;
 Parcelamento de salários;
 Parcelamento de salários.

>>> SOCIOCULTURAL

> PONTOS FORTES

Ginásio de esportes;
 As festas religiosas são muito fortes em todo o município;
 Folclore;
 Festivais de músicas e tradicionalismo;
 Práticas esportivas tais como: ciclismo, jipeiros e motociclistas;
 Colonização açoriana e Festival Moenda da Canção;
 Polo universitário, com cursos voltados para a nossa realidade;
 Localização geográfica;
 Cultura açoriana;
 Colonização açoriana;
 Casarios açorianos;
 Colonização açoriana.

> OPORTUNIDADES

Educação polo universitário;
 Divulgar a colonização para os vizinhos;
 Eventos de dança e músicas tais como: festivais e encontros de grupos, que estimulem os talentos locais;
 Lei do incentivo a cultura;
 Apoio à cultura, das localidades, incentivando a pulverização do turismo;
 Rica em profissionais na área da música, dança artes e artesanato;
 Expandir as exportações de produtos típicos da cidade;
 Programa do governo do estudo da consulta popular 2016 vai beneficiar o desenvolvimento e a circulação dos produtos culturais;
 Caminhos Gaúcho de Santiago (turismo);
 Segurança, agilidade de justiça nos processos, principalmente na área criminal.

> PONTOS FRACOS

Saúde - fragilidade do hospital local e da rede de atenção básica;
Falta de apoio financeiro das partes públicas e privadas para incentivo à cultura;
Pouco investimento, tanto por parte da iniciativa pública quanto da privada na cultura;
Falta de ofertas para jovens nos setores de lazer e divertimento (cinema, teatro e shows);
Educação no campo;
Rede estadual de educação;
Políticas públicas no setor de turismo e saúde;
Produtos típicos como cachaça e sonho, bem como a cultura açoriana estão se perdendo;
Participação da comunidade;
Amplio espaço para eventos (falta).

> AMEAÇAS

Redução na lei do incentivo à cultura;
Vindas de pessoas de outras cidades maiores para residir em áreas interioranas e/ou periféricas do município;
Mistura e aceitação indiscriminada de culturas e nacionalidades;
A maioria dos eventos culturais são custeados pelos órgãos governamentais, e a crise financeira do Estado poderá inviabilizar os eventos;
Projeto do Estado para o fechamento de escolas rurais;
Fim do apoio a cultura regional;
Imigrantes, ilegais;
Marginalidade.

3. GLORINHA (20/10/2016)



>>> MEIO AMBIENTE

> PONTOS FORTES

O município está na APA nascentes do Gravataí;
 Relevo favorável e recurso hídrico;
 Banhado grande;
 Banhado grande e rio Gravataí;
 Beleza natural;
 Recursos hídricos;
 Coxilha e paisagem turística;
 Áreas de Preservação Permanente com quase 90% do território.

> OPORTUNIDADES

Indústria moveleira;
 Investimentos no lazer/hotel rural e políticas fiscais;
 Condomínio;
 Condomínio aeroviário;
 Áreas de Proteção Ambiental;
 Resolução 288/14 e APA – BG.

> PONTOS FRACOS

Conselho do APA;
 Conselho APA;
 Conselho APA;
 Desmatamento de encostas de morros e arroios, poluição do ar e das águas;
 Loteamento clandestino;
 Licenciamento;
 Recolhimento do lixo.

> AMEAÇAS

Gestão de Conselhos APA;
 Loteamento irregular;

Loteamento irregular.

>>> INSTITUCIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA

> PONTOS FORTES

Logística, densidade e demografia;
 Logística favorável, rede de esgoto público urbana mais ou menos 90%;
 Logística, setor agropecuário e setor industrial;
 Saneamento ETE, logística e rede pública;
 Energia;
 Logística, energia e saneamento.

> OPORTUNIDADES

Acesso rodoviário, proximidades a parques Industriais e energia (falta no ambiente rural);
 Comunicação (fibra ótica);
 Transporte coletivo intermunicipal;
 Transporte de carga;
 Universidade agrícola (possibilidade);
 Free Way.

> PONTOS FRACOS

Comunicação/ sinal telefonia;
 Internet fraca;
 Transporte coletivo;
 Transporte coletivo e rede de energia rural;
 Transporte e distribuição de água;
 Abastecimento de água e sistema viário.

> AMEAÇAS

Gestão de estradas/RS, a qual interfere negativamente, vazios econômicos e desenvolvimento urbano;
 Interferência do Estado na avenida principal, DAER;
 Saúde.

>>> ECONOMIA

> PONTOS FORTES

Indústria de representação nacional;
 Indústrias;
 Gado de leite e corte;
 Agropecuária;
 Localização geográfica;
 Produção de gado/carne, arroz e soja;
 Metal/mecânica e madeira;
 Indústrias;
 Metal/mecânica e madeira.

> OPORTUNIDADES

Geração de emprego e renda;
 Indústria moveleira;

Agroindústria;
 Hotelaria;
 Condomínio;
 Polo tecnológico;
 Projeto de pequenas agroindústrias, condomínios e indústrias;
 Recurso federal p/o cadastro imobiliário (irá impactar na verba para o cadastramento).

> **PONTOS FRACOS**

Freada no aquecimento econômico;
 Falta de políticas ou plano de incentivo ao empreendedor rural (indústrias, agroindústria);
 Diversidade de matriz de empregos;
 Falta projetos de educação ambiental;
 Falta de políticas de qualificação profissional;
 Falta de mão de obra qualificada;
 Emprego e renda.

> **AMEAÇAS**

Plano de manejo-APA;
 Retração do consumo;
 Transportes que passam pela cidade, estradas com forte trânsito de caminhões e logística (mobilidade).

>>> **SOCIOCULTURAL**

> **PONTOS FORTES**

Cultura/ origem rural;
 Encontros hípicas;
 Festas religiosas;
 Trilhas das grotas;
 Culinária tradicional;
 Festas religiosas;
 Colônia alemã;
 Encontro de motos e alemães;
 Culinária.

> **OPORTUNIDADES**

Festa do imigrante
 Tendência do ecoturismo;
 Encontros de motos hípicas;
 Festivais CTGs;
 Trilha das Grotas;
 Trilha das Grotas;
 Encontro de motos;
 Encontro de motos;
 Encontro de motos.

> **PONTOS FRACOS**

Desengajamento da população;
 Empreendedorismo (características);

Regularização fundiária;
Loteamentos irregulares.

> AMEAÇAS

Crise econômica;
Desemprego.

4. GRAVATAÍ (25/10/2016)



>>> MEIO AMBIENTE

> PONTOS FORTES

Defesa do meio ambiente atuante;
 Aterro sanitário e coleta seletiva;
 Trabalho de fiscalização da FMMA e ONG ambientalista - APNNG muito atuante;
 Estrutura municipal de licenciamento – FMMA e Entidades atuantes;
 Preservação natural - Bacia hidrográfica e desenvolvimento;
 Rio Gravataí, Parcão próximo da cidade e praça nos bairros;
 Bacia do rio Gravataí;
 Preocupação com o rio Gravataí, guarda ambiental e Fundação do Meio Ambiente.

> OPORTUNIDADES

Tecnologia;
 APA do Riacho Grande – Plano de Manejo, Ministério Público ativo e participação social;
 Turismo rural ecológico e as características da região;
 Utilização do rio Gravataí e a captação de água;
 Captação da energia eólica rural;
 Valorização do ambiente local, rio Gravataí e Morro Itacolomi e maior proteção para áreas de preservação com as políticas públicas.

> PONTOS FRACOS

Poluição do rio Gravataí, poucos locais de descarte (colocação de galhos) e loteamentos desordenados prejudicam o meio ambiente por falta de saneamento;
 Falta de tratamento de esgoto;
 Falta de dados ambientais, baixo índice de tratamento de esgoto, constante falta de abastecimento (água) e demora processo de licenciamento;
 Problemas culturais da sociedade com o descarte de lixo e projetos de saneamento da empresa mantenedora de água;
 Pouca valorização do rio Gravataí e áreas adjacentes, falta de água constante;
 Fonte de água ineficiente, rio de baixa vazão, nascentes comprometidas, pressão demográfica e demanda de água para lavoura de arroz;

Enchentes, descartes de lixo irregular e o uso incorreto do rio Gravataí;
Limpeza do rio Gravataí.

> AMEAÇAS

Poluição rio Gravataí por produtores rurais;
Leis ambientais não respeitadas, a captação irregular de água do rio e o uso de agrotóxicos;
Instalação de empresas em áreas rurais, má utilização do rio Gravataí nos trechos fora do município e descarte de resíduos;
Crescimento para o setor imobiliário, causando desmatamentos;
Água potável;
Crescimento populacional para migração, retirada de água do rio para granjas de arroz e a Corsan não valoriza o rio Gravataí.

>>> INSTITUCIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA

> PONTOS FORTES

Transparência, mobilidade, evolução e quebra de paradigma;
Organização das vias urbanas, sinalização mais eficaz, telefonia – logística: acesso a varias vias Free Way, RS 118, etc.;
Bom atendimento em saneamento e energia, boa estrutura e acesso à logística interna, infraestrutura para habitação e moradia;
Análise de empreendimento com rigor, em andamento levantamento Georreferenciado, município com estrutura administrativa definida;
Localização, rodovias federais, rodovias estaduais e a 25 km de Porto Alegre.

> OPORTUNIDADES

Melhorias no sistema de abastecimento de água, redução do pedágio para moradores da cidade;
Saneamento básico, iluminação pública e projetos diversos;
Ministério Publico Federal e localização;
Duplicação da RS 118 (início), construção/ampliação de sistema de esgoto sanitário;
Estrada Free Way/Concepa, Justiça Federal e Justiça do Trabalho;
Melhorias das rodovias que interligam as cidades vizinhas.

> PONTOS FRACOS

Redes de saneamento e a falta de investimento por parte do governo;
Região do Centro com infraestrutura estagnada, com dificuldade de expansão;
Sistema viário insuficiente para o volume do tráfego, baixa insuficiente no atendimento em água e esgoto e descarte de lixo em qualquer lugar;
Saneamento ainda ineficiente;
Saneamento básico, falta da prefeitura em vários locais, ruas em estados precários RS 118 e falta de informação de redes pluviais;
Falta de presídio, falta de transporte público de qualidade e hospital com atendimento ruim;
Transporte público (alto valor, poucos itinerários –horários, ônibus precários-veículos) e hospital.

> AMEAÇAS

Degradação das nascentes e banhados, comprometendo seu abastecimento de água;

Loteamentos irregulares, divisas municipais com Taquara, Novo Hamburgo e São Leopoldo e captação de água fora do território municipal;
 Locomoção (ausência de duplicação, aberturas de novas vias, planejamento de trânsito), saúde, hospital (não há um hospital com atendimento de qualidade para atender emergências e cirurgias, UTI móvel e UTI pré-natal).

>>> ECONOMIA

> PONTOS FORTES

Crescimento no setor da construção civil;
 Boa localização para instalação de empresas e três BRs para escoamento de produtos;
 Setor industrial e parceria pública-privada;
 Indústria e comércio, ramo imobiliário;
 Setor industrial bem desenvolvido com várias indústrias na cidade, administração pública atual organizou dívidas, setor comercial e serviço com potencial de crescimento após crise;
 Setor industrial forte e moderno com excelente economia, estrutura administrativa (Secretária da Fazenda) e revisão de legislação.

> OPORTUNIDADES

Polo industrial automotivo e Distrito Industrial com várias empresas;
 Investimento no setor comercial e prestação de serviço, valorização com redução de impostos;
 Empresas que produzem para o centro automotivo, empresas de logística e centros educacionais, faculdades e polo tecnológico;
 Investidores, iniciativa privada e multinacionais;
 Atração industrial (grandes indústrias), atração de centro de distribuição;
 Indústria, oportunidade e empreendedorismo;
 Implantação de novos empreendimentos industriais e a preocupação com o turismo local.

> PONTOS FRACOS

Aumento desordenado de loteamentos, falta de incentivo na área rural, para produção e também turismo;
 Baixa exploração da agricultura/pecuária, elevado endividamentos, instituto de previdência e estruturas industriais em zonas rurais;
 Shopping não teve bom desenvolvimento das lojas e população não aceitou bem a sua utilização;
 Comércio com características ainda de cidade pequena e falta de investimentos comerciais de grande porte;
 Baixa valoração da atividade agropecuária;
 Dívidas públicas e pouco interesse da população no comércio local;
 Orçamento abaixo da demanda, compromisso da sociedade com o poder público.

> AMEAÇAS

Desemprego no setor industrial, comercial em função da crise e a falta de incentivos do setor público para novos investimentos;
 Pequeno empresário sem crescimento devido à falta de interesse da população no comércio local;
 Crise no mercado externo, pacto federativo (tributos concentrados em Brasília);

Crise econômica do país, falta de emprego, altas taxas de desemprego;
Desemprego.

>>> SOCIOCULTURAL

> PONTOS FORTES

Eventos culturais frequentes com bom público, Fundarc muito ativa;
Cultural- Calendário de eventos permanente, construção de estruturas de saúde (UPAS, UBS) e construção de estruturas de assistência social (CREAS E CRAS);
Projetos - mais cultura, segurança, mais turismo e educação;
Recuperação em valorizar exposições e espaço cultural, dança teatro e arte de forma geral, festas típicas - Fundação de Arte e Cultura;
Cidade sede da Casa Açores do Rio Grande do Sul, valorização de artistas locais, exposição em praça e Feira do Livro, boas ofertas para a habitação, população em geral e de baixa renda, esforço da prefeitura para valorizar a arte local e comemoração Divino Espírito Santo;
Grandes áreas para instalações residenciais e bastante recursos hídricos;
Cidade mantém características rurais, o que fortalece o turismo voltado para o meio rural;
Festas religiosas, tradicionalismo e a cultura açoriana.

> OPORTUNIDADES

Surgimento de instituição de ensino superior;
Valorização com a cultura local na questão histórica, investimentos em programas educacionais para crianças e jovens com infraestrutura nova e atraente para elas;
Saúde, feiras e construção civil;
Espaço SESC Cultural e exploração das áreas rurais no turismo.

> PONTOS FRACOS

Falta de segurança e o aumento da criminalidade;
Pouca valorização da histórica, políticas ineficientes para valorização do patrimônio histórico do município (tombamentos e prédios históricos);
Falta de espaço cultural público e estrutura hospitalar;
Falta de um grande teatro;
Muita pobreza, o município atrai muita gente pobre em busca de emprego, famílias estabelecidas em áreas de risco etc. e muita criminalidade;
Habitação (faixa de baixa renda) e segurança.

> AMEAÇAS

Ausência de interesse da população por arte (artistas locais prejudicados);
Falta de investimentos municipais em setores básicos do município;
Criminalidade oriunda de outros municípios.

5. CACHOEIRINHA (04/11/2016)



>>> MEIO AMBIENTE

> PONTOS FORTES

Ecopontos e patrulha ambiental;

Ecopontos, reciclagem e coleta seletiva;

Nossos ecopontos de recebimentos de diversos materiais;

Ecopontos, saneamento básico e descarte de resíduos sólidos (recolhimento e queima de pneus);

Qualidade de vida, melhorias e limpeza do rio Gravataí/arroio e reciclagem bem elaborada;

Secretária da Educação faz um trabalho maravilhoso na questão ambiental desde as escolas infantis;

Acho importante nosso cenário, para a Gestão e Planejamento Estratégico, no que se refere à nossa cidade;

Indústrias bem diversificadas, que produzem tanto para o consumo interno como para a exportação;

Tratamento de esgoto e resíduos sólidos, atuação do Conselho de Meio Ambiente e controle e manutenção de áreas preservadas (matas);

Parque Tancredo Neves, coleta seletiva, ecopontos e horto florestal;

Área ambiental e fortalecimento do conselho, demarcação das áreas ambientais, demarcação e cercamento de nascentes e contenção dos arroios;

Horto florestal, parque Tancredo Neves, coleta seletiva por container, participação da comunidade nos Conselhos (meio ambiente e saneamento básico), criação do serviço de atendimento médico veterinário (Samuvet) e educação ambiental nas escolas; legislação forte, Comitê da Bacia Hidrográfica do Gravataí e APP Parque Tancredo Neves;

Adaptação à Lei 288 (licenciamento de empresas de maior porte) e proteção do mato do Júlio;

Reciclagem, coleta seletiva de lixo, ecopontos, horto municipal e parque Tancredo Neves;

Educação ambiental nas escolas de ensino fundamental;

Patrulha ambiental (evitar e punir crimes ambientais pela guarda municipal), plano de castração de animais de rua, rio Gravataí/arroio Passinhos, campanhas de coleta de lixo eletrônico (pontual), plano de saneamento básico de, mais ou menos, 50% para 70% e os ecopontos;

Coleta seletiva abrangendo 80% de domicílios (2 galpões de triagem), esgoto separado, abrangendo mais ou menos 50% (previsão para 70%), Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Resíduos Sólidos, Condema (conselho atuante), Plano Diretor Des. Urbana e APPs com 21 ha de Mata Atlântica nativa; Controle efetivo de podas sazonais, trabalho intensivo na fiscalização do bem-estar animal, arborização de praças, coleta seletiva (apenas implantada) e ecopontos (coleta seletiva);

Área territorial e parque de preservação ambiental;

APA de Gravataí;

Área do mato do Júlio, grande quantidade de recursos hídricos e coleta seletiva;

Retirada do pedágio;

Alças de acesso a 118 e Free Way.

> OPORTUNIDADES

Implantação da usina de resíduos sólidos para a transformação em energia;

Empresa de reciclagem;

Empresas de reciclagens, usina de tratamento de resíduos tratados, virando energia elétrica.

> PONTOS FRACOS

Educação ambiental e especulação imobiliária;

Não ter entrada no município pela autoestrada Cachoeirinha, pois é o único município da grande Porto Alegre com entrada direta;

Falta de câmara nos pontos de maior fluxo de ecopontos;

Falta de recursos previstos no orçamento e poluição do arroio Passinhos/Gravataí;

Falta de consciência ambiental, falta de informação para a população, baixa escolaridade da população e ecopontos pré-regulares;

Falta educação ambiental;

Rio poluído, descartes irregulares e baixa conscientização ambiental;

Fiscalizações e sanções;

Não conscientizar a comunidade num todo sobre as necessidades da preservação ambiental;

Falta de educação ambiental na separação do lixo;

Educação ambiental, calçadas mal cuidadas e falta de saneamento sanitário;

Conscientização ambiental;

Falta de recurso e educação ambiental;

Falta educação ambiental, coleta seletiva pouco usada, poluição e descartes irregulares.

> AMEAÇAS

Poluição do rio Gravataí;

Poluição do rio Gravataí;

Poluição do rio Gravataí - que abrange nossa região;

Poluição do rio Gravataí, legislação federal e ocupações irregulares;

Faltam tratamento nos efluentes do rio Gravataí (que vêm de outras cidades e desaguam no rio) e investidores externos no ramo imobiliário;

Esgotamento de matas, habitações horizontais e especulação imobiliária;

Poluição do rio Gravataí por arroios de outros municípios, legislação muito restrita e aprovação da Fepan muito lenta (burocracia);
Dificuldade no tratamento de resíduos, conservação do dique e ocupação irregulares.

>>> INSTITUCIONAL, INFRAESTRUTURA E GESTÃO PÚBLICA

> PONTOS FORTES

Qualidade infraestrutural das escolas municipais; segurança restrita ao centro urbano;
Município urbano (todo pavimentado), fácil fiscalização e observação do poder público;
Hospital e iluminação pública;
Ruas pavimentadas, área do município pequena, saneamento bom, sistema viário de rodovias (muito com e ouvidoria da empresa);
Fácil acesso de ligação com as regiões, calçamento e iluminação;
Localização;
PROCON atuante desde 2002, fácil acesso aos serviços de telecomunicação;
Entrada e saída para todas as regiões do Estado;
Localização geográfica privilegiada
Hospital, boa comunicação, mobilidade urbana e iluminação pública;
Ruas asfaltadas, boa relação entre os poderes, fácil acesso às rodovias e a localização geográfica.
Ampliação da avenida Flores da Cunha e localização privilegiada

> OPORTUNIDADES

Localização demográfica privilegiada, hospital com boa localização e assistência social bem atuante;
Gastronomia e universidade;
Acesso a Free Way;
Localização geográfica;
ETE;
Futura criação de acesso à BR 290 e mobilidade;
Presídio e DPPA.

> PONTOS FRACOS

Não houve planejamento, cidade nasceu em função da avenida Flores da Cunha;
Falta de qualidade no abastecimento da Corsan;
Falta de qualidade no transporte público;
Calçadas em péssimas condições e transporte público precário;
Transporte público precário;
Falta de estudo viário para facilitar o trânsito, faltam calçadas e falta de aplicação da política de acessibilidade nos prédios e calçadas;
Arroio Passinho poluído e áreas invadidas;
Pouco planejamento urbano, calçadas mal conservadas, burocracia e péssimo transporte público;
Infraestrutura decadente e fiscalização deficiente;
Áreas irregulares e alagamentos;
Alagamentos pontuais, legislativo com muitos gastos e máquina administrativa pesada e burocrática.

> AMEAÇAS

Especulação imobiliária e infraestrutura;
 Cercamento das torres de rede elétrica;
 Troca de governantes e troca das escolhas estratégicas;
 Poder público ruim sem facilidade de investimento e má conservação da estrutura viária;
 Falta interrelação nos planejamentos de mobilidade intermunicipais;
 A demora e a falta de verbas para a conclusão nas obras a RS 118;
 Ocupação de áreas públicas.

>>> ECONOMIA**> PONTOS FORTES**

Comércio, serviço e indústrias;
 Comércio na avenida bem desenvolvido;
 Distrito industrial forte/diversificado na avenida central e polo logístico devido à malha viária e proximidade da capital;
 Polo industrial;
 Distrito Industrial e economia forte na região;
 Distrito Industrial e comércio;
 Setor industrial.
 Distrito industrial/comércio, localização e rotas de transportes vias (RS 290, 118, 116 e 020);
 Grande centro industrial, desenvolvimento imobiliário crescente (residencial), grande quantidade de comércio varejista, abertura para micros e varejos de ruas (feiras);
 Distrito Industrial consolidado, malhas viárias privilegiadas para entradas e saídas da cidade, sentidos Norte e Sul;
 Distrito industrial, comércios diversificados e boa oferta de serviços;
 Distrito industrial, fácil acesso e grande polo comercial;
 Um forte parque industrial cercado por quatro rodovias e o comércio local forte por ser próximo à capital;
 Distritos industriais, grandes comércios na avenida e por ser próximo à capital;
 Parque industrial, município pequeno e valorização imobiliária, manutenção de parques, bem como a promoção de eventos nestes locais;
 Relevo favorável, ocupação de pessoas de diversas regiões do RS buscando novas oportunidades.

> OPORTUNIDADES

Mais indústrias;
 Mais empresas;
 Excelente localização/logística;
 Atração de empresas, facilitação de aberturas de comércios;
 Localização geográfica/proximidade com a capital;
 Aproveitar os espaços disponíveis do município para novas indústrias;
 Incentivo às empresas, novo centro comercial e as áreas para comércio;
 Transportes - colocar um terminal de ônibus com o deslocamento para Porto Alegre;
 Indústria e comércio com preparação de mão de obra para a indústria e comércio;
 Disponibilidade de áreas para instalação de indústrias, malha viária para escoamento da produção, disponibilidade de energia elétrica e ser próxima à capital;
 Hotelaria, comércio e serviços;
 Incubadoras tecnológicas.

> PONTOS FRACOS

Não ter uma política de acompanhamento nas empresas para que mantenha suas atividades no município;
 Não ter setor agropecuário, ter mais setores de comércio;
 Baixa arrecadação e falta empregos;
 Falta de empregos;
 Nível de desemprego grande e muita burocratização;
 Dificuldades em abrir empresas e prefeitura quebrada;
 Falta de serviços;
 Falta de estacionamento rotativo.

> AMEAÇAS

Pouco investimento, desemprego e aumento da criminalidade;
 Legislação federal, desemprego e falta de qualificação para empregos;
 Redução das oportunidades de trabalho;
 Legislação engessadora de PPCI e Fepam muito burocratizada;
 Guerra fiscal;
 Granja de arroz muito perto do rio Gravataí.

>>> SOCIOCULTURAL**> PONTOS FORTES**

Integração com outras cidades e regiões;
 Esportes com vários eventos como ginástica e dança;
 Preservação das áreas culturais e forte atuação dos agentes comunitários;
 Proximidade com a capital (opções culturais);
 Biblioteca pública bem localizada, incentivo a programas de leitura/musica, Feira do Livro e Ronda Crioula;
 Ampliações das atividades culturais, saúde e ampliação de agentes comunitários das regiões;
 Casa de Cultura;
 Casa de Cultura, Feira do Livro, Ronda Crioula e semana do município;
 Casa da Cultura e qualidade de vida;
 Inauguração da Casa da Cultura, Casa do Leite, comunidade interessada e articulada na área;
 Diversos segmentos atuais atuantes, cinema, Casa da Cultura e guarda municipal;
 Inauguração da Casa de Cultura e a tradicional Ronda Crioula;
 Ronda Crioula e Casa da Cultura;
 Casa da Cultura, Casa do Leite, UBS com posto 24h, agentes comunitários da saúde, agentes no combate à dengue e fornecimento de uniformes para crianças da rede municipal; produção cultural grande e diversificada e qualidade de vida boa.

> OPORTUNIDADES

Hospital, teatro e turismo;
 Integração com municípios;
 Biblioteca pública e hospital regional;
 Integração com municípios da região para o desenvolvimento cultural;
 Biblioteca pública e hospital regional;
 Mais habitação popular;

O fortalecimento das creches comunitárias;
Mais faculdades (opções), opções culturais próximas à capital;
Turismo e cultura;
Faculdades e escola técnica;
Proximidade da capital, empreendimentos habitacionais e turismo.

> PONTOS FRACOS

Falta de identificação do município (município novo) e baixo poder aquisitivo;
Poucos postos de saúde, transporte público precário, apenas uma faculdade;
Muita influência da capital e poucos eventos;
Comunicação, pouca divulgação de eventos;
Habitação;
Saúde precária e transporte precário;
Educação de baixa qualidade; falta incentivos institucional para produção de cultura e esportes; falta de segurança pública; falta de identidade cultural da população;
Falta de apoio cultural, pouco incentivo ao esporte e péssimo hospital;
Hospital antiquado, fechamento noturno da UBS, falta de conservação das praças/quadras esportivas;
Má conservação de campos esportivos e praças;
Pouco incentivo aos artistas.

> AMEAÇAS

Proximidade da capital e crise na economia;
Crise na economia e falta de planejamento para o futuro;
Crise na economia;
Clubes sociais decadentes;
A evasão escolar e o aumento da criminalidade;
Falha de PMS;
Não ter incentivo a programas culturais.

ANEXO - EVENTOS REALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DOS CAPÍTULOS 5 A 8

Município de Eldorado do Sul – 22/02/2017 às 14h.



Município de Triunfo – 24/02/2017 às 17h.



Município de Glorinha – 03/03/2017 às 09h.



Município de Santo Antônio da Patrulha – 03/03/2017 às 14h.



Município de Alvorada – 06/03/2017 às 14h.



Município de Viamão – 07/03/2017 às 09h



Município de Porto Alegre – 09/03/2017 às 14h



Município de Cachoeirinha – 10/03/2017 às 14h.



Reunião com integrantes do Comitê de bacia hidrográfica realizadas nos municípios de São Jerônimo (18/05/16) e Butiá (22/09/16).



Reuniões da RF1 - Coredes Centro-Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana - Encosta da Serra, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Caí, bem como com os técnicos das empresas contratadas para os trabalhos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional dos Coredes. Estruturadas pelo CONSINOS, realizadas no Município de Novo Hamburgo nos dias 28/06/16, 23/08/16, 11/10/16, 25/11/2016 e 10/03/2017.



Oficinas Metodológicas II e III, realizadas no auditório da UNIVATES no Município de Lajeado, nos dias 29 e 30/6/2016 (oficina II), 26 e 27/10/16 (oficina III).



Reuniões no Fórum do Coredes, realizadas em Porto Alegre (dias 14/07/16, 11/08/16, 08/09/16, 13/10/16 e 08/12/16) e em Cruz Alta no dia 16/11/16.



Assembleia realizada na ULBRA – unidade Guaíba, na data de 09/03/2017 às 19h para apresentação da Carteira de Projetos.



Assembleia Extraordinária Ampliada para aprovação da Carteira de Projetos, Modelo de Gestão e do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento. Realizada no auditório da GRANPAL no Município de Porto Alegre no dia 17/03/17.